UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Nos Sertões do Poente

Conquista e Colonização do Brasil Central

Dissertação apresentada à comissão julgadora do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes.

Carlo Eugênio Nogueira

São Paulo – Julho de 2008

RESUMO

Neste estudo coloca-se como temática central a abordagem do processo histórico de construção das fronteiras de Goiás e Mato Grosso entre o final do século XVIII e início do XIX, com o que se busca avançar um pouco mais no entendimento das influências que a espacialidade da colonização portuguesa teve na formação do território brasileiro através. Agradecemos à FAPESP pelo auxílio concedido para o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-Chave: Território – Região – Geografia Histórica – Brasil Colônia – Fronteira

ABSTRACT

This work focuses the historical formation of the western Brazilian frontier in Goiás and Mato Grosso during the eighteen and early nineteen centuries as an instance of how space and space relations, as Geography conceives them, can influence and even shape a wide gamut of historical phenomena. By so doing, we hope to give a little contribution to Brazilian territory-formation Geography.

Key-words: Territory – Region – Historical Geography – Brazilian Colonial Period – Boundary/Frontier

Índice de Quadros, Gráficos e Mapas

Gráfico 1	119
Gráfico 2	119
Gráfico 3	159
Gráfico 4	165
Quadro 1	155
Quadro 2	156
Quadro 3	157
Quadro 4	158
Quadro 5	158
Quadro 6	160
Quadro 7	161
Quadro 8	170
Quadro 9	171
Quadro 10	172
Mapa I	100
Mapa II	108
Mapa III	120
Mapa IV	134
Mapa V	145
Mapa VI	160
Mapa VII	160
Mapa VIII	166
Mapa IX	167
Mapa X	168
Mapa XI	168
Mapa XII	169
Mapa XIII	169
Mapa XIV	170
Mapa XV	170
Mapa XVI	174
Figura I – Unidades do Relevo (IBGE)	41
Figura II – Bacias Hidrográficas (IBGE)	42
Figura III – Brasil Físico (IBGE)	43

Sumário

CAPÍTULO I - ENTRE HISTÓRIAS E LUGARES

1) CONTEXTOS INICIAIS	5
2) REALIDADES REGIONAIS.....	17
3) O APORTE GEOGRÁFICO.....	27

CAPÍTULO II - A DESCOBERTA DOS CAMINHOS E O APRENDIZADO DA NATUREZA

1) O SERTÃO: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES	37
2) IMOBILISMO PARAGUAIO E ATIVIDADE MISSIONEIRA	49
3) GEOGRAFIA FANTÁSTICA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AMERICANO	58
3.1 Partindo de São Paulo	58
3.2 Descendo do Pará.....	68
3.3 A expansão via São Francisco	71

CAPÍTULO III - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA

1) O INÍCIO DO PROCESSO COLONIZADOR: ABORDAGENS.....	75
2) EXPLORAÇÃO AURÍFERA E ESTRUTURA DO POVOAMENTO	84
3) A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	101

CAPÍTULO IV - CONQUISTA DOS SERTÕES DO POENTE

1) REFORMISMO ILUSTRADO: A IDÉIA DO TERRITÓRIO	112
2) MOSAICOS FRONTEIRIÇOS – EXTRATERRITORIALIDADES	130
3) IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO E O TRATADO DE BADAJÓZ	138

CAPÍTULO V - A REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO SERTANEJO

1) O CONTEXTO ECONÔMICO NO SÉCULO XIX.....	149
2) CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E OS QUADROS DE POPULAÇÃO	157
3) FRENTE DE EXPANSÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA: APONTAMENTOS	177

BIBLIOGRAFIA.....	206
--------------------------	------------

CAPÍTULO I

ENTRE HISTÓRIAS E LUGARES

1) Contextos Iniciais

Em uma aproximação de amplo escopo coloca-se como temática central do estudo que ora se inicia o levantamento da base material do processo de independência do Brasil, com o que se busca revelar a espacialidade da economia da América portuguesa nos momentos imediatamente anteriores a deflagração do processo de emancipação política brasileira e decorrente formação do Estado imperial independente.

Inicialmente, pois, a idéia seria estudar e descrever as transformações ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XIX no que diz respeito às unidades espaciais de produção, bem como em relação aos caminhos e direções tomados pelos fluxos de mercadorias, ordens e pessoas, num exame de caso que privilegia as capitanias (depois províncias) mais centrais dos domínios portugueses na América: Goiás e Mato Grosso.

A questão que se nos impõe é a seguinte: no processo de expansão do povoamento para a raia Oeste da colônia, que corre em paralelo a um grande movimento de aprisionamento de terras, povos indígenas e recursos naturais, poder-se-ia identificar uma intencionalidade por parte da administração portuguesa que nos permita asseverar de maneira razoável o fato de ter existido uma finalidade *geopolítica* nas ações planejadas e implantadas para a região?

Haveria, nesse sentido, uma continuidade, que de certa maneira diz respeito à existência ou formulação de um projeto expansionista que informando como que uma razão de Estado do Império português acabou, como “herança”, por influenciar mesmo o processo de formação territorial do Brasil?

Essas indagações são os fios condutores da análise que se pretende aqui desenvolver, uma vez que estão entre os objetivos maiores deste trabalho compreender e qualificar o processo de construção e ocupação efetiva do verdadeiro mosaico que constituía os domínios portugueses americanos em suas fronteiras mais ocidentais.

Na realidade, mesmo após as revoluções que grassaram a América Latina no início do século XIX, resultando na formação de novos atores estatais independentes, tais fronteiras ainda sustentam disputas territoriais século adentro, com as contestações da legitimidade

jurisdicional de exercício do poder e a contraposição de projetos políticos intra e inter estatais muitas vezes desembocando em conflitos armados.

Desse modo, essa dissertação, que parte do esforço de construção de um enfoque analítico centrado na geografia, pode vir a contribuir com o complexo debate em torno do caráter diferenciado que o processo de constituição do Estado nacional brasileiro (que não se reduz na ruptura representada pelo movimento de emancipação política de 1822) configura quando confrontado com o conjunto da América Latina:

Ao contrário do que se verificou na América hispânica, aqui o novo Estado emergente da crise do Antigo Sistema colonial não rompeu com o princípio da legitimidade dinástica, transformando-a, pelo contrário, em instrumento de superação dos localismos, tão poderosos na América portuguesa quanto na espanhola (...) Não havia nenhuma inexorabilidade histórica inscrita na constituição dos dois Impérios coloniais a determinarem a fragmentação de um e a unidade do outro (...) para os homens da época, vivessem em qualquer região que fosse da América ibérica, ao menos até o final do século XVIII e início do XIX, a sua identidade política passava pelo reconhecimento ou pela negação de realidades dentre as quais a *nacional* era a menos nitidamente definida. (JANCSÓ, 2002, p.3).

O que se quer ressaltar é que a unidade política do espaço americano de jurisdição portuguesa somente era passível de ser percebida e reconhecida a partir do interior da burocracia estatal metropolitana, quer dizer, os súditos da coroa portuguesa espalhados pelos seus domínios por quatro continentes distintos, e os habitantes e terras do conjunto colonial luso-americano em especial, detinham sua força coesiva indiscutivelmente centrada na metrópole, donde não é exagero afirmar que “*todos os caminhos do universo colonial centravam-se em Lisboa*” (JANCSÓ&PIMENTA, 2000, p.138), já que a capital portuguesa era de fato o centro de referência tanto dos fluxos comerciais encetados quanto das ordens políticas emanadas a fim de se exercer um controle dos lugares conquistados.

Apresentando de modo simplificado alguns pontos acerca das interpretações correntes que tratam a questão da manutenção da integridade territorial do Brasil após a independência¹, Boris Fausto coloca as principais abordagens do assunto concentrando-se, por um lado, em uma tendência cuja argumentação privilegia a homogeneidade ideológica da classe dirigente colonial, que modelada por um padrão de formação e treinamento advindo das especificidades próprias da carreira de funcionários régios voltados para as tarefas de governo acabaria por

¹ “Uma das questões ainda muito pouco atentadas tem sido a da unidade política – resultante do processo de Independência – do vasto território que, até os primeiros anos do século XIX, constituía apenas uma unidade geográfica genericamente designada com o nome de Brasil (...) Se não existiu uma unidade anterior que demonstrasse a pré-existência de interesses comuns entre os vários núcleos coloniais, como entender a unidade constituída e consolidada com o processo de Independência?” (LYRA, 1992, p. 121-122).

favorecer a construção de um Estado centralizado. Por outro, tem-se a linha argumentativa que dá relevo ao papel aglutinador representado pela necessidade de manutenção do tráfico internacional de escravos em face de sua proibição pela Inglaterra. Tal anseio somente poderia se efetivar devido ao trunfo representado por um Estado forte com capacidade militar e diplomática de unificar satisfatoriamente as múltiplas demandas regionais pela continuidade da escravidão, defendendo-as mesmo em âmbito internacional desfavorável (FAUSTO, 2001).

Avançando, poderíamos citar Ilmar Mattos, que desenvolvendo temática da não equivalência direta entre a vontade de emancipação política, a constituição do aparelho de Estado e o processo de politização de uma identidade coletiva centrada na condição de se ser americano/brasileiro, afirma, ao comentar o *Hino Constitucional Brasiliense*², composto por Evaristo da Veiga em 1822, que seus versos:

propunham, também, uma relação de implicação entre um continente – o Brasil, um território em cujo horizonte *já raiou a Liberdade* – e um conteúdo – *os filhos da Pátria*. E, ao fazê-lo, ainda que de modo não consciente para o seu próprio autor, revelavam a filiação daquele que era o construtor ativo de um corpo e de uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português. Uma tradição que também conformava suas experiências. O construtor era também um herdeiro; o herdeiro sobretudo de um nome e de um território. E aquela HERANÇA definiria também os marcos de uma CONSTRUÇÃO. (MATTOS, 2005, p.275).

Interessante reforçar, outrossim, que esse território que se herdava não pode ser aqui de pronto identificado com uma área de limites já definidos e indisputados sob jurisdição de um Estado soberano, o que acabaria por conferir, ao fim e ao cabo, uma existência prévia a um suposto território pré-nacional embrionário que mais não seria que a conseqüente evolução histórica linear resultante da continuidade do processo de colonização portuguesa.

Tomando que isso ocorresse e a ruptura representada pela emancipação política ficaria algo obscurecida, visto que compreendida como o momento de fundação de uma entidade – a nação brasileira – que de certo modo existiria em germe desde 1500: é o engano do anacronismo em se atribuir um caráter identitário de “nação”³ a coletividades que sequer tinham completado o processo de construção de seus Estados nacionais (PIMENTA, 2002).

² “*Já podeis da Pátria filhos/ Ver contente a mãe gentil/ Já raiou a Liberdade/ No horizonte do Brasil/ Brava Gente Brasileira,/ Longe vá temor servil / Ou ficar a Pátria livre/ ou morrer pelo Brasil (...)*”

³ “O nacionalismo fornece talvez o mais constrangedor mito de identidade do mundo moderno, mas surge sob várias formas. Os mitos de identidade referem-se tipicamente ao território ou à linhagem (ou a ambos) como

Em direção semelhante, lembremos que tampouco se pode enxergar o território nacional como coisa que apresenta uma preexistência real inscrita na Natureza, tal verdadeira dádiva divina que teria sido legada aos portugueses e que se expressaria através de seus limites naturais – a junção dos rios da Prata e Amazonas dando forma à ilha-Brasil, realidade anterior à própria colonização (MAGNOLI, 1997).

Ao contrário, importa-nos ratificar que também o processo de formação territorial do Brasil foi, a partir da inflexão de 1822, um projeto e uma construção que abarcaria e influenciaria a seu modo as múltiplas experiências e trajetórias dos agentes sociais envolvidos diretamente naquele momento de ruptura.⁴

Fazendo um parêntese, sugere-se atentar para José Carlos Chiaramonte, que busca esclarecer a maneira como os independentistas latino-americanos procederam no processo de construção das novas identidades políticas através de uma análise das mudanças pelas quais passou o uso e teorização do termo “nação” entre meados do século XVIII e XIX.⁵

Através de um exame sumário dos usos do termo, e levando-se em conta a preocupação com os por assim dizer antecedentes dos conteúdos “étnicos” ou “políticos” relacionados ao conceito de nação⁶, o autor chega a conclusão de que:

não se trata de um mesmo sujeito, chamado nação, que passa de um estatuto político a outro, mas de diferentes sujeitos históricos que

base da comunidade política, e estas diferenças fornecem importantes, se bem que por vezes negligenciadas, fontes de instabilidade e de conflito em muitas partes do mundo” (SMITH, 1990, p.11).

⁴ “Experiências diversas que sugerem, ainda desta vez, que talvez seja prudente evitar reduzir a um único fator explicativo a trama dos interesses ali presentes na construção da unidade política do Império do Brasil, à época da emancipação política, ao mesmo tempo que parecem alertar para o fato de que aquela construção somente se completaria em meados do século, sob direção saquarema” (MATTOS, 2005, p.273-274).

⁵ De maneira propositadamente didática as modalidades de emprego da palavra nação podem ser assim esquematizadas: originalmente surgiu, e assim foi utilizada por séculos, com um sentido puramente étnico, referindo-se a conjuntos humanos unidos por uma origem e cultura comum. Em seguida, possivelmente entre os séculos XVII e XVIII, e sem que o uso anterior desaparecesse, surge o sentido estritamente político com o qual ela foi generalizada – era a época da sinonímia entre nação e Estado. Numa terceira fase, após a Revolução Francesa e paralelamente ao Romantismo, ocorre um amálgama de ambos os usos com a forja do *princípio das nacionalidades*, que acaba por conciliar soberania popular à existência de um programa que pensa a nação como corpo social politicamente organizado e definido por alguns critérios (a etnicidade, uma língua, religião e memória histórica comuns, além de um território mais ou menos definido, entre outros) que, previamente estabelecidos, seriam em tese compartilhados pelos “nacionais” (CHIARAMONTE, 2003).

⁶ Ao estudar formas de emprego e significados atribuídos a esse conceito ao longo do período histórico em questão, verificou-se que não se pode imputar o surgimento dos Estados-nação à existência prévia de identidades nacionais que buscariam sua independência política em meio a outras nacionalidades, concorrentes ou similares, pois: “no chamado conceito “étnico” não se estabelece uma relação necessária entre um grupo humano culturalmente distinto e um Estado, relação que, por outro lado, será essencial no chamado princípio das nacionalidades, a partir do começo de sua difusão na primeira metade do século XIX. Em outros termos, a diferença entre ambos os conceitos de nação baseia-se no fato de que apenas aquele, difundido durante o século XVIII e predominante à época das revoluções norte-americanas, francesa e latino-americanas, correspondia à existência política independente, na forma de um Estado, de um grupo humano.” (CHIARAMONTE, 2003, p.78).

confundimos em uma mesma denominação: grupos humanos unidos por compartilhar uma origem e cultura comum, por um lado, e população de um Estado – sem referência a sua composição étnica, por outro. O sujeito que muda de natureza é o Estado, adotando a palavra nação para arrogar-se soberania. (CHIARAMONTE, 2003, p.87).

De fato, o que estaria em jogo seria a gestação desse “princípio das nacionalidades”. Como vimos isso implica numa maneira distinta de retomar o significado étnico com o qual surgiu o termo “nação”, já que agora, através da junção desse antigo significado étnico com o sentido político desenvolvido posteriormente, converte-se uma suposta etnicidade em fundamento de legitimidade política, o que torna a nação o titular da soberania estatal:

Por volta do final do século XVIII expande-se, assim [na Europa], um sentimento nacional, uma consciência de pertencimento a uma nação. Nesse terreno, contudo, o termo *nação* não possui conteúdo étnico. A consciência nacional em formação expressa o pertencimento a um Estado, uma vez que nação é sinônimo de Estado. Consequentemente, não há identidade étnica com relação ao Estado, mas começa a aparecer uma identidade nacional de conteúdo “político”: a consciência nacional é um produto da unidade política. Mais adiante, essa identidade nacional adotará o pressuposto étnico a partir da difusão do princípio das nacionalidades. (CHIARAMONTE, 2003, p.90).

Com efeito, nessa última acepção o Estado passa a ser visto como a expressão política territorializada de uma coletividade dita nacional, concebido portanto como “uno e indiviso” e considerado como um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva apoiava-se na *“equação nação=Estado=povo e, especialmente, povo soberano, [o que] vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais”* (HOBSBAWM, 1990, p.32).

Sendo assim, dada a existência dessa vinculação entre a definição do Estado como nacionalmente soberano e a correspondente consolidação de um território sob sua jurisdição direta, caberia uma rápida apresentação do quadro conceitual a ser utilizado numa análise que se quer focada exatamente no processo de formação territorial brasileiro.

Logo, **territórios** são aqui qualificados dando-se ênfase ao papel desempenhado pelo poder na mediação da relação mais universal que envolve sociedade e espaço, definindo-se, pois, pela dominação, por serem uma jurisdição (legal, tributária, militar ou religiosa) de uma soberania formal (ou administração). Enfim, são, em sentido amplo, áreas às quais um grupo humano reivindica o exercício legítimo do poder.⁷

⁷ Nessa ótica os territórios são considerados frutos de processos sociais, construtos da sociedade nos quais as ações sociais e o espaço ao qual essas se referem são inseparáveis: “Territory is an ambiguous term that usually

Nesse sentido, os **territórios coloniais** expressam espacialmente as formações sociais criadas pela colonização, açambarcando as terras – no mais descontínuas e dispersas descontinuamente pelo globo – sob soberania estatal de uma mesma metrópole, isto é, as terras agregadas ao patrimônio de um Estado metropolitano e objetivadas pela conquista e colonização (MORAES, 2006).

Já **território usado** (SANTOS&SILVEIRA, 2001) pode ser caracterizado como sendo constituído pelas áreas efetivamente apropriadas por meio da colonização, como os enclaves, feitorias e regiões, de ocupação consolidada portanto, uma vez que dentro de um espaço de dominação política nem todas as áreas são incorporadas aos fluxos colonizadores com povoamento e/ou exploração.

A essas últimas áreas, que constituem parte do patrimônio colonial sob jurisdição e domínio político de uma metrópole, mas que não estão efetivamente ocupadas, chamamos **fundos territoriais**, querendo com isso designar o que na ótica do conquistador seriam verdadeiros espaços de reserva para futuras ações colonizadoras (MORAES, 2005).

Em resumo, se é que em algum momento da colonização portuguesa houve deliberado planejamento na formulação e execução de ações com o objetivo tácito de justificar pretensões de soberania na América (tenham sido elas bem ou mal sucedidas), o fato dessas políticas visarem regular as relações entre os distintos atores que coexistiam nas extensas e incertas áreas fronteiriças da colônia de forma a se obter um resultado específico podem indicar, ao menos no que diz respeito às estratégias geopolíticas, a existência de certos traços de continuidade entre os reformistas ilustrados lusos de fins do século XVIII e a geração que vivencia diretamente o processo de emancipação política do Brasil (SILVA, 2006).⁸

Seja como for, ao propormos uma análise das inter-relações estabelecidas entre os distantes enclaves coloniais luso-americanos a partir do estudo de como esse fenômeno se desenrolou num pedaço específico da América portuguesa, tem-se o intuito de recuperar

refers to sections of space occupied by individuals, social groups or institutions, most typically by the modern state (...) The modern meaning of territory is closely related to the legal concept of sovereignty which implies that there is one final authority in a political community. This also means that territory and the strategies that are used in the control of territories – different forms of territoriality – are two sides of the same coin (...) Territories are not frozen frameworks where social life occurs” (PAASI, 2003, p.109-110).

⁸ Realmente, ao pensarmos o movimento emancipatório brasileiro e o processo de independência como dimensões particulares do fenômeno mais geral de crise do Antigo Regime e desagregação das bases essenciais do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1986), salienta-se que: “A nação no sentido moderno, identificando sua soberania com a do Estado, era um projeto a ser inventado na América, na medida em que não repousava sobre antecedentes históricos que levassem a identificar as divisões administrativas dos impérios ibero-americanos como territórios cujo controle soberano era passível de ser reivindicado e exercido em nome de ancestrais direitos nacionais, a exemplo do que se dava naquele momento na Europa”. (JANCSÓ, 2003, p.21).

alguns ângulos e questões ainda não abordadas de forma conclusiva pela literatura especializada, como o são os questionamentos acerca do processo de construção da efetiva materialidade sobre a qual o novo Estado politicamente independente viria a reclamar jurisdição.

Destaca-se, por consequência, o problema da elaboração e defesa de um projeto político específico a partir do qual a nação e Estado brasileiros adquiriram uma concretude e estabilidade que, trabalhando o princípio de legitimidade dinástica em novas bases, acabou por garantir a manutenção da integridade territorial das partes que formavam o conjunto disperso das colônias portuguesas na América.⁹

Na verdade, um dos primeiros desafios do projeto político vencedor em 1822 teria sido a construção de um novo consenso político a ser pensado e organizado em torno da figura do príncipe D. Pedro, pois ainda que hegemônico tal projeto careceria de uma aceitação unânime do conjunto das províncias do Brasil.

Nesse contexto, a gestação da idéia de um Estado especificamente brasileiro, e o que era mais essencial, sua legitimação perante a comunidade política internacional, quer no que dizia respeito aos meandros de sua situação interna, quer em relação à política externa: *“passaria, necessariamente, pela adesão a ele de todas as províncias que, até 1822, formavam o Reino do Brasil”* (SLEMIAN&PIMENTA, 2003, p.87-88).

De certa maneira, então, pode-se dizer que a legitimidade dinástica expressava uma tentativa de justificar, no plano internacional, uma possível afirmação da soberania por sob as antigas fronteiras pactuadas durante o período colonial, uma vez que, subjacente à forma monárquica de governo implantada, estaria a pretensão e a necessidade de se manter unido o antigo território colonial português:

⁹ Num contexto próprio do Antigo Regime, no qual até mesmo o Estado podia ser considerado patrimônio pessoal do soberano, o ponto de coesão das sociedades encontrava-se na dinastia, que por meio da figura do monarca e da prática da vassalagem, e através de ações de avanços e recuos organizados a partir do centro desse poder, conseguia exercer seu comando político mesmo numa base geográfica descontínua. Consequentemente: “A nação pode ser entendida, assim, como uma das variáveis determinantes que organizam uma unidade aparentemente pouco homogênea na política do Antigo Regime: nesse caso, ela é expressão de uma comunidade que gravita ao redor de um elemento coesivo de natureza semidivina - a dinastia - que, por sua vez, estrutura política e administrativamente a nação por meio de um regime monárquico. Faziam parte de uma mesma nação todos aqueles vassallos de um mesmo monarca, numa relação bilateral cujos vetores eram definidos, em seu vértice, por um conjunto de regras de sucessão reguladas por casamentos inter ou intradinásticos, conquistas territoriais, tratados de guerra e de paz (...) Com isso, não obstante as inúmeras variações pelas quais a política do Antigo Regime se concretizava em território colonial - incluindo aquelas provenientes da adoção de um regime de trabalho compulsório, que tendia a desequilibrar as tradicionais distribuições estamentais dos privilégios -, a comunidade nacional se compunha de todos os indivíduos que comungassem da mesma lealdade política suprema, estivessem eles na metrópole ou nas colônias, e independentemente de sua posição perante os corpos da sociedade” (PIMENTA, 2004, p.8-9).

A permanência da Casa de Bragança no trono do Brasil fornecia um argumento consistente de continuidade político-institucional para a diplomacia européia da época. Tanto que o direito de domínio do governo brasileiro sobre tais espaços não foi – ao longo do processo de independência – questionado no plano internacional, sendo o novo estado que alimentava – de berço – ambições de ampliação territorial (MORAES, 2006, p.16).

Contudo, ainda que essas fronteiras pactuadas ao longo do século XVIII tivessem sido esboçadas nas peças cartográficas que acompanhavam os tratados de limites, elas sem dúvida eram, e isso não há como negar, incertas e não demarcadas. Todavia, poderiam funcionar, e à época em geral o faziam, como fortíssimos referentes geopolíticos, estabelecendo parâmetros concretos para a tomada de decisões visando um domínio territorial.¹⁰

O tema é interessante, e valeria tecermos alguns comentários. Tratando de problema que reputa comum a certa tradição historiográfica inspirada na construção de “mitos de origens”, que operaria uma associação direta entre o território colonial e o nacional (entre a colônia e a nação moderna), João Paulo Pimenta coloca a questão da contradição básica existente entre os Impérios coloniais ibéricos e os Estados nacionais latino-americanos surgidos como negação a partir do desmonte dos primeiros:

Os territórios dos impérios ibéricos distribuíam-se, nos séculos XV e XVIII, pelo continente europeu, pelo americano e pelo asiático (no caso português, também africano), formando unidades descontínuas e bem-delimitadas somente em suas porções européias. Conheciam alguma homogeneidade somente no plano político-administrativo, com a articulação de grande diversidade física, social e cultural em torno de monarquias e monarcas que lhes davam coesão. A desagregação desse sistema no século XIX, transformando os referenciais que conferiam sentimento de identidade comum naquelas sociedades, trouxe evidentemente uma reorganização desses espaços, correspondentes a “redes” de lealdade política. A cada possibilidade de nova organização política – ainda que fosse pela reiteração dos velhos referenciais – corresponderia uma área de jurisdição, que poderia até ser semelhante ou mesmo idêntica a determinadas subdivisões dos impérios. Mesmo em tais casos, todavia, já se tratava de uma nova territorialidade. (PIMENTA, 2002, p.49).

Em todo caso, se a questão básica que nos ocupa nessa parte do trabalho pode ser resumida na elucidação de alguns traços que apontem certa intencionalidade da coroa

¹⁰ Essa constatação traz em seu bojo a discussão, a ser aprofundada em capítulos posteriores, da distinção passível de ser feita entre **a fronteira**, que ocuparia de fato uma faixa, constituindo-se numa zona no mais das vezes bastante habitada, **do limite**, conceito jurídico de caráter inequivocamente negociado e convencionado e que indica uma linha precisa, demarcada e teoricamente incontestável que, além do mais, não pode ser habitada, uma vez que não passa de uma abstração geométrica, apesar de muitas vezes funcionar, como visto, tal um eficiente ponto de referência para as ações estratégicas executadas no terreno (MARTIN, 1992). Dessa feita, conclui-se que: “A fronteira não é o mesmo que o limite. Ela estabelece com ele uma relação específica. Embora o limite seja o dado real, ele é percebido por meio da fronteira” (SILVA, 1986, p.135).

portuguesa na formulação de um projeto expansionista em terras americanas, traços esses que influenciariam, como herança, o posterior processo de formação territorial brasileiro, deve-se notar que a persistência do problema anteriormente referido, que diz respeito à identificação direta do antigo território colonial português – considerado patrimônio pessoal do monarca – com o território sobre o qual irá se exercer uma soberania que se quer “nacional”, pode ser em alguma medida relativizado.

Isso por que se enveredarmos por uma perspectiva analítica que avalie o fenômeno da construção dos Estados independentes na América Latina não pelo viés da formação de diferenciadas identidades coletivas de fundo político, mas pelo ângulo da disputa pelo controle dos espaços colonizados por uma ou outra metrópole, o próprio território construído herdado pode atuar como elemento de continuidade, permitindo certo destaque ao fato de que:

Problema de outra ordem é estabelecer alguma anterioridade entre os territórios coloniais e os territórios nacionais na América ibérica quanto a continuidade de práticas e paradigmas político-administrativos que encontrariam no território uma herança marcante legada aos projetos políticos nacionais vencedores ao longo do século XIX. Projetos de unidade que teriam sido pensados com base na continuidade dos espaços de poder político antigos. (PIMENTA, 2002, p.51).

Nessa direção, o tema de nossas considerações passa a ser mais detalhadamente a descrição e análise das unidades espaciais de produção em seus círculos de cooperação e integração com outros lugares da América portuguesa no momento imediatamente anterior à independência – numa palavra, a herança material legada pela administração portuguesa –, deslocando-se o processo de emancipação política propriamente dito para uma posição mais de fundo. Com isso a análise pormenorizada do processo de independência surge aqui apenas como referência indireta, embora ele realmente possa ser tomado como fenômeno estrutural básico que exerce uma certa hegemonia sob os demais acontecimentos.

De qualquer modo, o que esperamos, por ora, é que tenha ficado nítida a maneira como o expediente de associar direta e recorrentemente o território colonial ao nacional pode vir a difundir uma noção equivocada de equivalência histórica natural entre o estabelecimento das fronteiras coloniais e o desenho das fronteiras nacionais, o que acabaria por mascarar potenciais variáveis presentes no processo de formação territorial do Brasil.

Por seu turno, essas potencialidades aparecem mais ou menos indicadas na existência, no caso brasileiro, de uma multiplicidade de projetos de futuro que se mostrariam até certo ponto provisórios, pois que baseados em arranjos e alianças estratégicas de grupos regionais

pretendendo legitimar um domínio político sobre áreas que muitas vezes entravam no espectro de interesses de outros grupos. Foi esse o caso, para ficarmos apenas num exemplo paradigmático da existência de territorialidades superpostas e conflitantes dentro daquilo que viria a ser o território brasileiro, das províncias do extremo Norte, nas quais surgiram projetos de grupos políticos paraenses que aventavam a formação de um bloco regional (que incluiria grandes porções das províncias de Goiás e Mato-Grosso) que manteria ligações diretas com Lisboa, não se subordinando ao projeto do Rio de Janeiro (MACHADO, 2005).

Com efeito, para que não percamos de vista a característica que mais nos interessa das variáveis presentes no processo de formação territorial brasileiro – as alterações ocorridas nas formas de controle do espaço – seria de bom grado que estabelecêssemos uma definição satisfatória de um termo que entendemos ser dos fundamentais para o ponto em questão, qual seja, a *territorialidade*, entendida enquanto prática que revela uma forma primária de expressão geográfica do controle social.

Numa definição de grande amplitude, a territorialidade pode ser conceituada, conforme nos lembra Robert Sack, como resultado das estratégias utilizadas por indivíduos, grupos ou organizações para influenciar ou controlar fenômenos e recursos naturais, pessoas e relações sociais através de uma delimitação do espaço que garanta o controle das ações e o exercício do poder sobre uma área determinada (SACK, 1986).

Nesse sentido, pode-se distinguir lugares que se expressam como territórios de outros tipos de lugares, uma vez que ao longo da história diferentes sociedades fizeram uso de também diversas formas de exercício do poder, organização geográfica e concepções de espaço para estabelecer um padrão de classificação por áreas, isto é, para criar categorias de inclusão e exclusão de pessoas e coisas a partir de sua localização no espaço.¹¹

Apesar dessa constatação, a prática da territorialidade não se restringe a relações de separação e exclusão, mas, como já notamos, ela também tem dentre suas funções seletivas o estabelecimento de comunicações, algo particularmente importante nas zonas fronteiriças de suas divisões, pois enquanto esforço de controle ao acesso de pessoas e coisas para dentro e para fora da área delimitada, a territorialidade acaba por representar uma nova relação de

¹¹ “Hence, territories are historically contingent while territoriality as a social practice seems to be based on some common principles (...) Territoriality is an effective instrument to reify and depersonalize power. This is particularly obvious in the case of states, which exploit territoriality in the control of their citizens and external relations. This control occurs by using both physical and symbolic power (ideologies). While territoriality is in operation at a variety of spatial scales, at societal level territoriality is instrumental in the regulation of social integration. Territoriality is crucial in defining social relations, and location within a territory partly shapes membership in a group” (PAASI, 2003, p.111).

equilíbrio de poder entre os pretendidos “controladores” e aqueles sobre os quais se quer exercer o controle (BLACKSELL, 2006).

Os esclarecimentos acima podem ser úteis para uma melhor colocação do problema, pois mesmo assumindo que os territórios colonial e nacional expressam formas distintas de territorialidade, logo, diversos modos de controle do espaço e de exercício de soberania, dificilmente se pode refutar que, no momento da emancipação política do Brasil, o substrato material sobre o qual se podia planejar os futuros territórios de realização dos projetos políticos então em desenvolvimento seria resultante, de alguma maneira, dos mais de três séculos de colonização lusitana, e isso mesmo tendo-se em conta a formulação de propostas de nação que não imaginavam sequer a continuidade de união dos antigos estabelecimentos luso-brasileiros.

Aqui, embora se admita que o território objetivamente construído ao longo da colonização portuguesa funciona como elo que estabelece certa continuidade entre a colônia e o império, dá-se um realce ao fato da variedade ser uma constante histórica, pois mesmo referidas a uma herança material até certo ponto comum, as territorialidades desenvolvidas nas várias etapas de consolidação do Estado independente brasileiro (I Reinado, Regência e II Reinado) são, se vistas em detalhe, diferenciadas entre si.

Seguindo, até mesmo a escolha do nome para o novo ente estatal – Império do Brasil – aponta para um equacionamento ímpar da questão da soberania e apropriação futura dos vastos fundos territoriais existentes, pois como bem demonstrou Bertrand Badie, a territorialidade imperial, diversamente daquela do Estado-nação, nega mesmo a rigidez da idéia de uma fronteira linear fixa, convivendo bem com a imprecisão fronteiriça e com a diversidade cultural (BADIE, 1996).

Essa flexibilidade territorial da forma imperial de governo, que consiste num modo de reiterada reorganização de sua política interna, coloca interesses econômicos e estratégias políticas, militares e diplomáticas numa contínua recomposição de territorialidades de geometria variável, e isso tende a revelar o império como uma construção política original dotada de um singular uso do território.

Por isso é que a compreensão das etapas de construção da territorialidade lusitana na América torna-se importante, pois através da análise desse processo pode-se visualizar a maneira como a representação de uma unidade espacial e de uma contigüidade territorial

própria foi forjada, ou melhor, recriada, a partir de uma herança concreta que indicaria ainda a possibilidade de uma “expansão para dentro” (MATTOS, 2005).

Tal expansão, por sua vez, viria em tese a garantir o exercício do expansionismo imperial dentro dos limites daquilo que poderíamos denominar, tomando de assalto expressão consagrada, como o “território imaginado” formalmente sob jurisdição do estado imperial brasileiro, mesmo que, em última análise, essa herança não passasse, do ponto de vista econômico, de um conjunto de regiões e lugares tenuamente articulados sobre o qual se pôde projetar politicamente linhas de fronteira que em muito ultrapassavam os limites efetivos da área de fato ocupada ao longo da colonização portuguesa.

Entretanto, fica colocado que é a formação dos círculos de cooperação entre as distantes partes da América portuguesa que tentaremos rastrear a partir da espacialidade da economia colonial, esperando que, com a reconstrução dessa materialidade intrínseca ao estabelecimento de nexos relacionais entre os lugares, possamos avançar um pouco mais no entendimento do processo de formação territorial brasileiro.¹²

Enfim, a “continuidade” que aqui se busca identificar na passagem da situação colonial para uma de Estado politicamente independente jazeria exatamente no processo de composição desse substrato geográfico construído¹³, que poderia funcionar como suporte a uma rede de relações articulando conexões territoriais em torno de virtuais centros políticos de poder quaisquer que fossem os projetos de organização política em disputa.

¹² Ao comentar a influência da época colonial na análise geográfica da formação territorial do Brasil, Antônio Carlos Robert Moraes conclui: “Esta conforma integralmente as bases do atual território nacional, num processo que – como visto – avança de núcleos de difusão litorâneos que, ao realizarem ocupação dos espaços contíguos de seus entornos, acabam por construir regiões coloniais que em suas inter-relações definem uma divisão espacial do trabalho que, por meio de seus círculos de cooperação, consolidam uma estrutura territorial individualizada. Esta expressa o resultado da instalação portuguesa nas terras sul-americanas, atuando como suporte das atividades econômicas entabuladas e base da sociabilidade praticada pelo colonizador” (MORAES, 2000a, p.416).

¹³ Sobre o estudo das condições materiais de produção dos efeitos político-administrativos, Antonio Manuel Hespanha afirma que: “O exercício quotidiano do poder político – a que chamamos administração – é, antes, uma prática corporizada em coisas – o espaço, os equipamentos e processos administrativos, as estruturas humanas da administração, o saber administrativo, a mentalidade administrativa (que nada tem a ver com a teoria política ou com a ‘ciência da administração’). Coisas que resistem aos factores externos – que o digam os fracassos das ‘reformas administrativas’ – e que segregam uma dinâmica própria. A este nível de análise, surpreendem-se as continuidades insuspeitadas; insuspeitadas pelos próprios agentes. Nas coisas e nas auto-representações. É o impensado da história do poder que vem ao de cima” (HESPANHA, 1986, p.2).

2) Realidades Regionais

O ponto principal seria então revelar a geografia material do território colonial português na América a partir de um exame de caso focado no que pode ser chamado de *fronteira Oeste* – a saber, a região formada na articulação entre a incipiente rede de cidades de Goiás, e os presídios, fortes, povoações esparsas, aldeamentos e vilas planejadas que dão a estrutura mais geral da província de Mato Grosso nos primeiros momentos do século XIX.

Dito de outro modo, nossa interpretação visa dar relevo à dinâmica daquilo que iremos qualificar como *bordas* (DONNAN&WILSON, 1998; NEWMAN, 2003) da colonização portuguesa na América, ou seja, busca-se compreender o processo de construção geográfica de uma formação social concreta através do estudo das políticas e práticas espaciais que influenciaram diretamente em sua configuração territorial.

Especificamente, buscamos mapear, no movimento final do processo de crise da colonização lusitana, as zonas de produção de cada mercadoria colonial, as redes de sua circulação e os centros de abastecimento e comércio da região enfocada a partir da visão de sua posição em relação às outras províncias durante o início do século XIX.

Importante ressaltar, de todo modo, que compreendemos não ser a geografia material reduzida apenas à localização dos objetos na superfície da terra, mas, ao contrário, salienta-se como essa materialidade pode ser mais bem identificada se entendida à maneira daquilo que se pode denominar *configuração* ou *organização territorial* (CORRÊA, 1986; SANTOS, 1988).¹⁴

Nesse caso, a construção social do espaço em seu aspecto visível – isto é, a produção das formas – relaciona-se diretamente às categorias de estrutura, processo e função, as quais tomadas em conjunto a partir de um determinado arranjo sistêmico chegam a constituir um padrão espacial para o qual o movimento, a sucessão e a duração são propriedades fundamentais.

¹⁴ O processo de organização e reorganização da sociedade mediante a transformação primária da natureza pode ser percebida nas marcas que a humanidade deixa na superfície da Terra ao longo da história, como as cidades, os campos de cultivo, estradas, portos, etc..., obras que apresentam um determinado padrão de localização próprio de cada formação social, conformando uma materialidade social que é produto e condição da reiteração contínua da sociedade em movimento: “A objetivação do estudo da sociedade pela geografia faz-se através de sua organização espacial (...) Como materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada” (CORRÊA, 1986, p.53).

Na acepção proposta por Milton Santos nenhuma das acima referidas categorias de análise do espaço são passíveis de serem tomadas individualmente, ao risco de incorrerem em análises supérfluas que se contentariam em descrever a aparência de fenômenos isolados, focando apenas aspectos epidérmicos de um dado momento histórico.¹⁵

Em definições sempre aproximadas, portanto, a forma seria o aspecto visível de uma coisa ou objeto, referindo-se a um arranjo ordenado ou padrão expresso por esse mesmo objeto. Já a função implica ou sugere uma tarefa, a atividade a ser cumprida pelo objeto criado, e a relação entre ambas seria direta na medida em que formas são criadas sempre a fim de cumprir funções específicas (SANTOS, 1985).

O processo, por sua vez, pode ser qualificado como uma ação que se realiza continuamente, implicando as noções temporais de continuidade e mudança. O termo estrutura, por fim, relativo a uma inter-relação entre as partes de um todo, não constitui algo com uma exterioridade imediata, embora seja um modo de organização ou construção dos objetos, espécie de matriz na qual são geradas as formas:

O que muitos não conseguiram entender no passado é que a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Tal valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período. Por conseguinte, precisamos compreender inteiramente a estrutura social em cada período histórico para podermos acompanhar tanto a transformação dos elementos naturais em recursos sociais quanto a mudança que esses novos recursos (formas) sofrem com o correr do tempo. Em suma a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura sócio-econômica específica dessa sociedade. (SANTOS, 1985, p.54).¹⁶

¹⁵ “Pode-se expressar a forma como uma estrutura revelada. Sendo mais visível, ela é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes extremamente diversas. A refletir os diferentes tipos de estrutura, aí estão diferentes formas reveladas – naturais e artificiais. Ambas estão sujeitas a evolução e, por esse meio, as formas naturais podem tornar-se sociais (...) Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes” (SANTOS, 1985, p.51-52).

¹⁶ “Então, o processo é o contínuo devir da forma, enquanto, respectivamente, a natureza fazendo-se natureza, a sociedade fazendo-se sociedade; é o movimento particular do processo que contém a permanência dos elementos da contradição e sua resolução, sendo também ponto de partida abstrato. O processo é, pois, uma figuração particular do movimento. Então, o processo social e o processo natural se põem como relação desigual e combinada, uma sucessão e simultaneidade de determinações em movimento, em durações e extensões diferentes, que se mostram como coerências da diversidade do real. Essa relação gera formas sociais e naturais múltiplas e diversificadas, no conjunto das variações do real.” (SILVA, 1991, p.37).

A sistematização aqui proposta procura reforçar o estudo da configuração geográfica entendida como o conjunto de cristalizações criadas historicamente pelo homem que explicitam o modo como a humanidade vai se organizando socialmente no espaço por meio de processos resolvidos em funções que se realizam por meio das formas, terminando por adquirir uma expressão territorial.

Por conter frações do social as formas podem ser consideradas verdadeiras *formas-conteúdos*, que estão constantemente mudando de significação na medida em que a sociedade lhes atribui, a cada momento, diferentes porções do todo social. Esse fato acaba por influenciar o posterior desenvolvimento da própria sociedade à maneira do prático-inerte sartreano, estabelecendo rugosidades que comprometem o devir (SANTOS, 1978; 1997).¹⁷

Dentro desse esquema, e de volta à temática do trabalho, temos que seria somente a partir da prévia caracterização da geografia econômica de Goiás e Mato Grosso que se poderia aventar hipóteses acerca da influência que teve para a organização territorial da região o desenrolar dos acontecimentos políticos então vivenciados. Isso permitiria evidenciar alguns aspectos da geopolítica da formação territorial brasileira, nos remetendo, ainda que de passagem, ao questionamento que envolve a construção e afirmação, no Brasil, de uma dominação estatal pós-colonial.

A visualização desse processo, numa reconstituição interpretativa de cunho retrospectivo centrada no território, dar-se-ia através do cruzamento dos resultados obtidos na análise do desenvolvimento econômico da região em seu processo de apropriação, valorização e transformação da superfície terrestre, com a atuação das suas elites dirigentes (grandes proprietários, comerciantes e a burocracia administrativa, militar e religiosa) no sentido de dar continuidade aos fluxos tradicionalmente encetados mesmo em meio às conflituosas situações vividas durante a deflagração do movimento de emancipação política brasileiro.

¹⁷ As rugosidades são na verdade uma espécie de testemunho de um momento do modo de produção, memória que se apresenta como espaço construído, pois as coisas fixadas na paisagem por meio das formas normalmente duram mais que os processos que lhes deram origem. Daí certos processos engendrarem novas formas enquanto outros se adaptam às já existentes, refuncionalizando-as de acordo com as necessidades do momento. Esse predicativo deve-se a chamada **inércia dinâmica** do espaço: “O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio econômico mas é também tributária das imposições espaciais (...) A ecologia trabalha com formas duráveis ou efêmeras, naturais e sociais, isto é, introduzidas pelo homem. As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades são o espaço construído, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (SANTOS, 1978, p.172 -173).

Detendo-nos um pouco, caberia uma aproximação relativa ao uso que daremos a noção de região. Trabalhando-a, como estamos, enquanto ferramenta analítica, restaria definirmos satisfatoriamente em que consiste a região numa formação social colonial.

De pronto poderíamos dizer que a região não deve ser reduzida às meras divisões administrativas metropolitanas (por exemplo, as capitanias ou prelações religiosas), nem tampouco ser identificada apenas pelas diferenças fisiográficas e ecológicas de cada localidade, pois numa colonização de exploração inserida nos parâmetros do Antigo Sistema Colonial:

se uma região possui localização espacial, esse espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Deste modo, a delimitação espaço-temporal de uma região existe como materialização de limites dados a partir de relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais (...) A *região colonial* como espaço vivo, em movimento, expressando a dominação exercida pelo colonizador sobre um território, mas sobretudo uma dominação sobre os demais participantes da aventura colonizadora. Reafirmando o caráter militar ou guerreiro que o empreendimento colonizador sempre guardou, a região se apresenta unida a uma noção militar e fiscal. (MATTOS, 2003, p.36).

Essa definição, feita por um historiador cujos objetivos gerais seriam, nesse pormenor, o de compreender a maneira como a empresa marítima e mercantil da colonização lusitana desdobra-se e se efetiva na América através da organização, pelos colonos, de uma estrutura produtiva que dá origem a diversas regiões, é seguro ponto de partida, mas não resolve de todo o problema.

O caso é que a noção de região e a análise ou método regional, que contém de forma genérica e imprecisa o princípio da divisão, a idéia de secção, de parte e todo, está intimamente ligada a própria possibilidade de desenvolvimento da geografia enquanto prática e tradição acadêmica (CORRÊA, 1986) agrupada de modo a erigir um campo científico até certo ponto individualizado.¹⁸

Assim, a diferenciação da superfície terrestre (uma totalidade) em unidades distintas identificáveis por meio da observação (cada uma um “pequeno todo”) que a idéia de região traz em si, pode ser considerada, se contemplada do ponto de vista da linguagem, operação

¹⁸ Uma explanação crítica de alguns problemas de legitimação científica existente na comunidade dos geógrafos encontra-se em Escolar (1996). Sobre a idéia de “campos científicos” consultar os escritos de Bourdieu (1989) e, mais detalhadamente, a coletânea de textos deste autor organizada por Renato Ortiz (1984).

que embasa modos de argumentação que de maneira ampla podem ser qualificados como “discursos geográficos” (MORAES, 1988; ESCOLAR, 1996).

Isso quer dizer que tomados enquanto saberes, práticas e discursos referidos de modo geral à superfície terrestre, um pensamento e um horizonte geográficos podem estar presentes nas formulações interpretativas que qualquer sociedade, em qualquer época, fazem a respeito dos espaços em que habitam.

Logo, entendidos como um tipo de conhecimento passível de ser identificado nas representações elaboradas pelas sociedades sobre os lugares, os discursos geográficos não se reduzem de maneira exclusiva àquilo que foi produzido no momento em que a geografia agrega uma gama de tradições acadêmicas e se institucionaliza como ciência, em fins do século XIX:

Portanto, é necessário não confundir Geografia com conhecimento geográfico, pois este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX. O conhecimento geográfico no que se refere ao conhecimento acerca do mundo está presente em qualquer civilização. E está presente porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. (LENCIONI, 1999, p.22).

Nesses parâmetros, a região, discutida agora enquanto um conceito integrante do arsenal analítico próprio da ciência geográfica, teve seu debate interno ao limite disciplinar tradicionalmente encaminhado de modo a separar o entendimento da questão em dois aspectos distintos.

De um lado, numa filiação que recorre a tradição francesa tributária sobretudo dos escritos de Vidal de La Blache¹⁹, enxerga-se a região como realidade concomitantemente natural e cultural empiricamente existente em porções da superfície terrestre²⁰, ou seja, a

¹⁹ “Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o (...) Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome Possibilismo dado a essa corrente por Lucien Febvre. A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiriam utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.” (MORAES, 1983, p.68-69).

²⁰ Na França do início do século XX o recurso aos estudos regionais possibilitou ver como indissociáveis os aspectos naturais e humanos subjacentes à relação homem-meio, o que resolveu parcialmente o debate de então acerca da separação da disciplina em uma Geografia Física e outra Humana: “O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos (...) Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma

região daria existência a algo passível de ser objetivamente distinguido pelas diferentes fisionomias das paisagens:

A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza. A idéia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de La Blache adota, constitui o resultado de um longo processo de evolução, de maturação da região (...) Região e paisagem são conceitos associados, podendo-se igualar, na geografia possibilista, geografia regional e estudo da paisagem (...) A região geográfica assim concebida é considerada uma entidade concreta, palpável, um dado com vida, supondo portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio. Neste raciocínio, chegar-se-ia à conclusão de que a região poderia desaparecer. Sendo assim, o papel do geógrafo é o de reconhece-la, descreve-la e explica-la, isto é, tornar claros os seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução (...) No processo de reconhecimento, descrição e explicação dessa unidade concreta, o geógrafo evidenciava a individualidade da região, sua personalidade, sua singularidade, aquela combinação de fenômenos naturais e humanos que não se repetiria. (CORREIA, 1986, p.28-29).

Por outro lado, há uma corrente do pensamento geográfico que vê os processos de regionalização como abstração intelectual que a partir de critérios pré-estabelecidos define um âmbito em cujo interior se encontram certos padrões de homogeneidade ou semelhança, donde decorreria que os recortes e divisões feitos pela observação da superfície terrestre são sempre provenientes de uma construção mental. A essa corrente racionalista embasada numa filosofia neokantiana (MORAES, 1983) costuma-se associar os nomes de Alfred Hettner e, principalmente, Richard Hartshorne.²¹

De fato, tipos específicos de organização do espaço podem dar aspectos de unidade a diferentes conjuntos regionais devido à extrema especialização que determinados usos sociais

análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região" (LENCIONI, 1999, p.100/105).

²¹ A tradição que essa corrente explicita dá extrema importância aos objetivos do pesquisador na análise dos fenômenos que integrados e inter-relacionados irão possibilitar a apreensão do processo de diferenciação de áreas, origem da diversidade unificada da superfície terrestre, sugerindo mesmo que operemos uma definição do conceito de região que a associa com um tipo singular de organização do espaço que só ganha existência efetiva com a presença de um grupo humano que lhe dê forma e extensão: "Consequently we not only have not yet discovered and established regions as real entities, but we have no reason ever to expect to do so. The most that we can say is that any particular unit of land has significant relations with all the neighboring units and that in certain respects it may be more closely related with a particular group of units than with others, but not necessarily in all respects. The regional entities which we construct on this basis are therefore in the full sense mental constructions; they are entities only in our thoughts, even though we find them to be constructions that provide some sort of intelligent basis for organizing our knowledge of reality (...) From the point of view of the areal divisions with which we are commonly concerned in regional geography, we conclude that it is not possible to define sections of the earth surface as regions that form units in reality, that we cannot correctly consider them as concrete individual objects" (HARTSHORNE, 1939, p.451/457).

dão a algumas áreas. Essa constatação nos permitiria, em hipótese, entrever os aspectos ideológicos e os objetivos políticos e econômicos que subjazem em todo e qualquer exercício de segmentação, hierarquização e controle do espaço em variadas escalas (MARTIN, 1993).

Os referidos tipos singulares de organização espacial são, com efeito, compreendidos aqui como decorrência de processos sociais que articulam funcionalmente, em torno de um (ou mais) “centro”, uma estrutura de lugares produtivos numa unidade de comando ou influência, o que pode vir a permitir a identificação de algumas formas coloniais de organização do espaço que se expressariam na consolidação de algumas áreas polarizadoras de fluxos.²²

Na verdade as formas coloniais de organização do espaço podem ser identificadas e distinguidas umas das outras não só pelas diferentes motivações que deram origem aos deslocamentos dos colonos em cada caso, mas pelo fato do processo colonizador avançar a partir de *zonas de difusão*, entendidas como núcleos de assentamento consolidados que embasam os movimentos expansivos posteriores e incorporam as *áreas de trânsito*, essas sem ocupação perene, mas por isso mesmo objeto de grande cobiça por permitirem a manutenção de um potencial de expansão futura, o que coloca em evidência os condicionantes regionais existentes (MORAES, 2000a).

Haveria ademais uma série de fluxos (ordens, pessoas, mercadorias, capitais) que respondem a tal especialização produtiva dos lugares, e, nesse sentido, as regiões coloniais só poderiam ser concebidas como inseridas num sistema mais abrangente, no caso o conjunto da América portuguesa, ela mesma uma parte do império lusitano:

Em suma, cada economia regional apresenta cronologia específica em sua formação territorial, constituindo um arranjo social singular (...) A dinâmica interior das formações coloniais pode ser mapeada pelos circuitos internos da produção e dos círculos de cooperação que se estabelecem. São eles as expressões e fundamentos dos interesses locais. As especializações complementares dos variados lugares,

²² A proposta de trabalhar com o conceito de região compreendido operacionalmente nesses termos indica, desde já, certa preocupação com aquilo que bem poderíamos denominar como um “sistema geográfico”: “Nesse sentido a região poderia ser definida como a unidade básica do espaço geográfico geral, que pode reunir certas características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, hidrográficas, oceanográficas, climáticas, biogeográficas e configurações específicas de vida humana. Nesse caso, ela constitui uma realidade singular apresentando a possibilidade de ser homogênea ou heterogênea em relação aos elementos que a constituem. O que parece importante acentuar é que ela se define segundo a existência ou a maneira como estão organizados e estruturados esses elementos que se inter-relacionam. A proposição de inter-relacionamento dos fenômenos é básica em Geografia (...) Assim, os elementos organizatórios de um sistema geográfico seriam todos os que contribuem para a existência de seqüências e regularidades suscetíveis de definirem o meio natural ou humanizado. O meio, por sua vez, é estruturado como decorrência da ação ou do movimento dos elementos que organizam o todo. Nesse sentido, os elementos estruturais são os que, em um momento dado, definem a ordem natural ou humana existente.” (SILVA, 1978, p.110-111).

dentro de uma dada divisão regional do trabalho, revelam certa maturidade do processo colonizador, que advém da perenização de alguns fluxos (MORAES, 2000a, p.279/283).

Fazendo um adendo, indicamos que a preferência em se utilizar o termo *área* ou *região* para designar tipos diversos de organização do espaço dependerá, em cada caso, dessa distinção mais ampla que tentamos estabelecer. Quando tratarmos mais propriamente de um conjunto de lugares produtivos expressando um complexo de relações de localização mais bem delimitadas, optar-se-á pelo emprego de *região*.

Ao contrário, nos casos em que os conjuntos espaciais analisados fizerem referência a zonas de influência mais fluidas, que prescindem mesmo de diretas ligações de vizinhança com o “centro” ao qual se relacionam mais fortemente, desses estando separados por grandes distâncias ou hiatos populacionais, mas que mesmo assim apresentam uma série de elementos comuns, de traços similares identificáveis, preferiremos utilizar *área*.

Interessante pontuar, de todo modo, que não se trata aqui de uma discussão meramente terminológica, circunscrita única e exclusivamente a um debate semântico, até porque, como aponta Armando Corrêa da Silva, num território há sobreposição, e não coincidência entre os limites regionais e areolares (SILVA, 1986a).

Por conseguinte, essa distinção, se não aprisionada numa estreita visão da escala geográfica entendida vis-à-vis escala geométrica da cartografia, pode vir a contribuir para uma melhor apreensão do modo como as instalações portuguesas na América expressavam-se territorialmente de maneira diferencial, com a expansão dos núcleos iniciais difundindo a colonização e criando economias regionais.²³

Aliás, retomando definições propostas anteriormente, sugere-se visualizar como a objetivação do projeto colonizador em território colonial pela difusão do povoamento por grandes extensões de terras que mesmo prescindindo de contigüidade espacial estavam aptos a manter certa coesão política pode ser mais bem identificada, em seu conjunto, por limites areolares, já que incluíam terras apenas transitadas e mesmo desconhecidas, como as áreas de trânsito e os fundos territoriais.

²³ “A centralidade geográfica, geralmente do núcleo difusor pioneiro, é outro elemento qualificador da região, num quadro onde expansão espacial e difusão da colonização são dois modos de nomear um mesmo processo. Os fluxos (exploradores, povoadores, de mercadorias) estabelecem a demarcação de cada assentamento colonial americano, definindo as regiões coloniais em movimentos onde os padrões da ‘mancha-de-óleo’ (na expansão) e da ‘bacia de drenagem’ (na consolidação) aparecem como predominantes (...) De todo modo, cabe assinalar que é a subordinação a um domínio político externo e a inserção subordinada nos circuitos imperiais que qualificam tais espaços como ‘coloniais’. As regiões coloniais são, antes de tudo, partes de um império. Mas são também partes de territórios coloniais diferenciados” (MORAES, 2006, p.12).

Por sua vez, a construção e efetivação de núcleos mais consolidados de povoamento, conformando um espaço de tessitura social mais densa e acabada que podem incluir cidades ou até redes de cidades, numa palavra, aquilo que chamamos de territórios usados das colônias, vêm expressar a afirmação do domínio colonial. Nesse sentido os limites regionais apareceriam retomando o significado de governo ou comando circunscrito no antigo termo militar *regere* que deu origem à palavra região, adequando-se perfeitamente à situação acima descrita (FOUCAULT, 1979).

O que estamos querendo dizer é que o processo concreto de ocupação e configuração territorial da colônia se processava em função de um mecanismo mais geral de organização da economia como um todo, ou seja, a própria análise da forma como o espaço colonial é socialmente produzido nos remete a um conjunto de relações e interesses que vão se entabulando e se modificando, em cada lugar e a cada momento, em sintonia com a própria dinâmica do sistema de exploração colonial, que teria o objetivo prioritário de produzir para dinamizar o mercado europeu (FURTADO, 2000; ANDRADE, 2004).

Assim, buscando um elemento mediador entre o acontecer dos eventos e os processos estruturais que se desenrolavam, pode-se estabelecer uma primeira aproximação entre *colonização* e *sistema colonial*, visto que nem toda colonização – que é um fenômeno mais amplo, verificado nas mais diversas situações históricas e que diz respeito ao processo mais geral e universal das migrações de grupos humanos²⁴ – se dá dentro dos quadros do sistema colonial. Noutras palavras, o sistema colonial que dá sentido à colonização européia entre os descobrimentos marítimos e a Revolução Industrial é uma forma de colonização específica do Antigo Regime (NOVAIS, 1969).

Por isso, se queremos estudar o período vivenciado como uma crise que afligia tanto o Antigo Regime quanto o Sistema Colonial, o que está em jogo é a análise desse mesmo sistema, componente básico da colonização na época mercantilista e, portanto, o elo capaz de

²⁴ Acompanhando Maximilien Sorre, podemos ainda dizer que as migrações que embasam os movimentos colonizadores, com a decorrente apropriação e transformação das novas terras visando a perenização da ocupação via construções fixas e transferência populacional, são, nesse sentido mais amplo, a expressão básica da mobilidade do ecúmeno: “Os gregos denominavam ecúmeno à área de extensão do homem. Esta palavra abarca dois elementos associados: a idéia de um espaço terrestre com seus limites e a idéia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. E nos deparamos pela primeira vez com o tema fundamental do arraigamento ao solo, da permanência (...) O estudo dos vínculos entre o homem e o meio – ações, relações, interações – explica o fenômeno do arraigamento, tanto mais notável quanto sabemos ser o homem o mais dotado de mobilidade entre os seres vivos” (SORRE apud MEGALE (org.), 1984, p.126-127).

estabelecer mediações entre os diversos níveis da realidade, ultrapassando meras manifestações pontuais da crise.²⁵

Desse modo, se sabemos que a colonização européia moderna se efetuou primeiramente como um desdobramento de uma expansão puramente comercial, ou seja, dada a natureza eminentemente comercial da colonização (PRADO JR., 1998; 2000), vemos que o *sentido* da exploração das colônias passa gradativamente da comercialização de bens produzidos por sociedades já estabelecidas (como as especiarias das Índias Orientais, por exemplo) para a produção de mercadorias e a montagem de uma sociedade nova.²⁶

Finalizando essa parte, esperamos ter deixado claro que para os objetivos colocados nesse trabalho deve-se tomar por princípio que todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um determinado grupo humano, isto é, compreendemos a colônia como a expressão material de uma efetiva ocupação e controle, por uma sociedade, de um novo território.

Toma-se pois a conquista como uma determinação básica estabelecida na relação entre uma sociedade que se expande e a área na qual se exercita essa expansão, o que acaba por incluir assim não só os recursos ambientais possivelmente existentes, mas também a população que porventura viva nos lugares a serem conquistados.

No fim das contas, a tentativa é de retomar o papel central que o interesse pelo domínio da terra cumpre na passagem da conquista para a efetiva colonização, fornecendo, nesse movimento, as *bases* da formação territorial das antigas colônias latino-americanas:

E pode-se avaliar que, numa apreciação de conjunto, a existência de fundos territoriais atravessou todo o período colonial americano. E havendo terra “virgem” para ser apropriada, havia conquista. E havendo conquista, a dimensão espacial vem ao centro da estruturação da vida econômica e social, tornando-se também mais uma determinação histórica. Sintetizando, a valorização colonial do espaço

²⁵ “Podemos, enfim, compreender nas suas múltiplas conexões, o *sistema colonial*, esse conjunto de mecanismos – normas de política econômica e relações econômicas efetivas – que integra e articula a colonização com as economias centrais européias, realidade subjacente e imanente no processo concreto de colonização; que a ajusta continuamente ao seu “sentido”. Não se trata pois de simples denominador comum presente em todas as manifestações concretas do processo histórico, mas do determinante estrutural, componente a partir do qual é possível compreender o conjunto das manifestações, tornando-as inteligíveis, o elemento enfim que explicita e define os demais, e não se define por eles” (NOVAIS, 2001, p. 70)

²⁶ “O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos da colonização na época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção dos núcleos criados na periferia dos centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional” (NOVAIS, 2001, p. 72).

necessita de agentes “passivos” (populações e lugares submetidos) que se amoldem aos interesses do sujeito colonizador, o qual os organiza segundo uma lógica subordinada a um mercado e a um centro difusor externos. Lógica mercantil atraída por recursos raros, por riquezas entesouradas, e por possibilidades de produções complementares de alto valor nas trocas internacionais. O povoamento, a instalação de equipamentos, a fixação de valor, tudo responde a essa lógica, até o momento em que o volume do capital internalizado começa a gerar interesses locais, que podem antagonizar ou não com os da metrópole, ao sabor das conjunturas. (MORAES, 2000a, p.282).

3) O Aporte Geográfico

Nos parâmetros até agora estabelecidos a geografia histórica que se depreende pode ser pensada como uma mediação particularizadora na compreensão de uma sociedade concreta, uma vez que através da análise da *formação territorial* brasileira visa-se acrescentar elementos à compreensão da espacialidade da vida social²⁷ num pedaço da colônia.

Nesses termos, a hipótese geral da qual partimos parece indicar que após o descobrimento das jazidas de ouro nas adjacências do rio Cuiabá nos primeiros momentos do setecentos, o início de uma colonização em senso estrito fez-se pautada por uma específica estratégia de ocupação do vale do rio Paraguai. Tendo como pontos centrais os futuros distritos mineradores de Cuiabá e, posteriormente, do Mato Grosso (com sede em Vila Bela, no vale do rio Guaporé), tal estratégia se desenvolveu dando sustentação a um eixo que grosso modo seguia uma faixa ao longo do curso dos principais rios que serviam de vias de penetração para essas localidades.

Em verdade, se for dada a devida atenção à proximidade dessas minas com os estabelecimentos espanhóis de Moxos e Chiquitos, pode-se até perceber uma articulação entre os propósitos de defesa e os de exploração econômica, pois o que seria almejado era principalmente a exclusividade da navegação em trechos fundamentais para o controle das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul (a do Amazonas e a do rio da Prata) através do domínio de suas cabeceiras.

²⁷ “Assim, a produção da espacialidade, em conjunto com a construção da história, pode ser descrita como o meio e o resultado, a pressuposição e a encarnação da ação e do relacionamento sociais, da própria sociedade. As estruturas sociais e espaciais estão dialeticamente entrelaçadas na vida social, e não apenas mapeadas uma na outra como projeções categóricas. E dessa ligação vital provém a pedra angular teórica da interpretação materialista da espacialidade, o reconhecimento de que a vida social é materialmente construída em sua geografia histórica, de que as estruturas e as relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais que evoluem no tempo, seja qual for o modo de produção” (SOJA, 1989, p.155-156).

Isso provavelmente teria em vistas não só a proteção das recém descobertas minas cuiabanas e o conseqüente controle de grandes extensões adjacentes de terra que daí decorreriam, mas também o esboço, nesse momento muito mais no plano ideal do que efetivo, de uma linha fronteira que funcionaria como anteparo defensivo para as já ricas jazidas de Minas Gerais, além de garantirem a possibilidade de outros achados que de fato não tardaram a ocorrer.

O que queremos dizer é que em documentos de época tais como as correspondências trocadas entre os administradores régios coloniais e a Corte abundam a caracterização de Cuiabá e seu entorno como sendo a “chave e propugnáculo para todo o sertão da América”, daí decorrendo uma necessidade de fixação e povoamento que garantisse a configuração do “antemural da Colônia”, entendido esse termo tal como se fosse uma barreira que funcionasse como freio a um hipotético avanço espanhol sobre essas áreas (VOLPATO, 1987).²⁸

Além disso, seria também importante notar que os achados auríferos feitos pelo Anhangüera nas proximidades dos rios Claro e Vermelho, em terras futuramente goianas, foram posteriores ao *rush* migratório em direção a Cuiabá. Localizadas a meio caminho entre Cuiabá e Minas Gerais, essas novas descobertas podem ter dado aos funcionários régios a medida exata de importância em se manter a todo custo o posto avançado de ocupação que as primeiras representavam em relação às novas e ricas “minas dos Guayases” que então se iniciavam a explorar (BERTRAN, 1988; CANAVARROS, 1998).

Tais constatações permitem-nos mesmo indicar algumas respostas aos questionamentos colocados no início do capítulo, pois o recurso a documentos de época parece sugerir, para além de qualquer determinismo, que de fato pode ter havido certa intencionalidade no processo de ocupação efetiva tanto das áreas no entorno de Cuiabá como dos caminhos utilizados para se chegar às minas de ouro.

Ficando mais próximos do universo de pesquisa, poderíamos fazer um breve comentário acerca da criação das capitanias durante o século XVIII. Ambas têm histórias muito similares,

²⁸ Poderíamos citar uma Consulta ao Conselho Ultramarino de 1748 sobre a constituição do governo das novas capitanias de Goiás e Mato Grosso, na qual se diz sobre a última que esperavam que “*por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem, se procure fazer a Colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo interior do Brasil*” (Apud ARAÚJO, 2000, p.71). Ou ainda a carta enviada ao rei em 1757 por Antonio Rolim de Moura, primeiro governador de Mato Grosso, que trata da fundação da nova capital da capitania, Vila Bela: “*Parece-me que V.Magde. não mandou formar essa Vila ao cômodo e satisfação dos moradores do Matogrosso, nem eles tal Vila pediam e nem queriam. O motivo que V. Magde. toma para esta determinação é a vizinhança que este distrito tem com as terras de Espanha, por cuja causa lhe chama V. Magestade Chave e Propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru, e assim o sítio desta Vila devia especialmente corresponder a este fim, ainda que daí resultasse algum incômodo aos moradores*” (Apud ARAÚJO, 2000, p. 41)

e seu processo de ocupação e autonomização administrativa está diretamente ligado ao desenvolvimento da atividade mineradora na região: no Mato Grosso, os primeiros achados de Pascoal Moreira Cabral, às margens do rio Coxipó, em 1719, inauguram o estabelecimento de núcleos fixos de povoamento português nessa localidade.

Já em Goiás o marco principal de ocupação seria a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera Filho, que impulsionada pela confirmação da descoberta de ouro em Cuiabá e a conseqüente abertura de um caminho quase todo fluvial que ligava essa localidade a São Paulo, daí saiu no dia 3 de Julho de 1722, rodeando por três anos os sertões do Planalto Central até finalmente encontrar, em 1725, ouro no rio Vermelho.

Nesse quadro, nos anos que antecederam o Tratado de Madri (assinado em 1750) a Coroa teria estimulado a criação de inúmeros núcleos de povoamento que cumpririam o objetivo de garantir a ocupação e justificar, por ocasião das negociações, argumentos que pleiteavam a posse definitiva de terras formalmente espanholas (GÓES FILHO, 2001; MAGNOLI, 2003). A estratégia culmina na divisão da antiga capitania geral de São Paulo e a fundação das novas capitanias de Goiás e Mato Grosso.

A primeira, criada em 1744, continuou presa administrativamente a São Paulo até 1748, pois que apenas no ano seguinte toma posse, meia década após a criação de Goiás como capitania, seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha. Já a capitania do Mato Grosso, que abrangia os distritos mineradores de Cuiabá e Mato Grosso (centrado nas proximidades do rio Guaporé), foi criada em 1748, tomando posse seu primeiro governador, D. Antônio Rolim de Moura, em 1751.

Dito isso, sabemos que nosso estudo tentará construir um foco centrado preponderantemente num momento de transição, pois no que diz respeito à conjuntura sócio-econômica, as capitanias analisadas, no início do século XIX, deixam de ter economias calcadas na mineração, passando a depender cada vez mais de uma incipiente produção agropastoril.

Em outras palavras a *ruralização* da vida durante esse século muda a configuração territorial das capitanias surgidas como distritos mineradores, operando toda uma transmutação na geografia de Mato Grosso e, principalmente, Goiás, já que se passa de uma população radicada quase que exclusivamente em centros urbanos para uma dispersa pelos campos.

Em Goiás as mudanças foram mais evidentes por dois motivos básicos: primeiramente, a própria exploração do ouro atingiu nessa capitania níveis mais elevados que deram origem a um povoamento mais estável, com fluxos mercantis perenes e uma rede de cidades até certo ponto consolidada, ao passo que, no Mato Grosso, as necessidades de defesa e o caráter militar do governo da capitania devido a sua condição de “antemural da Colônia” sempre acabavam por consumir a maior parte dos cabedais e esforços de seus habitantes (LENHARO, 1982; VOLPATO, 1987).

Olhando por outro lado, um ângulo passível de ser levado em conta talvez esteja naquilo que Renata Malcher de Araújo reputa como um dos traços de origem que define os territórios coloniais da América – a saber, as constantes disputas fronteiriças luso-espanholas resolvidas através de negociações diplomáticas e guerras.

Partindo então do pressuposto que a divisão de Tordesilhas representa uma partilha de terras ainda não conhecidas, pode-se chegar a concluir que o início de processo de construção do território português americano estabelecia um confronto que tinha por base uma disputa entre Coroas na qual sistematicamente se excluía outros oponentes, pois se estava a decidir e negociar um domínio pré-estabelecido sobre terras incógnitas, o que acabou por reeditar na América as rivalidades históricas dos territórios confinantes da Península Ibérica (ARAÚJO, 2000).²⁹

Do mesmo modo, uma maneira complementar de compreender a noção de território com a qual os portugueses trabalhavam no período histórico em análise seria a que concebe conceitualmente o território colonial luso-americano não só como um espaço referenciado a partir de Tordesilhas, linha negociada e compactuada que o fez surgir conceitualmente, mas como espaço “*que se define tanto pelo seu contorno como pelas suas ligações*” (ARAÚJO, 2000, p.48).

Emerge dessa assertiva a visualização da importância que para a história da região como um todo recairá na estruturação dos caminhos (TEIXEIRA NETO, 1982; 2002), que terão a

²⁹ “Surgidos no âmbito de um acordo, e assim entendidos e apropriados pelas duas coroas ibéricas, os territórios coloniais dos portugueses e espanhóis na América mantêm, em vários aspectos, uma identidade eminentemente relacional e até complementar (...) Assim, para a formação da identidade territorial importava tanto o que ele era, como o que ele não podia ser, ou seja, seria território português o que não fosse espanhol, e ao contrário também (...) Com efeito, duas grandes noções sustentam a idéia do território português que então se forma na América. Por um lado, a noção de território como espaço que se interpõe até se encontrar o oponente, permitindo a posse até o limite oferecido como resistência. Por outro, a noção da linha, a linha que já lá estava, desde sempre, que não é precisa, mas que é definidora de um limite até onde se pode ir (...) A estas duas noções deve-se acrescentar ainda a base contratual em que se funda a discussão sobre o território, estabelecendo uma conjuntura em que a representação do domínio pesa tanto quanto o domínio em si.” (ARAÚJO, 2000, p.45/47).

função não apenas de estabelecer meios para alcançar os lugares almejados, mas também, e sobretudo, poderão cumprir o papel estratégico de manter e defender as terras encontradas, oferecendo ainda uma idéia relacional da totalidade em expansão do espaço colonial através do adensamento de informações coletadas ao longo dos percursos:

todo processo de incorporação do território brasileiro baseia-se na descoberta anterior do(s) caminho(s) que permitiram alcançar cada ponto, caminho marítimo, inicialmente, e depois caminhos terrestres e fluviais. Os percursos pioneiros realizados no espaço garantiram para os seus seguidores a conexão possível entre o conhecido e o desconhecido, ampliando sucessivamente os limites da procura. A descoberta da passagem viabilizava a demanda do território (...) Os caminhos foram a estruturação básica do território e sobre eles se fundamentaram tanto a conquista quanto a ocupação das terras. Disputava-se para garantir a possibilidade de percorrer os caminhos, assim como para impedir que outros o fizessem (...) O caminho é portanto um método de apreensão e de apropriação conceptual do espaço, espaço contínuo, e não necessariamente visível ou utilizável, mas sobre o qual se exerce o poder do seu conhecimento virtual, e se reivindica a sua posse potencial, ou direito de utilização. (ARAÚJO, 2000, p.67/69).³⁰

Isso posto e agora se pode ver de outro modo a relação estratégica que, no momento da negociação dos tratados de limites, vai procurar se estabelecer entre a argumentação portuguesa e a consolidação das rotas de penetração que com o passar do tempo vieram a dar materialidade e viabilidade ao “antemural da Colônia”.

Definindo mesmo possíveis linhas de investigação, teríamos, neste detalhe, a elucidação das políticas territoriais idealizadas e desenvolvidas pela Coroa portuguesa para suas possessões ultramarinas americanas, o que implica dar relevo às ações de reconhecimento, ocupação e planificação do uso do território, além, é claro, da importância que aí adquire a cartografia, que pode aparecer delineando a relação entre Estado e território:

La exploración y reconstrucción de geografías pasadas imaginadas o representadas para la comprensión de los problemas que tienen que ver con las configuraciones territoriales de las antiguas colonias construye el núcleo de los estudios realizados dentro de esta perspectiva (...) consideramos que la sistematización e interpretación de la cartografía producida históricamente permite hacer una lectura particular de las acciones territoriales que el primero lleva adelante en coyunturas específicas. A su vez, ella aparece como instrumento de la política territorial (...) La articulación de la relación poder-conocimiento nos puede guiar en la comprensión del estudio de la

³⁰ “A defesa dos caminhos no processo de colonização do Brasil era, literalmente, assunto de Estado. O território onde este exercia a sua soberania conformava-se através de uma rede de percursos. O Estado manda até onde alcança e, num contínuo empurrar, e solidificar, da sua área de influência, procurará sempre defender os seus caminhos, gerindo-os como um processo político. Há caminhos que são liberados, outros que são proibidos, há caminhos oficiais e clandestinos” (ARAÚJO, 2000, p.71).

formación de los espacios coloniales desde un punto de vista político. De esta manera el énfasis del análisis será puesto en los procesos de constitución de los territorios de América Meridional. (ZUSMAN, 2000, p.37/40/45).³¹

Estas rotas de penetração, que cartografadas dariam já o esboço de uma idéia de todo ao território colonial em formação, seriam, no rumo Norte, o caminho que saia de Vila Bela (vila planejada na década de 1750 para ser a capital da nova capitania do Mato Grosso) e seguia pelo alinhamento dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira até este encontrar o Amazonas pela sua margem direita, daí demandando Belém (LAPA, 1973; GÓES FILHO, 2000).

Já ao Sul, esse caminho fluvial estabelecia-se de início pela célebre via aquática entre Ararituaba e Cuiabá, tantas vezes evocadas nos clássicos estudos de Sérgio Buarque de Holanda (2000;2005). Nele, seguia-se Tietê acima até o Paraná, daí rumando depois para o alinhamento Pardo-Coxim, de onde se conseguia atingir o Taquari pelo estreito varadouro seco de Camapuã, deste passando-se até os rios Paraguai e Cuiabá, um seu formador pela vertente oriental (KOK, 1998).

Ademais, lembremos que o rio Pardo foi de fato a pioneira porta de entrada para os sertões de Goiás e Mato Grosso. Isso porque por meio do caminho em que se atingia a partir dele o rio Coxim até o Taquari, poder-se-ia, a depender do rumo seguido, ou ganhar as cabeceiras do Paraguai, como dissemos, ou mesmo se alcançar as nascentes do Araguaia e rio das Mortes, pois através do caminho aquático dos rios Caiapó, Claro, Vermelho e Peixe se podia chegar interior mais profundo de Goiás (TEIXEIRA NETO, 2002).

Outra ligação de crucial importância pra toda a região será a estrada terrestre, oficializada em 1736, que ligava Vila Boa de Goiás à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, pois a partir daí *“começam a definir-se melhor os contornos regionais, existindo, via Goiás, comunicações habituais com São Paulo, Bahia e Minas Gerais, além das rotas monçoneiras, fluviais, entre Mato Grosso e São Paulo”* (BERTRAN, 1988, p.19).

³¹ No caso, a importância que vai adquirir a ação cartográfica portuguesa na América será de suma importância para o desenvolvimento das negociações diplomáticas ao longo do século XVIII. De fato, na passagem do século XVII ao XVIII o debate que se fazia a respeito dos direitos de soberania por sobre terras e mares deu base para a elaboração de novos paradigmas de soberania territorial, com uma visão secular suplantando paulatinamente a concepção teológico-política que até então justificava a jurisdição legítima sobre territórios coloniais conquistados: “Desde a paz de Westfalia (1648), os mapas tornaram-se parte do argumento jurídico de definição de fronteiras e limites territoriais entre diferentes Estados imperiais europeus. Está em gênese uma nova concepção de soberania articulada com um território espacialmente definido. Nesse sentido, os mapas tornaram-se testemunhos de uma tensão permanente entre o domínio nominal e o domínio efetivo e seus efeitos no plano internacional (...) O Tratado de Westafalia inaugurava uma atitude secularizante frente ao problema do domínio e soberania territorial, esvaziando o direito de arbitragem papal.” (KANTOR, 2007, p.77).

Há até mesmo a probabilidade de que venhamos a entrever uma espécie de convergência de interesses envolvendo colonos e autoridades régias nesse processo de apropriação de terras ao longo das rotas, o que em tese pode ajudar a esclarecer alguns pontos relativos às variações de um movimento pendular bem comum da política metropolitana para seus domínios ultramarinos, que prima ora por restringir, ora estimular, as ações autônomas de seus colonos.

No mais, a rede de cidades da capitania de Goiás, um pouco mais desenvolvida e polarizadora de fluxos perenes, funcionaria nesse enquadramento como uma retaguarda consolidada da ocupação do Brasil Central, estabelecendo com o Mato Grosso uma relação de complementaridade que poderá nos permitir a visualização dos intensos movimentos migratórios que ocorriam na parte interior da colônia: o Brasil “de dentro”, imagem inversa do mundo exportador voltado para o Atlântico Sul.

Assim, o referido mosaico de domínios portugueses viria a ser identificado com a estrutura e organização do território engendrada pela colonização, pois cada núcleo (um lugar ou conjunto de lugares em seus nexos territoriais), funcionando como ponto nodal de uma trama, exerceria a função de centro articulador de uma região, na medida em que integrava complementar e hierarquicamente em sua esfera de convergência outras localidades com as quais interagiria (JANCSÓ&PIMENTA, 2001).

Estabelecidos esses princípios, buscaremos desenvolver uma ótica geográfica de interpretação do processo histórico que o compreende como um movimento progressivo de apropriação e transformação do planeta, tal como uma reiterada antropomorfização do espaço. Essa ótica está fundamentada no entendimento de que:

A vivência social do espaço cria *rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhe deram origem (...) Tem-se, assim, um espaço produzido herdado (formas pretéritas, estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra) que sobredetermina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica da história humana. (MORAES, 2002, p.52).

Dessa maneira incorporamos o movimento na pretendida análise geográfica de uma realidade histórica específica, colocando em evidência os diferentes momentos nos quais uma sociedade em constante mudança realiza-se, mediada pelo trabalho, ao se inscrever reiteradamente numa paisagem que lhe é anterior.

Isso quer dizer que na dinâmica das relações sociais esse espaço produzido herdado é continua e imperativamente chamado a desempenhar outros papéis, visto que a cada momento há uma nova apropriação que refuncionaliza essas formas pretéritas:

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas existentes. Daí a estreita relação entre a divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e sua repartição espacial (SANTOS, 1979, p.40).

A preocupação com esse detalhe tenta evitar que se tome o espaço apenas como um pano de fundo impassível e neutro das ações sociais em seu processo de desenvolvimento histórico³², verdadeiro anacronismo geográfico que acabaria por reduzi-lo a um mero reflexo estático da sociedade, propagando mesmo a impressão de que a geografia é uma ciência que trata apenas de aspectos externos da realidade social.³³

Nessa ordem de considerações a solução mais adequada apontaria para a necessidade de compreensão e entendimento do espaço como uma categoria do pensamento geográfico que deve ser tomada tal um “condicionante condicionado”, verdadeira estrutura social que influencia o vir a ser da sociedade:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p.26-27).

De fato pensamos numa geografia histórica que permita focar o processo de formação territorial brasileiro em articulação, de um lado, com os projetos políticos e os sujeitos envolvidos na elaboração das propostas de políticas territoriais, e de outro, com as mudanças

³² “Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial (...) Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p.81).

³³ “Essa idéia da Geografia como preocupando-se com *fatores externos* (a Economia, a Sociologia e a Política cuidariam dos aspectos internos) é muito antiga e encontra-se bastante difundida (...) Uma das razões que causam ao leitor a impressão de que a Geografia trata de aspectos *externos* da realidade é a de que cabe a ela o estudo de um objeto que inclui, ao mesmo tempo, a Natureza e a vida social, entendida a primeira às vezes como *exterior* à segunda. Daí as três categorias principais dos geógrafos: os que privilegiam a natureza, os que insistem na interação homem-meio (natural) e os que tentam propô-la como ciência social.” (SILVA, 1978, p.114-115).

efetivas na organização material do território. Ou seja, diferencia-se e relaciona-se a realidade fático-material identificada na organização dos objetos e seres na superfície terrestre, e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa mesma realidade.

É a partir dessa interpretação que devemos compreender as relações entre a expansão da ocupação em Goiás e Mato Grosso ao longo do século XVIII, as necessidades concretas dos colonos, e os objetivos estratégicos da Coroa, pois foi embasado no conjunto dos núcleos consolidados de povoamento na região, que configuravam o *território usado* da colônia naquele momento, que se tornou possível efetuar uma apropriação legitimada das grandes extensões adjacentes de terra que, à época, eram *fundos territoriais* – áreas de soberania incerta que podiam funcionar como um estoque de espaços para ocupações futuras.

Por conseguinte, o início da mineração nas primeiras décadas do século XVIII permite de maneira razoável que se possa visualizar todo um esforço da administração lusitana em construir um aparato institucional de controle das minas que pôde vir a ser identificado nas formas geradas no processo de configuração territorial do “complexo da mineração” da Colônia em sua frente mais ocidental.

Conforme iremos argumentar, a constituição desse aparato jurídico, fiscal e militar pode ser compreendido, em dado momento, como se fosse parte integrante de um projeto expansionista do Império português que lograria legitimar a soberania de Sua Majestade Fidelíssima sobre vastíssimas áreas localizadas na parte central da América do Sul.

De volta ao momento de transição do século XVIII para o XIX, temos que as formas geradas nos dois primeiros séculos de colonização da região, mormente enquanto a mineração esteve em alta, condicionam agora seu uso, sendo reapropriadas a partir das necessidades reais da nova atividade hegemônica que se desenvolve, o que equivale dizer que:

De fato no século XIX a estrutura básica do território continuaria sempre voltada para a antiga zona da mineração – que constituía o assentamento da conquista da região. Era uma infra-estrutura legada por demais extensa para servir as dimensões reais de uma economia agora apenas agropecuária (BERTRAN, 1988, p. 29).

Reforçando, teríamos os caminhos fluviais e terrestres com seus pontos de apoio estrategicamente plantados (com destaque para os postos fiscais, os registros e contagens, além dos pousos e pequenos arraiais destinados ao descanso e reabastecimento dos comboios), a incipiente rede urbana, referência fixadora da população naquelas ermas paragens e centralizadora dos serviços típicos do Estado, mais os presídios, aldeamentos e fortalezas, condicionando seu uso no momento de declínio mais evidente da economia

mineradora e de reestruturação da economia regional, sendo essas formas novamente apropriadas e refuncionalizadas, já no XIX, a partir dos limites e necessidades reais da nova atividade econômica que se organizava.

Isso quer dizer que uma estrutura construída num momento específico do processo de colonização da região pôde persistir e, como rugosidade, cumprir um papel diferenciado no momento posterior de rearticulação e reorganização mais ampla pela qual passava a sociedade brasileira:

Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (...) Os modos de produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção (...) quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subseqüentes da produção (SANTOS, 2002, p.173-174).

Esclarecer as etapas de produção da territorialidade lusitana na América, assim como verificar a maneira como esse espaço construído herdado influenciou, no processo de formação territorial brasileiro, foram os pontos aqui levantados que tentaremos colocar em perspectiva mais aprofundada nos capítulos subseqüentes. Finalizando, dos pressupostos a serem levados em conta ao longo do desenvolvimento do trabalho, papel fundamental deve ser dado ao papel de fundo a ser ocupado pela discussão do movimento de emancipação política do Brasil, que não será o cerne de nossas preocupações, mas estará como referência perpassando as conclusões que porventura conseguirmos inferir da apresentação dos dados.

Assim, ao tentarmos rastrear a espacialidade advinda do prosseguimento dos fluxos de ordens, pessoas e capitais nos primeiros momentos do século XIX, que era o que poderia dar sustentação aos nexos de relações entabuladas entre as regiões, deixamos de adentrar em detalhe nas discussões acerca dos projetos políticos então em disputa durante o processo de independência, pois a despeito das grandes alterações institucionais experimentadas pelo Estado brasileiro, a manutenção da dinâmica de desenvolvimento espacial iniciado ainda numa realidade colonial parece indicar certa continuidade entre a colônia e o império que em hipótese poderia vir a ser cimentada pelo território em seu processo de formação.

CAPÍTULO II

A DESCOBERTA DOS CAMINHOS E O APRENDIZADO DA NATUREZA

1) O Sertão: Imagens e Representações

Nesse capítulo iremos nos concentrar em alguns dos aspectos envolvendo o processo de configuração e organização territorial das antigas capitanias de Goiás e Mato Grosso, mas ainda não falaremos do início da exploração do ouro e conseqüente montagem de uma estrutura de suporte a colonização no século XVIII, restringindo-nos aos primeiros movimentos de interiorização dos fluxos migratórios em direção aos planaltos centrais Sul americanos e terras alagadiças da bacia do Alto Paraguai, entre fins do século XVI e XVII.

Contudo, se pretendemos tratar mais especificamente dos momentos preliminares do processo de expansão e fixação da ocupação portuguesa por essas extensas faixas de terras, é bom que o façamos de modo a não incorrermos, durante a revisão bibliográfica que se impõe, nos mesmos equívocos já identificados pelas recentes produções historiográficas regionais, principalmente os advindos de interpretações que defendem serem essas áreas totalmente desconhecidas e incógnitas até o advento da mineração.

Assim, conforme tentaremos na medida do possível demonstrar, haveria um modo de se posicionar frente ao processo histórico de formação de Goiás e Mato Grosso já profundamente arraigado nas interpretações comumente veiculadas nos meios letrados, quer dizer, trabalhos acadêmicos lograram vulgarizar um elenco de explicações recorrentes que findam por acompanhar qualquer tentativa de interpretação histórica da região.

O que queremos dizer é que a existência de um conjunto de representações sobre as capitanias e sua população que difundem a associação da região com a imagem do **sertão** e da **fronteira** (ou do sertão-fronteira)³⁴ nos permite empreender um tratamento integrado das

³⁴ O enquadramento que daremos a essa questão não exclui a possibilidade de que os habitantes de Goiás e Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX identificassem a si mesmos como “fronteiras” vivendo em meio ao sertão intratável, tática discursiva de instrumentalização política de uma situação real que poderia ter em vistas a obtenção de privilégios e mercês junto a Coroa.

Aliás, Nauk Maria de Jesus mostra, através de cartas de governadores e oficiais da câmara de Cuiabá e Vila Bela, como era comum desde os primeiros tempos das minas a auto-representação desses grupos como aqueles que suportavam os riscos, privações e perigos do sertão para alcançarem a glória e aumento do grêmio da Igreja, além da honra e crédito da nação portuguesa e seu augusto soberano, a quem nessas ermas paragens eles representavam: “Ao invocarem essa fronteira colonial, relembavam ao rei que não estavam em qualquer lugar

etapas de formação territorial das capitanias em questão, mesmo que de fato haja evidentes nuances a serem esclarecidas entre a história de Goiás e Mato Grosso.

Na verdade, como a noção de representação tomada de Bourdieu permite um procedimento metodológico no qual se aceita a possibilidade de contribuição das mesmas representações no próprio processo de construção e produção da realidade por elas descritas (BORDIEU, 1989), as imagens similares formadas acerca de áreas distintas formam como que um lastro comum que apontam para a maneira como, através de uma específica percepção do espaço, os diferentes grupos envolvidos nas disputas pelo controle do aparato administrativo local, seja goiano ou mato-grossense, articulam ações teleológicas de produção do espaço a partir da visão do mundo que expressam (MORAES, 1988).³⁵

Tal fato se faz relevante na interpretação que pretendemos desenvolver na medida em se associa a uma posição de partida que toma como uma das tarefas proeminentes da geografia política o exame mais aprofundado da maneira como se dá por parte do Estado o exercício do poder na gestão dos negócios territoriais.

Em outras palavras, caberia à geografia política o papel, entre outros, de compreender a formulação das políticas territoriais (COSTA, 1992) que definem como as *formas* (os fixos, os objetos geográficos) são como que a materialização de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais para cumprirem finalidades específicas que aparecem como demandas no momento de sua produção:

a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares (MORAES, 2002, p.74).

da colônia, mas numa área litigiosa, distante, mantida às suas próprias custas e de interesse da monarquia portuguesa, por isso, eram merecedores da atenção régia. Essa era uma forma de demonstrar o risco que corriam, ao mesmo tempo em que reafirmavam o pacto colonial entre súditos e soberano” (JESUS, 2006, p.32-33).

³⁵ A projeção territorial dessas *ideologias geográficas* revela os enfrentamentos e tensões que se colocam nas relações de poder entabuladas entre a sociedade e o espaço: “Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca de seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem a elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço (...) Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo (...) O espaço produzido propicia leituras. Estas, em si momentos de produção dos lugares, retroalimentam o processo ao veicularem projetos e interpretações, ao realizarem a valorização subjetiva do espaço” (MORAES, 1988, p.16/25).

Por isso mesmo, no que diz respeito aos pontos comuns passíveis de serem estabelecidos numa análise em conjunto da fronteira Oeste, há um viés interpretativo que é recorrente em momentos diversos dentro da historiografia goiana e mato-grossense, qual seja, a desgastada idéia do *desconhecimento das terras interiores do Brasil*. Tal posicionamento teria sido o principal apoio argumentativo a ajudar na difusão de uma imagem da região identificada como sertão, apreendida simbolicamente como espaço vazio, lugar da barbárie (contraposta à civilização), isolado de tudo e de todos.³⁶

Essa ressalva realmente implica cuidados quando se quer tratar concomitantemente da história de Goiás e Mato Grosso, já que do ponto de vista da análise da expansão e formação territorial a antiga capitania do Mato Grosso apresenta uma particularidade que torna sua situação diferenciada das demais regiões brasileiras.

A propósito, essa área torna-se inequivocamente conhecida, transitada e disputada desde meados do século XVI devido ao fato de que em pedaços do que hoje é o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul houve um ciclo expansionista espanhol centrado em Assunção que precede em quase um século o início do trânsito luso-americano que tinha São Paulo como base de partida.

Apesar disso, o que ocorre é que assim como para Goiás, onde representações produzidas principalmente por viajantes estrangeiros que lá passaram entre os séculos XIX e XX influenciaram diretamente na apreensão da realidade e formulação de ações pela elite dirigente (CHAUL, 1997; GARCIA, 1999), também para o Mato Grosso as “verdades” que os viajantes projetaram sobre pessoas e lugares acabaram por desempenhar estratégias de manipulação simbólica das imagens criadas sobre esses espaços por diferentes agentes sociais em variadas épocas (GALETTI, 2000; 2001).³⁷

³⁶ Para uma discussão a partir de um estudo de caso apoiado em Goiás consultar: Nogueira, Carlo Eugênio, *Goiás – século XIX: Um estudo numa borda da colonização portuguesa na América*. Trabalho Final de Graduação, DG/FFLCH/USP, 2005.

³⁷ Essas representações no limite acabariam mesmo por definir, em dado momento, o lugar da região na configuração ideológica do mundo civilizado e da nação brasileira. Problematicando a situação de isolamento vivida pela capitania (depois província) de Goiás no momento de construção do Estado imperial, Garcia tenta desvendar os paradoxos entre a unidade pretendida pela nova nação em emergência e a realidade ambivalente da parte mais central de todo o Império. Por meio da reunião e análise de obras e documentos que demonstrassem, por assim dizer, a maneira pela qual sua configuração territorial era percebida, tentou analisar as formas utilizadas para a representação espacial da província, indicando as maneiras diversas como Goiás (sua população e território) era visto a depender da posição (social e geográfica) daqueles que produziam os comentários: a Corte ou a realidade interna goiana (GARCIA, 1999).

Numa mesma direção, mas tratando de Mato Grosso, Galetti atenta para como esses discursos, apoiados em perspectivas etnocêntricas, são elaborados a partir do lugar social ocupado por cada autor (viajantes-cientistas, governadores, militares, etc...) no momento de sua passagem pela região. Essas imagens passariam depois a se constituir em matrizes referenciais para tomadas de posição ante as políticas territoriais na medida em que

Por conseguinte, a reiteração destas representações nos discursos de intelectuais e políticos brasileiros através dos tempos, mormente retomadas com novas roupagens entre o final do século XIX e meados do século XX, permite-nos dizer, grosso modo, que uma determinada maneira de ver esses espaços de certa forma ajudou a criar um tipo de identidade regional, conferindo aos lugares e sua população sinais distintivos em relação ao resto do Brasil (e do mundo) que passam a exercer um monopólio do “fazer ver” e do “fazer crer” sobre essa mesma realidade, influenciando na própria constituição da região enquanto espaço social construído.³⁸

Estabelecidos esses parâmetros iniciais, valeria a pena esclarecermos agora o sentido que atribuímos ao *sertão*, que poderia designar, nos tempos da colônia, tanto as terras interiores distantes dos núcleos litorâneos como as áreas adjacentes das vilas e arraiais consolidados.

Logo, a indefinição, trazendo consigo a marca indelével da ausência, seja de limites, de dimensão, ou de qualquer outra atribuição que lhe dê plausibilidade geográfica, é uma característica constitutiva da própria idéia de sertão, pois está sempre presente nas representações dos sertões e de sua população, a estimular novas ações desbravadoras de conquista e exploração (MALDI, 1997).

Não nos furtando em fazer um breve histórico do uso desse termo, iniciamos dizendo que sertão é uma categoria referida ao espaço das mais importantes e significativas para o Brasil, bastando como exemplo o fato de que entre 1870 e 1940 sertão constituiu-se, para o pensamento social, e, através de inúmeras produções literárias, mesmo para o senso comum, em categoria central das construções historiográficas que tinham a nação e seu processo de formação como tema (AMADO, 1995; SOUZA, 1997; 1998; OLIVEIRA, 1998).

seriam reflexos da realidade vivida, já que supostamente criadas diretamente a partir da conformação física e cultural observada, embora sejam de fato representações: “Figurações ambíguas onde se confundem a idéia de fronteira como limite entre o nacional e o estrangeiro e entre civilização e barbárie; a noção de sertão como espaço interno à Nação brasileira, mas dela separado por uma linha imaginária, para além do qual ora rareiam, ora se localizam elementos constitutivos da própria idéia de nacionalidade (...) o território mato-grossense esteve quase sempre associado a estas imagens, que se tornaram recorrentes e foram acionadas em diferentes conjunturas, com modificações mais ou menos significativas até os dias atuais” (GALETTI, 2000, p.XIV).

³⁸ Embora saibamos que o período de análise para o qual se aplicam plenamente essas constatações seja mais especificamente o século XIX e início do XX, já que antes da emancipação política de Portugal não é válido dizer que exista um debate a partir do qual se possa colocar questões tão complexas como soem ser a da construção de uma identidade nacional ou a busca de uma integração efetiva entre as diversas e longínquas regiões que davam corpo ao território nacional em construção no Brasil (dois processos distintos, mas articulados), a convergência das imagens criadas sobre Goiás e Mato Grosso ao longo do período colonial, retomada num outro viés e retroagindo na interpretação de suas histórias, pode sim nos dar um primeiro ponto de apoio para o desenvolvimento de uma abordagem conjunta da borda Oeste da colônia.

Numa tentativa de localizar o processo de construção da categoria durante o período colonial, pode-se dizer que pelo menos desde o século XIV os portugueses empregavam esse termo (grafando-o “sertão” ou “certão”)³⁹ para se referir a áreas que, situadas em Portugal, estavam muito distantes de Lisboa, sendo igualmente utilizado para nomear os espaços situados dentro de terras recém-conquistadas e sobre os quais pouco ou nada se sabia.

Transplantada para as colônias, sertão foi palavra largamente utilizada pela coroa e autoridades lusas coloniais, não tendo seu significado substancialmente modificado e podendo designar, no Brasil, quaisquer espaços amplos, longínquos e pouco habitados, mas também indicando um uso amoldado à situação colonial:

De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente. Nesse sentido, “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados –, acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira. (AMADO, 1995, p.148).

Neste caso, não seria demasiado afirmar que tanto do ponto de vista da sua composição e arranjo de seus elementos naturais numa paisagem típica, quanto como materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares, sertão não é uma figura do universo empírico da geografia tradicional, o que nos leva a considerar que:

enquanto realidade fático-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada. (MORAES, 2003, p. 12).

Dito isso e nos perguntamos: o que qualificaria então uma localidade como sendo sertão? A questão, nada simples, pode começar a ser parcialmente respondida partindo-se do pressuposto de que há um imaginário do sertão composto de certas características comuns

³⁹ Na verdade ainda não há um consenso acerca das origens da palavra, alguns apontando que seria uma corruptela arcaica do português: “deserto”, “desertão”, “de sertão”. Outros buscam ligar a palavra a uma origem latina que tanto podia vir de “serere”, “sertanum” (travado, enlaçado), como também de “desertum” (desertor, aquele que abandona a fileira, que sai da ordem) e “desertanum” (lugar desconhecido para onde rumariam os desertores). Apesar de tudo, desde o século XVI as duas grafias são encontradas, e sempre no sentido de grandes espaços interiores pouco ou nada conhecidos (AMADO, 1995).

presentes na maioria das imagens construídas sobre o sertão. Há, portanto, um conjunto de juízos e valores atribuídos a variados lugares que se adaptam a diferentes discursos e projetos.

Nesse sentido, sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída, em circunstâncias determinadas, a diversos lugares, uma vez que definir um lugar como sertão implica denominá-lo com aquilo que ele (ainda) não é, indicando, simultaneamente, um estágio daquilo que ele pode vir a ser, um devir a ser alcançado. Em outros termos, a definição do sertão inclui a projeção de uma valorização futura que irá mudar sua condição atual:

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. (...) Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2003, p.20-21).

A breve tentativa de definição do sertão numa negativa, dando relevo àquilo que ele não é, na verdade aponta para uma outra característica das localidades assim qualificadas, pois uma vez que esse tipo de valorização subjetiva do espaço é passível de ser aplicada para novos lugares em diferentes épocas, e entendido sertão como um estoque de terras que se reserva à expansão, vemos que esse qualificativo aparece induzindo contínuos processos de domínio territorial em vários momentos da história do Brasil.

O sertão apresenta-se assim como negação do espaço já conquistado pela metrópole, sendo identificado com os lugares e pessoas que escapavam ao movimento colonizador ao mesmo tempo em que incitavam a formulação de estratégias de controle para novas conquistas, enfim, ele seria: *“simultaneamente o ‘outro geográfico’ do espaço já conquistado, e o lugar do Outro – o selvagem, o bárbaro.”* (GALETTI, 2000, p. 15).

A partir dessas constatações seria interessante que uma caracterização do meio físico da região antecederesse o histórico de sua ocupação. Isso é necessário não só para esclarecer como uma multiplicidade de composições paisagísticas puderam ser igualmente apreendidas e representadas como sertão em variadas épocas⁴⁰, mas por permitir que visualizemos como as

⁴⁰ “Para o colonizador, ‘sertão’, constitui o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que outro, porém senão o próprio eu invertido, deformado, estilizado? A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram as próprias identidades (...) Como o conceito de ‘sertão’ foi construído pelos portugueses, dependendo, para ser expresso, da localização do seu enunciante – geralmente um colonizador –, disso decorreu outra consequência importante: durante a época colonial (à medida, portanto, que a colonização avançava sobre as terras), ‘sertão’ foi empregado para nomear áreas tão distintas quanto, por exemplo, o interior da capitania de São Vicente, a atual Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, a

determinações (e não o determinismo) que a conformação natural oferece aos movimentos colonizadores na forma de facilitador ou obstáculo podem adquirir certa materialidade durante as migrações neles empreendidas.

O que estamos querendo ressaltar é que num primeiro momento de apropriação das novas terras os tipos de assentamentos aptos a serem construídos, além dos caminhos que foram percorridos por esses exploradores, são resultados diretos das possibilidades oferecidas pela natureza⁴¹. Portanto, teríamos a região como um todo incluindo-se nas seguintes unidades do relevo (ROSS, 2003):

- **Planaltos** de três tipos: *em bacias sedimentares*, (os planaltos e chapadas da bacia do Paraná) que apresentam um relevo escarpado caracterizado por frentes de cuevas no contato com as depressões que o circundam. *Planaltos em intrusões e coberturas residuais de plataforma*, que são unidades constituídas por coberturas sedimentares que se apresentam como resíduos de diversos ciclos erosivos, como o planalto e chapadas dos Pareci, que está posicionado na porção de divisor de águas do Amazonas-Paraguai-Guaporé, apresentando como formas predominantes os topos planos e arredondados, o que confere suavidade à sua topografia. E planaltos esculpidos *em cinturões orogênicos* (planaltos e serras Goiás-Minas; e serras residuais do Alto-Paraguai), que se apresentam como verdadeiras formas residuais de antigos dobramentos e são constituídos em alinhamentos de cristas. Em todos eles são freqüentes os extensos topos planos alongados em *Chapadas*.
- **Depressões**: dos dois grandes rios do planalto central, o Araguaia e o Tocantins, que acompanham os vales dos mesmos, diferindo a do Araguaia pela presença isolada de uma *Planície*, onde se insere a ilha do Bananal, e a do Tocantins por assumir a característica de uma depressão monoclinal em seu trecho Norte, que secciona a borda ocidental da bacia sedimentar do Parnaíba. Além dessas, há a presença das depressões do Alto Paraguai, do Miranda, e a Cuiabana, que se diferem entre si em sua drenagem

Amazônia, a cidade do Recife, a capitania de Minas Gerais (...) Variando segundo a posição espacial e social do enunciante, 'sertão' pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos." (AMADO, 1995, p.149).

⁴¹ "La interpretación geohistórica de la América media y meridional se basa en la especificidad y heterogeneidad zonal de sus macroespacios continentales y microespacios insulares, donde montañas, altiplanos, terrazas costeras, humedales, ríos, desiertos, bosques, selvas, sabanas y otras expresiones relevantes de los paisajes naturales han contribuido a hacer que la historia de América haya sido lo que ha sido y no otra. Estas constricciones físicas han posibilitado, condicionado, de diversa manera e intensidad la relación entre geografía e historia. Sin llegar a un absoluto determinismo geográfico, que ha conducido a erróneas y exageradas interpretaciones de las relaciones hombre-naturaleza americana, es obvio que la geografía física aclara múltiples rechazos y regresiones paisajísticos en los tiempos prehistóricos e históricos" (GRAU, 1999, p.35).

e composição dos sedimentos, são todas integrantes do vasto sistema de drenagem dos *Pantanaís*, como veremos adiante.

No que diz respeito à sua vegetação, afora as áreas próximas da foz de rios como o Madeira, Xingu, Arinos, Tocantins e outros formadores do rio Amazonas por sua margem direita, que apresentam de fato extensas faixas de transição para o domínio da grande floresta Amazônica, podemos afirmar, com Ab'Saber, que em boa parte as capitânicas em estudo inserem-se dentro do domínio morfoclimático dos cerrados, que em seus diferentes arranjos florísticos, seja de cerradões, campos cerrados ou cerrados em senso estrito, ocupam predominantemente, em sua região nuclear:

maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados a níveis de altitude que variam de 300 a 1700m. As formas de terreno são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terrenos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos. No detalhe, entretanto, as feições morfológicas são muito mais diversificadas, fato bem testemunhado pelo caráter compósito dos padrões de drenagem das sub-bacias hidrográficas, ainda que, em conjunto, chapadões sedimentares e chapadões de estrutura complexa e de velhos terrenos tenham o mesmo comportamento na estruturação de paisagens físicas e ecológicas no domínio dos cerrados. (AB'SABER, 2003, p.117-8).

Valeria salientar ainda a presença das florestas-galeria amarradas aos fundos aluviais dos vales de porte médio e grande, arranjo fitogeográfico popularmente conhecido pelo nome de veredas. Realmente, o fator que diferencia determinantemente o domínio dos cerrados em relação ao grande conjunto das savanas e cerrados da África Austral seria exatamente a composição florística dos tipos de vegetação da área nuclear dos cerrados, composta por padrões regionais que *"dizem respeito muito mais aos tipos de florestas-galeria do que propriamente aos padrões de cerrados e cerradões dos interflúvios"* (AB'SABER, 2003, p.117), muito diferindo das verdadeiras savanas a não ser nos chamados campestres, onde de fato se dá certa semelhança.

Já em relação à sua hidrografia, sabemos que *"o planalto central brasileiro e as chapadas do Centro-Oeste se constituem nos mais importantes dispersores da rede hidrográfica brasileira"* (FIBGE, 1977, p.85), bastando dizer que é nessa região que se encontram porções consideráveis das bacias Amazônica, Platina, Tocantínea e, em menor escala, do São Francisco.

A gênese do alinhamento de serras e elevações que dão origem, em cada caso, aos grandes divisores d'água do território brasileiro – como por exemplo o conjunto de chapadas da Serra Geral de Goiás, denominado de Espigão Mestre e alinhadas basicamente na direção Norte/Sul, separando as águas do Tocantins e São Francisco; ou o grande alinhamento Sudoeste/Nordeste constituído pelas serras do Caiapó, das Divisões (ou de Santa Marta) e Pirineus, que delimitam a bacia Platina – são menos importantes, nesse estudo, do que a característica desses mesmos divisores de não demarcarem de forma clara a linha de separação entre uma e outra bacia hidrográfica, o que resulta numa proximidade entre vertentes de diferentes bacias que, correndo nos tempos de cheia indiferentemente para uma ou outra direção, dão origem às chamadas “águas emendadas”, fenômeno que concorre para facilitar a ligação entre rios de bacias hidrográficas distintas.

Com efeito, se por um lado tais ligações entre bacias hidrográficas poderiam em tese facilitar a descoberta de rotas e caminhos para a exploração, as condições morfológicas, que legaram à hidrografia da região a peculiaridade de ver-se *“representada, na maior parte, por rios de planalto que se caracterizam por apresentar, ao longo de seus cursos, um certo número de quedas d'água, algumas majestosas, e inúmeros acidentes de menor vulto, tais como corredeiras, travessões rápidos e baixios”* (FIBGE, 1977, p.90), sem dúvida dificultava o pleno aproveitamento desses mesmos rios para o estabelecimento de rotas fixas de comunicação (GOMES, 1965).

Seria também importante lembrarmos a fundamental importância adquirida pelas diversas paisagens naturais passíveis de serem observadas ao longo do curso do rio Paraguai, pois sua complexa conformação fisiográfica influenciou diretamente no processo de sua ocupação, dando origem a compartimentos diferenciados também do ponto de vista sócio-cultural, visto que a fixação dos colonos não raro acompanhava a disponibilidade de recursos naturais.

Podemos dizer, de maneira bastante resumida, que a região dos campos cerrados próximo a esse rio, área de maior densidade demográfica quando da chegada dos primeiros colonizadores europeus devido a concentração de diversos povos indígenas culturalmente sedentários, foi a área escolhida para a fixação dos primeiros núcleos hispânicos ainda no século XVI por ficar de todo fora da área sujeita a inundações.

No Pantanal propriamente dito⁴², que é um terreno deprimido situado entre pelo menos três domínios morfoclimáticos e fitogeográficos sul-americanos (os domínios dos Cerrados, do Chaco e da pré-Amazônia), é constante a situação de contato entre ecossistemas diferenciados, funcionando ele como imensa depressão aluvial-tampão e, ao mesmo tempo, como receptáculo de componentes bióticos provenientes de áreas vizinhas:

Nessa ordem de considerações, o Pantanal Mato-Grossense funciona como um notável inter espaço de transição e contato, comportando: fortes penetrações de ecossistemas dos cerrados; uma participação significativa de floras chaquenhais; inclusões de componentes amazônicos e pré-amazônicos; ao lado de ecossistemas aquáticos e sub-aquáticos de grandes extensões, nos ‘pantanaís’ de suas planícies de inundação. (AB’SABER, 2006, p.58)

Assim, o ritmo ditado pelo regime das águas sempre foi o maior condicionante do estabelecimento de relações sociais estáveis, pois a sazonalidade do rio como que comanda a vida. Com um início de ocupação jesuítica de pouca duração no século XVI, e passando posteriormente ao domínio indígena até a instalação dos estabelecimentos portugueses de Coimbra e Albuquerque, no final do século XVIII, o Pantanal foi sempre percebido e concebido pelos colonizadores europeus como uma área de passagem:

Isto significa que este constitui um grande sistema ecológico: suas dimensões são definidas pelas características geológicas e geomorfológicas que produzem a hidrologia, a fauna, a flora e o conjunto climático. Sua maior característica é ser um espaço alagável, sujeito à sazonalidade imposta pelo ritmo das águas durante suas cheias e secas. As mudanças criam uma paisagem migratória, uma geografia mutável. O volume de água no período das cheias desenha um lugar que não tem perenidade: existe e não existe ao mesmo tempo. A água é o elemento norteador das relações ali desenvolvidas (...) A sazonalidade se impõe. Cheias e secas dominam o ritmo da vida nessas terras inundáveis. Para seus habitantes, os naturais do rio, a vida segue alternando-se nesse compasso (...) E o cotidiano se faz sobre a cadência imposta pelas águas: durante a seca todos estão contentemente sadios; quando estas águas começam a baixar, a terra se põe empoçada e pútrida, todo adoecem. Isto dura pouco tempo, e logo secam novamente, devolvendo vitalidade aos doentes. (COSTA, 1999, p.21/100).

Já o Chaco, palavra de origem quíchua que quer dizer “campo de caça”, era uma região incontestável até o final do XIX, verdadeiro pólo de repulsão ao colono europeu desde o início das explorações. Funcionando efetivamente como uma fronteira viva entre dois *fronts*

⁴² Definida por Ab’Saber como uma “paisagem de exceção”, a depressão pantaneira foi descrita por Francis Ruellan como uma grande *bouttonnière*: “Uma *bouttonnière* é um tipo de relevo estrutural, que envolve uma notável inversão topográfica, a partir de uma estrutura dômica de grande extensão, comportando-se como uma depressão alongada, escavada a partir da abóbada central do domo. Via de regra, pressupõe um arqueamento em abóbada (em setor de uma bacia sedimentar), uma superimposição hidrográfica (no eixo central do domo) e uma longa história erosiva, suficiente para ocasionar a evacuação de um grande estoque de massas rochosas, anteriormente constituintes da sua própria estrutura” (AB’SABER, 2006, p.15).

expansionistas, será de vital importância para o entendimento da posterior partilha territorial do rio Paraguai, pois veio a favorecer indiretamente a expansão dos mamelucos paulistas, corroborando para um certo imobilismo paraguaio (MEIRELES, 1989).⁴³

Pouco mais ao Sul, a área de mata tropical úmida que se estende desde Leste do rio Paraguai até a bacia do rio Paraná e borda do Planalto Central Brasileiro encontra-se condicionada localmente pelas condições pedológicas e, principalmente, pluviométricas. As chuvas acabam pois conduzindo a formação de unidades paisagísticas nas quais a presença de certos recursos naturais pôde refletir-se nos tipos de colonização engendrada, como se pode deduzir do fato da região ter sido por muito tempo ativamente explorada por jesuítas e assucenhos em busca principalmente da erva-mate e da poaia.

A referência à exploração desses extensos ervais, colocando em evidência a valorização episódica deste ou daquele produto natural (sempre acompanhada de necessidades produtivas que estavam muito além da capacidade normal de regeneração da natureza) tem aqui o intuito de dar a devida importância ao longo processo de seleção⁴⁴ da biodiversidade que se deu paralelamente aos movimentos colonizadores: é o aprendizado da natureza americana atuando na humanização das paisagens.⁴⁵

Além disso, a capacidade de alguns dos habitantes da colônia em absorver e conservar certas tradições e técnicas ameríndias em detrimento das provenientes da metrópole, processando acomodações a condições locais que, tendo os indígenas como iniciadores e guias chegaram mesmo a produzir padrões muito flexíveis de relacionamento do homem com a natureza, foi, como já notado por estudiosos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, em muito responsável pela aprendizagem que tornaria os “sertanejos” (e sertanistas) luso-

⁴³ Veremos esse assunto em detalhe mais adiante, por ora, basta saber que: “Climaticamente, o Chaco faz parte da diagonal semi-árida da América do Sul, cujos extremos são o deserto do Arica e o Planalto da Patagônia. O trecho mais meridional, compreendido entre os rios Salado e Bermejo, apresenta condições de umidade favoráveis ao povoamento. A semi-aridez se acentua na direção Sul-Norte e nas áreas situadas a meia distância entre a margem direita do Paraguai e os contra-fortes dos Andes” (BASTOS, 1972, p.38).

⁴⁴ Combinada com as noções de localização e extensão, a seletividade é prática que instaura uma incipiente organização territorial, pois se pode dizer que um primeiro momento da empresa colonizadora está na eleição do lugar de instalação, vale dizer, também eleição dos recursos naturais a serem utilizados e produção de uma logística para sua exploração, o que indicaria uma ocupação especializada do espaço orientada para uma divisão territorial do trabalho (MOREIRA, 2001): “Deve-se tomar o *habitat* como ponto de partida. A necessidade do *habitat*, que é um fenômeno de polarização, define para os grupos humanos a escolha do sítio. Este é o lugar que abriga efetivamente um grupo humano numa dada unidade geográfica...” (SILVA, 1978, p.11).

⁴⁵ Ademais, o êxito da aclimação americana de importantes conjuntos de biodiversidade européia, asiática e africana, pode realmente vir a indicar processos de diferenciação paisagística muito mais complexos e antigos ao que normalmente se imagina, uma vez que, desta perspectiva, a América Latina pode ser compreendida como um imenso campo experimental que a partir de determinado momento de sua história tem suas terras incessantemente esquadrihadas na busca de solos e climas propícios para a reprodução de animais e plantas exógenos à biodiversidade de seus ecossistemas (GRAU, 1999).

americanos dos primeiros a colocarem à prova com relativo sucesso a monumentalidade exuberante do meio tropical (HOLANDA, 1986; 1990; FREYRE, 2002; 2004).⁴⁶

Por fim, concluímos essa parte com um comentário acerca das condicionantes que teve para o posterior desenvolvimento dessa região como um todo o fato dela estar muito distante do mar, logo, de certo modo apartada dos fluxos coloniais marítimos. A *continentalidade* daí decorrente – aqui entendida para além da influência que uma posição interiorizada tem para a conformação do clima, relevo e vegetação de uma localidade, já que isso abarca também um significado geopolítico – coloca as terras dos planaltos centrais (futuramente) brasileiros e parte das áreas alagadiças da bacia do Alto Paraguai como o *heartland* da América do Sul.

No mais, a conformação da cadeia de montanhas dos Andes, alongando-se na direção Norte-Sul por mais de 7.000 quilômetros, por assim dizer secciona, do ponto de vista da fisiopolítica, o subcontinente Sul-americano em duas vertentes oceânicas: a do Pacífico, que conta com uma estreita faixa continental, e a do Atlântico, que tende a “controlar” a maior parte dos fluxos do continente até pelo motivo das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, suas grandes vias de penetração, terem suas nascentes nos contra-fortes andinos, correndo em direção do Atlântico, mar de navegação intensiva que origina feixes de navegações intercontinentais (CASTRO, 1997).

De qualquer maneira, a organização dos fluxos encetados nos primeiros momentos da colonização ibérica na América – principalmente a colonização espanhola dinamizadas com a pilhagem dos tesouros incas e astecas e a posterior produção mineradora – constrói um sistema de exploração que articula imensas economias regionais interiorizadas, mas todas de “drenagem” Atlântica, algo garantido tanto pela barreira natural dos Andes, de difícil transposição, quanto pelos monopólios de transporte da carreira das Índias centrada no Caribe espanhol (ASSADOURIAN, 1983; MORAES, 2000a).

⁴⁶ De fato poderíamos comentar, como exemplo, a maneira singular como se desenvolveu, no Planalto do Piratininga, uma sociabilidade entre colonos e população nativa “*com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio*” (HOLANDA, 1990, p.16), o que teria facultado, em São Paulo, a origem de uma sociedade cuja vocação estaria no caminho, que convida ao movimento, e não no sedentarismo agrário dos núcleos formados sob o massapê gordo e úmido do litoral canavieiro do nordeste: “Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitânicas, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo não enrija logo em formas inflexíveis (...) O simples recurso às rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país, já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos. A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminheiros, nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as próprias forças, durante o trajeto” (Ibid., p.17).

2) Imobilismo Paraguaio e Atividade Missioneira

Desse modo, até mesmo pela possibilidade de se estabelecer uma análise comparativa, e tomando o cuidado de não nos estendermos em demasia num assunto desse nível de complexidade, iremos aqui rapidamente esclarecer alguns pontos do processo de ocupação e disputa pelo domínio do rio Paraguai pelas duas Coroas ibéricas, tentando explicar os motivos principais do confinamento territorial sofrido pelos colonos paraguaios.

Na verdade, a fundação de Assunção e o início de um trânsito mais acentuado de europeus ao longo da bacia platina data de inícios do século XVI, vinculando-se, como outros empreendimentos coloniais, aos relatos que davam conta da existência de riquezas sem igual no interior do continente: fundado em 1537, o núcleo paraguaio vivenciou um período de expansionismo que durou até 1564, quando há um grande êxodo populacional em direção às minas de prata do Peru.

Um dos primeiros pontos a serem notados seria o fato de que a sociedade colonial paraguaia é fruto direto de uma fusão étnico-racial entre índios e europeus, o que é comprovado nas primeiras instalações, que tendo margeado o lado esquerdo do rio com diversas chácaras, constituía-se de famílias poligâmicas de origem hispano-guarani, fruto da aliança com índios Cários baseada no costume do cunhadismo.

Elo fundamental a selar a aliança hispano-guarani, a família poligâmica sustentada pelo cunhadio (em tudo similar às famílias luso-tupis que se estabeleciam em São Paulo) aproveitava-se do tradicional sistema de obrigações baseadas no parentesco, no qual, por exemplo, o rapto de mulheres por chefes de aldeias inimigas implicava a subordinação da parentela.

Ademais, a rivalidade dos Cários com índios provindos do Chaco acelerou as alianças, assegurando o êxito do empreendimento colonizador e estratificando interesses mútuos, pois: *“Convinha aos espanhóis a penetração e permanência em território ocupado por cultivadores. A estes a aliança representava um poderoso recurso contra os ataques dos Gaykurús e Agaces. Era a reciprocidade de favores no processo de conquista”* (BASTOS, 1972, p.22).

Comentando sobre os relatos deixados pelo soldado bávaro Ulrico Schmidl, que entre 1535 e 1553 serviu em tropas espanholas e acompanhou diversas expedições que buscavam as

terras fantasiosas do Reino Paytiti, assevera uma estudiosa do assunto sobre a estrutura demográfica então existente:

Por esses trechos pode-se perceber como a bacia pantaneira era intensamente povoada. Tendo o rio Paraguai como referência, a cada 100 léguas, aproximadamente, encontrava-se uma grande nação indígena. Na quase totalidade eram índios agricultores – plantando entre outras coisas milho, mandioca e batata – caçadores e pescadores. É interessante observar que foi baseado nesta economia indígena que os conquistadores puderam avançar sobre seus territórios. (COSTA, 1999, p.88).

Nos termos antes definidos nesse trabalho, a função que os espanhóis buscavam atribuir às aldeias localizadas ao longo do rio seria a de verdadeiras *zonas de difusão*, pois mesmo sem querê-lo elas poderiam funcionar como sítios de ocupação consolidada que forneciam suprimentos e logística para outras incursões exploratórias, ou seja, paradoxalmente, foram os indígenas que deram sustentação estratégica àqueles que viriam a dominar suas terras.

A paisagem ao redor do núcleo de Assunção foi aos poucos se modificando. Visto que as áreas ribeirinhas logo rarearam, também os pequenos vales dos diversos afluentes foram sendo ocupados pelas chácaras, com a decorrente construção das “casonas” em áreas mais abertas. Sendo o local em que residiam as mulheres indígenas que ficavam à cargo da agricultura e produção de farinha, esse tipo de construção emprestou os primeiros ares ibéricos às instalações européias na região.

Outro acontecimento que valeria mencionar é a fundação, algumas centenas de léguas rio acima do sítio de Assunção, da localidade celebrizada com o nome de “Puerto de los Reyes”. Localizada entre as lagoas de Uberaba e Guaíba, uma das áreas de maior inundação do rio Paraguai, causava espanto aos europeus pela extensão máxima que atingia, alongando-se por mais de 100 léguas de Norte a Sul, fato que os fizeram julgar a área como verdadeiro mar interior de água doce. O estranhamento ante a geografia tropical é patente.⁴⁷

Com a fundação da governação de Santa Cruz de la Sierra em área antigamente pertencente ao Paraguai, em 1561, além das reivindicações para o povoamento e desenvolvimento do novo lugar ocupado, estabelece-se, com a segunda fundação de Buenos

⁴⁷ Apenas a título de curiosidade, já que não entra em nossos propósitos um estudo aprofundado das estruturas de organização das sociedades indígenas, vemos que essa região apresenta um imenso número de etnias e grupos lingüísticos diversos, alguns apresentando grande mobilidade, outros sedentários. O início da conquista européia dessa área, então, naturalmente provoca fortes pressões nos padrões de migração indígenas, o que não retira dessa área o papel de ser um dos principais difusores da população ameríndia partícipe da colonização: Um maior aprofundamento do tema está em: CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger, “Chaco: encruzilhada de povos e ‘melting-pot’ cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense.” In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Aires (1580), uma outra logística: as naus vindas do Atlântico aportariam no estuário do Prata, de lá seguindo, em embarcações menores, para o “puerto preciso” de Santa Fé (fundado em 1573), de onde seria distribuídas as mercadorias às províncias do interior.

Na verdade, o surgimento dessa nova governação, fragmentando a antiga “Província Gigante de Índias” – nome que era dado à grande extensão de terras primeiramente sob influência direta de Assunção que foi aos poucos servindo de base para a criação de novas unidades administrativas – mais os sucessivos fracassos das expedições que rumavam ao Norte, fizeram os assucenhos desistir das entradas em direção ao Peru, ocorrendo um giro de 180° nas diretrizes dos movimentos de expansão, que passaram a ser canalizados em investidas nas direções Leste e Sul.

De fato, seria somente algum tempo depois, sob o comando do governador Domingos Martinez de Irala, na passagem do XVII para o XVIII, é que se acentuaria novamente o movimento expansionista assucenho, mas agora sob um novo conteúdo sócio-econômico no que diz respeito à ocupação territorial, já que se buscava abrir comunicações entre Assunção, o Peru, e um porto próximo ao mar pelo Sul (ligação com a Espanha), além de novos “achados” de grupos indígenas para serem “encomendados”.

Coincidentemente, as duas áreas-chave no pensamento do governador Irala seriam aquelas localizadas nas terras antigamente ocupadas pelas reduções jesuítas de Guaíra e Itatins, de que falaremos adiante, com a primeira tendo a função de estabelecer ligações correntes entre Assunção e o litoral hoje pertencente a Santa Catarina, com a conseqüente abertura de um porto na ilha de São Francisco.

A ocupação dessas regiões, principalmente Guairá, que constantemente sofria assaltos de Tupis aliados aos portugueses de São Vicente em busca de mão-de-obra, denota já uma resposta a conflitos entre as duas áreas coloniais ibéricas, vinculando-se também ao fundamental problema do controle sobre a mão-de-obra indígena trazida para as “encomiendas”:

A insatisfação dos colonos de Assunção quanto ao reduzido número de índios que haviam recebido como “encomiendados”, foi fator importante da penetração na província de Guaíra. Itatins foi ocupada por razões análogas às que determinaram a penetração espanhola em território guaireño (...) Desde o médio Paraguai, até o atual estado do Paraná a conquista e colonização espanhola se efetuaram através de contingentes humanos oriundos de Assunção. Os principais objetivos: ruptura do isolamento paraguaio e criação de novas “encomiendas” para atender os anseios dos colonos, foram atingidos. (BASTOS, 1972, p.78).

Indubitavelmente, fica claro que houve um período expansionista assuencense de grande amplitude territorial mas de curta duração, como o exemplificado se tivermos em conta que já em fins do século XVI, após atingir seu apogeu com a fundação de Buenos Aires, Outiveiros, Ciudad Real, Vila Rica e Xerez, ele diminuiu, encerrando-se já no início do XVII, com o abandono de muitas dessas cidades (HOLANDA, 1986).

Uma das explicações mais recorrentes para explicar o ocaso das atividades conquistadoras paraguaias estaria numa suposta estagnação demográfica de sua população, intrinsecamente ligada à questão da demografia das populações sujeitas ao processo colonizador espanhol, em outras palavras, a explicação estaria no extermínio indiscriminado da população indígena.

Porém, embora esteja fora de questão o decréscimo acentuado experimentado pela população ameríndia desde o início da colonização, esse declínio pode ter sido atenuado pelo simultâneo e ininterrupto aumento da população mestiça, pois só mesmo uma taxa de crescimento positiva faria, por exemplo, com que o Paraguai atingisse, no início do XIX, uma população próxima de meio milhão de habitantes (BASTOS, 1972).

Afastada então a hipótese da correlação entre estagnação populacional e o término do período expansionista, somos obrigados a aventar uma outra possibilidade explicativa para o fenômeno, donde avulta a importância da atitude da Coroa espanhola em proibir qualquer comunicação comercial entre o Peru e as terras contíguas ao Brasil, ação levada à cabo após a publicação da “prudente injunção” por Filipe II, na qual pode-se observar que:

Por muitas considerações de nosso Real serviço convém que os governadores de Sta. Cruz de la Sierra não façam descobrimentos rumo ao Brasil, nem se possa introduzir por aquelas partes nenhum gênero de comércio. Determinamos que os Vice-reis do Peru não permitam que se comuniquem estas províncias, nem prossigam os descobrimentos começados avisando-nos da solução que podemos adotar naquilo que está feito (in: *Recompilación de Leyes de los Reynos de Indias*, Livro III– Título III – Ley XXVII, Madrid, 1943 apud BASTOS, 1972,p.81).

Assim, a proibição legal de ligações entre o Peru e Assunção, restringindo as relações comerciais entre as áreas coloniais pela necessidade de se isolar completamente as regiões mineiras (a prata de Potosi, no caso), evidente também na recusa de se usar moedas de prata no Paraguai, surge como um dos principais condicionante do imobilismo de sua população.

Outro ponto fundamental para a compreensão do declínio e encerramento do período expansionista centrado em Assunção estaria na montagem da estrutura social que animava a

vida econômica da província paraguaia, que mantém um traço característico da colonização espanhola por toda a América, qual seja, a concentração de grandes contingentes indígenas em núcleos de povoamento, visando o aproveitamento de sua força de trabalho e o cumprimento da “missão evangelizadora” preconizada pela Coroa de Castela.

Surgido nas Antilhas ainda na primeira fase da colonização, a repartição e organização dos índios entre os conquistadores sofreu diversas adaptações e regulações. Contudo, seja por analogia à sociedade espanhola, seja por interesses imediatos referentes à exploração do trabalho indígena, talvez a mais importante talvez tenha sido a identificação de uma hierarquia social indígena prontamente transformada em “nobreza”, pois fato é que a autoridade dos caciques como meio de mobilizar a mão-de-obra foi o germe de todo o posterior sistema de organização do trabalho observado na fundação dos “pueblos”.⁴⁸

Ao longo da história da colonização espanhola existiram diversas ordenanças oficiais no sentido de regulamentar a questão do uso da mão-de-obra nas quais fica claro o intercâmbio entre tradições indígenas (incaicas e/ou guarani) e as influências das Cédulas Reais, o que denota a preocupação de ordenar um problema que seria fundamental para a continuidade da conquista do continente como um todo (CARMAGNANI, CHAVES&ROMANO, 1999).

Tais ordenanças, por sua vez, refletiam a preocupação que a administração colonial espanhola tinha em estabelecer e firmar princípios que fossem capazes de impedir a destruição progressiva da população indígena pelo sistema de “encomiendas”, o que teria efeitos devastadores para a própria continuidade da exploração colonial. A percepção de que a “preservação do índio” era de fundamental importância para que a própria atividade colonial não fosse paralisada devia-se à baixa taxa demográfica vivenciada em terras americanas, já que a Espanha não possuía uma população grande o suficiente para substituir os agrupamentos locais, e o recurso à mão-de-obra africana só era viável na existência de minérios ou de produtos tropicais com grandes mercados na Europa.

⁴⁸ Elemento fundamental da instituição das “encomiendas” ou “repartimientos” era o pagamento de um tributo por parte do índio em reconhecimento à sua condição de vassalo do monarca espanhol (a captação estava a cargo do “encomendero”). Esse tipo de organização da força de trabalho – a mita – foi um dos principais fatores de aceitação, por parte da população indígena, do sistema então estabelecido pelos espanhóis, visto que fazia referência a formas de relacionamento talvez já existentes em períodos pré-colombiano. Originária do Peru, expandiu-se por toda a América espanhola, adquirindo características regionais de acordo com a atividade produtora existente em cada região, podendo ser uma mita mineira, de “obrajes”, de pecuária, extrativista, etc., embora a mita mineira de Potosí continue ser a mais célebre, tanto pelos danos causados à população ameríndia, quanto pela quantidade de riqueza transferida para a Europa.

Isso sugere que nas regiões em que se produziam alimentos para o abastecimento dos próprios colonos, ou mesmo naquelas na qual o produto principal era de grande aceitação interna no continente, como no caso da erva-mate ou dos circuitos comerciais de tecidos, amplamente produzidos e enfeixando contatos comerciais regulares em toda a área de expansão assucenha, o recurso à imigração para o povoamento, seja ela estimulada ou mesmo forçada pelas autoridades, não existia, pois a grande riqueza comum a todas as áreas era a força de trabalho dos “naturales de la tierra”, daí o interesse em não permitir sua completa destruição (CARMAGNANI, 2004).⁴⁹

Dessa maneira, há ao menos um ponto recorrente em todas as ordenanças que tratam do tema da organização do trabalho, a saber, as limitações impostas ao tempo do trabalho devido pelos índios “encomendados”, assim como a criação de regras para o aproveitamento dos índios localizados a uma distância muito grande do lugar no qual ele iria prestar a “mita”.⁵⁰

De fato, poderíamos ver que nas narrativas dos primeiros viajantes a região inundável do Pantanal, identificada inicialmente com a Lagoa de Xaráies, portal de entrada do Reino do Rei Branco ou Paititi, em pleno Eldorado, envolveriam agora a percepção desse lugar como o limite da colonização castelhana: para a percepção dos europeus as terras não penetradas pelos fluxos colonizadores torna-se “mítica”.

Como a transposição cartográfica dos relatos sobre a lendária Lagoa ocorre mais ou menos na época em que as descobertas das minas de prata do Peru já estabeleciam uma reestruturação espacial nas colônias espanholas da América, coincidindo com o fim do segundo expansionismo assucenho e a conseqüente mudança de eixo das incursões paraguaias para a direção Sul-Leste, Xarayes passa a indicar não mais o lugar das descrições oníricas, mas o limite do território usado da colonização espanhola.

⁴⁹ Um esquema da organização espacial do sistema econômico colonial espanhol, feito por Carlos Semplat Assadourian, já apontava as relações entre a mineração, a atividade hegemônica sobretudo a partir da exploração de Potosí, e a estruturação interna de circuito de trocas regionais que funcionavam de suporte à atividade principal, engendrando uma divisão territorial do trabalho altamente especializada (ASSADOURIAN, 1983). Já Juan Carlos Garavaglia, centrando sua atenção na rede de vínculos econômicos estabelecidos internamente pelo circuito de circulação da erva-mate, que envolveria extensões de terra que iriam de Buenos Aires a Quito, indica processos muito antigos da formação de demandas internas na América do Sul, principalmente para produtos de grande consumo nos restritos mercados existentes, como os tecidos e alimentos (GARAVAGLIA, 1983).

⁵⁰ Haveria uma relação direta entre a distância dos *pueblos* e o tempo de prestação de serviço: nas granjarias distantes até 20 léguas, em 1 ano haveria um rodízio de 25% do grupo divididos em 6 turnos; até 40 léguas, para o mesmo período, apenas 3 turnos com os mesmos 25% do grupo de mitaios; por fim, para os *pueblos* distantes mais de 40 léguas era devido 6 meses de prestação de serviços por grupo. Ficam evidentes os agravantes determinados pela distância, uma vez que a falta de rodízio e as longas caminhadas provocavam a exaustão dos índios, assim como também possibilitava uma maior facilidade de fuga. Ademais, o tempo prolongado de ausência de sua redução era fator de desenraizamento da população indígena (CARMAGNANI, CHAVES&ROMANO, 1999).

Podemos mesmo dizer que, ainda no início do XVIII, a maior parte do futuro território mato-grossense continuava a ser percebido como sertão, já que somente uma pequena porção ao Sul havia sido, durante os séculos XVI e XVII, palco de intensas explorações, assistindo a uma movimentação e grandes batalhas entre e espanhóis, jesuítas e portugueses (HOLANDA, 1986).

Passando mais detidamente para uma breve descrição dessa verdadeira zona de contato entre colonizações concorrentes constituída pela Igreja, note-se que procuramos compreender essa experiência primordial dos religiosos em seus esforços de tornar sedentárias sociedades que tinham a mobilidade como um elemento cultural de grande relevância no sentido de que as reduções eram como uma resposta de “civilização” em relação ao “espaço selvagem”.

Rapidamente, sabemos que as reduções Guarani se alongavam, no início do século XVII, numa extensa área que vai desde o Guairá (região campestre nas adjacências do rio Paranapanema e afluentes) até o Tape – etnônimo atribuído aos índios Guarani que designa áreas onde hoje é o estado do Rio Grande do Sul. Outrossim, é entre os Guarani do Guairá e do Tape que foram fundadas as primeiras missões jesuítas, em 1610 (GADELHA, 1980).

A famosa província do Itatins (outro etnônimo Guarani) era uma região ao norte da cidade de Assunção, vizinha do Pantanal sul-matogrossense e já próxima à região do Chaco:

Antes do fim do século XVII, os jesuítas haviam sido obrigados a abandonar os territórios do Guairá, Tape e Itatim, sob pressão dos bandeirantes paulistas. Moveram-se para o sudeste em territórios conhecidos pelo nome de Banda Oriental do Uruguai, que hoje fazem parte do Uruguai e do Rio Grande do Sul. A sudoeste, fundaram missões em ambas as margens do rio Paraná e entre este e o rio Uruguai, nas atuais regiões de Entrerios e Misiones na Argentina e no Paraguai. (MALDI, 1997, p.194).

A série de ataques comandados pelo cabo bandeirante Antônio Raposo Tavares às missões iniciou-se em 1618. Entre 1628 e 1629 foram destruídas as missões do Guairá. Em 1632 os bandeirantes atacaram Itatim. Em 1637 foi novamente a vez das reduções do Tape serem atacadas, quando os missionários conduziram os Guarani a atravessar o rio Uruguai.

Reconstruídas em outro sítio, as missões da província do Itatins foram definitivamente destruídas entre 1647 e 1648, quando com o término das reduções jesuíticas no rio Paraguai a região vai passar a ser progressivamente dominada pelos índios Mbayá-Guaykurú, que se tornaram por mais de dois séculos os senhores incontestes dessa imensa área envolvida em litígios de soberania pelas metrópoles ibéricas (BASTOS, 1972; MEIRELES, 1989).

Já as missões, essas verdadeiras “instituições de fronteira” aliadas da colonização ibérica, expressaram em diversos momentos o mútuo apoio da “Cruz e da Coroa”, tendo um papel fundamental na exploração primitiva dos ambientes pantaneiros. Tal fato teria sido facilitado por um complexo arranjo de relações administrativas e institucionais que davam continuidade ao caráter catequista da empreita colonial (como por exemplo o Padroado Real da Igreja do Ultramar). Mesmo assim, a associação entre Igreja e Coroas encerrava conflituosas relações com os projetos geopolíticos desenvolvidos em cada caso, fossem eles portugueses, espanhóis ou mesmo do Vaticano (NEVES, 1978).

Além disso, haveria de falarmos, ainda que de passagem, do estabelecimento das províncias de Moxos e Chiquitos entre o final do século XVII e início do XVIII. Essas províncias, localizadas mais ao Norte, contabilizavam mais de 30 unidades missioneiras, engendrando fortes contatos comerciais com Santa Cruz de la Sierra (MEIRELES, 1989).

De fato existe até a possibilidade de se interpretar o papel territorial dessas missões ora reforçando seu caráter autônomo, que visaria a criação de um verdadeiro “Império Teocrático” nos rincões despovoados da América (NEVES, 1978), ora indo pelo caminho oposto e, como Denise Maldí, ver os interesses das Coroas em se aproveitar dos estabelecimentos jesuítas para a construção de suas próprias estratégias de conquista: seriam os perfeitos “guardiões da fronteira” na visão das Coroas (MEIRELES, 1989), algo que ficará mais cristalino quando da institucionalização do “Diretório dos Índios” no período pombalino, período no qual se estabelece como aceita essa idéia dos indígenas como as perfeitas “muralhas do sertão” (FARAGE, 1991; PERRONE-MÓISES, 1992).

Na verdade, essa rápida referência aos inter-relacionamentos conflituosos que se davam entre espanhóis, jesuítas, povos indígenas e portugueses no início dos movimentos colonizadores na região, tem aqui a função de reforçar o fato de que, por assim dizer, uma *política indigenista* que dizia respeito ao controle de recursos naturais, terras e mão-de-obra, era o veículo mais fundamental para o domínio dessa região desde os primórdios da colonização.

De todo modo, não há como não levar em conta, em todas essas movimentações, a circunstância da União Ibérica entre 1580 e 1640. Assim, como o rei de Espanha era, à época, também o de Portugal, há uma aproximação tanto dos padroados portugueses e espanhóis ao Vaticano, como também um afrouxamento ante as investidas bandeirantes nos territórios missioneiros (MORAES, 2000a).

Com isso evidentemente haveria um esforço permanente em busca duma aproximação com certos grupos indígenas dos quais se poderia obter informações privilegiadas ou mesmo apenas abrigo ou mantimentos para se continuar as viagens exploratórias. Enfim, haveria toda uma racionalidade política na escolha de quais grupos poderiam ser utilizados como auxiliares da empreita colonizadora, mesmo levando-se em conta o caráter volúvel das alianças entre indígenas e europeus, que podiam passar rapidamente de situações de paz para a de guerra a depender de específicas e frágeis conjunturas locais momentâneas.⁵¹

Um exemplo da real influência da presença indígena pode ser observado quando nos deparamos com os roteiros e relatos que esses primeiros exploradores deixaram, pois nesses documentos as diferenciações entre áreas se davam através das potenciais qualidades de seus habitantes. Portanto:

A presença indígena é, assim, vale insistir, um elemento absolutamente fundamental nas representações sobre os sertões. Tal fato pouco tem a ver com a descoberta do “exótico” mundo indígena e sim com o próprio movimento através do qual os sertões vão tomando a forma de seu oposto – o território colonial (...) Essa forma de desenhar a geografia da região, a partir do reconhecimento de territorialidades indígenas (nunca respeitadas, salvo quando os interesses territoriais da Coroa estavam em jogo), é um elemento chave no processo de configuração do território colonial mato-grossense. (GALLETI, 2000, p.19-20).

A importância maior desses tipos de descrição estaria em sua função de oferecer um retrato até certo ponto seguro daqueles que poderiam ser potenciais aliados ou ferozes inimigos (os grupos indígenas “mansos” ou “bárbaros”), pois as narrativas centravam-se em descrever as qualidades da população. Por exemplo, na descrição de rituais antropofágicos praticados por essa ou aquela povoação de uma localidade; na caracterização dos índios como “falsos e traidores” – no caso de oferecerem resistência ou promoverem ataques – ou nas imagens de abundância e paz quando se mostravam receptivos, verdadeiras pinturas do paraíso terreal nas quais a presença de milho, mandioca e mulheres eram sempre notadas.

⁵¹ Em um outro enquadramento, podemos visualizar como essas realidades mutantes de equilíbrio tênue e variável vão acabar por fazer parte da experiência cotidiana do “viver em colônia”, influenciando na origem uma formação social para a qual a: “Mobilidade, dispersão, instabilidade enfim, são características da população nas colônias, que vão demarcando o quadro dentro do qual se engajaram os laços primários e se foi desenrolando a vida no dia-a-dia. Para compormos ainda mais explicitamente esse quadro é preciso agregar-lhe outra característica, que, aliás, vai na mesma direção: refiro-me à necessária *diversidade* das populações na Colônia. Por definição, as gentes na Colônia se dividem entre os colonizadores e os nativos: mas na colonização do Antigo Regime, nas áreas em que a compulsão do trabalho foi levada ao limite da escravidão, essa diversidade se acentuou com o tráfico negreiro, que carreou para o Novo Mundo os contingentes africanos. Se nos lembrarmos de que tanto os ameríndios como os africanos tinham também grande diversidade interna, começaremos a entender a complexidade do *melting-pot* colonial.” (NOVAIS, 1997, p.22-23).

No caso, a constatação de que as aldeias e povoados poderiam funcionar como verdadeiras *zonas de difusão* da colonização (isto é, sítios de ocupação mais ou menos consolidada que ofereciam suprimentos e logística para os movimentos exploratórios) recoloca a interpretação dos inter-relacionamentos entre colonizadores e indígenas, pois dando relevo às interações mútuas entre os sujeitos envolvidos, abre-se uma perspectiva que não se pauta nem pela visão do “herói branco conquistador”, mas tampouco pelo seu contrário, o dos índios letárgicos e passivos, facilmente oprimidos e dominados.⁵²

3) Geografia Fantástica e a Apropriação do Espaço Americano

3.1 Partindo de São Paulo

Detendo-nos agora um pouco mais nas expedições exploratórias lusitanas e nos objetivos que as motivaram, podemos estabelecer uma subdivisão didática dentro das diferentes correntes ou fluxos de expansão que atingiram áreas que futuramente iriam fazer parte do Brasil Central: poder-se-ia falar em correntes paulistas, paraenses e baianas. De modo geral, portanto, concordamos com Antônio Carlos R. Moraes quando descreve as etapas ou momentos diferenciados dos processos colonizadores da seguinte maneira:

o primeiro ato colonial refere-se a própria descoberta (ou “achamento”) e exploração das novas terras, envolvendo a consciência de sua existência e a identificação das rotas para atingi-las e retornar a metrópole. Tal etapa vale para a expansão marítima como um todo, **mas também para os adentramentos na hinterlândia**, que implicam igualmente a exploração dos caminhos e conhecimento de lugares. (MORAES, 2000a, p.276, grifo nosso).

A esse tempo, entre fins do século XVII e início do XVIII, a região em questão era não mais que uma mera área de trânsito da colônia, visto que não possuía ocupação perene e consolidada, sendo apenas conhecida, o que a caracteriza como uma área de passagem. Diferentes nas motivações e nos caminhos utilizados para se atingir o interior da colônia, essas correntes, contudo, não devem ser apreendidas de forma fragmentada, uma vez que não

⁵² Num trabalho como esse, que prima pela busca da gênese e evolução da espacialidade criada pela colonização portuguesa na América, a referência ao inter-relacionamento entre os sujeitos envolvidos na colonização adquire grande relevância, pois reduz a possibilidade de desenvolvermos interpretações por demais enviesadas na ótica dos supostos “vencedores”. Por isso, deve ser aqui enfatizado novamente que a adequada discussão do papel dos grupos indígenas na construção da territorialidade estatal no Brasil ultrapassa a proposta da presente pesquisa. Uma boa coletânea de textos dentro dessa temática pode ser encontrada em: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) – *História dos índios do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992.

haveria uma separação cronológica evidente nesses movimentos colonizadores que passamos agora, em resumo, a descrever.

Antes do mais, é bom que se diga que não iremos tecer maiores comentários acerca do fenômeno do bandeirismo paulista e de suas conseqüências na expansão territorial do Brasil, assunto ainda controverso e de longa tradição acadêmica em nosso país, temática central que é de diversos trabalhos hoje considerados clássicos.⁵³

Também não nos deteremos em demasia nas motivações subjetivas que animaram intensos movimentos de exploração das terras interiores do continente americano em diferentes épocas da colonização ibérica, bastando, nesse momento, a descrição de algumas dessas expedições, já que o intuito seria o de apontarmos para a falácia do argumento que diz ser a região em análise uma terra incógnita antes do advento da mineração.

De fato, em sua obra “Visão do Paraíso” Sérgio Buarque de Holanda mostra como todo um imaginário medieval da existência terrena do Éden cumpriu papel importante na época dos descobrimentos ultramarinos. Além disso, acaba por identificar um conjunto de mitos e lendas recorrentes nos processos colonizadores em várias partes do mundo.

Em todo caso, a contínua reiteração dessa tradição mitológica teria erigido realmente todo um arcabouço subjetivo que, forjado no espírito quinhentista, de certo modo continuou a exercer fascínio sobre o imaginário de aventureiros seiscentistas que se dedicaram a contínuas incursões às terras interiores da América do Sul.

Assim, a busca da “Terra das Amazonas”, do “Eldorado”, enfim, de toda sorte de riquezas abundantes e ilimitadas, são parte integrante da colonização, uma vez que: “*a atração do interior desconhecido alimentou uma rica mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espaços oníricos, que alimentou toda consolidação dos impérios coloniais*” (MORAES, 2002, p.86).

Porém, cabe a advertência de que:

a geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram e quiseram ouvir dos indígenas, e achou-se, além disso, contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem considerar arquetípicos. E foi

⁵³ Um trabalho aprofundado acerca dos discursos geográficos engendrados direta ou indiretamente pelas interpretações dos variados autores que empreendem essa discussão pode ser encontrado em: RAIMUNDO, Sílvia Lopes, *A Invenção do Mito Bandeirante: Tradição e pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920-1930*, Dissertação de Mestrado, São Paulo :DG/FFLCH/USP, 2002.

constantemente por intermédio de tais motivos que se interpretaram e, muitas vezes, se “traduziram” os discursos dos naturais da terra. (HOLANDA, 2000, p.83).

Avançando, pode-se dizer que foi em decorrência das notícias acerca de uma movimentação espanhola pelo interior do continente, feita a partir do núcleo fixo de povoamento sustentado em Assunção por uma aliança hispano-guarani que obteve o controle de grandes contingentes indígenas visando a criação de uma estrutura econômica autocentrada, que houve um aumento dos fluxos exploratórios portugueses já durante o século XVII.

Com esse crescimento da presença espanhola na bacia do Paraguai há uma mudança da percepção portuguesa sobre essas terras, pois também a: *“densidade semântica da noção de sertão, produto das práticas e representações constitutivas do processo colonizador, condensa e expressa, em sua ambivalência e indefinições, o ritmo intermitente, mas constante, da apropriação e modelagem do espaço sertanejo”* (GALETTI, 2000, p.11).

Para termos uma idéia das recíprocas influências estabelecidas entre a apropriação simbólica dos lugares e sua posse de fato, poderíamos notar que a região como um todo, e a bacia do rio Paraguai em especial, tem sua “certidão de nascimento” para os registros ocidentais a partir dos textos e mapas que tinham como centro das narrativas e representações a maravilhosa “Laguna de los Xarayes”.

Descrita pelos primeiros aventureiros espanhóis que deixaram relatos sobre o interior da América do Sul, a Lagoa adquire identidade cartográfica já na primeira metade do XVII, quando nos Países Baixos foi feita a transposição das narrativas em mapas:

Assim, a geografia fantástica das terras interiores da bacia do Alto Paraguai foi criada em textos e representadas em mapas. Tendo Xarayes como centro, tais imagens invadiram o imaginário americano e europeu, consolidando os contornos daquela região inundável, imagem criada e multiplicada pelos conquistadores espanhóis. (COSTA, 1999, p.19).⁵⁴

O surgimento da Lagoa liga-se, por sua vez, à presumida existência de um povo indígena conhecido por esse nome e que habitaria ambas as margens do médio rio Paraguai, daí passando a designar uma localidade – “o lugar dos Xarayes”:

⁵⁴ Segundo Íris Kantor, até a chegada dos holandeses ao Brasil com o estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais no litoral de Pernambuco, a produção cartográfica portuguesa sobre a América estava voltada para a representação do litoral, com o interesse concentrando-se no conhecer, mapear e nomear os principais acidentes geográficos costeiros. Nesse quadro, o mapeamento do interior constituía-se em: “uma metáfora das possibilidades da apropriação do espaço real. Neles se traçava uma entidade cartográfica, em que eram dispostos alguns elementos ou signos que remetiam a direitos de domínio ou titularidade de posse dos territórios dos impérios (Bandeiras, Brasões, Fortes e Fortalezas, linha das Tordesilhas.” (KANTOR, 2007, p.76).

A transfiguração deu-se a partir das interpretações das narrativas. A origem desta construção está congenitamente imbricada na própria geografia do espaço interior da bacia do Alto Paraguai e nas suas primeiras descrições: um espaço fluvial lacustre, entrecortado por rios e lagoas, que surge nos textos quinhentistas com sua sazonalidade de paisagem móvel. Embora nas narrativas Xarayes não figure como lagoa, sua origem ali se encontra (...) O Paraguai confunde o narrador e entre lagoas, baías, portos e ilhas fluviais, espraia-se, sendo lagoa: a cheia do Paraguai transforma parte do seu leito num imenso lago, localizado muito próximo daquele povo índio e, por extensão, passa a chamar-se Laguna de los Xarayes. (COSTA, 1999, p.136-137).

Contudo, há uma vinculação da representação de Xarayes com uma outra Lagoa (Dourada ou Eupana) advinda da leitura feita por Jaime Cortesão, que faz uma associação da construção cartográfica de Xarayes com o mito da Ilha-Brasil: seria essa a localidade que abrigaria as nascentes dos rios Amazonas e do Prata, emprestando ao território colonial lusitano uma imagem insular.

Na verdade, Cortesão tenta demonstrar que não existe referência direta à Lagoa Dourada em documentos espanhóis, ficando apenas subentendida esta como “la tierra de la noticia”, situada ao Norte de Xarayes e sem ligação com essa. Notando que Xarayes e Eldorado são lagos distantes e sem comunicação, quer com isso provar que a tendência de ver uma ligação entre ambas é tradição de origem lusitana:

Tem-se, então, duas representações: a estudada por Jaime Cortesão, na qual Xarayes se vincula ao Eupana/Eldorado, e outra aqui apresentada, onde se mantém independente (...) Aqui, por sua vez, demonstra-se que o mito da lagoa de Xarayes é uma construção geográfica espanhola, criada a partir dos conquistadores do rio da Prata e divulgada pelos cronistas de Índias no início do século XVII, sendo uma lagoa independente da representação do lago Eldorado e, até onde pude pesquisar, somente desenhada dentro do espaço da porção castelhana da América do Sul, não figurando nas cartas portuguesas dos séculos XVI e XVII, mesmo quando representam a totalidade da América. (COSTA, 1999, p.141).

Comentando sobre as interpretações desenvolvidas pelo mesmo Jaime Cortesão em busca de uma teoria sobre a formação das fronteiras nacionais, Demétrio Magnoli coloca assim a questão:

O historiador, investigando a cartografia colonial e uma vasta documentação do período, sustenta a tese de que o Estado lusitano operou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil (...) Perseguindo o fundamento real do relato lendário, Cortesão sugere que os conquistadores teriam filtrado e traduzido informações de fonte indígena sobre a rede hidrográfica complexa e quase entrelaçadas dos formadores e afluentes do Paraguai e do Madeira e Tapajós, cujos divisores submergem em pântanos e lagoas na prolongada estação das chuvas. O cerne da teoria está na postulação

de uma vasta unidade ecológica dos domínios de florestas pluviais associada à configuração de um espaço cultural indígena, fluido e poroso, que corresponderiam, grosso modo, à área recoberta pela Ilha-Brasil. (MAGNOLI, 1997, p.45).

Essa lenda da existência de um lago unificador das nascentes dos rios da Prata e Amazonas, que como outras similares precede e alimenta as primeiras tentativas de exploração ibérica do interior da América do Sul, teria conferido uma aceitação generalizada da imagem insulada do território colonial lusitano que acabou se fixando por toda a cartografia européia através da repetição dessa imagem pelos relatos e cartas.⁵⁵

A propósito das representações lusitanas, sabemos que a lagoa de sua geografia fantástica aparece já nas primeiras descrições geográficas da América produzidas por Gaspar Viegas, no Atlas de Lopo Homem, em 1519, e de vez nas cartas de Diogo Ribeiro, entre 1525 e 1527. Sucessivamente, aparece em 1528 num trabalho de João Afonso somente publicado em 1559, ano em que André Homem também a representa, mas sem denominá-la. Em 1561, com o nome de “Eupana”, surge na carta de Bartolomeu Velho.

Em 1576 aparece num mapa anônimo como “Gram Lacuo”, e em mapas de João Baptista Lavanha, Luís Teixeira e de um cartógrafo anônimo, que datam provavelmente entre 1597 e 1612, surge com o nome “Doirado” (MAGNOLI, 1997). Após ser representada em diversos outros mapas, o que comprova, de certo modo, a institucionalização (não linearmente evolutiva) de seu imaginário, a lagoa ganha o nome de “Paraupava” em 1633, num mapa de Antônio Sanches.

Iniciada uma revisão geral na cartografia portuguesa, vai sendo suprimida paulatinamente, e, a partir de 1670, João Teixeira Albernaz já não vai mais insistir na lagoa, preferindo a marcação de uma grande ilha nos sertões do Paraupava, a que chamou de “Yperaupaba” (BERTRAN, 1994).

Como o topônimo “Paraupava” (em referência tanto à lagoa como ao rio desse nome, ou ao seu sertão) era uma denominação geográfica comum e já incorporada à história de São

⁵⁵ “O conceito geográfico de ilha-brasil difunde-se não apenas na cartografia, mas também nas crônicas quinhentistas e seiscentistas, nas quais se identifica que as nascentes do Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago interior (...) O mito da insularidade brasileira tinha antecedentes na cartografia medieval, figurando no itinerário das viagens de São Brandão como uma das ilhas (afortunadas) que existiriam no Atlântico Norte (...) Uma outra polêmica relacionada com a forma e configuração da massa terrestre americana – sua conexão ou não com o continente asiático – reforçou o debate sobre a insularidade do Brasil até tardiamente. A dúvida se a América era uma ilha ou um continente foi corrente entre cosmógrafos, cronistas e teólogos do Novo Mundo (...) Na cartografia quinhentista a América aparece de duas formas: 1) como uma massa terrestre cercada de água; ou 2) como uma massa terrestre incompleta. A polêmica só seria definitivamente superada com a confirmação de Bering da existência de um estreito ligando o continente americano ao asiático em 1741” (KANTOR, 2007, p. 74).

Paulo desde a precursora bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo, que entre 1589 e 1593 circulou pelo interior através de um caminho que atingia o rio São Francisco pelo Sul e, transpondo as chapadas a Oeste, apontava para as nascentes do Tocantins, podemos aventar a hipótese de que nos antigos relatos luso-ameríndios poderia ser, o rio, o Araguaia, e a ilha, a do Bananal (FRANCO, 2003).

Adiante, interessante constatarmos a argumentação de que através de uma orientação da Coroa portuguesa visar-se-ia transformar o relato lendário em realidade geográfica, já que ele poderia oferecer, através da imagem insular de uma entidade indivisa e isolada, uma legitimidade superior à vontade expansionista portuguesa em terras americanas, pois que a indivisibilidade de suas possessões seria emanada da própria natureza.

Nesses termos o mito territorial surge como espécie de desígnio geopolítico do Império português, pois ao conferir limites alternativos aos acordados pelo Tratado de Tordesilhas, a Ilha-Brasil, segundo Cortesão, teria construído uma “razão geográfica de Estado” ao definir um “imperativo geopolítico” para os primeiros três séculos da formação territorial do Brasil.⁵⁶

Enfim, o que o historiador português aponta, principalmente através do estudo de antigos mapas, é que com o passar do tempo poderia ter havido uma dilatação do mito da Ilha-Brasil, com a Lagoa das nascentes comuns sendo transferida cada vez mais à Oeste, pois ao invés de se situar, como primeiramente se deduzia dos relatos, em local próximo às cabeceiras do Araguaia-Tocantins, no sopé da Serra Dourada dos mitos luso-tupis, acabaria mesmo por ser identificada com a Xarayes hispano-guarani, já no Pantanal (GÓES FILHO, 1998).

⁵⁶ Seguindo a interpretação que Magnoli dá à proposta de Cortesão, vemos que ela ultrapassa a consideração, interessante sem dúvida, de que o expansionismo lusitano na América serviu-se dos relatos indígenas para erigir um mito cartográfico com objetivos geopolíticos claros de dissolver os limites de Tordesilhas.

Para esse autor o sentido profundo da Ilha-Brasil seria outro, pois através do estudo do uso colonial da Ilha-Brasil tentar-se-ia construir uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil, com o mito colonial, através do uso ideologicamente orientado de uma documentação histórica, metamorfoseando-se em mito de origem nacional ao reiterar a existência de uma unidade cultural indígena (apoiada na língua geral, tomada como um idioma nacional primevo) cujos limites coincidiriam com a Ilha-Brasil natural.

Dessa maneira, “a produção do território do Brasil não teria consistido num processo histórico original, com o ponto de partida situado na colonização européia, mas no prolongamento de uma realidade prévia” (MAGNOLI, 1997, p.53). A partir desse enquadramento as expedições bandeirantes podem emergir como as grandes responsáveis pelo contorno de “nossas” atuais fronteiras, visto que “teria se encarregado de trespassar o meridiano da mediação papal e plantar, ao longo do perímetro da ilha mítica, os signos da soberania portuguesa” (Ibidem, p.56).

Tal posição ante ao bandeirismo, flagrantemente anacrônica, como já nos referíamos no capítulo anterior, buscaria, ainda segundo Magnoli, costurar uma continuidade histórica direta entre o processo de formação do território colonial e o estabelecimento das fronteiras nacionais, podendo funcionar, no contexto dos mitos fundadores, como fundamento ideológico de uma proposta de legitimação científica para a institucionalização da soberania estatal sobre o território, espécie de discurso geográfico de legitimação do nacionalismo (ESCOLAR, 1996) adaptado as condições históricas brasileiras.

Tendo isso como pano de fundo, aproveitamos para fazer um breve comentário sobre outra interessante discussão, que de alguma forma vincula a operacionalização geopolítica da Ilha-Brasil à temática mais geral do bandeirismo e da penetração territorial para as terras interiores da América do Sul, entendido como fenômeno fundamental para a compreensão da formação das fronteiras terrestres do Brasil e de seus vizinhos limítrofes.

Grosso modo poderíamos separar duas visões principais no enfoque das entradas e bandeiras: uma primeira no qual a ênfase está no caráter autônomo das incursões, ou seja, haveria uma independência das motivações dos bandeirantes em relação a metrópole que tornariam os sertanistas representantes genuínos de um espírito local, já que responderiam apenas às necessidades econômicas mais imediatas (expressas no aprisionamento de índios e busca de metais preciosos).

Por outro lado, há o enfoque que estuda o bandeirismo como fator direto da ampliação territorial do Brasil, tentando encontrar, ao menos em algumas das expedições, um direcionamento oficial da burocracia governamental a influenciar o movimento bandeirante consoante certas metas expansionistas do Estado português: intenta-se provar, nessa visão, o lastro geopolítico por detrás dos movimentos migratórios.

Posicionamentos emblemáticos dessas correntes interpretativas seriam encontrados exatamente nos escritos de Sérgio Buarque e Jaime Cortesão. O primeiro, em belíssimo artigo de 1952, já opunha dúvidas à hipótese do historiador português de que o mito territorial fundado pretensamente por desígnios geopolíticos expressos da Coroa teria comandado todo o processo de expansão luso-brasileira para além de Tordesilhas, assim concluindo: *“nada me convence de que, nas entradas e bandeiras (...) os motivos políticos, ou melhor geopolíticos, para recorrer à terminologia do Professor Jaime Cortesão, fossem tão eficazes quanto as puras contingências econômicas”* (HOLANDA, 1979, p.84).⁵⁷

⁵⁷ Em alguns trechos e passagens presentes em outras obras o argumento fica ainda mais claro, deslocando-se das “puras contingências econômicas” para as cruas necessidades de sobrevivência: “Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão-de-obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto. Há no entanto os que, ainda hoje, ainda hoje, só querem achar o germe e a lei íntima desses episódios no coração aventureiro do sertanista. Ou então no empenho que o moveria, de ver dilatados os senhorios da Coroa de Portugal neste continente (...) A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo (...) A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área de colonização lusitana. Em favor da última teoria ainda se podem invocar depoimentos de tal e qual cabo de bandeira recolhidos por autoridades ou missionários espanhóis. Em todo caso, nada sugere que entrasse aqui algum propósito buscado afanosamente; do contrário não se explica como, tendo assolado sempre nas Índias de Castela os lugares de onde pudessem

Já Cortesão afirma que posicionamentos que querem explicar as bandeiras apoiando-se unicamente nas necessidades econômicas, que indiscutivelmente estavam presentes nos deslocamentos internos de colonos, seriam insuficientes para a compreensão do fenômeno como um todo, não sendo interessante para uma visão que se pretende totalizadora:

supor que todas as bandeiras e todos os bandeirantes obedecessem estritamente a objetivos econômicos, sem a menor consciência política e das realizações geográficas que a expansão das bandeiras entranhava. Houve também, ora anterior, ora conjuntamente com os ciclos da caça aos índios e da busca do ouro, aquilo que poderíamos chamar uma política de realização da Ilha-Brasil (CORTESÃO, s.d., p.341)

Todavia, não seria perdido acrescentarmos uma ressalva, pois o que aqui se discute não são diretamente as motivações objetivas e/ou subjetivas desta ou daquela expedição que adentrou o interior do continente. Tampouco estamos buscando provar que toda e qualquer leitura dos movimentos lusitanos de penetração na América precise, necessariamente, ressaltar que eles eram, em última instância, portadores de uma finalidade (geo)política, mas apenas frisando que, numa análise do processo de formação territorial da raia Oeste da colônia, são os fundamentos políticos os mais profícuos para se revelar certas nuances que esse fenômeno ali adquire. Em resumo:

Quanto à ação orientadora da Coroa portuguesa sobre o movimento bandeirante, na verdade ela não transparece das obras dos que estudaram os documentos mais de perto, como Taunay e Alcântara Machado. Ao contrário, a idéia aí predominante é que o bandeirismo foi um movimento espontâneo, provocado basicamente por razões econômicas locais. Cortesão não afirma, é preciso frisar, que o movimento teve na orientação da Coroa sua principal causa; afirma, sim, que algumas bandeiras tiveram a finalidade política de reconhecer ou ocupar território (...) Não está provado, entretanto, que as bandeiras tiveram, além de suas finalidades reconhecidas da caça ao índio e da procura de metais preciosos, o objetivo de conquistar territórios para Portugal. Motivação política, portanto, não; o que não quer dizer que as bandeiras não tenham tido consequências políticas. (GÓES FILHO, 1998, p.120-121).

Objetivamente uma das grandes motivações dessas incursões foi mesmo uma conjuntura de aumento dos preços do açúcar no mercado mundial, com a decorrente expansão do negócio açucareiro – grosso modo desde fins do século XVI até o primeiro quartel do XVII – tendo provocado uma maior demanda de mão-de-obra indígena “administrada” na economia exportadora de Pernambuco e da Bahia, mas também influenciado em mudanças conjunturais em outras áreas coloniais:

descer gente de serviço, deixassem de parte outros que, podendo reivindicar com iguais títulos, não davam o mesmo fruto.” (HOLANDA, 1986, p.26/28).

com o florescente negócio de exportação de escravos indígenas para os engenhos do Nordeste, reuniram-se tanto condições objetivas quanto subjetivas para o lançamento de diversas bandeiras de preação de índios além do Tietê paulista. Em busca de riquezas minerais, basicamente, e à sua falta – o que foi regra geral – trazendo escravos índios (BERTRAN, 1994, p.38).⁵⁸

Dito isso e só para citarmos didaticamente alguns exemplos de bandeiras que chegaram ao interior profundo da América do Sul, teríamos, em destaque, a expedição de André Fernandes (1613–1615), importantíssima menos pelos feitos realizados do que pela quantidade de informações geográficas que deixou acerca de seu roteiro, já que este foi relatado pelo padre jesuíta Antônio de Araújo em 1622 (SILVA, 1996; FRANCO, 2003).

O caminho que percorreu, quase todo por via aquática, saiu pelo Tietê, subiu o rio Grande, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, e adentrou cerca de 800 quilômetros para o centro de Minas Gerais, passou para a bacia do São Francisco pulando por um varadouro seco e, rumando ao Norte, São Francisco abaixo, deixaram o rio das Velhas à direita, chegando ao Paracatu.

Daí alcançaram, nas cabeceiras do Paracatu, o rio Preto em suas nascentes. Depois, já pelo Paranã, sabendo que esse era um braço de um grande rio conhecido como “Iabebéri”, para lá rumaram, ficando este relato para a posteridade como a primeira evidência razoável do desbravamento do rio Tocantins.

Notemos também que o caminho é bem parecido com aquele por nós descrito como o que fazia as pioneiras ligações entre São Paulo e o interior mais afastado de Goiás e Mato Grosso, fato reforçado se sabemos que essas expedições simplesmente visitaram terras hoje brasileiras, desbravando ao longo desses trajetos muitos caminhos que iam, através dos relatos e mesmo da tradição, perpetuando-se ao longo dos tempos.

Porém, mesmo sendo uma das características distintivas desses primeiros exploradores luso-brasileiros o fato de serem nautas por excelência, visto que aonde desse calado um bote lá iam ao seu destino muitas vezes munidos apenas de uma bússola e o sextante, o que concorria para fazê-los grandes desbravadores já no século XVI, o estabelecimento de rotas de navegação fixas sempre foi difícil nessa região, dado a já referida característica de planalto desse rios, nos quais estão sempre presentes cachoeiras e corredeiras, algumas em grande declive.

⁵⁸ Pode-se indicar, como referência, uma obra que ressalta o fato de que o bandeirismo de apresamento pode ter se dado menos por conta da necessidade de mão-de-obra no litoral açucareiro e mais devido às necessidades da agricultura no próprio planalto de Piratininga: MONTEIRO, John M., *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes na origem de São Paulo*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994

Com o passar do tempo mudavam-se os padrões em que eram feitas as expedições, já que com a abundância de animais de carga, equínos e muares, desde meados do século XVII as bandeiras deixam de ser grandes unidades militares navegando pelos rios para tornarem-se empreitadas quase familiares que desenvolviam caminhos terrestres, mais flexíveis e objetivos.

Nessa outra fase das bandeiras vale a pena a referência à de Francisco Lopes Buenavides (1665– 1666), que inaugura um caminho por terra após 50 anos de hiato documental; a expedição familiar de Antônio Paes (1671) e a de Sebastião Paes de Barros (1670-1673), a maior das saídas de São Paulo e que será alvo de maiores considerações adiante; a de Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, que formou uma bandeira com Manoel de Campos Bicudo e entre 1681 e 1683 deslocou-se certamente por esse mesmo caminho terrestre.⁵⁹

Um outro exemplo dessa nova concepção bandeirística, e de como os itinerários do sertão eram reiterados através do tempo, é a expedição de Luís Castanho de Almeida e seus filhos, de 1671. Relatada quase um século depois de seu início pelo genealogista Pedro Taques, nos importa devido as conclusões que se impõem ao entrarmos em contato com a descrição do caminho pelo qual fugiram os bandeirantes após uma revolta dos índios que os acompanhavam.

O relato nos permite, por exemplo, perceber até que ponto era comum as rotas de penetração para o interior serem fixadas como caminhos perenes através dos tempos, avaliando de uma vez por todas o conhecimento e grau de apropriação das terras interiores do Planalto Central, pois:

ou atribuímos ao grande genealogista extraordinária imaginação, ou curvamo-nos à evidência de que tão freqüentado era o território goiano que até ‘ponte’ havia no rio Meia Ponte e, mais ainda, que a memória dos fatos e topônimos houvesse atravessado um século (...) Curiosamente, quem se der ao trabalho de traçar no mapa do país uma linha reta entre a cidade de Goiás e de São Paulo, passará exatamente sobre Anicuns, atravessará o rio Meia Ponte, pouco abaixo de sua barra com o ribeirão Caldas e transporá o Parnaíba nas mediações de Itumbiara. Esse era o caminho terrestre do sertão dos Guaiazes (BERTRAN, 1994, p.55).

⁵⁹ Essa bandeira, aliás, terá profundas conseqüências no futuro descobrimento das minas de Mato Grosso e Goiás, já que, como reza a tradição, os dois chefes da expedição fizeram-se acompanhar de seus filhos ainda adolescentes, que desde então ficariam acostumados aos caminhos e dificuldades das viagens ao sertão. Eram eles Bartolomeu Bueno, o futuro Anahangüera-Filho, descobridor das minas de Goiás, e Antônio Pires do Campo, de alcunha o Pai-Pirá, um dos grandes potentados dos primeiros tempos das lavras cuiabanas, a assombrar os sertões com seu exército formado por milhares de indígenas aliados (BERTRAN, 1994).

3.2 Descendo do Pará

Passando rapidamente agora aos movimentos oriundos do Pará, sabemos que eles ficaram conhecidos pelo nome genérico de “descidas”, visto que essas expedições, a partir de Belém, atingiam o interior da América do Sul percorrendo o Tocantins acima em fluxos motivados pela existência de tribos indígenas na região, pois seu objetivo era o *descimento* de povos indígenas para o estabelecimento de aldeamentos.

De fato, sendo o Norte da colônia uma extensa área de domínio incerto, e sem entrar no mérito das ações desenvolvidas na região por diversas ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus (o que excederia, em muito, a proposta deste trabalho), podemos afirmar apenas que fica evidente nesses movimentos um confronto real de interesses entre religiosos e outros colonos residentes na América.

De caráter religioso em sua maioria, podemos identificar que a primeira das descidas que atingiu o Tocantins remonta a 1625, quando o padre jesuíta Cristóvão de Lisboa estabelece, cerca de 50 anos depois das primeiras bandeiras, uma missão nesse rio (DOLES, 1973). Esquemáticamente teríamos as seguintes expedições: as descidas de Bartolomeu de Ataíde, essa em busca de ouro, em 1644; a do padre Antônio Vieira, de 1653, que descreveu o roteiro de sua expedição fluvial pelo Tocantins; a de 1658, do padre Tomé Ribeiro, que chegou aos Karajá às margens do Araguaia, e a do padre Manuel Nunes, no seguinte ano de 1659, que praticamente deu início à evangelização da região.

Mais tarde, a dos padres Gonçalo de Veras e Sebastião Teixeira, de 1671; a do sertanista Francisco da Mota Falcão, que é a que mais nos interessa, pois entre 1673 e 1674 teve a missão de encontrar a bandeira de Sebastião Paes de Barros, e, já em 1721, a expedição dos padres Manuel da Mota e Jerônimo da Gama, que fecha o ciclo de atividades jesuíticas no Tocantins (CHAIM, 1983).

Para que possamos ter uma idéia da diferença de interesses dos atores envolvidos nos diversos movimentos internos de colonização da América portuguesa na época, iremos nos deter um pouco nessa expedição do português Francisco Falcão, filho de desembargador e estabelecido em Belém, da qual participou um integrante incerto – chamar-se-ia padre Raposo – em incomum missão.

Assim, referindo-se à bandeira de Sebastião Paes de Barros, que exemplifica de maneira crassa a contraposição de interesses internos entre colonos luso-brasileiros, sabemos que ela saiu de São Paulo entre 1669 e 1670 com 600 homens (outras fontes dão conta de serem 800)

com os objetivos, comuns a essas expedições, de procurar ouro e, principalmente, encontrar índios para apresar.

Após perambular pelos arredores do caminho do rio São Francisco, chega ao vale do Tocantins arrebanhando considerável contingente de escravos indígenas. Nesse tempo, em fins de 1671, chegam a Belém notícias que expunham já terem os bandeirantes “*formado casas e aberto estradas para a vila de São Paulo*”, e ainda que “*deram com minerais*”.⁶⁰

Não só por ter essa bandeira percorrido em seu périplo ao sertão um caminho descrito no antigo roteiro de André Fernandes, o que já justificaria sua menção, o caso é que, em 1673, o então capitão-general do Pará, Pedro César de Meneses, deixa Francisco Falcão encarregado de entender-se com o cabo bandeirante sobre as supostas desordens que estaria praticando naqueles sertões.

Chegando com tropas oficiais às cabeceiras do Tocantins, e encontrando essas tropas aos paulistas, esses os repelem violentamente! Estando de acordo que um confronto militar é a exacerbação de interesses opostos, e continuando com nosso relato, temos que, regressando as tropas ao Pará, e preparando o governador Menezes maiores reforços contra os paulistas, entra em cena o misterioso padre Raposo.

Este, de posse de uma carta real – já que provavelmente recebera Lisboa notícias dos minerais com os quais deram os portugueses de São Paulo – integrou-se na nova expedição do capitão Francisco Falcão, que tinha a difícil missão de encontrar novamente os paulistas para que pudesse o rei obter detalhadas informações a respeito de seus novos tesouros.

Embrenhando-se, como de praxe, Tocantins acima, em fins de 1674 chega, sempre segundo Paulo Bertran, até os 11° de latitude Sul, onde tem notícia do destroçamento da grande bandeira pelos ferozes índios Bilreiros em conjunto com alguns Aroaqui, que consegue trazer para aldear em Belém (BERTRAN, 1994).

Em resumo, o que importaria assinalar acerca desses primeiros dois fluxos analisados é o fato de que ambos eram motivados diretamente pela presença, no coração da América do Sul, de um grande contingente populacional indígena. Isto é, quer fosse com a intenção de aprisioná-los ou catequizá-los, os movimentos provindos de São Paulo e do Pará acabavam por retirar os grupos indígenas de seu habitat.

⁶⁰ Representação do capitão-mor de Belém, Antônio Pinto Gaia (Apud BERTRAN, 1994, p.56).

O caráter “despovoador” dessas expedições, aliás, será importante quando nos referirmos, mais à frente, ao tipo de relacionamento que se desenvolveu posteriormente entre os grupos indígenas e os colonizadores na fronteira Oeste. Contudo, em se tratando das expedições que visavam o controle do vale amazônico e de seus afluentes pela face Sul, a constante presença dos religiosos foi primordial para garantir a posse de terras.

Tendo-se em conta a extensão das terras amazônicas e os poucos conhecimentos passíveis de se obter, dado o nível do desenvolvimento técnico então disponível, vemos o quão importante eram tais expedições sob o prisma da penetração territorial para o interior, uma vez que era praticamente irrisória a presença portuguesa materializada em infra-estrutura para a colonização, tais como plantações, abrigos, caminhos e mesmo estabelecimento de linhas de comércio, o que limitava e muito a ação dos colonos. Desse modo:

É à caça ao índio e à coleta de drogas que se atribui, em geral, o estabelecimento da posse dos portugueses. Não obstante, pela própria natureza dessas atividades, só podiam gerar um domínio territorial difuso e frágil. Em princípio, não se poderia considerar a escravidão e o escambo como formas de estabelecimento de vínculos permanentes de domínio e posse. (MACHADO, 1989, p.37).

Portanto, o estabelecimento de comunicações com etnias ameríndias situadas por vezes muito distantes dos núcleos consolidados de povoamento, e a luta pelo monopólio dos contatos através do esforço em se expulsar comerciantes e religiosos que não fossem portugueses, pode ter funcionado como uma defesa do patrimônio territorial em construção, permitindo, via novos aliados aldeados, um conhecimento diferenciado da natureza e a possibilidade de uma maior interlocução com outros indígenas (MACHADO, 1989).⁶¹

Assim, a retirada dos indígenas de seu habitat e sua transferência para aldeamentos próximos de fortins ou povoados, se indicam de fato um despovoamento das antigas terras nas quais viviam os povos ameríndios, por outro lado podem nos mostrar uma ampliação progressiva da área sob influência da colonização portuguesa, que começava a trazer para sua esfera de controle incalculáveis áreas de trânsito das tribos aliadas, que tinham suas rotas de migração, caça, coleta e escambo intertribal adentrando indiretamente as linhas de trocas mercantis que sustentavam a colonização ultramarina portuguesa (FARAGE, 1991).

⁶¹ “A forma menos custosa para garantir o domínio do espaço amazônico, periférico às principais correntes do comércio mundial da época, era, sem dúvida, a missão religiosa. Não só poderiam submeter os indígenas e estender a área de influência dos portugueses, como os religiosos atuavam como elemento de controle social entre os próprios colonos. O processo de seu estabelecimento, no entanto, não foi livre de problemas com os moradores, nem tampouco, com os indígenas. Estes eram, para os missionários, objeto de evangelização, da forma como a entendiam; para os traficantes de escravos, eram uma mercadoria a ser obtida pelo menor preço e vendida com maior benefício possível; para os moradores, eram um recurso para aumentar a produção agrícola local (...) para a Coroa, eram uma forma de garantir a posse das terras.” (MACHADO, 1989, p.40-41).

3.3 A expansão via São Francisco

Por fim, a respeito das correntes baianas que chegaram aos planaltos centrais sul-americanos, as menos conhecidas e estudadas, cabe uma primeira explicação sobre a escolha desse nome, pois na verdade os fluxos não eram originários diretamente da Bahia, mas sim dos sertões do rio Grande são-franciscano, antigamente pernambucano, mas hoje baiano.

De todo modo, o que nos importa é que esses fluxos respondem à expansão da atividade pecuária pelo vale do rio São Francisco, e foram comandados pelos mais poderosos latifundiários do Brasil à época: os Garcia d'Ávila, da Casa da Torre, e os Guedes de Brito, da Casa da Ponte.

O movimento de interiorização empreendido por essas famílias e seus prepostos em direção à região dos rios da Palma e baixo Paranã, que desde então se conhece por “Terras Novas”, remete-nos ao final do século XVII e também tem como característica distintiva a feroz resistência oferecida por diversas tribos indígenas.⁶²

Tendo o rio São Francisco como principal conduto de penetração, esse movimento de transferência dos criadores de gado das áreas próximas ao litoral para o interior, utilizando-se dos caminhos fluviais, gerou um expressivo povoamento em áreas conquistadas de dizimados grupos indígenas, e isso tanto no chamado “sertão de fora”, à margem esquerda do São Francisco, quanto no “sertão de dentro”, à margem direita.⁶³

Seguindo o geógrafo Manuel Correia de Andrade, que define os condicionantes do movimento de interiorização dos pastos no Nordeste, podemos dizer que:

Do ponto de vista natural, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias; além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período das chuvas, e ‘ilhas’ úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde ele poderia ser levado no período seco. Do ponto de vista econômico, contavam os

⁶² Sobre o assunto consultar: PUNTONI, Pedro, *A guerra dos bárbaros. Povos Indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil – 1650-1720*, São Paulo: Hucitec, 2002.

⁶³ Dentro desse imenso processo de expansão dos rebanhos nos primeiros atos da colonização, no mais parte do desenvolvimento integrado de sistemas agrários voltados à subsistência, há que se dar destaque para o papel desempenhado pela agricultura e pecuária na ocupação de terras e organização da produção sob diversas formas de trabalho familiar que visavam atender progressivamente as necessidades dos núcleos urbanos em expansão. Atenção especial deve também ser dada ao propósito legislador do governo no que diz respeito à disciplina da produção, que atendia simultaneamente os interesses da grande lavoura canavieira e as necessidades de abastecimento da população (LINHARES, 1983).

A penetração desses criadores para o interior foi, além do mais, determinada por uma série de fatores econômicos e naturais, com um destaque inicial para o fato de que a permanência do gado nas áreas próximas à agricultura de exportação parece ter trazido sérios problemas de convivência entre as atividades, uma vez que o gado era criado solto e acabava por destruir as plantações, o que levou o governo a proibir sua presença nas áreas litorâneas, obrigando os criadores a um movimento de interiorização em busca de novas pastagens.

pecuaristas com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecido de carne, de couro e de animais de trabalho” (ANDRADE, 2004, p.46).

Num jogo de avanços e recuos, o certo é que já durante o início dos setecentos, impulsionados pelo rendoso comércio com as minas de ouro recém descobertas nas Gerais, variadas incursões de vaqueiros associados com bandeirantes paulistas em ações de varreduras de índios atingiram o vale do Tocantins. Podemos até aventar a hipótese de uma formação de rebanhos que se teriam gerado “espontaneamente” com o acúmulo de gado deixados livres nos pastos naturais em razão dos contínuos abandonos das fazendas provocados por ataques de índios:

de fato, quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região, já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido (...) nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração [pois] tanto pelos sertões do Tocantins quanto pelos são-franciscanos, desenvolveram-se movimentos muito antigos de colonização pela pecuária, convergindo em largo abraço por sobre as chapadas do Planalto Central. (BERTRAN, 1994, p.60-61).

Dessa maneira, a descoberta de ouro nas Gerais nas últimas décadas do século XVII, com a conseqüente formação de um grande adensamento populacional em áreas distantes do litoral, acabou por favorecer os pecuaristas que já se encontravam estabelecidos numa economia que sempre esteve inteiramente voltada para um mercado distante, situado nos núcleos próximos à costa, para onde o gado se autotransportava em boiadas conduzidas por tropeiros.

O que ocorreu foi que a partir de então os criadores passaram a abastecer também os centros surgidos com a mineração, abrindo-se imensas ligações entre o alto e médio São Francisco em meio a terras antes pertencentes aos índios, uma vez que a corrida do ouro fez com que houvesse uma concentração da população ocupada com atividades de abastecimento de gêneros ao mesmo tempo em que se expandia de maneira considerável o mercado para os seus produtos.

Dado a diferença gritante entre oferta de alimentos para as Minas e sua real demanda, viveu-se um aumento geral dos preços dos produtos voltados para o abastecimento das zonas mineiras como um todo, com a proliferação, ao longo desses caminhos, de numerosos migrantes agricultores de mantimentos básicos (como a mandioca, o milho, frutas e mesmo algumas engenhocas para a produção de aguardente e rapadura) além de criadores de pequenos e médios animais facilmente comercializáveis.

Fechamos a discussão valendo-nos novamente das indicações de Manuel Correia de Andrade. Com sua costumeira clareza, discorre sobre a formação e expansão desses pastos interiorizados sob o controle dos grandes latifundiários da Casa da Ponte e da Casa da Torre, colocando assim a questão:

Formou-se assim, no Sertão – o Nordeste semi-árido – uma sociedade pecuarista, dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador, delegando a administração da propriedade a empregados, e nas quais havia sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais (...) A pecuária foi acompanhando, nas áreas de caatingas e de cerrados, o trajeto dos mineradores, aproximando-se sempre dos arraiais de garimpagem. Daí a continuidade dos currais nordestinos por territórios hoje de Minas Gerais, de Goiás e do próprio Mato Grosso (ANDRADE, 2004, p.48).

Retomando os argumentos dessa parte, o que quisemos enfatizar foi que todas as informações que pudemos levantar dão conta dos “sertões dos Guayazes” como uma região suficientemente conhecida tanto em São Paulo quanto em Belém desde fins do século XVII, com seus caminhos e rotas descritas nos inúmeros roteiros de viagens que se perpetuavam através dos tempos, só aumentando a cobiça formada pelos rumores sobre suas riquezas minerais (PALACIN, 1972).

Além disso, o contingente dizimado nos apresamentos e guerras com as tribos indígenas da região devido ao cada vez mais freqüente contato com o colonizador, nos impede de concordar com as interpretações que propagam a idéia de as terras que iriam formar a capitania de Goiás teriam permanecido isoladas e intocadas nessa fase de investigações primárias do território americano.

Na verdade, foram esses mesmos intensos movimentos populacionais integrados com os correlatos de indígenas de diversas etnias, que iam buscando terras mais afastadas dos assentamentos daqueles chegados de além-mar como forma de resistir à submissão, que geraram os rearranjos e transformações tanto sócio-culturais quanto também na organização territorial anteriormente experimentada pela região.

Não queremos com isso desmentir o fato de que foi a atividade da mineração a impulsionadora da consolidação da conquista portuguesa em Goiás e Mato Grosso, mas asseverar que houve, antes da mineração (ou, de certo modo, concomitante a ela), atividades colonizadoras com objetivos estritos de fixação e povoamento que atingiu e modificou profundamente a paisagem de grandes pedaços desta área central da América do Sul.

Finalizando, podemos entrever um inter-relacionamento entre as motivações básicas desses distintos movimentos de migração e exploração do interior da América portuguesa – os apresamentos, os aldeamentos e a expansão da pecuária – e o esboço de constituição de uma imensa área de influência sob comando lusitano. O caso é que do ponto de vista que mais nos interessa, que é a análise da formação territorial, o adentramento continuado de expedições em direção ao interior pode sugerir como que a base de uma incipiente estruturação de nexos territoriais entre os lugares alcançados.

Acompanhando a argumentação de Renata Araújo, podemos mesmo afirmar que conceitualmente a noção de território expressa pelos portugueses nesse início de colonização do Brasil, dada as anteriores experiências ultramarinas adquiridas em África e Ásia, diz respeito especialmente ao estabelecimento, através de núcleos de povoamento, de balizas de referência dentro das quais se poderiam exercer (ou pretender) uma soberania ou domínio.

Em outras palavras, construir núcleos populacionais que viabilizassem a projeção da soberania pretendida significa dizer que o território estaria constituído não só pela extensão das terras nas cercanias de cada povoado consolidado, mas sobretudo pela rede de relações engendradas no espaço de ligação entre os vários núcleos criados (ARAÚJO, 2000).

Assim, podemos ver que as prioridades do Estado português no concernente às correntes centradas em Belém, que pareciam estar apoiadas nos circuitos de trocas e redes de circulação intertribais que sofreram substanciais alterações com o avanço português na área, estariam na construção alianças com grupos indígenas específicos que teriam a tarefa de obter escravos índios e mercadorias.

Através dessas alianças, poderiam ainda os portugueses exercer um mando indireto num sistema de comunicações entre vários lugares que aliava um mínimo de territorialidade efetiva a um máximo âmbito espacial abarcado. A constituição dessa rede de conexões entre os lugares não implicava o controle direto da terra, mas na influência exercida sobre grupos indígenas que transitavam na área. Com isso, podemos inferir que, ao menos num determinado contexto histórico, a noção portuguesa de território nos primeiros tempos da colonização estaria apoiada na construção dessas redes de comunicação, que politicamente instrumentalizadas para a formação efetiva do território colonial, interligariam distantes praças, inserindo-as num sistema de circulação e trocas que, por princípio, abarca sob seu controle todos os vastos espaços conquistados pelo Império (ARAÚJO, 2000).

CAPÍTULO III

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA

1) O Início do Processo Colonizador: Abordagens

Findo esse resumo dos argumentos que nos levaram a desqualificar a idéia de serem as terras interiores da América do Sul totalmente incógnitas e desconhecidas antes do advento da mineração, faremos agora algumas considerações sobre os momentos iniciais da montagem do aparato institucional voltado para a administração e controle dos fluxos de pessoas e mercadorias nessas paragens após o início da exploração aurífera na região.

Portanto o que tentaremos de modo geral apontar é que toda a documentação consultada nos leva a afirmar que, se houve, o período de fausto do ouro não teve, em terras goianas e mato-grossenses, volume suficiente para que as capitanias atingissem níveis de acumulação que transformasse essa riqueza em equipamentos de infra-estrutura satisfatoriamente duráveis, muito embora a atividade realmente tenha financiado a constituição de núcleos de atração que vieram a funcionar como os afastados nexos de integração do território colonial em formação.

Essa idéia, se não nega que foi de fato a mineração a atividade que catalisou a ocupação e desenvolvimento econômico das terras que viriam a ser de Goiás e Mato Grosso, coloca outros condicionantes na análise do momento de transição da economia do ouro para uma calcada na produção agropastoril entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, uma vez que, desde esse ponto de vista, não se poderia falar de uma decadência econômica completa das capitanias, algo que incluiria a involução e regressão mesmo das relações sociais como um todo (RONCO, 1998; GARCIA, 1999).

Por isso, o capítulo que ora se inicia tem o propósito de indicar o papel da mineração para a efetiva colonização portuguesa das terras interiores da América do Sul. Em outras palavras, o foco será colocado não numa análise da economia da mineração em si, mas na sua influência para uma primeira organização territorial dessas localidades, o que lograria abarcar imensas áreas de trânsito que, com o passar do tempo, passaram paulatinamente ao domínio português.

Para que consigamos atingir tais propósitos, contudo, emerge como fundamental o equacionamento da questão da colonização propriamente dita. Isto é, dando continuidade à

enunciação dos momentos diferenciados que integram qualquer processo colonizador, trataríamos agora da fase de instalação e construção das zonas de difusão, que se caracterizam por serem núcleos de assentamento originais que servem de base para conquistas subseqüentes:

o segundo momento do processo colonizador refere-se à conquista propriamente dita, tendo como resultado a instalação dos colonizadores nos novos sítios. Trata-se de uma etapa inicial de submissão das populações locais e da apropriação dos lugares, envolvendo a pioneira edificação dos assentamentos europeus na América (MORAES, 2000a, p.277).

Num plano mais universal esse grande processo de apropriação e transformação da superfície terrestre se dá, mediado pelo trabalho humano, através de uma progressiva incorporação de valor ao solo, quer dizer, como a colonização pode ser entendida como um movimento de expansão territorial marcado pela conquista, domínio e exploração de novas terras por uma sociedade, ficaria tal processo identificado de modo amplo àquilo que chamamos de “valorização do espaço” (COSTA&MORAES, 1999; MORAES, 2002; 2006):

Apropriação, transformação, perenização, construção: características caras à perspectiva de geografia que se assume. Captar o movimento interno da valorização do espaço – entendendo a lógica que presidiu a execução das construções e dos arranjos locais – seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender os condicionamentos do resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, as influências da estruturação do espaço transformado e produzido com que se defronta uma sociedade numa dada conjuntura histórica (...) Em outras palavras a forma criada só se revela pelo uso social a cada momento, sendo este que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso (...) se reafirma a idéia de que são os processos sociais que qualificam os lugares, inclusive qualificando as características naturais nele contidas, tornando-as *recursos naturais*; um qualificativo histórico, dependente de determinações da tecnologia disponível (MORAES, 2000, p.36).

O que se tem em mente então é realçar o fato da formação territorial se colocar como manifestação empírica da valorização do espaço, o que nos remeteria à conclusão de que tomada enquanto *história territorial*, a geografia humana pode ser vista como uma espécie de modalidade da História, isto é, a geografia torna-se, nesse viés, um discurso analítico angular do processo histórico (MORAES, 2002).

Nesses termos, teríamos, de maneira didática, que uma primeira forma elementar do processo de valorização do espaço consiste exatamente na apropriação direta de recursos da natureza tal qual eles se nos apresentam: aqui a ação humana, através da organização de seu

trabalho, não incute diretamente valor ao solo, e o espaço apareceria apenas como condição geral de existência.

Adiante, concordamos que a fixação das sociedades em seu espaço de vivência denota uma certa perenização dos processos produtivos que permitem, no limite, a própria reiteração das relações sociais entabuladas, o que indicaria uma materialização espacial de trabalho excedente sucessivamente agregado ao solo que pode implicar numa efetiva produção do espaço: é a conformação das *rugosidades* como espaço construído herdado no qual as próprias construções passadas tornam-se qualidades do lugar, sobredeterminando sua apropriação futura (SANTOS, 1978; 1997).⁶⁴

Do que foi exposto podemos coligir que a colonização em senso estrito, uma das mais evidentes formas de manifestação da valorização do espaço, pode ser apreendida, em suas inúmeras particularizações, a partir de um enfoque centrado no processo de fixação geográfica do valor, que diz respeito à análise de: “*como parte da riqueza produzida pelos grupos humanos vai se depositando na superfície do planeta como dotações de trabalho morto que se expressam nas construções e transformações das paisagens terrestres*” (MORAES, 2000, p.39).

Aqui diferencia-se a mera conquista da colonização, processo de longo prazo que implica, além da integração econômica advinda da valorização do espaço por meio das atividades produtivas, também uma integração política, na qual o desenvolvimento de diferentes formas de controle e soberania traduz-se espacialmente no processo de institucionalização e delimitação de fronteiras:

A generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados. Este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de reprodução da sociedade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização bem mais complexas. O Estado, por sua vez, é a institucionalização política não apenas da sociedade, mas também do próprio espaço dessa sociedade. (COSTA&MORAES, 1999, p.137).

⁶⁴ “À fixação corresponde um certo grau de desenvolvimento das formas de apropriação e de transformação do espaço. Nesse sentido, a apropriação pode ser considerada como um momento prévio e necessário à valorização. Com a evolução histórica podem ocorrer sucessivos processos de apropriação de um mesmo espaço implicando diferentes formas de valorização, correspondentes aos avanços das forças produtivas de que dispõe a sociedade. As reapropriações sucessivas encontram, contudo, um espaço já previamente impregnado de trabalho agregado nas apropriações anteriores” (COSTA&MORAES, 1999, p.136-137).

Com isso a referência a uma diferenciação entre a exploração do ouro em Minas Gerais e aquela levada a cabo em Goiás e Mato Grosso vem colocar em primeiro plano o nível de internalização do valor produzido localmente, relacionando o *valor fixado* ao solo como trabalho morto com as mudanças estruturais ocorridas ao nível das relações produtivas compreendidas numa escala global.

De fato, como o valor de um lugar é dado principalmente por seu uso social numa conjuntura histórica específica, o esgotamento da economia do ouro e a conseqüente reestruturação das atividades produtivas teriam necessariamente que lidar com essa herança espacial, aproveitando-a ou abandonando-a:

Parte do trabalho morto acumulado na superfície terrestre se constitui em formas criadas (espaço produzido) que expressam quantidades de valor advindas do trabalho necessário para produzi-las. Tais formas não-naturais (os fixos) possuem, como visto, uma perspectiva de duração que muitas vezes transcende as finalidades funcionais originais para as quais se destinavam, habilitando-se para novos usos e funções. O processo de fixação geográfica do valor busca rastrear e explicar esta produção e apropriação de espaço, captando sua lógica locacional e avaliando os estoques de valor fixados nos diferentes lugares, inventariando a quantidade e qualidade dos fixos existentes num dado âmbito espacial (MORAES, 2000, p.41).

Além do mais, outra modalidade de valorização espacial pode ser percebida exatamente na análise do processo de implantação de uma organização administrativa nas grandes extensões de terras que estamos aqui denominando como fronteira Oeste, sendo aventada a hipótese da existência de uma valorização política ou estratégica dos lugares que estaria condicionada, ou melhor, que seria mais bem visualizada se nos ativermos nas etapas de montagem local do aparato institucional de governo pela Coroa portuguesa.

As políticas de colonização de cada Estado informariam assim uma geopolítica própria⁶⁵ que pode ser buscada nos detalhes e minúcias por meio dos quais se expressam seus movimentos colonizadores. Como exemplo poderíamos citar a valorização de uma localização tornada privilegiada (um porto, ilha ou algum outro acidente geográfico cuja posse garanta uma rota marítima ou terrestre, entre muitas possibilidades) em detrimento de outras localidades em posição geográfica similar, ou o planejamento e criação de formas espaciais especificamente voltadas para a celebração ou simbolização do exercício do poder

⁶⁵ “Cada país colonizador possui sua geopolítica metropolitana, a qual orienta a organização do espaço imperial como um todo, numa lógica na qual cada colônia aparece como parte de uma estrutura que trabalha para o centro do sistema. As características da organização sociopolítica de cada estado projetam-se nas instituições coloniais por ele geradas, dando uma marca dinástica (depois nacional) para cada processo colonizador” (MORAES, 2002, p.78-79).

constituído, como postos fiscais, fortalezas, presídios ou ambientes planejados dentro de uma vila ou cidade:

Nesse caso, trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio. A história da humanidade nos aponta muitos exemplos de confrontos bélicos entre nações, cujo móvel em disputa era o domínio de um dado espaço, muitas vezes destituído de valor econômico diretamente (...) A relação imperativa entre os estados e o valor “estratégico” dos territórios, seja pra que fim for, conheceu uma variedade enorme de manifestações ao longo da história (COSTA&MORAES, 1999, p.141).

Tal modalidade de valorização do espaço, que poderíamos com certa licença qualificar como uma produção politicamente orientada do espaço, pode ser bem exemplificada se tivermos em mente a construção de vilas e cidades planejadas exclusivamente para serem a representação simbólica do exercício do poder sobre determinada porção do espaço, fenômeno muito comum e que perpassa a história de diferentes sociedades em muitos momentos, sendo encontrado exemplos nos mais diversos lugares e escalas.⁶⁶

Com efeito, veremos adiante como diferenciações na organização territorial de ambas as áreas de mineração aqui enfocadas sugerem exatamente a influência mais marcante de uma ou outra das modalidades de valorização do espaço. O que queremos dizer é que a ênfase que a coroa portuguesa dará, em cada caso, na estruturação de mecanismos de controle fiscal ou militar – que indicam preocupações mais “econômicas” ou “políticas” – pode mesmo apontar para diferentes dinâmicas no processo de estruturação e posterior expansão da colonização.

Levando-se em conta que nosso estudo não está apartado das mudanças estruturais que a partir da metrópole estava inserido o Brasil, a descoberta de jazidas auríferas como que desperta em Portugal a necessidade de estar mais presente em sua colônia americana, o que poderia ser feito através da implantação de uma organização administrativa e militar que fosse minimamente eficaz na defesa das novas conquistas, no controle da extração de minérios e na arrecadação de impostos.

O que estaria em jogo, pois, seria a materialização da relação mais geral, pontuada pelo Estado, entre espaço e poder. Em outros termos, certa ênfase é colocada no fato de que no contínuo processo de incorporação, pelos colonos, do território da América portuguesa no âmbito do Império, determinadas formas espaciais surgem como a expressão da relação de controle que se quer estabelecer sobre as novas terras.

⁶⁶ Sobre a especificidade da construção das cidades-capitais como uma forma singular de produção e valorização do espaço, consultar indicações teóricas no estudo de caso sobre Brasília feito por: VESSENTINI, José William, *A Capital da Geopolítica*, São Paulo: Ática, 1996.

Nesse sentido, um dos ângulos de análise privilegiados para se pensar o processo de formação do Estado e de suas instituições nesse pedaço do Império português seria o estudo da fiscalidade, pois: “*assim como o monopólio da coerção, e estreitamente ligado a ele, o fisco define o Estado, pelo menos na forma histórica que essa instituição assumiu no Ocidente*” (COSTA, 2003, p.143).

O que queremos dizer é que a forma estatal de dominação do espaço não pode se efetivar sem impostos e uma força armada minimamente organizada. Logo, se temos em mente os esforços da metrópole para adquirir uma soberania incontestada das minas de ouro de Mato Grosso e Goiás, a análise em pormenor da gestação dos instrumentos institucionais de controle projetados para esse fim específico pode ser um caminho a ser seguido.

Assim, como a materialização de uma fronteira política deve-se muito mais ao efetivo exercício do poder em uma porção do espaço que por supostas características naturais ou históricas apresentadas pelos lugares (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1993), as vilas, os presídios, fortificações e aldeamentos indígenas construídos e projetados a partir de então ficam sendo a expressão material do desejo de controle da Coroa sobre essa área, que cada vez mais se aproximaria de ser efetivamente agregada ao patrimônio territorial dos soberanos portugueses.⁶⁷

Por outro lado, as ações desenvolvidas pela metrópole no que diz respeito ao controle dos fluxos econômicos podem ser observadas por meio da instalação dos *Registros* e *Contagens*, formas espaciais especificamente geradas pela necessidade de se cobrar impostos e taxas que, além do mais, tentavam controlar também a circulação de mercadorias e pessoas internamente aos distritos mineradores.

Quanto às especificidades de criação desses fixos, sabemos que o quadro dinâmico da realidade gerava um movimento necessário de atração e complementaridade entre o ouro e as mercadorias voltadas ao abastecimento – em outras palavras, alimentava um rico contrabando entre os mineradores carentes de víveres e seus produtores – que impôs a construção de postos

⁶⁷ Valeria a pena dizer, numa pequena ressalva, que muito embora tenhamos dito ser a fiscalidade um ângulo de análise privilegiado para a compreensão do funcionamento do Antigo Sistema Colonial na América, não devemos esquecer que a fundação de ambientes urbanos nas colônias não se reduz a manobras fiscais. Enfim, a espacialização das formas de domínio poderia funcionar como um poderoso fator de governabilidade: “É sempre bom lembrar que ‘o Fisco’, se é indispensável, não é suficiente para a compreensão do sistema colonial. Principalmente das espacializações que materializavam movimentos desse mesmo sistema. Em particular a espacialização urbana. Pois se o espaço urbano colonial era artefato que expressava o sistema, expressava também suas contradições internas. Explicar ambientes urbanos coloniais só pelo fisco é reduzir relações de colonização a apenas sua dimensão econômica” (ROSA, 2003, p.16).

fiscais que pudessem controlar a entrada e saída de todo e qualquer produto das minas, minimizando a evasão das taxas cobradas sobre o metal extraído.

Na verdade, haveria uma vinculação direta entre o movimento comercial na colônia e as barreiras destinadas a cobrar o tributo compulsório e controlar as permutas de produtos que circulavam entre os arraiais e capitanias, o que nos leva a concluir que uma boa análise desse processo não deve separar as atividades mercantis do sistema administrativo e fiscal que tentavam controlá-las (SALLES, 1983; 1984).

Poderíamos de passagem lembrar que esses postos eram preferencialmente instalados em pontos estratégicos dos caminhos e rotas seguidas por comerciantes e mineradores, precipuamente nas passagens por entre rios e serras, outra evidência do alto grau de conhecimento do relevo americano que necessitavam ter os colonizadores.

Destarte, a principal função dos registros seria receber o imposto das *Entradas*, que incidia sobre todas as mercadorias, animais e veículos que, como o nome indica, dessem “entrada” nos distritos mineiros. Também era ali que o ouro em pó obtido nas transações mercantis era substituído pelo ouro em barras, com o Quinto já retirado.

Já as contagens seriam os postos fiscais intermediários entre os registros localizados nas fronteiras intracapitanias e o destino final das mercadorias. Sua principal função estaria em “contar” as guias fiscais emitidas nos registros de fronteira para verificar se entre o caminho percorrido as mercadorias não aumentavam ou diminuía, o que caracterizaria o contrabando. Porém, dependendo do trajeto das tropas, poderia a contagem exercer o mesmo papel dos registros, recebendo os impostos sobre as mercadorias (que basicamente eram as mesmas, como pólvora, fazendas secas, fumo, sal e instrumentos agrícolas), o gado, e emitindo recibos e guias para apresentação ao caixa do contrato no arraial de destino.

Nesse sentido, a compreensão do desenvolvimento das formas de tributação e a construção de postos fiscais para esse fim específico podem adquirir o significado, se vistos conjuntamente com a construção dos presídios, fortificações e aldeamentos que iriam se generalizar na segunda metade do século XVIII, de expressar a perenização da presença estatal portuguesa nessas paragens de soberania incerta, o que poderia concorrer até para uma melhor argumentação diplomática futura na legitimação da posse da área.

Outro aspecto muito interessante a notar seria o fato de que os postos alfandegários podem ser úteis elementos de classificação da jurisdição efetiva que se exercia numa determinada área, pois a partir do momento em que se define qual autoridade constituída vai

se apoderar do montante de impostos arrecadados, também se apreende com maior precisão o processo de definição das *fronteiras internas* da colônia em seu movimento inicial de formação, já que, em conjunto, os Registros e Contagens formavam uma espécie de linha de barreiras fiscais ao longo dos principais caminhos que davam acesso as outras capitanias ou levavam de um povoado a outro.

Por conseguinte, a separação vislumbrada entre as modalidades “econômica” ou “política” da valorização do espaço alcança plenamente o caráter didático com o qual inicialmente a pensamos, visto que, como acima sugerimos, mesmo os postos fiscais, enquanto formas construídas com uma função eminentemente “econômica”, poderiam cumprir, em determinada conjuntura histórica, funções “políticas” (ou geopolíticas) de justificar a pretensão de controle sobre uma área, na medida em que evidenciam de forma material e objetiva a perenização da ocupação portuguesa.

Em suma, as ações deliberadas da administração metropolitana em relação a sua colônia americana, ao mesmo tempo em que poderiam servir, na esfera da política interna, como fortalecimento da base de funcionamento da monarquia absolutista portuguesa, representavam, na América portuguesa, uma expansão sem precedentes de sua área total.

Com o aparecimento das primeiras instâncias institucionais podemos dizer que começava a se esboçar a expansão da soberania portuguesa por essa grande área no coração da América do Sul. Todavia, não se deve olvidar que tal domínio de maneira alguma estava definido, pois espanhóis, jesuítas e variados grupos indígenas conheciam e transitavam por essa área com a mesma desenvoltura e legitimidade que os portugueses.

A propósito, mesmo sem entrar no complexo debate sobre como os Estados assumem sua forma moderna – ainda mais na América Latina, onde os Estados surgem para a história do Ocidente como colônias, o que traz outras questões – para os objetivos de nosso estudo devemos salientar que: “*formas fiscais e administrativas foram introduzidas na região como instrumentos de controle do poder imperial e também como alavancas da construção do Estado metropolitano*” (COSTA, 2003, p.151).⁶⁸

No limite podemos até asseverar que o sentido do fisco nas colônias era o de ser instrumento de exploração, pois através dele, que era cobrado sobre as diversas atividades da

⁶⁸ A presença do ouro exigiu de fato a montagem de todo um aparato normativo antes inexistente na colônia, o que permite inferir que os impostos podiam agir como: “instrumento de fortalecimento do Estado absolutista e do poder real, a política fiscal do período colonial, embora pareça um emaranhado confuso de tributos e taxas, é a mais pura expressão do Mercantilismo. É nesse escopo que se pode compreender a política fiscal e seu propósito: beneficiar as camadas mercantis metropolitanas, ampliar as receitas da coroa, mas também poupá-la internamente das tensões mais penosas inerentes à política extrativa” (COSTA, 2003, p.155).

produção e comércio coloniais capazes de gerar excedentes, formar-se-ia um formidável mecanismo de *transferência geográfica de valor* mesmo no plano interno das colônias, ocorrência que pode ser considerada uma das características mais marcantes da condição colonial (FURTADO, 2000; FERNANDES, 2002).

A problematização desse tema, aliás, tem como pano de fundo o questionamento de como se comporta geograficamente a tendência capitalista a um desenvolvimento desigual e combinado (SOJA, 1989; HARVEY, 1982; 2005). Apesar disso, não vemos empecilhos de maior monta em se utilizar a noção de transferência geográfica de valor numa realidade marcada pelo predomínio do capital mercantil, que pode ser caracterizado pela influência indireta que exerce na esfera da produção e que se repõe de forma ampliada no processo de sua reiteração por meio da agilização de seu circuito, o que faz com que a ênfase da acumulação recaia exatamente na circulação, e não na produção propriamente dita, já que não haveria um controle direto daquilo que vai ser produzido (ARRUDA, 2002).

O que estaria em jogo, afinal de contas, seria exatamente a espacialidade diferencial potencialmente advinda da circulação de mercadorias num determinado sistema de trocas, o que nos remeteria hipoteticamente à idéia de que, por meio das relações sociais entabuladas, existiriam regiões que “exploram” outras regiões, pois:

Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais (...) Definida em termos mais específicos, a transferência geográfica de valor é o mecanismo ou processo através do qual uma parte do valor produzido em dada localidade, área ou região é realizado em outra, somando-se à base de acumulação localizada da região receptora. Essa transferência funciona em dois níveis. O primeiro deles, e o “mais profundo” em termos de estrutura espacial, é a transferência de valor decorrente das diferenciações geográficas dos sistemas de produção e dos processos de trabalho associados (SOJA, 1989, p.139-140).

Esses mecanismos de transferência geográfica de valor, que dizem respeito à mobilidade ou circulação de uma quantidade de valor produzido que não se fixa localmente, estão na base de um conjunto de processos articulados de maneira intrínseca aos fenômenos antes qualificados como atinentes à fixação geográfica do valor, e, por isso, a análise integrada dos dois conjuntos de processos será de fundamental importância para a

compreensão de como os circuitos de trocas coloniais são engendrados numa relação complementar entre fixos e fluxos.⁶⁹

Na verdade tais mecanismos são estruturados a partir de redes comerciais formadas por meio dos círculos de cooperação estabelecidos entre grupos sociais de diferentes capitanias. Melhor dizendo, eles se formam a partir de um sistema comercial fundado em *trocas desiguais*, o que acabaria por influenciar, por sua vez, a constituição de uma hierarquia entre diferentes lugares que se expressaria em relações do tipo centro-periferia (SILVA, 1978; RUSSEL-WOOD, 1998), detalhe sobremaneira importante na análise do processo de formação das regiões coloniais.

2) *Exploração Aurífera e Estrutura do Povoamento*

Nesta parte discutiremos mais a fundo a maneira como a implantação das esferas administrativas, levada a cabo concomitantemente com o desenvolvimento da atividade da mineração, conseguiu traçar um esboço das articulações internas do território colonial, prenunciando um arranjo regional de organização do espaço.

Aproximando-se mais do universo da pesquisa pode-se visualizar que o início da construção das instalações perenes que funcionariam efetivamente como zonas de difusão da colonização está relacionado, como não poderia deixar de ser, às bandeiras de exploração que pela primeira vez relataram a presença de ouro na região.

Poderíamos lembrar como exemplo a expedição de Pascoal Moreira de Cabral, que estando na região do rio Cuiabá desde 1716 em busca dos índios Coxiponé, reconhece, em 1719, traços de ouro nas margens de um seu afluente, o Coxipó-Mirim, onde estabelece as bases para um futuro arraial edificando uma capelinha em homenagem a São Gonçalo.

Com a seqüência das descobertas de ouro de aluvião em outros córregos e ribeirões entre 1719 e 1722, surgem os primeiros núcleos populacionais de alguma significância, como os arraiais de São Gonçalo e da Forquilha. Aliás, os líderes das bandeiras pioneiras estabeleciam-se preferencialmente nesses locais, que eram onde podiam exercer (e disputar)

⁶⁹ “Sabe-se que a parcela do valor não fixado vai circular no espaço, provavelmente se fixando (ou parte dele) em outros sítios, alimentando assim outros circuitos e influenciando na vida de outras localidades (...) Aqui, o tema básico para a análise são os fluxos no espaço terrestre, importando o deslocamento de riquezas, mercadorias, informações” (MORAES, 2000, p.41).

uma influência direta sobre os imigrantes ali chegados, justificando as solicitações ao rei para confirmação das honras e mercês adquiridas pelos importantes serviços prestados.⁷⁰

Nesse ano de 1722 riquíssimas lavras foram achadas por Miguel Sutil junto ao córrego da Prainha, e em seguida outros veios auríferos próximos às cabeceiras do rio Cuiabá animaram ainda mais os conquistadores, sendo transferido o núcleo principal de povoamento para as imediações do morro do Rosário, onde se ergueu altar para a devoção do Senhor Bom Jesus, base para a futura Vila Real.

O alvoroço causado pelas notícias do ouro, alimentando esperanças de enriquecimento fácil, inicia verdadeiro *rush* migratório para os sertões do Cuiabá – dos maiores até então presenciados na América portuguesa (SILVA, 1994) – que se seguiu durante quase toda década de 20 do setecentos, destacando-se o surgimento dos povoados de Nossa Senhora da Conceição, do Ribeirão, do Jacé, Lavra do Mutuca, Minas do Alto Paraguai (hoje Diamantino) e o arraial de Cocais (atual Livramento), todos distantes não mais que 5 léguas do arraial do Senhor Bom Jesus (JESUS, 2006).

Adentrando a década de 1730, sabemos que foi palmilhada de novas descobertas, sendo as de maiores conseqüências históricas para a região as que se fizeram em 1732 nas adjacências dos rios Galera e Sararé, ambos afluentes do rio Guaporé. Confirmada nessa área outra vez mais a existência de cascalhos com a presença do metal dourado por uma expedição liderada pelo sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, que saíra do Cuiabá em 1734 em busca dos índios Pareci, inicia-se, daí até 1740, a consolidação de novos assentamentos a Noroeste da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, como os arraiais de São Francisco Xavier, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Ouro Fino, Brumado, Boa Vista e Lavrinhas, alguns de efêmera existência.⁷¹

⁷⁰ Teremos oportunidade de discutir a relação entre as limitações do exercício local dos poderes constituídos e sua vinculação com as ordens emanadas do centro decisório do Império, questionando-nos em que medida e situações as autoridades locais que garantiam o controle metropolitano das conquistas expressavam ou não um domínio pretendido e projetado na América por Lisboa (MELLO E SOUZA, 2006). Contentamo-nos, por ora, em realçar uma prática comum entre os envolvidos com prospecções de jazidas minerais que terá conseqüências na governação da região: “Pascoal Moreira de Cabral e seus companheiros aparecem como descobridores e reveladores das novas minas, colocando-se como possuidores de direitos sobre o território. Ao evocarem as penúrias e durezas pelas quais passaram, esperavam receber boas retribuições do rei. Institucionalizadas pelas monarquias européias do Antigo Regime, essa prática baseava-se num compromisso lógico, num pacto político entre rei e súditos” (JESUS, 2006, p.53).

⁷¹ São as essas descobertas que devemos o surgimento do topônimo “Mato Grosso”, territorialização do domínio português sobre terras ameríndias invadidas que não existia antes de 1734. Seguindo a interpretação de Rosa, que cita documentos essenciais, primeiramente essa localidade era referida como “*o Mato Grosso dos Pareci*” ou “*o Mato Grosso do sertão dos Pareci*”, ainda “*sertão do Mato Grosso, no reino dos Pareci*”. Acompanhem, pois, o registro da origem do topônimo em documento de 1750, que reconstrói o contexto dos achados no Guaporé: “*saindo uma tropa de gente da vila do Cuiabá a explorar as campanhas dos gentios*

Um pouco antes, também em 1722, apronta-se em São Paulo uma grande bandeira sob a liderança de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, que contava com a participação de seu genro, João Leite da Silva Ortiz, e do experiente sertanista Domingos Rodrigues do Prado, cuja organização foi, e muito, influenciada pela anterior confirmação da descoberta de ouro e início da colonização em Cuiabá.

Aliás, a questão da anterioridade das descobertas cuiabanas e o papel desta vila como marco pioneiro da presença portuguesa vem ajudar numa mais atenta definição dos contornos regionais. Se prestarmos atenção na proximidade dos estabelecimentos hispânicos situados na outra margem do rio Paraguai, tal anterioridade pode ser apontada desde já como um diferencial no estabelecimento e organização territorial das capitanias consideradas, dado o cuidado despendido pela Coroa para se evitar o conflito bélico numa área de mineração.⁷²

A propósito, a singularidade de esta localidade ter surgido para os registros oficiais como uma área de mineração localizada numa zona de fronteira representa fato incontornável na análise do processo de formação histórica do Mato Grosso, sendo possível observarmos *“que no estudo da história do Brasil colonial a área mineira por excelência é Minas Gerais e a fronteira considerada mais conflitante é o Sul, sendo minimizada nesse contexto a fronteira Oeste”* (JESUS, 2006, p.29).

Recordando que nos tempos de cheia os rios dessa região podem ter sua drenagem voltada indiferentemente para distintas bacias hidrográficas, o que concorre para dar origem ao fenômeno das águas emendadas (FIBGE, 1977), importaria considerar acerca desta singularidade de ser uma “zona fronteira de mineração” aquilo a que tradicionalmente chamamos de posição (ou situação) geográfica.⁷³

chamados Pareci (...), e achando a referida tropa todo aquele continente destituído de tudo que pudesse fazer interesse às suas diligências, se determinaram a atravessar a cordilheira (...) de oriente para poente; e como estas montanhas são escavadas, logo que baixaram à planície da parte oposta aos campos dos Pareci (que só tem algumas ilhas de arbustos agrestes), toparam com matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo o foram apelidando Mato Grosso; e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito” (Apud ROSA, 2003, p.40).

⁷² A vizinhança das minas cuiabanas em relação às missões dos padres da Companhia de Jesus e aos castelhanos do Paraguai, além do imenso contingente indígena desde sempre presente naquelas terras, alertava as autoridades metropolitanas já no início da exploração. Veja-se, como exemplo, uma Consulta ao Conselho Ultramarino de 1733 sobre carta do Conde de Sarzedas, então governador de São Paulo e com jurisdição direta sobre as novas minas: *“Devem ter grande cuidado os governadores em espiar pelos mesmos soldados se na campanha vizinha há algum movimento ou disposição para haverem de ser assaltadas as Minas ou pelos gentios ou pelos castelhanos, tendo este receio o maior fundamento no Cuiabá, por ficar este sítio muito distante de São Paulo e muito vizinha dos Domínios de Castela.”* (Apud ARAÚJO, 2006, p.26). Para uma melhor visualização da proximidade existente entre os núcleos portugueses e espanhóis consultar o MAPA 4 à página 134.

⁷³ Seguindo Pierre George, podemos ver que, referido tão somente à capacidade de suporte dos grupos humanos, o espaço caracteriza-se, inicialmente, por ser um “espaço de localização”, a partir do qual irão se estabelecer relações socialmente ordenadas expressas de forma diferencial pelos usos orientados dados a cada porção da

Para Jean Gottman, que faz seus comentários tendo em vista um sistema interestatal consolidado internacionalmente, dentre os inúmeros fatores que influenciariam no valor que se pode auferir politicamente a um território estaria, em lugar de destaque, a posição geográfica e a organização do conjunto territorial considerado, que pode facilitar as comunicações e circulação por entre vastas extensões, proporcionando um controle político do espaço mesmo em grandes áreas pouco povoadas que se apresentam espacialmente descontínuas:

La valeur véritable d'un territoire en politique tient donc bien peu à ses dimensions brutes (...) La position est la caractéristique la plus géographique d'un territoire. C'est aussi la caractéristique la plus importante en politique, parce que la position définit le système de relations, situant ce territoire, ce compartiment d'espace dans ses rapports avec toute les autres compartiments avec lesquels il existe des communications, directes ou non. La position est d'abord toujours *unique*: dans un espace limité como l'est le monde accessible aux hommes, deux secteurs ou même deux points qui ne coïncident pas, ne peuvent se trouver dans les mêmes relations avec les autres secteurs ou points de cet espace. (GOTTMAN, 1952, p.75/78).

Na verdade, se compreendermos a citação em um nível de abstração que nos permita, num exercício de escala, a visualização da realidade interna de um território em formação a partir de uma visão integrada das várias regiões que então iniciavam a formar o território colonial português na América, e considerando que uma mesma posição geográfica pode ter diferentes valores e significados dependendo das modificações que por ventura ocorram na rede de relações da qual participa o conjunto territorial mais amplo, vemos novamente se colocar a influência das condições naturais:

Certains caractères de la géographie physique peuvent avoir pourtant une signification assez stable pour la valeur d'une position. Ce seront les caractères qui affecteront les transports, car la valeur d'une position physique dans un système de relations change avec une évolution que la circulation des homes, des choses et des idées exprime et organise. On peut donc s'attendre à voir les conditions de circulation à travers un territoire donné et autour de ce territoire influencer sérieusement la signification de sa position. Il faut voir comment la repartition des terres et des mers, la topographie, et aussi la repartition des climats et l'organisation de l'hydrographie peuvent affecter la circulation et, partant, la position elle-même (Idem, p.79).

superfície terrestre em um momento específico (GEORGE, 1969): “É possível discernir, em primeiro lugar, um espaço de localização, caracterizado pela existência de um sítio, uma situação e uma posição (...) A situação decorre da escolha do sítio. Uma vez feita a escolha do lugar este passa a definir uma situação. Geralmente esta é referida ao conjunto físico ou cultural que envolve o sítio (...) A escolha do sítio ocorre de três maneiras: através do povoamento – ou do repovoamento – que corresponde à ocupação de um espaço vazio ou que se considera ‘vazio’ – da colonização, ou da recolonização – que corresponde à ocupação de um espaço vazio ou que se considera ‘vazio’, de modo planejado – e da implantação de uma nova unidade cultural num espaço vazio ou que se considera ‘vazio’, depois de ocorrido um processo de povoamento ou colonização” (SILVA, 1978, p.11).

Assim posta a questão e passaremos a vislumbrar nas então recém descobertas “Minas do Mato Grosso”, ponto mais Ocidental de todo Império português, nas adjacências do rio Guaporé⁷⁴, um inter-relacionamento entre diferentes fatores que dão a essa localidade uma situação geográfica totalmente única: do ponto de vista do processo de formação de sua paisagem natural, a geologia lhe proporcionou, por meio de uma combinação totalmente particular de processos pedológicos e de estratificação do solo, a ocorrência mineral de ouro e diamantes.

Outrossim, considerada de um ponto de vista histórico e social, a área apresenta a singularidade de presenciar o encontro de dois *fronts* expansionistas distintos, o hispano-jesuítico e o luso-minerador. Esta expansão, por sua vez, não se dá no vazio, mas entremeia imemoriais territorialidades indígenas, o que faz surgir, por decorrência, ferrenhas disputas pelo controle das terras, vale dizer, confrontos fronteiriços (MALDI, 1997).

Por fim, completa esse quadro a conformação de seu relevo, hidrografia e rede de drenagem, que para os colonizadores poderia até facilitar a descoberta de rotas de penetração, mas principalmente permitir, como realmente o faz, a estratégica ligação fluvial entre as bacias Platina e Amazônica.

Nesse detalhe, das indicações de José Roberto do Amaral Lapa conclui-se que embora as primeiras viagens de transposição entre as bacias hidrográficas tenham ocorrido apenas a partir de 1740, sendo liberadas efetivamente só em 1752, após a fundação de Vila Bela, o conhecimento dessa possibilidade é bem anterior, talvez de meados do século XVII, valendo ainda notar que as primeiras explorações oficiais do rio Madeira (não coincidentemente feitas no início da década de 1720) tinham, entre outros, o objetivo “*de verificar a possibilidade de estabelecer comunicação com as áreas espanholas, onde a prata atraía o interesse português, bem como articular o Pará com as regiões auríferas de Mato Grosso*” (LAPA, 1973, p.24)

Fica aqui colocada a singularidade da posição geográfica da futura capitania de Mato Grosso no conjunto das colônias luso-americanas: ao mesmo tempo área de fronteira política

⁷⁴ Utilizando termos extraídos de variada documentação do século XVIII, a citação que se segue pode esclarecer alguns pontos acerca vocabulário utilizado sobre a maneira como os colonos definiam seus movimentos de exploração como prática nobre para aqueles que eram os representantes do Império nas mais distantes paragens conquistadas.: “Conquista e colonização eram práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de espacializar-se. No Cuiabá colonos chamavam *conquistas* as invasões de territórios ameríndios, e “largas distâncias” os seus movimentos. Diziam estar a ‘aumentar a Real fazenda de Vossa Majestade e suas conquistas’. Localizavam-se em ‘ocidentais conquistas’. Referiam aos ‘sertões’ ameríndios invadidos como ‘conquista conquistada’. Sertão reterritorializado, espacialização colonial (...) Na parte mais central, a *terra da conquista* era também *fronteira*, extremo, raia, periferia no centro. Colonos aqui se auto-definiam como duplamente estando nos ‘interiores destes sertões’ e ‘presidiando as fronteiras’. Ou como ‘fronteiros da Nação estranha’.” (ROSA, 2003, p.11-12).

e zona de mineração, ela irá, no decorrer do século XVIII, sofrer sucessivas valorizações estratégicas que, no limite, tornará possível sua compreensão, no momento das negociações do Tratado de Madri, como a *chave* do Brasil, isso tanto por sua função defensiva quanto pelo papel que poderia desempenhar no suporte das vias de integração entre as mais distantes partes do Império (BICALHO, 1999; ARAÚJO, 2000; JESUS, 2006).

Voltando agora à expedição que rumava ao “sertão dos Guayazes” em 1722, e sem nos aprofundarmos nos fatos ocorridos com os mais de 150 homens que a formavam, como as muitas privações, mortes e deserções, notemos apenas que, tendo visitado a região diversas vezes em sua adolescência, sempre na companhia de seu pai, de quem herdou a alcunha, sabia exatamente o Anhangüera, do alto de seus mais de 65 anos, os inúmeros percalços que o esperava.

Desse modo, retornando a São Paulo em Outubro de 1725 com notícias do ouro encontrado (e com menos de 40 sobreviventes), organiza rapidamente uma bandeira com o intuito de fundar arraial próximo ao local dos primeiros achados. Melhor estruturada, essa outra expedição chega diretamente ao vale do rio Vermelho, no sopé da serra Dourada, onde é fundado, em 1726, o arraial de Sant’Anna: em torno das lavras dos descobridores estavam colocados os alicerces da futura sede da capitania, Vila Boa de Goiás.

Também aqui, como no mais em outras localidades nas quais foi observada a ocorrência da extração mineral, o surgimento de novos adensamentos populacionais está diretamente ligado ao descobrimento de veios auríferos. Assim, nas adjacências de Sant’Anna de Goiás formou-se rapidamente pelas margens dos córregos com ouro de aluvião inúmeros centros de garimpo, como Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita.

Examinando esses movimentos migratórios do ponto de vista da formação territorial, podemos afirmar que a presença de um recurso natural extremamente valioso como o ouro é por si só vetor de tão grande atração que no extremo chega a imprimir um comando na direção dos fluxos colonizadores.

Os exemplos das minas de prata do Cerro de Potosí, no Peru, localizadas a mais de 3.500 metros de altitude, e mesmo o do povoamento de Goiás e Mato Grosso, distantes quase 2.000 quilômetros do litoral onde estavam a maior parte dos núcleos populacionais luso-americanos, demonstram que a expectativa de lucros como que financia o embate contra grandes obstáculos naturais, tornando habitáveis áreas que do contrário seriam consideradas desfavoráveis à instalação dos colonos.

Como a extração de minérios cria necessariamente toda uma logística voltada para o abastecimento das zonas mineiras que origina diversos circuitos de trocas e consolida novos assentamentos, geralmente envolvendo amplos deslocamentos populacionais, não é exagero afirmar que foi nessa fase de instalação dos colonos que se deu uma verdadeira revolução na organização territorial dos primeiros núcleos de povoamento.

Partindo-se de nossas afirmações anteriores, que dão conta do conhecimento primário desse imenso território desde o século XVII, e quiçá de uma incipiente povoação nos vales dos rios da Palma e Paranã por meio da pecuária, vemos como a mineração funciona como um elemento catalisador da vida econômica regional, envolvendo em sua órbita não só os grandes contingentes populacionais atraídos pelos minérios, mas também aqueles que lá já estavam (AGUIAR, 2003; RONCO, 2006)

Como diversas roças de mantimentos se estavam formando, é válido dizer que por esse tempo havia suprimentos e logística suficientes para que surgissem novas bandeiras de exploração. Ao iniciar os anos 30 do século XVIII já se tinha toda uma estrutura instalada que, como vimos, funcionaria como zona de difusão para outros futuros achados que realmente não tardaram a acontecer.

Conseqüentemente, entre as décadas de 1730 e meados de 1740 os achados goianos espalharam-se por grandes extensões ao longo do rio Tocantins e afluentes, fazendo a exploração surgir os arraiais de Santa Cruz, Água Quente, Traíras, São José do Tocantins, Cachoeira, Crixás, Natividade, São Félix, Pontal, Arraias, Cavalcante, Papuan, Santa Luzia, Carmo e Cocal.

Dado que os caminhos entre um e outro arraial se estruturavam, formando uma rede articulada entre esses e as localidades especializadas na produção de víveres para o abastecimento dos colonos, é imprescindível fazer o comentário, nesse momento, que uma das condições absolutamente necessárias para a continuidade das prospecções minerais era a abertura de caminhos que viabilizassem uma integração e facilitassem o trânsito entre as diversas lavras minerais que se iam descobrindo.

Em suma pode-se mesmo asseverar que nenhum outro fenômeno influenciou tanto a configuração dessas paisagens quanto a estruturação das estradas (TEIXEIRA NETO, 2002), valendo ainda notar uma pequena diferenciação: nas Minas do Cuiabá tais caminhos, feitos pela antiga rota de descobrimento, eram, em sua maioria, totalmente fluviais, até mesmo pelas periódicas cheias enfrentadas nos pantanais. Em Goiás, devido o peso das grandes distâncias

dos achados situados mais ao Norte (as ditas “Minas do Tocantins”), e a presença nos rios de diversos grupos indígenas que constantemente atacavam os pequenos núcleos em formação, essas ligações eram feitas por precários caminhos terrestres, que garantiam maiores possibilidades de defesa.

Numa visão de conjunto a presença de novas zonas mineradoras influencia a dinâmica de desenvolvimento de outros pedaços da América Portuguesa. Na realidade, estando já bem adiantada a exploração do ouro nas Minas Gerais, visto que lá os descobrimentos datam da década de 1690, e supondo que as atividades de abastecimento acompanhassem esse crescimento, vislumbraremos a expansão dos currais do rio São Francisco para o interior na ótica de uma incipiente especialização produtiva regional.

Desse modo, as terras localizadas a Leste do rio Tocantins, sendo como vimos um prolongamento desses currais e estreitamente vinculadas à Bahia desde fins do século XVII, a partir desse momento vão passar a exercer uma função de destaque no comércio de gado para as áreas de mineração de Goiás e até mesmo Mato Grosso.

Outro exemplo do modo como a posição geográfica pode influenciar os processos colonizadores é encontrado na história da fundação do segundo grande centro de atração populacional presente nas minas goianas. Descobertas em 1731 por um integrante da bandeira do Anhangüera, Manuel Rodrigues Tomar, que financiou a expedição sob o comando de Urbano do Couto Menezes, as lavras auríferas localizadas junto ao rio das Almas, nos contrafortes da Serra dos Pireneus, será o alicerce do arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis), nascido sob o signo da centralidade.

O que queremos reforçar é que da colonização do Planalto Central como um todo pode ser dito que se inaugura de fato com a abertura de estradas ilegais a partir das minas de Meia Ponte: em 1732 já se tem notícia da picada que rumava para a Bahia, e em 1733, via Paracatu, sabe-se de um caminho utilizado para se atingir as Minas Gerais, o que acabou por conferir ao arraial a privilegiada situação de se encontrar exatamente na confluência dos caminhos terrestres (TEIXEIRA NETO, 1982; BERTRAN, 1994).⁷⁵

⁷⁵ Apelamos novamente a uma carta enviada pelo Conde de Sarzedas ao rei em 1732 para descortinar tal questão: “por algumas pessoas chegadas das minas dos Guayazes tive notícia que ao arraial de Meia Ponte havia chegado um comboio de gado, e algumas fazendas secas vindas da Bahia, digo vindas dos Currais da Bahia, por um novo caminho aberto de próximo; e que conseguida dita entrada se esperavam novas carregações em muito maior número de gado do rio São Francisco, Currais e Minas Gerais, donde se me faz certo está também aberto caminho para as Minas dos Guayazes.” (Apud BERTRAN, 1994, p.78).

Ligação de crucial importância será o caminho terrestre aberto em 1736 atrelando as duas novas zonas de mineração, pois a partir daí já se pode vislumbrar a configuração de um conjunto territorial – “o complexo da mineração” – com os descobrimentos de novas lavras auríferas em diferentes períodos e lugares constituindo uma rede de caminhos e destinos em cujo interior as minas do Mato Grosso ficariam como a parte mais avançada das investidas das bandeiras de prospecção (LENHARO, 1982; STRAFORINI, 2007).

Essas considerações nos permitem dizer que no século XVIII, impulsionados pelas novas demandas e fluxos gerados com os negócios do ouro, há um movimento de alargamento das fronteiras coloniais portuguesas em direção ao interior da América do Sul. Movimento esse, aliás, de forte conteúdo geopolítico.

Assim sendo, a presença do ouro evidentemente colabora com a consolidação do domínio português por toda uma área além de Tordesilhas, estimulando mesmo a criação de assentamentos perenes que serviriam para sustentar tal domínio por vastas extensões do Brasil Central. Pode-se dizer, por decorrência, que a descoberta do ouro prenunciava, para as autoridades portuguesas, dificuldades até então impensáveis para o estabelecimento de um controle sobre seus crescentes domínios ultramarinos portugueses:

Nestes, a descoberta do ouro havia provocado um desequilíbrio sem precedentes. Levas migratórias numerosíssimas desabaram sobre a nova região das Minas, que até finais do século XVII fora morada de índio e cenário eventual das andanças paulistas. Esses caudais humanos vinham das regiões de colonização mais antiga e eram formados tanto por habitantes luso-brasileiros de Salvador ou do Rio de Janeiro quanto por reinóis atraídos de além-mar ante a possibilidade do enriquecimento fácil. (MELLO E SOUZA, 2006, p.81).

Observando de relance o contexto político internacional, podemos ver que esse início de século se mostrava mesmo problemático para Portugal: na Europa, a Guerra de Sucessão Espanhola e o trânsito de posição da diplomacia portuguesa, que se alinhou com a Inglaterra após sinalizar primeiramente apoio às pretensões francesas, repercutia na América, como mostra a tomada da Colônia do Sacramento por hispano-americanos sediados em Buenos Aires entre 1704 e 1705, e os ataques de corsários franceses ao Rio de Janeiro em 1710 e 1711:

Sobre a América portuguesa, pairava o duplo temor da ameaça externa (os franceses e demais estrangeiros que investiam sobre a costa brasileira) e da interna (os colonos sem peias, senhores da sua vontade e determinação). Portugal via-se ameaçado pela impossibilidade de manter uma política externa neutra quando a época era de deflagração

européia. O século começava crítico tanto na metrópole como nos seus domínios ultramarinos. (MELLO E SOUZA, 2006, p.81).

Nesse sentido, o choque de interesses entre os primeiros habitantes das Minas Gerais, paulistas em sua maioria, e os “forasteiros”, majoritariamente adventícios, resultou no episódio conhecido como “Guerra dos Emboabas” (1707/1709), primeiro conflito desse tipo no século e que marca uma situação nova, na qual:

Colonos opunham-se a colonos em função de interesses cuja distinção ia se tornando mais sutil. Tratava-se, no caso emboaba, da luta da rotina contra a aventura, e surpreendentemente os conservadores de então eram os aventureiros da véspera, isto é, os paulistas desbravadores que, uma vez fixados nos arraiais auríferos, desejavam explorar com exclusividade os veios sobre os quais tinham sido os primeiros a deitar olhos (...) Os paulistas invocavam a tradição para justificar o controle sobre datas minerais: tinham chegado antes, e isto lhes daria mais direitos. Os emboabas, fossem reinóis ou luso-brasileiros, postulavam oportunidades iguais para todos. Para completar o quadro, muitos dos emboabas eram comerciantes, enquanto os paulistas se arranchavam em roças para atender às necessidades dos viajantes e dos recém-chegados, procurando controlar com exclusividade os germes do aparelho administrativo (MELLO E SOUZA, 2006, p.82-83).

De volta ao cenário internacional, o arrefecimento da disputa pelo trono espanhol, a partir de 1711, abriu caminho, por iniciativa inglesa, para as negociações de paz. Destes esforços consubstanciou-se o fim das hostilidades, por parte de Portugal, na assinatura dos Tratados de Utrecht com a França, em 1713, e com a Espanha, em 1715.

Pela letra desses tratados, que de certa maneira expressam a sensibilidade renovada com que os órgãos da administração lusitana começavam a olhar para as conquistas americanas, vinga pela primeira vez o princípio diplomático da ocupação efetiva nas margens dos grandes rios americanos como limites gerais a serem alcançados no Brasil (CARVALHO, 1998), ficando acordado que, ao Norte, a França reconheceria ambas as margens do rio Amazonas e sua navegação como privilégio português, e ao Sul, seria novamente restituída a Portugal a Colônia do Santíssimo Sacramento, posto avançado de ocupação na margem esquerda do rio da Prata.

Para Laura de Mello e Souza as primeiras décadas do século XVIII são de gestação, no âmbito do Conselho Ultramarino, de uma idéia de Brasil. Na verdade, a noção do “Império” como um imenso “corpo imperial”, idéia presente em Portugal desde os primórdios de sua expansão ultramarina (MELLO, 2002), forçosamente implica em dizer que:

O ideal de um império luso-brasileiro deve também ser visto nessa chave: a tentativa de combinar as várias zonas de sombra e repensar o

centro solar de irradiação de poder, pois acreditava-se (...) que os Estados constituídos por partes não eram mais desunidos que os dotados de territórios contínuos (MELLO E SOUZA, 2006, p.12).⁷⁶

A partir daí pode-se retomar o tema da anterioridade das descobertas cuiabanas à luz das limitações do exercício do poder nas colônias em seu relacionamento com Lisboa. Trazendo a discussão para uma escala mais localizada das ações, passamos a tratar de alguns aspectos da implantação das esferas política e administrativa em Goiás e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII, querendo com isso pontuar acerca do papel desempenhado pelo Estado português.⁷⁷

O caso é que para os derrotados paulistas que não voltaram para São Paulo após os acontecimentos de Minas Gerais, e entre aqueles que não aceitaram ali ficar numa posição subalterna, abria-se novamente as portas dos sertões como oportunidade real para procederem a novas conquistas.

Da mesma maneira, a descoberta do ouro em Cuiabá (e depois em Goiás), decorrência direta dessa nova movimentação de colonos, apresentou-se como alternativa concreta para a retomada de posições de prestígio, com a abertura das fronteiras representando: “*novas oportunidades de mando para os despojados do poder, com a promessa de remuneração e mercês para os que contribuíam para o crescimento do Império*” (CAMPOS, 2005, p.342).

Apoiada nas práticas da simulação, prudência e cooptação, a administração metropolitana, que havia qualificado os paulistas de vassalos rebeldes no episódio emboaba, agora procurava utilizá-los a seu favor nas novíssimas conquistas:

A Coroa precisava ocupar o território a Oeste e, naquele momento, os conquistadores foram considerados hábeis e úteis para uma região cujas especificidades exigiam indivíduos valentes e audaciosos. Essa

⁷⁶ Desse modo, uma fugidia percepção da existência de uma unidade brasileira, que esses primeiros tratados vislumbravam, só poderia advir do universo mental de letrados e agentes do governo metropolitano: “Nos altos círculos da política e administração, entretanto, o Brasil como um todo foi se delineando desde o século XVI, e ganhou feição precisa no início do século XVIII. Para ilustrar mais uma vez a dificuldade de se entender o sistema colonial fora de seu conjunto, foram as revoltas coloniais que permitiram tal percepção” (MELLO E SOUZA, 2006, p.108).

⁷⁷ A referência a situações mais específicas, cujo estudo aprofundado ultrapassa em muito o tema desse estudo, pode ajudar a esclarecer como as diretrizes metropolitanas se combinavam com os interesses regionais forjando novas alternativas ao exercício do poder. Nesse caso, a complexidade do exercício do poder no âmbito do Império português se expressaria por meio dos diversos administradores que conseguiram ir além das posições dominantes nos conselhos reinóis, enxergando as especificidades presentes em nexos de relações que eram, no mais, coloniais. Um estudo pormenorizado dessas situações teria então o objetivo de: “entender os significados do mando no império português, o modo como se constituíram estruturalmente e, ao mesmo tempo, foram se tecendo ao sabor de conjunturas e atuações individuais; situações e personagens que obedeciam a normas e determinações emanadas do centro do poder, mas que as recriavam na prática cotidiana, tornando às vezes o ponto de chegada tão distinto do ponto de partida que, não raro, ocultava-se ou mesmo se perdia a idéia e o sentido originais” (MELLO E SOUZA, 2006, p.14)

questão revela a ambigüidade no tratamento dado a esses últimos pela administração metropolitana (JESUS, 2006, p.74).

Em Goiás o início da exploração aurífera desencadeou grandes turbulências por toda década de 1730, com os pormenores dos acontecimentos indicando que a política adotada pelos administradores régios consistiu em aguardar um maior povoamento das áreas para só depois iniciar os atos que lhe dariam o controle administrativo e fiscal dos centros mineradores (CAMPOS, 2005).⁷⁸

As ações da administração portuguesa, que em Goiás foram no sentido de minar o poder do descobridor Bartolomeu Bueno, instalado com seus prepostos em Sant'Anna de Goiás, exemplificam uma atuação recorrente passível de ser generalizada, podendo ser assim descrita:

De início, cada descobridor oficial de lavra recebia a superintendência, a guarda-moria e a patente de capitão-mor, e permanecia alguns anos no exercício de tais funções. Em seguida, a Coroa tratava de engendrar um processo para corromper seu poder. O tempo despendido pela Coroa para se impor em cada novo pólo minerador dependeu do poder do descobridor da lavra, da sua maior ou menor força para reunir agregados, escravos e aliados, assim como da existência ou não de concorrência entre o descobridor e outros homens poderosos. Outro fator que interferiu na ação régia foi a disputa de jurisdição sobre o novo descobrimento patrocinada pelos governadores de capitânias limítrofes aos novos pólos de mineração (CAMPOS, 2005, p.343).

Numa interessante abordagem, uma historiadora estuda o surgimento da rivalidade política entre a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (criada na segunda metade do século para ser a capital da nova capitania do Mato Grosso), cuja origem identifica exatamente no processo de organização administrativa, que foi influenciado: *“por relações econômicas que envolviam diferentes oficiais dos poderes metropolitanos e locais ligados ao comércio lícito ou ilícito”* (JESUS, 2006, p.14).

Não obstante, o incentivo para a criação de rivalidades entre vilas e cidades parece ter sido um dos expedientes mais utilizados pela administração portuguesa em suas possessões americanas, pois era por meio da concorrência surgida (e alimentada) que a Coroa conseguia manter um certo equilíbrio entre os poderes presentes localmente.

Em Goiás a disputa se deu entre Vila Boa e Meia Ponte, e o início da rivalidade remonta à época dos primeiros achados em Meia Ponte, uma vez que Manuel Rodrigues Tomar e

⁷⁸ Um exemplo de como essas turbulências envolviam autoridades dos mais diversos pontos da colônia seria o conflito entre os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão pela disputa do controle e jurisdição sobre alguns achados goianos, pendência resolvida em favor dos paulistas por via da manutenção do monopólio dos caminhos terrestres do Sul (controle dos contratos das entradas) e o fechamento das rotas fluviais do Tocantins, ações, aliás, nem sempre cumpridas totalmente.

Urbano do Couto Menezes: *“incluíam-se entre os desertores, que partiram para outros descobrimentos que não o de Sant’Ana, o mais rico e inteiramente controlado por Bartolomeu Bueno da Silva e seus parentes e aliados”* (CAMPOS, 2005, p346), o que obrigou a Coroa a dividir as minas goianas em dois distritos já em 1733, com a partilha das primevas funções administrativas do Anhangüera, que partira por precaução para achados mais ao Norte, sendo feita entre diversas autoridades presentes nos dois maiores núcleos populacionais.

Posteriormente, em 1737, quando o então governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, vem a Goiás erigir uma vila, muitos acham que o local escolhido será, dada sua centralidade, Meia-Ponte, preterida na ocasião por motivos não esclarecidos em benefício de Sant’Anna, agora Vila Boa de Goiás e concentrando as instituições governativas. Mais à frente, em 1754, com Goiás já independente de São Paulo, novamente cogita-se a transferência de algumas autoridades de Vila Boa para Meia Ponte, o que foi logo descartado devido aos altos gastos que seriam envolvidos (PALACIN, 1972; BERTRAN, 1988).

Entretanto, o ponto de maior interesse no trabalho antes referido estaria naquilo que Nauk de Jesus identifica como sendo prática comum na colônia: o estabelecimento de redes clientelares sustentadas por círculos de cooperação comerciais nos quais a posse de cargos era tão ou mais importante do que o próprio controle das rotas de comércio (JESUS, 2006).

Isso indica um complexo entrelaçamento entre prática política e interesse econômico que geraria enormes disputas em torno da jurisdição do exercício de um posto político, pelo que ele poderia representar no controle das rotas comerciais (e de contrabando) que asseguraria grandes lucros para os cofres reais ao mesmo tempo em que garantiria a continuidade dos interesses da rede clientelar envolvida nos negócios.

Para tanto, a atuação das câmaras municipais deve ser levada em conta, uma vez que em torno do maior ou menor poder de mediação dos representantes dos colonos com relação ao poder central é que estão as evidências de como podiam se dar essas disputas entre as autoridades locais (que detinham cargos na municipalidade), as autoridades régias (que desempenhavam funções delegadas diretamente pelo rei) e as parcialidades envolvidas nas redes clientelares.

De um outro viés, discutindo em detalhe a instalação do poder metropolitano no extremo Oeste da América portuguesa, Otávio Canavarros desenvolve estudo sobre a ação

política de Portugal nas minas do Cuiabá por meio da análise das estratégias de execução das ações da metrópole na primeira metade do século XVIII.

Na verdade esse autor qualifica a questão das claras finalidades de conquista das terras não ocupadas por Castela como assunto ainda não suficientemente estudado enquanto deliberada prática de domínio por sobre territórios de soberania duvidosa ou em litígio. Logo, seus objetivos seriam o de acompanhar a geografia portuguesa da expansão para o Oeste, dando ênfase à fundação do arraial (depois vila) de Cuiabá e de Vila Bela como etapas diferenciadas das estratégias desenvolvidas pelos órgãos envolvidos na administração ultramarina (CANAVARROS, 1998).

A partir dessa visão a diminuição da extração do ouro cuiabano a partir de 1730 parece marcar uma inversão das prioridades portuguesas no Oeste, pois haveria uma clara mudança na percepção da função da região na ótica de Lisboa que se expressaria na superposição dos aspectos geopolíticos aos econômicos na formulação do conceito de “antemural da colônia”. Essa mudança de foco talvez seja mais evidente a partir de 1740, quando há um acirramento das disputas fronteiriças com a Espanha no extremo Oeste, pois daí em diante:

O ouro que fora, de certo modo, o chamariz do avanço para o Oeste não era agora, a todos os níveis, o principal objeto das preocupações dos políticos relativamente ao Mato Grosso. As minas, como então se tornava claro, eram uma “miragem” que no entanto tinha revelado um tesouro maior, o próprio território. Mais do que o ouro é a terra que é convertida em objeto do desejo e o Mato Grosso passa doravante a ser identificado como a chave da conservação do domínio do vasto interior do Brasil e não apenas das suas próprias minas (ARAÚJO, 2000, p.90).

Lembremos, ademais, que dentro do conceito de “antemural da colônia” deve ser compreendido todo e qualquer processo de organização espacial para criar uma zona protetora para as minas de ouro mais internalizadas (Goiás e Minas Gerais). Simultaneamente a esse propósito, a organização dos núcleos de povoamento poderia também facilitar uma expansão territorial em direção às áreas adjacentes tidas como de domínio incerto. De modo sintético, então, essa argumentação se desenvolve no sentido de:

demonstrar que houve uma deliberada política de conquista da região, implementada pela montagem de um aparelho burocrático em Cuiabá, cuja finalidade política sobrepunha-se à fiscal. Esta mesma estratégia foi posteriormente utilizada, de modo explícito, em Vila Bela (...) As vilas transformavam espaços físicos-naturais em territórios constituídos, conforme a tessitura do poder político e das relações econômicas por ela “alavancadas” em redes de comunicação (CANAVARROS, 1998, p.7).

Considerando a proposta contida no trabalho desse autor, vemos que, resumidamente, Canavarros dá pouca ou nenhuma importância a autonomia da atuação das câmaras municipais, sobrelevando o controle direto exercido por Lisboa para a consecução de seus objetivos na frente Oeste de ocupação. Nesse caso, Nauk de Jesus partiria de uma hipótese inversa, pois acredita que:

a câmara municipal da Vila Real obteve poder de atuação e mediação e isso provocou choques com os representantes régios na vila, pois o fato de ser nomeada regente, estar distante do governador e sem a presença de outra autoridade régia possibilitou que ela conquistasse um espaço de representação e atuação no interior da vila e diretamente com o rei (JESUS, 2006, p.138).

Porém, afora o julgamento da autonomia e capacidade de negociação das câmaras, que abstermos de fazer, podemos notar apenas que devido ao fato das câmaras municipais serem parte integrante do poder metropolitano projetado para o controle dessas áreas, elas antes representam o controle régio pretendido, não podendo ser tomadas como sua completa negação mesmo nos casos em que os representantes das autoridades locais agiam abertamente em favor de interesses próprios.⁷⁹

Isso por que a descentralização administrativa nas colônias, embora permitisse uma adequação a realidades locais, instituía tendencialmente uma dependência direta com Lisboa, que era de onde provinha, em última instância, a legitimação dos atos levados a cabo na América. Donde aceitamos a ressalva de que: *“O Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização das possessões ultramarinas: o que se deve perscrutar é a expressão e a lógica dessa presença, pois podem, constantemente, nos iludir”* (MELLO E SOUZA, 2006, p.51).

Numa direção similar, Rosa busca tornar visível, para Cuiabá, a formulação de políticas próprias executadas pelas autoridades portuguesas desde os primórdios de sua fundação. Ou seja, a estruturação de núcleos urbanos exerceriam na região uma função fixadora que vem nos ajudar na melhor caracterização dos tipos diferenciados de organização espacial engendrados, visto que se pode vislumbrar, para o caso do Mato Grosso, a existência de uma política urbanizadora que claramente pretendia ordenar o uso e ocupação do solo na composição da “vida urbana” numa realidade colonial, escravista, mineradora e de fronteira.

⁷⁹ De fato poderíamos até aventar uma hipótese que parte dessa sutil diferenciação: nas localidades mais envolvidas com as atividades de mineração, onde os aspectos fiscais superam os geopolíticos, o poder régio se faria mais presente, ganhando em importância os funcionários com poderes de mando delegados diretamente pelo rei; já nas localidades nas quais os aspectos geopolíticos são os que exercem influências mais evidentes, as câmaras municipais ganhariam destaque exatamente por serem, na escala local, os representantes do equilíbrio entre uma situação colonial que responde aos ecos dos desígnios metropolitanos.

As articulações entre esses vários componentes dar-se-iam através das mediações existentes: a) entre as formações urbanas específicas (as vilas) e seu território subordinado (as aldeias, arraiais, povoações, jazidas minerais, unidades de produção agropecuária de tamanho variável, os destacamentos e fortes militares); b) entre esses subconjuntos e o sistema maior que formavam a rede urbana no qual estão integrados (o eixo paulista, atingido pelo caminho das monções; o eixo goiano-mineiro, acessível por estrada terrestre; e o eixo amazônico-paraense, pela via dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira); c) entre essa rede urbana maior e o processo de urbanização configurado nos quadros do Antigo Sistema Colonial (ROSA, 1996; 2003).⁸⁰

Desse modo os núcleos urbanos seriam elementos constitutivos de um sistema hierarquizado que forma uma rede articulada de consumo, produção e abastecimento, o que tornaria possível o exercício da dominação e do poder em determinadas áreas espacialmente delimitadas: o fenômeno urbano é tomado como totalidade que centraliza um núcleo de relações de dominação social, emanando, pois, a prática do poder político, e agindo como ponte para a construção da territorialidade portuguesa na América.

Com isso pretende-se confirmar a existência, por parte de Lisboa, de uma preocupação urbanizadora que além de denotar evidentes intenções de fixação e permanência (dado os cuidados para garantir a sobrevivência da Vila Real desde sua fundação), aponta para a existência de uma verdadeira “política de conquista” na qual as cidades cumpririam papel fundamental.⁸¹

⁸⁰ Esse autor, a propósito, concebe uma perspectiva que valoriza a vida urbana colonial como uma das dimensões mais importantes do processo colonizador lusitano, já que argumenta pela natureza instrumental das funções ao mesmo tempo políticas e econômicas das vilas e cidades do Brasil colonial, avançando sua análise nos pretensos “limites urbanos” que apresentaria o Antigo Sistema Colonial e buscando explicar a colonização portuguesa através da construção de um enfoque que não se limita a entender o urbano dentro de uma estrita “racionalidade instrumental” do Estado, ou mesmo dentro de uma “racionalidade econômica”: “Para isso, torna-se necessário procurar ultrapassar os limites dessa racionalidade, isto é, buscar as evidências empíricas do ambiente histórico no qual essa racionalidade teve que interagir, para efetivamente produzir socialmente espaços urbanos específicos, inseridos em redes urbanas virtualmente integradoras e hierarquizadas. O que levará ao que pode ser propriamente denominado de ‘vida urbana’. E no interior dessa ‘vida urbana’ colonial e escravista, torna-se indispensável examinar a estratificação social em sua especificidade histórica, procurando-se identificar as correspondências possíveis entre estratificação e concepção da espacialidade urbana. Embora a estratificação social colonial possa ser estabelecida como comportando duas classes fundamentais, a dos senhores e a dos escravos, essa fórmula binária não é suficiente para dar conta da muito mais complexa situação colonial” (ROSA, 1996, p.30).

⁸¹ A controvérsia sobre o caráter eminentemente “rural” da colonização portuguesa no Brasil apontado entre outros por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, ao qual seria justaposto uma despreocupação latente com a criação de ambientes urbanos, considerados quase anexos dos estabelecimentos rurais, foi discutido de maneira pioneira por Nestor Goulart Reis Filho. Para o caso do Mato Grosso do século XVIII, Roberta Marx Delson descreveu de maneira irrefutável como a intencionalidade da colonização portuguesa pode ser rastreada através do estudo do processo de criação de ambientes urbanos. Contudo, embora seja forçoso reconhecer a importância que essa argumentação teria para nossa discussão, pela própria complexidade do tema não iremos tecer maiores

No caso, podemos observar a rapidez com que foi conseguida a consolidação do espaço urbano da Vila Real se comparado com Vila Boa de Goiás, visto que essa só foi “levantada” com o título de vila em 1737, ao passo que Cuiabá, devido a presença do governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, entre 1726 e 1728, já tinha antes mesmo do final da década de 20 do setecentos uma organização normatizada, com medidas oficiais indicando a maneira correta de se dar os arruamentos e construções e na qual os edifícios do centro simbolizavam o exercício dos poderes, com a Igreja, a Casa da Câmara e a Cadeia representando, respectivamente, a fé, a política e a polícia (ROSA, 1996).

Finalizando, o que quisemos colocar em evidência nessa parte do capítulo foi que a situação de pobreza cotidiana e o nomadismo da população como um todo devido a característica de aluvião dos veios auríferos (que se esgotavam rapidamente, forçando uma intensa migração dos envolvidos na mineração), normalmente tidos como centrais na conformação da vida social da região (CORRÊA, 1976; VOLPATO, 1987), podem obscurecer a existência de preocupações com a fixação da população desde o início da colonização.

Mostra disso são os encaixes entre as etapas de exploração mais intensa do ouro, que parecem complementar-se uma à outra na frente Oeste de ocupação: em Mato Grosso um primeiro desenvolvimento de 1719 a 1727, e depois, intermitentemente, entre 1734 e 1737, quando novas lavras são achadas nas proximidades do rio Guaporé. Em Goiás, por sua vez, a exploração consolida-se ao Sul de 1728 a 1733 e, mais ao Norte, os achados sucedem-se num padrão espacial espraiado por grandes áreas entre 1734 e 1743, rareando daí até o fim do século (LENHARO, 1982; FUNES, 1986).

Essa geografia móvel da exploração aurífera, entendida simultaneamente com a estruturação dos caminhos antes referida, pode indicar a consolidação de uma imensa área de trânsito dentro da qual o caráter flutuante da população dá expressão espacial a um conjunto de destinos e caminhos dentro do qual vão surgindo dilatados pontos fixos de atração, esboçando um esqueleto de nexos territoriais regionais.

Na verdade, se prestarmos a devida atenção aos esparsos dados de população que contamos para essa primeira metade do século XVIII, ver-se-á que, nas minas goianas, concentrada sobretudo em Meia Ponte e Vila Boa, a população oscila, nesses primeiros anos

comentários sobre essas obras, indicando a consulta direta dos livros para os interessados num maior aprofundamento: Delson (1997); Reis Filho (1968; 2001).

de exploração, em torno de 12.000 a 15.000 habitantes, dos quais pelo menos dois terços seriam de negros escravos (PALACIN, 1972; BERTRAN, 1988).

Para as minas cuiabanas, por sua vez, o montante de moradores fixados no sertão dificilmente superaria os 9.000 habitantes entre 1727 e 1751 (CONDE GARCIA, 2003), com quase toda a população se concentrado na Vila Real e nas lavras do seu entorno, o que vem corroborar as indicações antes feitas de que nesse momento de construção das zonas de difusão consolidavam-se as áreas de trânsito mais interiorizadas da colônia a partir de núcleos fixados que podiam funcionar como verdadeiros pólos de atração.

Na próxima parte veremos mais a fundo como vai se dar o desenvolvimento e complexização do processo de ocupação das minas de Goiás e Mato Grosso, ressaltando a maneira como a questão da apropriação das terras influencia o processo criação das capitânias como esferas administrativas autônomas, e, algo fundamental, o conteúdo geopolítico das ações metropolitanas desenvolvidas na região.

3) *A Autonomia Administrativa*

Iniciando a análise da última das etapas ou momentos distintos de um processo colonizador, nos ocuparemos em verificar se a expansão da ocupação logrou dar forma a uma rede de cidades, caminhos e locais de produção de feição regional. Seria também nosso intuito discorrer rapidamente sobre o caráter estratégico e geopolítico que acompanha a perenização da ocupação na fronteira Oeste. Definindo, sabemos que à conquista e instalação dos assentamentos pioneiros:

se segue uma etapa de *consolidação* do domínio territorial, com a plena montagem das estruturas produtivas, implicando já instalações de equipamentos e razoável dispêndio de trabalho morto na colônia. Tal momento faz-se geralmente acompanhar de alterações na estrutura fundiária, no estatuto jurídico das propriedades, e ainda na organização do mercado de terras e trabalho (MORAES, 2000a, p.277-278).

Novamente o contexto político internacional, convulsionado por outra guerra de sucessão na Europa, a da Áustria, vem ajudar na compreensão dos eventos que se sucederam na América. Na verdade, embora Portugal e Espanha tenham ficado de fora dos conflitos, houve uma terceira tentativa de conquista da Colônia do Sacramento entre 1735 e 1737. Assim, a partir da década de 1740, após o início da exploração das descobertas guaporeanas,

há uma intensificação das ações portuguesas em consolidar o domínio direto das terras localizadas a Noroeste da Vila Real, as “Minas do Mato Grosso”.⁸²

Aproveitando a oportunidade que esse momento apresentava para a resolução concernente aos limites ultramarinos americanos, já que Fernando VI, rei de Espanha, era genro de D. João V, rei de Portugal, deu-se início no ano de 1747, em Madri, as negociações para um acordo pensado como definitivo, pois que envolveria a totalidade das fronteiras americanas e não somente a região de Sacramento (VIANA, 1965; CARVALHO, 1998).

A orientação da Coroa portuguesa para os negociadores apoiava-se fundamentalmente em dois princípios então considerados uma inovação para os costumes diplomáticos da época: a posse seria definida pelo uso e ocupação efetiva, conforme o instituto do *uti possidetis*, e as linhas fronteiriças a serem demarcadas deveriam ser balizadas em acidentes geográficos naturais (VIANA, 1965; CARVALHO, 1998).⁸³

Não iremos nos debruçar sobre quais eram os limites acordados, como por exemplo as modificações feitas no Sul, com a cessão portuguesa da Colônia do Sacramento, que passava a ser de Espanha junto com o estuário do Prata, em troca das terras ocupadas pelos Sete Povos das Missões. Tampouco iremos nos deter nos problemas práticos enfrentados durante os longos anos em que se deram as expedições designadas para os trabalhos de demarcação, como os seguidos desencontros das delegações, que iam e vinham na espera de suas homólogas, enquanto na Europa se davam constantes anulações de resoluções e retomada de argumentos.⁸⁴

⁸² Há uma retomada do processo que visava a criação de uma vila nessa parte das minas cuiabanas como forma de garantir a defesa das terras conquistadas: “Em 1741 o Conselho Ultramarino recomendou o povoamento induzido no *Mato Grosso*, com privilégios e isenções. Em 1743 o *Mato Grosso* passou a ter Juízes Ordinários eleitos pela câmara de Cuiabá. No mesmo ano foi criada a *freguesia* e vigária forânea do *Mato Grosso*. A *freguesia* instaurou a primeira diferenciação no interior do *termo* da Vila Real. Em 1745 a coroa obteve autorização papal para instalar prelazia no *termo* do Cuiabá, legitimando domínio até o *Mato Grosso*. E em 1746 mandou fundar vila no *Mato Grosso*, com isenções fiscais e privilégios legais aos que fossem morar na vila.” (ROSA, 2003, p.41)

⁸³ Vale citação de trecho do despacho dirigido ao plenipotenciário português nas negociações, Tomás da Silva Teles, redigido conjuntamente pelos funcionários régios mais envolvidos nas negociações, o ministro Marco Antônio Azeredo Coutinho e o secretário-real Alexandre de Gusmão: “V. Excia. estará lembrado que desde o princípio desta negociação adotamos por máximas preliminares em primeiro lugar que, nas terras já povoadas por qualquer das partes, cada uma conservaria o que tivesse ocupado, exceto onde se desse forçosa razão para o contrário, porque nesse caso atenderia à regra *quod tibi non nocet*; e em segundo lugar que se procurasse constituir as raias pelas balizas mais conspícuas e notáveis dos montes ou rios grandes” (*Documentos sobre o Tratado de Madri de 1750*, apud VIANA, s.d.).

⁸⁴ Dentre esses problemas, sem dúvida o episódio conhecido como *Guerra Guaranítica (1750/1761)*, que envolveu uma aliança militar de Espanha e Portugal contra os indígenas e padres jesuítas que se recusavam a sair das terras que ocupavam os Sete Povos das Missões, que deveriam passar agora ao domínio português, é o mais interessante, pois demonstra claramente a oposição de interesses no controle de terras e homens, assim como o processo diferenciado de constituição de territorialidades conflitantes, que não se reduziam à projeção territorial estatal (PÍRIZ, 2001; GOLIN, 2004). Após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759, e dos

Contudo, sabendo que além das guerras contra diversos povos indígenas, as doenças e a invariável fome, as expedições encontravam-se ainda em voltas com insistentes dificuldades técnicas, como por exemplo o cálculo mais exato das longitudes (BUENO, 2004) ou a questão do estabelecimento no terreno de quais seriam os rios indicados entre aqueles escolhidos como limites, evidenciou-se que o material produzido pelas inúmeras bandeiras de exploração desde o final do século anterior, e mais ainda as “notícias” e informações comumente utilizadas pelos práticos das Monções, dariam uma expressiva vantagem aos negociadores portugueses (BICALHO, 1999; FERREIRA, 2007).

Na verdade os problemas encontrados no processo de transposição dos levantamentos feitos em campo para o papel, o que implica uma série de convenções e códigos comuns (símbolos, medidas) para uma satisfatória representação gráfica da natureza, foi sendo resolvido com o desenvolvimento, ao longo do século XVIII, de uma cartografia que perdia seu caráter decorativo em benefício da precisão científica: “*O Brasil jamais conheceu, em tão curto espaço de tempo, uma tão coordenada e eficiente atividade cartográfica: nos vinte anos que precederam o Tratado de Madri, mais de 2.000 documentos cartográficos foram elaborados*” (TEIXEIRA NETO, 1982, p.147).⁸⁵

É nesse contexto de acirramento das disputas por domínio de terras entre as Coroas ibéricas na América que há o desmembramento dos distritos mineradores da capitania geral de São Paulo e a constituição de Goiás e Mato Grosso como novas entidades político-administrativas. A primeira foi criada em 1744, tomando posse seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha, futuro Conde dos Arcos, apenas em 1749. Já o Mato Grosso teve sua criação definida em 1748, chegando em Cuiabá o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura, já passado 1 ano da assinatura do Tratado de Limites, no início 1751.

espanhóis em 1767, essa região, parcialmente abandonada e tida como espécie de território neutro, os chamados “campos neutrais” na letra dos Tratados que se seguiram, de soberania indefinida portanto, passa a ser área de trânsito de grupos indígenas não conquistados, gado e colonos de ambas as Coroas Ibéricas até o início do século XIX, quando com a abertura de fazendas por luso-brasileiros, avança a criação de gado sobre os campos encharcados do pantanal Sul.

⁸⁵ “Mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza. Nos mapas produzia-se um território limitado e contínuo sobre uma natureza descontínua e ilimitada (...) Não podemos deixar de mencionar que esses mapas cumpriram um papel estratégico como mediadores das ações oficiais de colonização do Brasil. São ‘desenhos-desígnios’ e, como tais, produtos e vetores de uma ação colonizadora. Produtos, na medida em que eram oriundos de uma conjuntura de expansão ultramarina e controle de territórios conquistados, no qual o aperfeiçoamento das técnicas de mapeamento geográfico, corográfico e topográfico era fruto de um permanente investimento por parte das Coroas européias. Vetores (veículos) das ações oficiais, na medida em que mediaram a viabilização dos principais desígnios políticos –estratégicos oficiais em territórios tão longínquos. Esses mapas nos dão idéia do alcance da multifacetada ação dos engenheiros militares no Brasil – braço direito da Coroa na viabilização dos seus intentos de domínio” (BUENO, 2004, p.230-231).

Questão interessante a notar é a representatividade de o topônimo “Mato Grosso” passar a partir desse momento a designar toda a capitania recém constituída, o que nos leva a concluir, se tivermos em conta a fundação da planejada Vila Bela às margens do Guaporé como nova capital, em 1752, acerca da importância que era dada a área localizada mais a Noroeste e antes submetida ao controle da Vila Real, pois há uma clara espacialização das estratégias de dominação na criação de uma nova vila que, como centro de poder, funcionaria como referência para uma apropriação política do espaço da nova capitania como um todo:

a dimensão política daquele espaço ultrapassava as circunstâncias de defesa de uma área localizada, para vir a significar a defesa de “toda” a conquista. Assim, a área ganhou autonomia e, subvertendo a hierarquia a que estava submetida, passou a ter um governo próprio, ao invés de ser governada a partir de outro ponto. Esta simples deslocação de centralidade alterou consideravelmente as hipóteses de gestão do espaço (...) A vila significava, acima de tudo, a ocupação política do território que, neste caso, se revestia de prioridade sobre a física. Assim, enquanto a primeira vila dera lugar jurídico ao caminho do Mato Grosso, vinculando aquele espaço ao centro de poder já existente, a segunda vila daria lugar jurídico à região em si, nela criando um novo centro de poder (ARAÚJO, 2000, p.102-103).

A importância da dimensão política fica clara na medida em que com a perda da Colônia do Sacramento nos limites Sul a possibilidade de haver continuidade dos contatos envolvendo a busca de prata e gado (o comércio de contrabando) voltava-se para os caminhos do Oeste, por onde já devia saber Portugal da facilidade em se alcançar áreas comerciais espanholas:

Esses indícios evidenciam a importância da fronteira Oeste nas negociações do Tratado de Madri, levando-nos a suspeitar que a Coroa já tinha conhecimento de que por essa via seria possível adentrar no território espanhol e dar continuidade às relações comerciais realizadas por meio de Sacramento, sendo a capital da capitania de Mato Grosso um dos pontos de articulação. Neste sentido, Portugal não sairia perdendo ao ceder a Colônia do Sacramento (JESUS, 2006, p.30).

Já em Goiás a criação de uma Casa de Fundição no arraial de São Félix, em 1752, começa a vislumbrar uma cisão entre o Norte e o Sul da capitania, visto que se cobravam taxas mais elevadas sobre o ouro extraído nas ricas minas do Tocantins do que sobre o das minas do Sul, o que além de mostrar preocupações mais voltadas para o controle dos impostos acabará por trazer outras consequências quando da deflagração do processo de emancipação política do Brasil (TEIXEIRA NETO, 2002).

Relacionando o que estamos dizendo com o que vai representado adiante, podemos ter uma idéia do papel dos arraiais do ouro no processo de formação de uma unidade regional,

visto que é exatamente no entorno das primeiras povoações consolidadas, e ao longo dos caminhos que ligavam umas às outras, estabelecendo as condições objetivas de trânsito de pessoas e mercadorias, que se vão multiplicar os plantios, criações e pousos que garantiam o sustento e sobrevivência dos transeuntes.

Desse modo, os principais núcleos surgidos em Goiás durante a primeira metade do século XVIII – como Vila Boa, Meia Ponte, Traíras, Crixás, Natividade e São Félix – funcionam como polarizadores de uma especialização produtiva das atividades, enfeixando vínculos através da circulação comercial estabelecida entre os centros urbanos, as áreas de mineração e aquelas voltadas para o abastecimento da população.

Para que possamos ter uma idéia da maneira como essas primeiras povoações consolidadas influenciam as apropriações posteriores do espaço produzido, basta que nos detenhamos um pouco nos dados fornecidos por Edma José Silva, que estudando exaustivamente os “Requerimentos de Sesmarias” e as “Cartas de Sesmarias Concedidas e Confirmadas”, nos oferece uma boa visão do processo de apropriação das terras em Goiás entre 1726 e 1770.⁸⁶

A estrutura fundiária que pode ser esboçada dá conta de uma concentração com ocupações em torno de meia légua na área mais central do território, sendo que a maior frequência constatada está na própria Vila Boa e arredores, ou seja, há nesses locais uma concentração de pequenas propriedades, com a formação de propriedades com grandes extensões ficando restrita às áreas mais afastadas dos núcleos de povoamento.

Isso demonstra o papel regulador que os centros urbanos exerciam no ordenamento do uso e ocupação do solo, evidenciando interesses no controle e apropriação das terras que podiam oferecer potencialidades de exploração econômica. Além do mais, a delimitação do *Rocio* (ou “rossio”) dentro do considerado perímetro urbano de Vila Boa de Goiás indica também a preocupação das autoridades régias em se garantir áreas destinadas ao cultivo de

⁸⁶ Nessa sua dissertação de mestrado a autora tem como principal instrumento analítico o conceito de **penetração territorial**: “utilizado enquanto noção de exploração, expansão e integração territoriais, na medida em que esta reflete o processo pelo qual as áreas despovoadas ou desarticuladas de um dado espaço político passam a sofrer os benefícios decorrentes de seu conhecimento (exploração), de sua ocupação efetiva (expansão) e de seu aproveitamento globalizado (integração)” (SILVA, 1996a, p.5), com o qual pretende verificar o modo como se deu o alinhamento da ocupação em Goiás com o paralelo desenvolvimento, consolidação e expansão do próprio capitalismo no âmbito internacional. Ver: SILVA, Edma José, *Sesmarias: Capitania de Goiás (1726/1770)*, Dissertação de Mestrado, Goiânia: UFG, 1996.

De todo modo, sabemos que: “A expansão espacial – em suas motivações e estratégias – em si é um primeiro objeto de investigação da Geografia Histórica, sendo a consolidação do domínio territorial seu corolário: a transformação dessas novas terras em áreas descontíguas de soberania estatal de cada metrópole ou, em outros termos, em territórios coloniais” (MORAES, 2006, p.11)

alimentos para o abastecimento da população⁸⁷, afora expressar uma clara intencionalidade no processo de ocupação das adjacências dos núcleos populacionais mais consolidados.⁸⁸

Embora o quadro antes descrito no referido estudo de Silva seja de grande valia para que possamos vislumbrar a maneira real em que se dava a apropriação fundiária numa área de mineração, há a agravante dele só trabalhar com sesmarias que tiveram a posse efetivada e, ainda, dentro desse universo, o fato de que 25% das sesmarias confirmadas não especificarem a área, o que nos leva a relativizar suas conclusões.

Isso porque de modo geral a apropriação efetiva das terras não passava necessariamente pela sua legalização, isto é, impunha-se com força as condições de sobrevivência em sítios tão afastados, o que concorreria para uma mobilidade e liberdade na relação entre a posse de fato da terra e sua regulamentação de direito.

O motivo que mais contribuía para que isso ocorresse era o tempo e o dinheiro despendidos para que se efetuasse a legalização, que contava com três fases. A primeira consistia nos pedidos feitos através de requerimentos dirigidos à câmara da vila administrativa. Após consulta ao livro de registros essa concedia (ou não) a terra requerida. Por fim, na etapa da confirmação, o requerimento devia ir a Lisboa.

Porém, entre o pedido e a confirmação faziam-se necessários diversos pagamentos (sempre por conta do requerente) para os burocratas de então, que então mandavam medir a propriedade e, enfim, enviavam o processo a Lisboa. Todos esses trabalhosos requisitos que deviam ser cumpridos para a efetivação da propriedade tornavam a legalização da posse em

⁸⁷ A organização administrativa do espaço urbano no mundo colonial português colocava as câmaras municipais como as “cabeças de governo” de um **Termo** que ficava sob seu domínio. Essa área de grandeza variável representada pelo *termo* incluía, dentro de seu perímetro, um outro espaço, esse urbanizável, o **Rossio**, em cujo centro era erguida a parte edificada da vila, contendo o pelourinho e circundado pela Igreja Matriz, Casa da Câmara e Cadeia, expressões materiais da afirmação do urbano português. O *rocio*, estrito senso, seria formado pelas áreas da vila adjacentes ao centro edificado e destinadas à produção de alimentos, que deviam ser preservadas portanto, não sendo permitidas construções de nenhum tipo. Sua delimitação indicava preocupações com a organização e ordenamento do espaço urbano, pois se pode mesmo dizer que o *rocio* como que demarcava os limites entre o espaço urbano apropriado e as reservas de terras, com o perímetro urbano interno ao *termo* definindo-se exatamente a partir desses limites. Falando sobre o Mato Grosso, Rosa resume bem o início da governação em terras cuiabanas: “A Vila do Bom Jesus, sediando o governo da câmara, tornou-se o lugar da representação do ‘bem comum’ local. Sua câmara apropriou *rossio* e estendeu jurisdição a um *termo*, que até 1751 ia do Guaporé ao Araguaí, do Arinos/Juruena ao Paraná” (ROSA, 2003, p.17).

⁸⁸ Há uma tendência da população apresentar um padrão volátil de migração que se deve à característica de aluvião do ouro presente em Goiás e Mato Grosso, no qual a cata se dava por faiscamento, ou seja, a prospecção era feita nos cascalhos das margens dos rios e sopés de morros, não havendo abertura de talhos muito profundos. No caso, isso provocava uma intensa itinerância da população ocupada nessa atividade, o que forçava as autoridades a incentivar a produção de alimentos, já que sempre que surgiam boatos de novos achados, parte daqueles que se dedicavam à agricultura e criação iam tentar a sorte no garimpo. Além do mais, nesses momentos de carestia, que podiam também ser causados por fenômenos naturais, aqueles que estocavam víveres podiam praticar preços abusivos, prática que pela sua frequência justifica o interesse no exercício de um controle rígido das melhores terras (SALLES, 1984; PRADO JR, 1998; PÓVOA NETO, 1998).

áreas fronteiriças quase que uma ficção, pois desde sempre a posse pura e simples foi generalizada como forma de obtenção do domínio.

Nessa realidade de sesmeiros pobres e terra com pouco ou nenhum valor – a despeito dos interesses na apropriação das áreas adjacentes aos principais núcleos, que em hipótese pode-nos sugerir a existência de incipientes operações de compra e venda de terras – o que valia era o que se podia produzir, fosse ouro ou outro produto, com a ocupação prescindindo da regularização:

Embora o governo constantemente se manifestasse como altamente interessado no controle da apropriação das terras, pela sua importância na definição de uma política para solucionar o problema da mão-de-obra, bem como para garantir o instituto da propriedade, a imensidão de terras disponíveis e o jogo de interesses políticos inviabilizaram um sistema eficiente de regulamentação das ocupações (AGUIAR, 2003, p.61).

De qualquer maneira, o esqueleto sugerido pelo referido estudo de Silva (1996a) aponta para um padrão de ocupação no qual se dá uma leve concentração de terras no entorno dos dois centros mais dinâmicos – Vila Boa e Meia Ponte – e desses ao longo dos caminhos entre as minas do Norte, o que contribui para uma diferenciação interna à capitania de Goiás.

Como já dito, esse modo de apropriação de terras em torno dos núcleos mais importantes e ao longo dos caminhos pode ser generalizado também para o Mato Grosso, com a ressalva de que, nesse caso, o padrão espacial de ocupação não teria o espraiamento observado em Goiás, concentrando-se no entorno da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade.⁸⁹

A propósito da capitania do Mato Grosso, embora não disponhamos de muitos dados sobre o número das sesmarias doadas, sabemos que do processo de apropriação territorial para o início da colonização pode ser dito que:

Do ponto de vista espacial, notamos que se procurava ocupar, basicamente, a baixada cuiabana e seu caminho fluvial (Camapuã, Taquari e Alto e Baixo Cuiabá), com uma extensão muito importante em direção à Chapada [dos Guimarães] (...) É importante atentar para aquelas sesmarias referentes à rota fluvial, pois isso, com certeza, fazia parte do projeto do governador de incentivar o estabelecimento

⁸⁹ A influência dos centros urbanos na organização territorial em Mato Grosso pode ser assim referendado: “Para além da forma, e da constituição jurídico-administrativa do núcleo urbano, submetia-se o próprio território à uma estrutura sistematizadora. A cidade, que era internamente regulada pelas leis e posturas que lhe definiam o funcionamento e a forma, era, por sua vez, a reguladora do território circundante, estabelecendo, a partir do núcleo urbano, uma apropriação hierarquizada do espaço” (ARAÚJO, 2000, p.106).

de sítios e roças de abastecimento no trajeto monçoneiro.
(CANAVARROS, 1998, p.82).⁹⁰

De fato, se atentarmos para as fundações empreendidas por D. Antônio Rolim de Moura logo em sua chegada, na década de 1750, veremos, entre outras providências, a distribuição imediata de cerca de 120 sesmarias e a fundação da aldeia de Santa Ana (depois Lugar de Guimarães, atual Chapada dos Guimarães) como primeiros atos. Em todo seu governo foram concedidas mais de 300 cartas de sesmarias (RONCO, 1998).

Posteriormente, empreendeu convictas ações, ainda no contexto das chamadas “partidas demarcatórias” constantes no Tratado de Limites, tendo em vista o controle total da margem oriental do rio Guaporé, o que nos permite inferir que a apropriação de terras em Mato Grosso foi, de certo modo, induzida por um projeto político.⁹¹

Exemplificando, bastaria atentarmos para as espacialidades diferenciais passíveis de serem expressas pelos registros e contagens se contrapostos à linha fronteira que iniciava a ser preconizada pelas fortalezas, presídios e povoações fundadas por Rolim de Moura em Mato Grosso. Esses últimos teriam a função de funcionar como “comportas” (TAYLOR, 1994), canalizando fluxos e assim controlando ou restringindo os contatos e acessos que se podia ter a um espaço delimitado.

Já os primeiros formariam uma espécie de linha de barreiras fiscais ao longo dos principais caminhos, controlando o acesso às outras capitanias, já que em Goiás:

em quase sua totalidade, os Registros eram localizados nas proximidades da fronteira leste de Goiás com Minas Gerais, Bahia, Piauí e Maranhão. Parte dessas fronteiras era resguardada pela barreira natural da Chapada das Mangabeiras e da Serra Geral, tendo, portanto, mais remotas condições de trânsito. (SALLES, 1983, p.225).

Retomando, o fato da terra em si não ser objeto de valor, somado ao grande estoque disponível de ser apropriado e a pouca disposição de se efetuar a regularização, permite-nos aventar a possibilidade de uma concentração fundiária em propriedades bem maiores do que o

⁹⁰ Comentando sobre a primeira metade do século, Rosa vai na mesma direção, mas apresenta uma porcentagem, dizendo que: “As lavras de ouro, o arraial e vila do Cuiabá foram referenciais para os requerimentos e concessão de sesmarias, entre 1726 e 1751. Quase 79% delas concentravam-se nas margens dos rios Cuiabá, Coxipó Mirim e Açu, Aricá Mirim e Açu, Chapada, Cocais. As restantes distribuíam-se de Camapuã ao Paraná e no vale do Guaporé. As posses, múltiplas, acompanhavam essa espacialização” (ROSA, 2003, p.34).

⁹¹ Não iremos nos estender acerca da luta com os missionários espanhóis na região de Moxos pela primazia da presença no rio Guaporé, assunto exaustivamente tratado por Denise Maldi (1989), porém, apenas observamos que: “Depois de Vila Bela, Rolim de Moura irá fundar, em 1754, outra aldeia de índios, no sítio da Casa Redonda, no rio Guaporé, inicialmente denominada aldeia de São José (...) Em 1757 criou o destacamento do Sítio das Pedras, no Guaporé e, em 1760, tomou posse do sítio da antiga aldeia de Santa Rosa, dos jesuítas castelhanos, fundando no mesmo local o destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Todos esses atos estão diretamente vinculados com as circunstâncias específicas da consolidação do ‘caminho do Pará’.” (ARAÚJO, 2000, p.108).

demonstrado pelos dados existentes para Goiás, que dão conta de mais de 70% delas serem menores que três léguas (SILVA, 1996a). A configuração territorial vislumbrada demonstra assim:

grande peso que tiveram os locais do ouro para a criação de núcleos populacionais, bem como também os caminhos, não só entre os vários núcleos mas também entre os que demandavam Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Esse primeiro esboço já define uma tendência de maior peso da ocupação em direção ao Sul de Goiás (...) esse embrião concentrou as características básicas dessa fase de ocupação das terras de Goiás, seja no tocante ao tamanho das áreas, seja no tocante ao tipo de apropriação (AGUIAR, 2003, p.64).

Desse modo, os caminhos que demandavam os centros mais dinâmicos da colônia – sejam os do Norte, para Bahia, Pernambuco ou Belém; ou os do Sul, para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – sendo mais bem estruturados que aqueles que faziam a interligação entre os diversos arraiais goianos, operaram uma clivagem entre os distantes extremos da capitania.⁹²

Assim, como todos os caminhos terrestres entroncavam-se em Meia Ponte, evidenciando a permeabilidade do território goiano devido a sua centralidade em face das outras regiões coloniais, o que temos é que enquanto jorrou ouro das minas goianas e mato-grossenses materializou-se uma articulação entre Salvador, Vila Boa/Cuiabá e o Rio de Janeiro que conferia um aspecto de unidade do Brasil Central com a região litorânea não imaginada até então.

Abre-se, portanto, através da visualização dos caminhos desenvolvidos, a possibilidade de se discutir, por um lado, a relação entre a apropriação de fato e a legalização da propriedade, e por outro, aquela existente entre a distribuição formal das sesmarias, sua ocupação efetiva e os projetos políticos envolvidos, uma vez que os governadores designados para o comando de cada capitania, quando escolhiam o trajeto a ser seguido, estavam cientes de que ao passarem pelas estradas estariam oficializando os caminhos:

⁹² Olhando mais em detalhe o caso da estruturação das fronteiras internas à capitania de Goiás, afora a drenagem dos rios, que já estabelecia contatos diferenciados mais ao Norte ou ao Sul dependendo da localização do arraial, pode-se mesmo afirmar que desde o início da colonização: “Essas distâncias e a conseqüente dificuldade de comunicação restringiram as possibilidades de aproximação de diferentes correntes migratórias que se estabeleceram ao Sul e Norte de Goiás, gerando assim núcleos com integração muito mais intensa dentro de cada um que entre os dois. O Norte esteve muito mais ligado ao Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco que ao Sul. O vínculo era estabelecido muito mais pela proximidade e pelo intercâmbio de pessoas, cultura e mercadorias do que pelas determinações institucionais, por estarem sob o mesmo governo (...) A essa época já se esboçava as diferenças entre o Norte e o Sul, abrangendo aspectos culturais, econômicos e políticos. O Sul já tinha uma população de origem paulista, mineira e negra (...) a população do Norte era formada basicamente de nordestinos, negros e contava ainda com grande contingente indígena. O Sul integrava-se basicamente ao comércio com Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto o Norte mantinha vínculos mais estreitos com a Bahia, Maranhão e Pará.” (AGUIAR, 2003, p.24/44).

Ao percorrerem os caminhos fluviais e terrestres na condição de representantes oficiais do rei, esses governadores reconheciam e tornavam reconhecíveis para o Reino, tanto os percursos quanto o conjunto de relações territoriais que estes incorporavam. Neste sentido, essas viagens não eram apenas uma estratégia de afirmação da autoridade, mas eram sobretudo estratégias de produção do território, realizadas pela apropriação (no sentido de conhecimento e utilização) da sua rede de caminhos. (JESUS, 2006, p.37).

Não devemos esquecer de notar as ambigüidades que envolvem a transformação das antigas rotas bandeirantes de penetração para interior em caminhos perenes voltados para o estabelecimento dos contatos, sejam eles políticos, comerciais ou militares. Portanto, para Goiás, a não ser pelos contatos esparsos com o Pará via rio Tocantins, que sempre se mantiveram apesar da proibição existente entre 1737 e 1782 (DOLES, 1973), desde muito cedo são abandonados os caminhos fluviais percorridos na época da exploração e primeiros achados, preferindo-se, ao contrário, já a partir de 1740, as estradas terrestres tanto para se alcançar a Bahia e Pernambuco ou, via Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Era ao longo dessas estradas que se concentravam a produção de víveres.

O abastecimento da capitania de Mato Grosso, que deveria em tese estruturar as rotas comerciais que sustentariam as grandiloquentes pretensões de soberania agora em pauta, era feito por comboios que chegavam uma vez por ano ou do Sul, pelas tradicionais rotas monçoneiras vindas de São Paulo; do Norte, pelo caminho que iniciava a se consolidar por rios amazônicos e de onde se demandava Belém partindo de Vila Bela; ou ainda pelas tropas vindas do caminho terrestre para Goiás, a predileta dos comerciantes a partir da segunda metade do século XVIII.

Na realidade, a proibição ali da abertura de outros caminhos que não a pioneira rota monçoneira do Tietê-Cuiabá, que como dissemos interessava diretamente as redes clientelares envolvidas com o comércio de abastecimento e descaminhos do ouro por aquilo que o controle direto das rotas que podia oferecer, só foi significativamente alterada com a fundação de Vila Bela e o início de um maior interesse geopolítico em sustentar a rota do Guaporé-Mamoré-Madeira.⁹³

Isso indica, também, uma primeira clivagem interna a essa capitania, com a atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão representando ponto fundamental para a

⁹³ Sérgio Buarque já alertava para o fato de que a conquista do extremo Oeste se deu por meio de uma mudança do caráter das viagens monçoneiras, já que as chamadas “monções de povoamento”, que substituíram as de “exploração”, continuaram freqüentes por todo o século XVIII, só perdendo em importância para o caminho terrestre de Goiás após 1780, com a diminuição dos ataques empreendidos pelos Caiapós, que sempre colocaram muitos problemas para os usuários desse trajeto (HOLANDA, 1986).

compreensão da constituição das monções do Norte, rota essa que floresceu após Vila Bela tornar-se efetivamente o principal pólo administrativo da capitania do Mato Grosso, decaindo nas últimas décadas do XVIII.

Por fim, a primeira metade do século XVIII parece ter sido a época na qual os principais pontos de apoio da expansão portuguesa na América puderam ser criados e consolidados. Além do mais, observa-se que certas tendências de apropriação do espaço iniciadas nesse momento tornar-se-ão hegemônicas na conformação da região no século XIX, como por exemplo a ênfase nas preocupações defensivas no Mato Grosso contraposta a preocupação eminentemente fiscal presente em Goiás.

CAPÍTULO IV

Conquista dos Sertões do Poente

1) Reformismo Ilustrado: A Idéia do Território

Iniciando este novo capítulo, colocaremos como objetivos amplos apontar em linhas gerais o papel primordial que a segunda metade do século XVIII cumpre do ponto de vista da formação do território brasileiro, uma vez que, catalisadas pela mineração, certas tendências de interiorização dos movimentos de apropriação e expansão territorial iniciadas nos primeiros anos do setecentos adquirem agora um novo significado.

Antes de retomarmos a discussão valeria a pena dizer que a periodização proposta para o início da argumentação coincide basicamente com a duração do consulado pombalino durante o reinado de D. José I (1750/1777), momento em que a crise do Antigo Sistema Colonial começava a se manifestar com maior vulto.

O caso é que durante todo o século XVIII, e mais acentuadamente na sua 2^a metade, os estadistas portugueses – numa ação conjunta da aristocracia com a elite mercantil, ambas partícipes da burocracia estatal – reúnem esforços para enfrentar as tensões surgidas na montagem da empresa colonial, visando solucioná-las de modo racional, à maneira iluminista, através de uma reorganização da exploração ultramarina (NOVAIS, 2001).

De modo geral, portanto, a crise apresentava-se como um conjunto de problemas que a monarquia absolutista tinha de enfrentar e resolver, ou seja, buscava-se redefinir o sistema de relações entre Portugal e suas colônias até por aquilo que representava para a economia lusitana a exploração de seus domínios ultramarinos.

Sobre a época pombalina, aliás, convém fazermos alguns breves esclarecimentos: de um lado seu governo procurou incentivar a acumulação e circulação do capital mercantil por meio de medidas de fomento à produção metropolitana (como na criação de espaços privilegiados para a atuação companhias monopolistas de comércio) e através de uma política de maior incentivo ao desenvolvimento das manufaturas portuguesas.

Essa concessão de privilégios, por seu turno, visava manter o pacto colonial e o exclusivo metropolitano controlando a balança comercial, ou seja, a reserva do mercado

colonial para a burguesia mercantil atingia seu ápice com a criação dessas Cias. de Comércio, como a presente no Grão Pará e Maranhão, que teve forte papel na consolidação de Vila Bela.

Por fim, empreendeu Pombal uma reforma na política monetária e fiscal que se traduziu numa verdadeira reestruturação financeira do Estado português, que se encontrava em face de novos problemas com as arrecadações dos rendimentos com as minas de ouro.

Como apanágio de seu célebre reformismo ilustrado temos as mudanças no que diz respeito à estrutura político-administrativa do Estado português, na qual se buscava tanto uma “modernização” da burocracia em vista de uma racionalidade no funcionamento dos órgãos existentes e dos próprios agentes da Coroa, como a manutenção e defesa das suas conquistas face à cobiça de outras potências. Nesse ponto não há como discordar de Lourival Gomes Machado, para quem:

Segundo a melhor filosofia do século das Luzes, Razão e Natureza deviam compor forças, para que esta se subordinasse, pelo exato conhecimento, àquela que, de seu lado, se poderia avançar apoiada na realidade. É o que percebemos, sem dificuldade, já no plano da política territorial traçada para a América portuguesa por Sebastião José de Carvalho e Melo, cuja visão de estadista, ao mesmo tempo, se mostrava fiel ao conceito de soberania como o constante e real domínio de um espaço geográfico bem demarcado, pois outra não era a noção de território nacional adotada pelo despotismo esclarecido (MACHADO, 1973, p.356).

Um dos principais objetivos dessas reformas para as colônias seria a busca de uma centralização político-administrativa. Porém, essa centralização dar-se-ia a partir do epicentro do Império colonial – Lisboa – via descentralização na colônia: *“ou seja, enquanto se aperta o controle da Metrópole sobre os órgãos e agentes da administração colonial, favorece-se a relativa autonomia das autoridades coloniais entre si, de tal forma que a centralização ocorre, quando muito, no interior de cada capitania”* (FALCON, 2001, p.237).⁹⁴

O que estamos querendo dizer é que como a ocupação do território colonial se processava em função do mecanismo mais geral de organização da economia como um todo (PRADO JR., 1998; 2000), a atividade mineradora acaba por dinamizar a expansão das

⁹⁴ A descentralização do poder na colônia far-se-ia através de uma mudança institucional na qual as *capitanias hereditárias* desapareceriam para serem substituídas, ao longo do século XVIII, pelas chamadas *capitanias reais*. Essas se subdividiriam, por sua vez, em *capitanias principais* ou *gerais*, as de primeira ordem, e *capitanias subalternas*, as de segunda ordem: “Independentes entre si e revestidas de iguais direitos, as ‘Capitanias Principais’ eram governadas por um ‘capitão-general’, nomeado pelo rei e a ele diretamente subordinado. Dependentes dessas, as ‘Capitanias Subalternas’ eram governadas por um ‘capitão-mor’ indicado pelo capitão-general da capitania principal correspondente e a ele diretamente subordinado. Se bem que essa subordinação tenha geralmente se caracterizado como ‘frouxa e vacilante’, o que reforça a marca da dispersão.” (LYRA, 1992, p.127).

relações de produção e comércio para o interior, integrando-o aos principais portos (Rio de Janeiro, Salvador e Belém) e engendrando um desenvolvimento das atividades de abastecimento ao longo dos caminhos via São Paulo e em partes de Minas Gerais.

Isso, de certo modo, evidenciou como que uma unidade de interesses entre os envolvidos nesse rendoso circuito de negócios lícitos e ilícitos, o que acabaria por obrigar a metrópole a reformar sua conduta e desenvolver novas práticas administrativas que dessem conta de manter minimamente coesas as novas extensões de terras ocupadas pelo Império.

É nessa direção que se deve compreender a ação centralizadora do governo metropolitano, que buscava reforçar e consolidar a autoridade real através de seus representantes diretamente subordinados ao mesmo tempo em que tentava evitar que isso significasse um aumento “oficial” dos laços de interdependência entre os vários núcleos de colonização.

A política desenvolvida por Pombal, a um só tempo repressiva e afirmativa, buscava pois suprimir qualquer oposição ou reação dos três setores básicos envolvidos desde sempre na montagem do Estado absolutista português e nas ações desenvolvidas na América, a saber: o setor anti-monopolista da burguesia mercantil, prejudicado pela criação das Cias. de Comércio; o setor anti-absolutista, que era contra a excessiva centralização do poder em curso; e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica, que via com maus olhos o processo em marcha de secularização do aparelho de Estado. Em última análise é essa geral secularização e racionalização progressiva das esferas governativas o que dá a tonalidade básica de todo o período (FALCON, 1993).⁹⁵

Vale a ressalva de que as reformas político administrativas do Marquês de Pombal são imprescindíveis para a obtenção de uma visão de conjunto do significado da criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso como jurisdições administrativas e fiscais dotadas de certa autonomia decisória envolta numa territorialidade própria, pois essas reformas:

marcam de forma significativa a vida da colônia porquê consolidam uma tendência que vinha tomando forma desde os primeiros anos do século XVII, a partir das descobertas auríferas: a territorialização do

⁹⁵ Para entendermos a reformulação do acesso ao poder ao nível do Estado – expressão política de forças sociais múltiplas e contraditórias – devemos ter em mente que a conjuntura política do período pombalino pode ser caracterizada exatamente pela constituição desse novo bloco de poder, que irá se afirmar, em parte, em detrimento da classe eclesiástica e de setores da nobreza senhorial: “embora a classe dominante fosse a aristocracia senhorial, nobre e eclesiástica, as suas próprias contradições e a sua dependência em relação ao Estado absolutista haviam-na forçado a aceitar a partilha do poder no interior de um bloco do qual participam também os integrantes do aparelho burocrático e, em escala crescente, os representantes da burguesia monopolista” (FALCON, 1993, p.382).

espaço colonial e reorganização da arrecadação fiscal (COSTA, 2003, p.160).

Deslocando nossa atenção pouco mais para os aspectos geopolíticos que as ações desenvolvidas tiveram do ponto de vista da consolidação da ocupação na borda do território colonial expandido, poderíamos identificar que, trabalhando para solidificar os interesses de Portugal nas indefinidas áreas de fronteira com a América hispânica, a reorganização administrativa levada a cabo pelo Marquês de Pombal oferece a visualização de algumas “frentes de apropriação territorial” que, configurando novos assentamentos, proporcionariam a criação de interesses concretos por sobre os vastos *fundos territoriais* disponíveis aos colonos.

Num quadro de extrema competição e concorrência entre as potências coloniais, agravado sobremaneira com a partida inicial do desenvolvimento do capitalismo industrial, um dos problemas com o qual se deparava Portugal era o da “defesa do patrimônio”. Em outras palavras a necessidade da preservação e manutenção de seus territórios coloniais ante a cobiça de outras potências era ponto absolutamente consensual.

Todavia esse problema apresentaria certos traços distintivos no que diz respeito a sua maior e mais importante colônia – o Brasil – principalmente devido à defasagem no ritmo do desenvolvimento econômico encetado por Portugal se comparado a potências imperiais como a Inglaterra ou França. Junte-se a isso a pequenez da mãe-pátria contraposta à extensão da colônia e justifica-se certo estímulo que poderia ser dado à ação concorrente de outras potências interessadas no patrimônio colonial português (NOVAIS, 2001).

Num primeiro plano, o incremento dos dois centros internos de poder (Belém e Rio de Janeiro) com a criação do Estado do Grão Pará separado do Estado do Brasil ganha outro significado, pois com isso afirmava-se a presença mais ativa do Estado metropolitano na colônia através de um reforço no povoamento daqueles considerados como os dois principais eixos de defesa do território colonial.

Estes seriam formados por um eixo “horizontal”, a ser delineado ao longo do rio Amazonas, e outro “oblíquo”, que seguiria a costa marítima. Na verdade a busca por tais eixos significa o coroamento de uma política territorial para a América portuguesa que visava definir concretamente suas fronteiras: “*O que não é só desenhá-las nas cartas, mas sobretudo plantá-las no chão por via de fortificações e da imprescindível comunicação com o centro administrativo*” (MACHADO, 1973, p.357).

Nesse contexto, a frente de apropriação territorial que mais nos interessa é a que seria formada pelas ocidentais capitanias de Goiás e Mato Grosso:

essa frente, de alto valor estratégico, estava destinada a sustentar a projeção territorial da colonização até a margem direita do rio Guaporé (...) as frentes de apropriação dinamizadas na segunda metade do século XVIII expressaram a convergência entre os interesses geopolíticos da coroa e uma multiplicidade de interesses dos colonos. Do ponto de vista da coroa, tratava-se de produzir provas de soberania, por meio da ocupação real e simbólica dos territórios, especialmente nas largas faixas de fronteiras. As vilas e povoações, as fortificações e os caminhos, os levantamentos econômicos e censitários, os documentos cartográficos funcionavam como instrumentos do empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais (MAGNOLI, 2003, p.291/293).

Interessante avançarmos um pouco mais nas consequências concretas que essas ações tiveram ou poderiam ter, na época, para a efetivação das fronteiras coloniais, tendo em vista que a projeção territorial sobre as bacias do Prata e do Amazonas, pensados como os limites “naturais” (e ideais) da América lusitana, jogou um papel de suma importância na edificação das ações da administração colonial.⁹⁶

Primeiramente, a centralidade exercida pelos núcleos urbanos consolidados e seu entorno para o sucesso da fixação colonial na região pode ser mais bem percebida se dermos a devida atenção às deliberadas políticas de povoamento e população desenvolvidas e implantadas durante a segunda metade do século XVIII.

O que estamos dizendo é que o desenvolvimento de uma política oficial pode revelar uma objetiva mudança de atitude dos representantes do Estado, uma vez que por meio das definições e diretrizes postas em pauta as autoridades passariam primeiro a codificar certas atitudes e práticas da população, para somente depois assumirem um compromisso de formular ações visando a alteração de uma realidade pré-existente (SILVA, 1994).

Uma política oficial de população, portanto, procuraria atingir objetivos demográficos implícitos e explícitos, tais como a disciplinação de fluxos migratórios voltados para garantir

⁹⁶ A questão passa pelo fato de que após o Tratado de Madri um dos princípios orientadores da política externa lusitana embasava-se na doutrina das “fronteiras naturais”. Surgida e desenvolvida na França iluminista ao longo do século XVIII, essa doutrina funcionava como uma justificativa posterior dos limites do Estado, funcionando como um elemento organizador das relações deste com outros Estados limítrofes. Sua principal “vantagem” em relação à fronteira artificial não estaria apenas nas supostas facilidades práticas de sua demarcação, mas, sobretudo, no significado imaginário que ela comporta, já que o apelo para a “natureza” enquanto justificativa de um direito territorial pode vir a mascarar os aspectos sociais e históricos próprios a fenômenos humanos, tais como o processo de construção de fronteiras políticas. Porém, mesmo sabendo que por definição todas as fronteiras, como construções humanas, são artificiais, já que são os demarcadores quem escolhem um dentre os inúmeros rios e linhas de crista possíveis, é necessário dizer que, ainda hoje, o direito público internacional distingue a fronteira “natural” da “artificial” (GÓES FILHO, 1998). Sobre o processo de construção do conceito de “fronteiras naturais” em França ver: Pounds (1951; 1954); Foucher (1987).

a ocupação de lugares considerados estratégicos, ou ainda para o recrutamento militar, além de poder funcionar, na realidade colonial, como um instrumento apto a regular o emprego da mão-de-obra, mormente aquela de origem indígena.

Tratando mais do caso mato-grossense, onde tais políticas são mais flagrantes, como os deslocamentos populacionais para essa região se deram por conta do ouro, apresentando por consequência grande volatilidade, tanto a Vila Real de Cuiabá, no vale do Paraguai, quanto Vila Bela, na região do Guaporé/Madeira, tornaram-se os pontos de apoio de praticamente todas as atividades entabuladas pelos colonos.

Desse modo, a maior parte das funções e atividades desenvolvidas regionalmente deu-se dentro da perspectiva planejada e desempenhada por cada um dos pólos urbanos e seu entorno, com as Instruções Régias condicionando, através de diretrizes gerais, o rumo político-social e estratégico do deslocamento populacional, povoamento e posse.

Numa outra direção, temos exemplo de políticas oficiais após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, decisão integrante das reformas pombalinas, quando algumas das fundações empreendidas por Rolim de Moura que inicialmente ficaram sob o controle espiritual de clérigos, como São José e São João, passam a ter uma administração civil que beirava uma estrutura militar, mais à feição dos destacamentos militares do Sítio das Pedras e de Nossa Senhora da Conceição, que se no seu início também contavam com forte influência religiosa para a atração de indígenas, assumiam agora um caráter mais defensivo.⁹⁷

Mais adiante, já com D. Luíz Pinto de Souza Coutinho à frente do governo de Mato Grosso, também os nomes das povoações foram substituídos, passando a ter, com sinonímia calculada, nomenclaturas iguais a de cidades e vilas portuguesas, referência que indicava o evidente domínio pretendido.

Assim, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição passava a se chamar Forte de Bragança; a aldeia de São José denomina-se Lugar de Leomil; São João de Índios, Lugar de Lamego; o Sítio das Pedras, Destacamento de Palmela; e o estabelecimento de Pamas, ponto

⁹⁷ O interesse que essas fundações teriam do ponto de vista de uma nova configuração político-militar a ser dada aos estabelecimentos indígenas pode ser acompanhado em um trecho contido em uma das “Instruções” recebidas por Rolim de Moura em 1757. Tratando de como proceder no contato, atração e aldeamento dos indígenas, indicava que os índios Bororo seriam os mais aptos para as funções militares “*por serem os mais valorosos gentios desses Certoens*”. Podemos também observar nessas “Instruções” a idéia do Império português como um “corpo imperial” que estabelecia, via administração, inter-relacionamentos entre suas distintas partes nas quais a experiência e aprendizado da colonização por continentes tão afastados como a Ásia e África era de muita valia, tendo o Rei ordenado: “*que V. S. reduza aqueles úteis Índios aos termos dos Sipais que servem nas tropas da nossa Índia Oriental, formando com eles hum Corpo de Milícias, Ordenanças ou Tropas*” (Apud BOAVENTURA, 1987, p.11, grifo nosso).

de apoio para o caminho do Pará, na cachoeira do Girau, batizava-se como Lugar de Balsemão. Tais ações davam-se consoante o cumprimento das indicações do Diretório dos Índios de 1757:

Para além da relação simbólica que se pode estabelecer entre a nova denominação dos povoados e o projeto ideológico do Diretório, no caso da fronteira tal medida tem ainda um significado acrescido, como garantia de diferença, relativamente às povoações castelhanas que mantinham os nomes das antigas missões, sendo todas identificadas pelos seus padroeiros. Aqui era efetivamente importante deixar claro a quem pertencia cada pedaço de terra (ARAÚJO, 2000, p.131).

Para que se possa visualizar com mais clareza esse processo de “comando” da Coroa desenvolvido principalmente a partir dos dois maiores centros urbanos projetados para esse fim, seria interessante lembrarmos a importância que teve para a consolidação da capitania de Mato Grosso enquanto unidade política administrativa o chamado período *Albuquerque* (1772/1789), dado as ações tomadas pelo governador Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como os incentivos para construção e consolidação de fortalezas, aldeamentos fortificados e arraiais.⁹⁸

Ponto à parte de sua atuação como governador do Mato Grosso que merece aqui certo destaque é o grande incentivo dado às expedições científicas de exploração, reconhecimento e levantamento de informações de locais estratégicos ou apenas desconhecidos. Isso permitiu que seu governo fosse pródigo na produção de mapas, cartas, roteiros e descrições, o que sugere uma vontade de controle do espaço consubstanciada simbolicamente nas abundantes representações cartográficas das áreas em litígio.

De qualquer modo, uma perspectiva geopolítica é passível de ser percebida através das ações fartamente utilizadas pela coroa na ocupação do território. Visando atrair colonos para essas regiões, poderia a coroa agir tanto pela concessão de privilégios e mercês como pelo

⁹⁸ De fato, a oportunidade que tivemos de nos aprofundarmos na leitura das “Instruções” dadas a Luiz de Albuquerque pelo rei, que compreende quinze cartas anexas enviadas a seus antecessores, podem mesmo sugerir a existência, para a administração lusitana, de pontos de continuidade das ações que complementam estrategicamente as políticas de povoamento, como se deduz dos parâmetros para estabelecimento dos “estados de paz” e dos “estados de guerra” com os povos indígenas, ou ainda no incentivo ao comércio de contrabando como maneira de manter funcionando determinadas rotas fluviais, como a do Madeira-Mamoré: “Comprova-se assim uma tentativa de coerência, perseverança e racionalidade nos objetivos e fins pré-determinados pela administração do além-mar. Nas “Instruções” de Luiz de Albuquerque isto é mais evidente. As Cartas mais importantes enviadas a seus antecessores e reunidas propositadamente, além das recomendação expressa para se orientar dos assuntos mais imediatos com Luiz Pinto (a quem ia suceder) indicam essa preocupação” (BOAVENTURA, 1987, p.II).

A transcrição inédita desse conjunto de documentos, então alojados no Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (Livro de Registros e Cartas Régias – 1771/1803), pode ser encontrado em: BOAVENTURA, Tomás de A S, *A visão do governo português do Mato Grosso da segunda metade do século XIX: Uma análise das Instruções de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres*, Comunicação apresentada no V Seminário de Pesquisa – Deptº de História/ UFMT, Novembro de 1987, exemplar datiloscrito.

impedimento em se executar cobranças de dívidas contraídas anteriormente. Porém, especial atenção há de ser observada no papel fundamental reservado aos nativos, a partir daí incorporados como súditos de Sua Majestade Fidelíssima.⁹⁹

Destarte, para a consecução da linha de ação traçada pela coroa, com políticas combinadas de povoamento e fixação, era fundamental o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias, isso não só por garantir a permanência dos mineradores, mas também para proporcionar certo desenvolvimento sócio-econômico:

Nesse processo de sedentarização da população, a Coroa Portuguesa tratou de garantir e proteger a navegabilidade dos rios Paraguai e Guaporé, que serviam de abastecedores, consumidores e escoadores naturais da comercialização e produção. A preocupação foi povoar os lugares ermos e ainda interligar regiões. Estas ligações eram facilitadas, caso fossem povoadas as margens daqueles rios utilizados pelas monções paulistas e pelos comboios descidos do Pará. (SILVA, 1994, p.20).

A primeira das fundações empreendidas por Luiz de Albuquerque como que marca, por assim dizer, a ocupação da parte Sul da capitania, iniciada efetivamente em 1775 com a construção do Presídio de Nova Coimbra na margem ocidental do rio Paraguai. No ano seguinte, em 1776, lança a pedra fundamental do Forte Príncipe da Beira algumas léguas rio acima de onde antes se encontrava o antigo Forte de Bragança, que por sua vez havia substituído a fortificação de Nossa Senhora de Conceição, ambas abandonadas devido às constantes enchentes.

Após a assinatura do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso em 1777, ano da morte de D. José I e da decisão pela queda de Pombal, subia ao trono D. Maria I, consagrando-se definitivamente na diplomacia portuguesa a doutrina do *uti possidetis* introduzida no Tratado de 1750, a despeito da anulação completa desse tratado pelo posterior Tratado do Pardo, de 1761.

Concernente à delimitação fronteiriça agora acertada, ao Sul do Brasil a posse castelhana da Colônia do Sacramento é novamente confirmada mesmo sem a compensação das terras pertencentes aos Sete Povos das Missões. Contudo, quanto às fronteiras a Oeste, o Tratado de 1777 praticamente revalida o de Madri, pois os limites, mesmo que ainda não

⁹⁹ Veremos esse assunto adiante, por ora notemos que: “A preocupação geopolítica portuguesa no caso da incorporação do nativo foi a de encaminhar o seu engajamento como vassalo. A condição de vassalo significou ao nativo, com o seu engajamento, o cumprimento das ordens civis e eclesiásticas portuguesas. Nesse sentido foi imposta à população nativa aldeada a defesa do território, o cumprimento do exclusivo colonial e a tentativa de despertar-lhes a noção de território para que não deixassem suas casas e roças” (SILVA, 1994, p.7).

demarcados, continuariam a ser balizados de modo geral pelos rios Paraná, Paraguai e Guaporé (GALETTI, 2000).

Nesse ínterim Luiz de Albuquerque recomeça a executar seu plano de governo para o Mato Grosso, com a fundação, em 1778, da povoação fortificada de Albuquerque (mais ou menos no mesmo sítio da atual Corumbá), localizada na margem direita do rio Paraguai onde já se encontrava estabelecida Coimbra. Nesse mesmo ano manda erguer Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres), plantada a meio caminho entre Vila Bela e Vila Real.

Além disso, continua em 1781 a delinear no terreno a fronteira pretendida, com a elevação à condição de arraial do povoado erigido no entorno das minas do Beripoconé, que a partir de agora passaria a chamar-se São Pedro D'El Rei (atual Poconé). Por fim, em 1783 funda a “povoação regular” de Casalvasco, localizando-a 8 léguas ao Sul de Vila Bela.

Apontando para o final do século, teve também continuidade o aparelhamento militar da fronteira por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que iniciou, em 1797, numa nova conjuntura de guerras européias com conseqüências americanas, a construção do fortim de Miranda no rio do mesmo nome, quase na embocadura do rio Apa.¹⁰⁰

Além disso, esse governador acabou por determinar o reforço das defesas dos fortes de Coimbra e Albuquerque, agora comandados pelos engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco Rodrigues do Prado, sujeitos que se mostrariam de fundamental importância tanto para a manutenção desses sítios avançados de ocupação como para a reorganização defensiva da capitania.

O novo acirramento de disputas fronteiriças entre as Coroas, que visivelmente se preparavam para um desenlace bélico, pode ser visto na sucessão de construções portuguesas e espanholas em ambas as margens do rio Paraguai e afluentes, como por exemplo o forte espanhol de Bourbon, edificado em 1792 em resposta a construção de Coimbra, e os fortes de São Carlos e Estrela do Apa, construídos na foz e médio curso do rio desse nome e que visava

¹⁰⁰ A estratégia de construção desses núcleos deve ser tomada em conjunto, pois: “Se observarmos atentamente, o forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria estão localizados às margens do rio Paraguai mais ao sul; Casalvasco, Vila Bela, Viseu e o forte Príncipe da Beira estão localizados às margens dos rios Barbados e Guaporé, mais ao norte. Na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Assunção, de domínio espanhol, o forte Coimbra; na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, o forte Príncipe da Beira. A estratégia geopolítica é evidente: os dois fortes protegem as entradas sul e norte da região e a meia distância entre eles, entre Casalvasco e Vila Maria, se localiza o terreno onde supunha que as bacias Amazônica e Platina deveriam fazer a transposição de suas águas, entre os rios Aguapeí e Alegre. Navegando pela bacia Platina, rio Paraguai acima, passaria ao rio Jaurú e deste ao Aguapeí. Feita a transposição para o rio Alegre, já na bacia Amazônica, passaria deste ao rio Guaporé e daí aos rios Mamoré e Madeira.” (GARCIA, 2005, p.20).

a incorporação, pela intendência do Paraguai, dos campos situados entre os rios Ipanê e Corrientes (BASTOS, 1972).

Em resumo todas as construções empreendidas, além dos desenhos e mapas produzidos principalmente durante o governo de Luiz de Albuquerque, pareciam querer sustentar por Portugal uma idéia de território na qual se conjugava um relacionamento entre as povoações fundadas, enquanto “portas” do território a defender, e a delineação abstrata, representada nos mapas, dos limites formados por essa muralha imaginada, que seguiria por uma linha passível de ser traçada entre as várias novas fundações:

Na ocasião em que foi fundada a capitania do Mato Grosso, em 1748, a Coroa pretendeu expressamente que aquele território fosse o antemural do Brasil. Luís de Albuquerque fundou Casalvasco como um baluarte deste muro imaginário. O último baluarte de uma série que vinha construindo desde o início da sua administração plantando povoações ao longo da fronteira (...) Pois para além de se constituírem como marcos operacionais do limite entre as potências litigantes, as povoações fundadas estão no centro de uma operação de desenho deste mesmo limite que ultrapassa a sua situação pontual e abarca a sua relação territorial. O(s) mapa(s) – das áreas de demarcação e do conjunto da capitania – na medida em que se realizavam enquanto desenho, também se concretizavam enquanto território demarcado no próprio espaço. E as povoações eram tanto as balizas desse território como suas frentes de construção (ARAÚJO, 2000, p.182-183).

Enfim, uma olhada para o gráfico da produção de ouro durante todo o século permite inferir que numa realidade na qual as minas já não produziam o suficiente para que se pagassem as despesas das capitanias (em Goiás a balança de gastos e receitas passa a ter constantes déficits a partir de 1776), fica seriamente comprometida a capacidade de importação de Goiás e Mato Grosso, sendo então preconizadas ações com o intuito de se incentivar o crescimento de outros setores produtivos.

Tais ações teriam objetivos diversos: no Mato Grosso o incentivo ao desenvolvimento da produção agropecuária dava continuidade às ações de sedentarização da população, quer dizer, tinha o intuito de manter os colonos na fronteira, onde eram extremamente necessários; em Goiás, todavia, o grande declínio das minas começa a tornar visível uma vontade de incentivar a diversificação da pauta produtiva.

Debruçando-nos um pouco mais nas medidas tomadas principalmente pelo último governador da época pombalina, D. José de Almeida de Vasconcelos, futuro Barão de Mossâmedes, que esteve à frente da capitania de Goiás entre 1773 e 1778, podemos vislumbrar de um modo mais completo a realidade de então, já que as ações de seus sucessores apresentam certos traços de continuidade.

GRÁFICO 1

FONTE: CONDE GARCIA (2003)

Estando os rendimentos das minas em franco declínio desde meados de 1770, como o evidenciado pelo montante arrecadado pelo Quinto do ouro tanto em Vila Boa quanto na Casa de Fundição de São Félix, ao Norte, o governador, seguindo as orientações do Marquês de Pombal, buscou incentivar a lavoura e a pecuária em detrimento das leis que, nos primeiros tempos da colonização, proibiam os engenhos e criação de gado nas áreas de extração do ouro.

GRÁFICO 2

FONTE: FUNES (1986)

Porém, a grande seca que atingiu a região entre 1773 e 1775 fez sentir-se não só nas atividades agropecuárias, mas também nas “fábricas” de minerar que dependiam de mananciais de água. Isso fez com que os gêneros de primeira necessidade tivessem uma alta nos preços, forçando a migração de parte da população da capitania.

Logo em seguida, no ano de 1776, num exemplo das influências do ambiente natural para a oscilação da área destinada à produção de alimentos, chuvas torrenciais alagaram os campos de plantações, inundaram as minas e derrubaram pontes, com o que se deu uma nova carestia geral dos insumos básicos, abrindo brecha para que os que haviam estocado víveres pudessem praticar abusos¹⁰¹, assim como para os que cobravam o dízimo sobre as produções agrícolas apertassem o cerco:

explica o governador que a título de dízimo de verduras, era cobrado uma oitava por cabeça de cada morador do sítio ou fazenda (...) Disso resultaram a insolvência e sucessivas execuções processuais por dívidas, com o conseqüente declínio de numerário para a Fazenda Real. (SALLES, 1983, p.248).

Junte-se a esse esvaziamento das minas os gastos da Real Fazenda com a retomada da atividade missioneira no Araguaia (CHAIM, 1983), que visava aliviar as tensões entre as partes e dar tranqüilidade para os colonos procederem a novas prospecções auríferas, e os esforços de ativar a navegação do rio Tocantins (DOLES, 1973), que ligaria o comércio goiano com o Pará, e veremos a situação de endividamento que se construía:

Ao especular sobre os males que atacavam a Capitania, D. José de Vasconcelos conclui que a esterilidade das secas levou a população a uma carência profunda, somente superada a longo prazo; o incentivo à lavoura encontrava a barreira do preconceito, pois a profissão nobre era a de minerar; os dizimeiros abusavam ao cobrar os frutos da lavoura (SALLES, 1983, p. 248).

Embora esse quadro que descrevemos pareça realmente indicar o início de uma época de decadência, permeada pela pobreza e pela fome, na verdade a legislação restritiva nunca impediu por completo o surgimento de roças, pastos e até engenhocas que produziam, é verdade, rapaduras e aguardente voltadas exclusivamente para o mercado local.

Ilustrando essa situação, sabemos que em 1756 havia cerca de 500 sítios com lavouras em Goiás. Não contando com as estatísticas para os anos seguintes, observamos, em 1796, a existência de 1.647 sítios, que apresentavam quase a mesma composição de seus congêneres

¹⁰¹ Sobre variações nas áreas destinadas a produção, que podem oscilar de acordo com a demanda de alimentos dependente de diferentes conjunturas econômicas e políticas, ver: WISSENBACH, Tomás Cortez, *Bases materiais do processo de independência no Recôncavo Baiano: geografia, história e a conformação da região nos finais do período colonial*, Trabalho Final de Graduação, DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

de outras regiões, mirando a auto-suficiência e produzindo principalmente milho, mandioca, farinha, algodão, arroz, feijão, mamona e fumo.

Um crescimento como esse, cerca de 229%, é um aumento pouco expressivo em 40 anos, ainda mais se levada em conta a extensão da área ocupada, porém, se aliarmos a isso o número de engenhos e engenhocas presentes e somarmos o fato de que teares para a produção de panos grosseiros eram bem comuns, vemos uma outra organização territorial surgir de um uso e ocupação do solo mais complexo que o antes sugerido (SALLES, 1984).

Essa complexidade que inter-relacionava complementarmente uma realidade urbana com seu entorno advinha das peculiaridades presentes no próprio processo de fixação da população nessas longínquas paragens:

Enfim a própria urbanização é determinada pela culminância de um processo de estabilidade social. Se os primeiros arraiais não passavam de choupanas aglomeradas em torno de lavras esparsas, os estabelecimentos de meados do século XVIII eram vilas organizadas. Os muros de pedra que inçam as velhas cidades denotam antes de tudo o apartamento e o zelo pela propriedade urbana. (BERTRAN, 1988, p.27).

Poderíamos didaticamente delinear a paisagem dos ainda mineradores centros urbanos da seguinte forma: os núcleos populacionais ao lado das lavras minerais mais promissoras (ou produtivas) compunham-se do adensamento do pequeno comércio e das atividades mecânicas (que cabiam aos artesãos, tais como ferreiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros...), fazendo surgir uma certa polarização da presença das instituições administrativas da colônia e enquanto centros da vida religiosa, manifestação visível de uma vida social nas festas, ritos e celebrações encetadas.

No entorno dessa célula central é que se agrupavam as propriedades rurais, inicialmente apenas com habitações improvisadas, mas com o passar do tempo contando com agregados e até com escravos, pois nunca é demais lembrar que já a partir do início de 1780 a escravaria empregada em Goiás produzia em lavoura cerca da metade do que rendia nos trabalhos nas minas, o que causava uma atração mútua: a produção agrícola nutria-se da espiral inflacionária da produção aurífera (BERTRAN, 1988).

Já o rebanho de gado, que como vimos foram os verdadeiros pioneiros a devassar o Planalto Central, aumentava lentamente, localizando-se em sesmarias um pouco mais afastadas devido ao costume de criá-los solto pelos extensos campos naturais do cerrado, onde os rebanhos buscavam pastos e jazidas de sais minerais para sua alimentação.

No mais, o estabelecimento de comunicações pela via fluvial através dos grandes rios goianos, intentado desde o fim do XVIII, esbarrava no despovoamento das margens do Araguaia e Tocantins, o que tornava o aproveitamento para a navegação um problema insolúvel ainda no XIX mesmo com os esforços de construção de presídios e aldeamentos que serviriam para o apoio da atividade pela margem oriental do Araguaia (DOLES, 1973; CHAIM, 1983).

Outrossim, os seguidos insucessos do desenvolvimento da área pela via da navegação seriam sobretudo frutos desse despovoamento, que impossibilitava a manutenção dos pontos de apoio necessários à atividade. Por fim, embora o Tocantins de fato apresentasse importantes núcleos populacionais nos primeiros momentos da colonização, nessa época o rio encontrava-se esvaziado, permanecendo o Araguaia inconquistado aos povos indígenas até o final do século XIX:

à política militar defensiva e ofensiva ao índio associada às condições naturais e às características da colonização portuguesa pode ser imputada o truncamento do povoamento dos sertões do Araguaia, a circunscrição do mesmo à porção ocidental do Tocantins, a adoção da retaliação, móvel dos ataques às populações civis do Norte e aos presídios e a dificuldade da navegação fluvial. (DOLES, 1973, p. 35-36).

A importância atribuída a essas ligações fluviais, que poderiam propiciar a conexão entre os dois Estados portugueses na América, dá a medida de importância com que se passava a olhar para essas capitanias surgidas como distritos mineradores, pois mesmo iniciando a passar por dificuldades financeiras, Goiás e Mato Grosso não tinham a importância diminuída para as políticas territoriais de conjunto pensadas para a América.¹⁰²

Observando a pioneira formulação por Pombal de uma integração da fronteira Oeste pelas rotas do rio Madeira e o incentivo agora colocado para a navegação dos rios Arinos,

¹⁰² A preocupação constante dos portugueses em interditar a navegação dos rios limítrofes para os espanhóis recoloca a importância que tem nas tomadas de ações concretas a disputa pelo controle sobre lugares extremamente valorizados do ponto de vista geopolítico, como por exemplo a localidade onde achava-se ser possível passar da bacia Platina para a Amazônica: “A ação portuguesa estabeleceu o domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar direta, com os fortes, seja pelo povoamento, procurando fechá-la aos espanhóis. Num período em que as vias navegáveis eram a via de transportes por excelência, o controle da região onde deveria acontecer a transposição entre as duas bacias significava o efetivo controle sobre essa fronteira e sobre todo o oeste. Mesmo que tivesse que percorrer um trecho terrestre entre os rios Aguapé e Alegre, onde se dava teoricamente a transposição, ou que as cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré impusessem dificuldades à navegação, as facilidades de circulação, nas condições de transporte da época, eram imensas e facilitava muito o acesso e o domínio da fronteira oeste. Por outro lado, garantir o controle da navegação ao norte era fundamental para garantir o controle daquela região, porque ao sul da fronteira, na região do Prata, o acesso era controlado pelos espanhóis, enquanto que ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde sua entrada em Belém” (GARCIA, 2005, p.21).

Tocantins e Araguaia, podemos compreender o alcance regional das “*Instruções Secretíssimas*” mandadas ao governador do Pará João Pereira Caldas em 1772.

Ali constam principalmente os esforços para o aumento do comércio na rota do Madeira-Mamoré entre Vila Bela e Belém, negócio que abarcaria também a praça comercial do Cuiabá, mais ligada aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia, o que evidencia a existência consolidada de duas rotas de abastecimento.

Além disso, medidas para a regulação do contrabando com as províncias hispânicas foram tomadas, havendo de considerar que nesse momento o estabelecimento de uma navegação que garantisse um trânsito fixo de pessoas pelo lado português pode ter sido considerado um meio de impedir espanhóis e jesuítas de navegarem por rios tidos como fundamentais para a defesa das conquistas.

Igualmente, especial atenção deve ser dada ao fato de que a Companhia de Comércio do Grão-Pará passou a financiar a construção de feitorias comerciais-militares ao longo da rota Norte, como o Forte Príncipe da Beira e os povoados de Casalvasco e Balsemão:

Sendo assim, as *Instruções* propunham a consolidação da rota Madeira/Guaporé e o ativamento das atividades comerciais no Norte e Oeste da América portuguesa, inserindo-as no complexo Atlântico. Essa situação, por sua vez, num contexto geral reafirma a existência da clivagem entre o Estado do Brasil e do Grão-Pará e a extrema importância da capitania do Mato Grosso por propiciar a conexão entre os dois Estados, integrar a América portuguesa por meio as bacias platina e amazônica e possibilita a abertura de novas rotas comerciais com os domínios hispânicos, sendo ela própria a produtora do ouro e não sua intermediária. (JESUS, 2006, p.386).

Nessa direção, faz-se importantíssimo notar o papel chave de Goiás no suporte da fronteira política internacional que se esboçava, visto que a capitania não vai se limitar a sua função de base dos núcleos consolidados e mais desenvolvidos de povoamento que forneciam o pessoal e a logística necessários para o sucesso das operações de demarcação na região, mas funcionar como verdadeira retaguarda demográfica para as ações de consolidação da expansão do povoamento.

Isso por que enquanto esteve em alta a mineração do ouro, e mesmo em períodos em que enfrentava dificuldades com suas próprias contas, Goiás ajudou a financiar as pretensões portuguesas no Guaporé, pois enviava para o Mato Grosso além de homens e armas, uma

quota variável, mas obrigatória, de no mínimo 12 arrobas de ouro por ano (SALLES, 1983; FUNES, 1986; TEIXEIRA NETO, 2002).¹⁰³

Fica claro, então, que o programa de reformas administrativas, visando o desenvolvimento das relações inter-regionais, fundamentava efetivamente, via integração, uma certa unidade de interesses recíprocos entre a estratégia geopolítica da Coroa e os múltiplos interesses dos colonos, que acabariam por consolidar, através das relações comerciais desenvolvidas, os nexos de interdependência entre diferentes partes do território colonial, dando conteúdo para a formação, no entorno dos centros mais dinâmicos, de uma diversidade de regiões.

Nesse fim de século as rotas e caminhos utilizados para a conservação dos novos núcleos construídos mantinham ainda, no caso mato-grossense, uma relação com os eixos naturais de penetração e comunicação, visto que tanto no rumo Norte, como no Sul, a rede viária estava assentada num intrincado complexo flúvio-terrestre, já que as tropas só saíam dos rios nos lugares onde as cachoeiras ou os indígenas tornavam a navegação impossível.

Isso fez com que cada novo núcleo construído se integrasse num sistema de comunicações pré-existente, solidificando-o e expandindo-o, o que permite inferir que os núcleos urbanos criados estruturaram um domínio por sobre um conjunto espacial que era viabilizado pela rede de comunicações possível. Isso incluiria as grandes áreas não ocupadas e povoadas por colonos – as áreas de trânsito e os fundos territoriais – pois a compreensão do todo que essa rede de comunicações permitia entrever revela uma estrutura hierarquizada de nexos entre lugares:

cada eixo comunicacional aberto passava a “exigir” a criação de novos núcleos que iam progressivamente ocupando o território e abrindo novas linhas de penetração. Estas, por sua vez, foram se inter-relacionando de modo a manter a fluidez da comunicação e a possibilidade de ampliação da rede (...) Assim, o posicionamento estratégico das povoações na fronteira mirava não apenas a defesa do

¹⁰³ Esse verdadeiro compromisso militar entre as capitanias, decidido através de uma Ordem Real de 1757 e confirmado por outro despacho em 1779, duraria de 1759 a 1821, com um pequeno intervalo entre 1791 a 1804, quando o adicional referido em Ordem Real de 1781 foi interrompido, tendo mesmo sido enviado como um todo apenas pequenas quantias, dado as significativas baixas nos rendimentos dos Quintos em Goiás. Vejamos pois definitivamente os termos envolvidos num trecho da Real Ordem de 6 de Março de 1781, que reitera as duas primeiras e na qual ficam claras as inter-relações entre a fronteira demográfica consolidada e os *fronts* de expansão num momento delicado de negociações diplomáticas: “O Marquês de Angeja do Conselho da Rainha (...) faço saber à junta da administração e arrecadação da Real Fazenda da Capitania de Goiás que a Rainha havendo consideração às avultadas despesas, que hão de fazer na capitania de Mato Grosso com as demarcações de limites, desta Coroa com a Espanha, é servida anualmente à provedoria da Fazenda Real da dita capitania, além de remessa determinada em provisão de julho de 1779, mais a quantia de 20.000\$000 isto por todo o tempo que durar aquela diligência ou for necessária a bem dela” – Correspondência Oficial de Francisco de Assis Mascarenhas (Apud FUNES, 1986, p.31).

espaço do Brasil (como tantas vezes repetido), mas também a garantia das “comunicações” no próprio limite da posse do território, permitindo, pelo mesmo processo, a sua efetiva integração (ARAÚJO, 2000, p.225).

Já em Goiás, que no início de sua colonização também era abastecida de víveres a partir de duas rotas, o caminho dos “Currais da Bahia” e o caminho para São Paulo, que era feito via Minas Gerais, enceta com essas regiões, a partir do final do século, relações comerciais apenas pontuais, o que pode indicar um primeiro rearranjo de suas relações produtivas na direção de uma produção agropecuária mais estável, que visaria permitir sua auto-suficiência.

Por conseguinte são por esses caminhos que temos a chegada das pessoas, das ordens e dos produtos fundamentais não produzidos localmente (principalmente sal, escravos e ferramentas), sendo ainda interessante notar a possibilidade de também visualizarmos as variadas formas de organização dessas expedições, que divergiam, no caso das monções mato-grossenses do Norte ou do Sul, seja nos tipos de canoas utilizadas, seja nas sociabilidades desenvolvidas entre os participantes dessas viagens, que duravam afinal o ano todo.

Aqui entramos em contato com as “formas provisórias de existência” (MELLO E SOUZA, 1997) desenvolvidas nos sertões, tributárias de um conhecimento local sobre os pormenores da natureza tropical, como os períodos de cheias ou secas dos rios. O ritmo da natureza cambiava caminhos e mudava a localização de pousos, condicionando, por exemplo, os lugares e épocas próprios para caçar (e mesmo as caças) ou coletar mel e frutas, consertar e construir canoas¹⁰⁴, dando colorido, no final das contas, a uma vida cotidiana que expressa a própria mobilidade da fronteira em movimento: o pulsar do “sertão itinerante” (KOK, 1998).

Na medida em que minerar implica também em colonizar, no sentido de povoar, normatizar os acessos ao uso e ocupação do solo, organizar a extração de ouro e pedras, garantir a subsistência e assegurar o comércio, exatamente nos esforços para a manutenção dessas rotas é que se poderia observar que na construção da territorialidade portuguesa sob a

¹⁰⁴ Conforme o demonstrado por José Roberto do Amaral Lapa, para as Monções do Norte eram importantíssimos os pousos e arraiais temporários construídos ao longo dos caminhos, pois esses constituíam, junto às aldeias, feitorias, fortalezas e núcleos humanos diversos pensados para esse fim, uma rede articulada que tornava realmente possível esta navegação a despeito do desmedido esforço humano que tais viagens representavam. Digna de nota é a prática da viragem das tartarugas para a obtenção de óleo, ovos e carne, fato que indica que a temporalidade das viagens era condicionada pelo ciclo da natureza, já que tinha que se esperar a época da desova, normalmente em tempos de seca (o inverno tropical). Pelo tempo despendido nessa atividade, que podia demorar quase todo o mês, tais paradas proporcionavam também a coleta de outras “drogas do sertão” (como a baunilha, por exemplo) e a constituição, nas praias fluviais, de verdadeiros estaleiros, utilizados tanto para reparos como para a construção de novas canoas, o que pode indicar complexos nexos de integração entre os lugares (LAPA, 1972).

faixa mais a Oeste de seus domínios americanos há uma diferenciação básica entre a constituição de uma fronteira econômica-demográfica e outra político-militar.

Isso pode ser visto se novamente voltarmos a atenção para as espacialidades diferenciais que podem ser expressas, por um lado, pelos *registros* e *contagens*, que formariam uma espécie de linha de barreiras fiscais ao longo dos principais caminhos, controlando o acesso às outras capitanias, e, por outro, pela linha fronteira preconizada neste fim do século XVIII pelas fortalezas, presídios e povoações fundadas em Mato Grosso.¹⁰⁵

Essa função dos registros e contagens como limites de jurisdição das fronteiras internas fica clara na preocupação demonstrada por Luiz de Albuquerque, que considerava a fundação dos registros de Arraes e de Ínsua, na estrada de Goiás, coisa da mais indispensável importância tanto para a manutenção desse caminho, que era o que poderia garantir a continuidade das comunicações de Mato Grosso com o restante da colônia, como para se evitar as migrações indesejadas de uma capitania a outra.

Em Goiás, que já contava com barreiras fiscais em sua fronteira Leste com Minas Gerais e Bahia desde os primórdios de sua ocupação, complementa: “*o cerco fiscal o Registro de Salinas às margens do Araguaia, no extremo oeste goiano na fronteira com o Mato Grosso, estabelecido em 1797*” (SALLES, 1983, p.225).

Essas formas coloniais de organização espacial, como já as definimos, exemplificam como uma visão estruturadora do território colonial apoiada na necessidade de garantir a comunicação entre os diversos pontos descontínuos integrantes do patrimônio régio pôde realizar-se efetivamente exatamente por meio das formas construídas, que pensadas inicialmente como elementos reguladores do espaço, cumpriram a função, para além de ocupar os sítios considerados estratégicos, de possibilitar a representação cartográfica de seu uso, o que os integrava, através da noção espacial de extensão, num conjunto territorial que seria graficamente contínuo:

O Brasil representado nos mapas setecentistas é o Brasil de além de Tordesilhas, com uma rede de caminhos, capelas, freguesias, vilas, cidades e fortificações – elementos que funcionaram como chaves de um território, cuja produção foi resultado de enorme investimento

¹⁰⁵ “A sucessão de fortes e de povoações não eram a fronteira mas estavam na fronteira. Ou seja, o que eles defendiam e o que representavam não era simplesmente a posse de um espaço, mas de um sistema de relações espaciais que se concretizava em um território (...) A maioria dos pontos reclamava a posse de um território que supostamente já era pertença de Portugal antes do estabelecimento existir. Ou seja, quando se deu o processo de discussão da fronteira ela foi “representada” nas ocupações pontuais do espaço, mas o que era reivindicado era um conjunto de relações territoriais que era anterior a estas mesmas ocupações (ou mais abrangente que elas)” (ARAÚJO, 200, p.184).

estratégico, minuciosamente projetado pela Coroa portuguesa. (BUENO, 2004, p.231).

Por fim, o que quisemos esclarecer nessa parte do capítulo foi que o século XVIII pode ser tomado como marco base da constituição de diferentes dinâmicas de organização espacial cujos padrões de desenvolvimento influenciam decisivamente o processo de formação territorial brasileiro, dando a configuração espacial com a qual as capitanias de Goiás e Mato Grosso iriam iniciar o novo século.

2) Mosaicos Fronteiriços – ExtraTerritorialidades

Nesse contexto, caberia esclarecer outra questão, já que estamos constantemente reforçando que o papel do Estado na definição do território é um dos traços distintivos da interpretação que perseguimos: como articular uma visão que privilegia esse ator como o protagonista na construção das fronteiras sem incorreremos no equívoco de propagarmos aqui discursos enviesados?

Para tanto, pensamos, nessa parte, em analisar rapidamente como se deu o inter-relacionamento entre o Estado e os outros atores que, envolvidos direta ou indiretamente com o processo colonizador, expressam territorialidades que não se resumem a projeção estatal das fronteiras políticas, como os indígenas e quilombolas.

De início seria importante indicarmos a influência de algumas prerrogativas teóricas que possibilitam mesmo o surgimento de outros aportes analíticos para a realidade considerada, como por exemplo a observada na radical mudança ocorrida dentro do imaginário do mundo moderno-colonial com o surgimento da idéia de “hemisfério ocidental”.

Em verdade, a imagem que temos hoje de uma civilização ocidental está intimamente ligada ao longo processo de construção “interior” desse imaginário desde a formação de um circuito comercial mundial que articula o Atlântico com a economia-mundo Mediterrânea:

la conexión del Mediterráneo con el Atlántico a través de un nuevo circuito comercial en el siglo XVI asienta las bases tanto de la modernidad como de la colonialidad. El nuevo circuito comercial crea también las condiciones de un nuevo imaginario global construido en torno al hecho de que las nuevas tierras “descubiertas” fueron bautizadas como “Indias Occidentales” (MIGNOLO, 2003, p.113).

O que se está afirmando nessa passagem é que tomando como ponto de partida a noção de moderno sistema-mundo proposta por Wallerstein (1974; 2001), deve-se compreender o

“descobrimento” da América como o principal ato constitutivo desse sistema-mundo, já que esse novo circuito de trocas Atlânticas teve a particularidade de conectar os circuitos comerciais já existentes na Ásia, na África e na Europa.¹⁰⁶

Assim, a América não se incorporaria a uma economia capitalista já existente, mas seria ponto fundamental para a sua constituição enquanto um sistema. Dessa feita, os mecanismos do exercício do poder desenvolvidos para sustentar a relação de dominação estabelecida entre Europa e América fazem com que vejamos a maneira pela qual essa dominação colonial pode ser vista como também constitutiva da modernidade, e não sua mera derivação.

O chamado ocidentalismo, que como figura geopolítica urdiu a trama do imaginário do sistema-mundo moderno-colonial, nos mostra então que as “Índias Ocidentais”, a América Latina, nunca foi um “outro” em relação à Europa, mas sua diferença em meio ao processo de constituição da modernidade. Dessa maneira, ela se torna um anexo ou extensão da Europa que se expandia, não sua alteridade – América Latina, o “Extremo Ocidente”.¹⁰⁷

Dar a correta ênfase ao caráter colonial da constituição da modernidade equivale a iluminar seu lado escuro, o que necessariamente implica em iluminarmos as histórias que se escrevem (e inscrevem-se) não só a partir do interior desse mundo moderno, mas também desde suas fronteiras:

No no hallamos únicamente frente a historias opuestas o diferentes; se trata de historias olvidadas que suscitan, simultaneamente, una nueva dimensión epistemológica: una epistemología de y desde la frontera del sistema-mundo moderno/colonial. O, si prefiere, una epistemología de la diferencia colonial que discurre paralelamente a la epistemología de la mismidad. (MIGOLO, 2003, p.114).

¹⁰⁶ Referindo-se aos modos de organização social da economia, poderíamos dizer que para Wallerstein as economias-mundo decorrem de uma unidade econômica que abarcam diversos Estados, e por isso essas se apresentaram ora enquanto “mini-sistemas” apontando para uma auto-suficiência localizada, ora como “impérios-mundo”, nos quais os fluxos econômicos se orientam por um sistema político centralizado que tende à concentração e redistribuição.

Aqui nos interessaria saber que a expansão da economia-mundo européia se dá reafirmando a Europa como o centro do novo sistema mundial em formação, o que implica que, enquanto sistema social, esse moderno sistema-mundo possa ser compreendido como uma totalidade que, além do *centro*, é composto de uma *semiperiferia* (contígua e formada por áreas de produção especializadas complementares), uma *periferia* propriamente dita e uma *arena exterior*, que diz respeito a áreas que mantêm contato com a economia-mundo em questão sem serem por ela comandadas.

¹⁰⁷ “Isto é, no Ocidente a imagem ‘interior’ construída por letrados e letradas, viajantes, estadistas de todo tipo, funcionários eclesiásticos e pensadores cristãos, esteve sempre acompanhada de um ‘exterior interno’, ou seja, de uma ‘exterioridade’, mas não de um ‘fora (...)’ A partir do século XVI, com o triplo fato da derrota dos mouros, da expulsão dos judeus e da expansão atlântica, mouros, judeus e ameríndios (e com o tempo também os escravos africanos), todos eles passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença (exterioridade) no interior do imaginário” (MIGNOLO, 2005, p.72).

De um ponto de vista correlato esse momento de conformação do capitalismo colonial-moderno eurocentrado expressa também a construção de um novo padrão de poder de vocação mundial que tem dentre seus eixos fundamentais a idéia de *raça*. Essa idéia, que em seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América, pode ser compreendida como dizendo respeito a uma distinta estrutura biológica que situava alguns sujeitos em situação de *natural* inferioridade em relação a outros.¹⁰⁸

Com o desenvolvimento progressivo do capitalismo e de novas formas históricas de controle e exploração do trabalho e da natureza unificadas sob a égide do capital, a noção de *raça* acaba por outorgar legitimidade às relações de dominação que a conquista impunha. Em suma, *raça* e identidade racial estabelecem-se como instrumentos de classificação social básica da população dentro desse novo padrão de poder (QUIJANO, 2005).

Há aqui um paralelismo entre o desenvolvimento do traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais na história – o etnocentrismo – e a classificação racial universal levada a cabo pelos europeus após o surgimento da América, pois a associação entre ambos os fenômenos ajudam-nos a esclarecer de que modo os europeus foram levados a se sentir não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas como *naturalmente* superiores.

A partir dessa perspectiva é que a modernidade e a racionalidade passam a ser imaginadas como experiências passíveis de serem vivenciadas e produzidas exclusivamente pelos europeus, o que implica admitir que foi gerada uma diferenciada perspectiva espaço-temporal que diz respeito a relações intersubjetivas que partem de um novo padrão de produção do conhecimento e re-situam os povos colonizados e suas culturas em uma outra trajetória histórica. São eles “os primitivos”, habitantes de um passado histórico cuja evolução natural só podia ser a Europa:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo mais avançado da

¹⁰⁸ “A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (...) A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de *raça* como naturalização dessas relações de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2005, p.228-229).

espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (QUIJANO, 2005, p.239).

Na verdade, esse mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade apóia-se numa também especificamente européia concepção evolucionista de movimento e mudança linear e unidirecional da história humana. É assim que essa versão acaba por ser associada com a classificação racial da população do mundo, produzindo uma visão progressiva e dualista que só adquire sentido a partir de um etnocentrismo exagerado, já que o novo padrão de poder baseado na colonialidade implica também um novo padrão cognitivo que, enquanto perspectiva de conhecimento, identifica os não-europeus com o passado, o primitivo, o inferior.¹⁰⁹

Logo, ao se analisar como simultâneos os processos de emergência da história natural como nova estrutura de conhecimento que dá o impulso necessário à construção desse “sentido imperial” inscrito nas conquistas, e essa construção do mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade, a idéia seria entender a maneira como os diversos escritos, registros e expedições podem ser vistos em conexão com a expansão política e econômica européia.¹¹⁰

¹⁰⁹ Esclarecendo aqui a acepção em que utilizamos o termo “Modernidade”, sabemos que não aceitamos que ela seja uma espécie de emancipação ou saída da imaturidade por um esforço da razão, algo que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano e que ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII: “Propomos uma segunda visão da ‘Modernidade’, num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo *moderno* o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) ‘centro’ da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do ‘sistema-mundo’). Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão portuguesa desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o ‘lugar’ de ‘*uma só*’ História Mundial.” O autor propõe a categoria de Transmodernidade como alternativa de superar a pretensão eurocêntrica de ser a Europa a exclusiva produtora original da modernidade (DUSSEL, 2005, p.60 -61).

¹¹⁰ A história natural, apoiada teoricamente num sistema classificatório que visa abarcar todas as plantas conhecidas e por conhecer (o “Sistema de Lineu”), dá base para a construção de taxonomias universais, num esforço de sistematização da natureza na qual é exigida a intervenção humana (intelectual sobretudo) para que se componha uma *ordem* no caos da realidade natural. Essa sistematização da natureza, apoiando o surgimento de uma espécie de “consciência planetária” entre europeus, influencia o desenvolvimento de novas formas de exploração dos recursos naturais: “Da mesma forma que o advento da exploração do interior, o mapeamento sistemático da superfície do mundo está correlacionado à crescente busca de recursos comercialmente exploráveis, mercados e terras para colonizar, tanto quanto o mapeamento marítimo está ligado à procura de rotas de comércio. Diferentemente do mapeamento de navegação, todavia, a história natural concebeu o mundo como um caos a partir do qual o cientista produzia uma ordem” (PRATT, 1999, p.65).

Faria parte do mesmo processo a decorrente consolidação de formas burguesas de subjetividade e poder que inauguram uma nova etapa territorial do capitalismo, o “novo colonialismo” de fins do século XVIII, que se caracterizaria grosso modo pela busca do controle de áreas abundantes em matérias-primas, pela procura de novos mercados, e pela expansão cada vez maior do comércio costeiro para o interior (HOBBSAWM, 1996).

A possibilidade então estaria em enfrentar o desafio que se nos coloca como uma “descolonização” do conhecimento, o que inclui a tarefa de compreender o trajeto pelos quais os europeus constroem seu conhecimento do mundo subjugando e absorvendo os conhecimentos (e a capacidade de produzi-los) de outros e alinhando-os às suas ambições econômicas e políticas. Nesses termos, vemos surgir a *perspectiva de contato* como um posicionamento que dá relevo ao processo de constituição dos sujeitos em suas relações uns com os outros em recíprocas interações, mesmo que normalmente em relações assimétricas de poder (PRATT, 1999).

Considerando esse posicionamento, teríamos um belo exemplo do papel de destaque que diversos povos indígenas cumpriram no processo de partilha do vale do rio Paraguai e de formação dos contornos mais definidos das soberanias coloniais na região se nos detivermos um pouco no caso dos já referidos Guaykuru, senhores absolutos da região compreendida entre os rios Jejuí e Taquari desde o destroçamento da antiga província de Itatins pelos bandeirantes.

A presença de um grupo indígena culturalmente chaquenho em território antigamente de Itatins revoluciona a distribuição demográfica por todo o vale, pois a transferência de grupos Mbaiás da vertente ocidental para a oriental do rio Paraguai ainda no século XVII tem importância chave na formação de um sistema social diferenciado (CARVALHO, 2006) que deu expressão a verdadeiro “território tampão” entre as minas de Cuiabá e a região sob domínio de Assunção (BASTOS, 1972; MEIRELES, 1989).¹¹¹

Desse modo, estabeleceu-se uma disputa entre os colonos das duas Coroas pelas alianças e amizades desses indígenas, pois que a tomada de posição dos índios tinha a

¹¹¹ Podemos observar, por exemplo, a influência indígena na mudança das rotas monçoneiras devido aos constantes bloqueios do rio Paraguai pelos índios Payaguás, mestres na navegação pantaneira que, aliados aos Guaykurus, grandes domadores de cavalos e gado selvagem, tornavam-se quase invencíveis no campo de batalha: “Entre 1719-1724 foi usado o seguinte trajeto: a partir de Porto Feliz (SP), passando pelo rio Miranda, o rio Paraguai e deste para o rio Cuiabá. A partir de 1725, o roteiro monçoneiro sofreu alteração, passando do rio Tietê para o Taquari, Paraguai, São Lourenço. Logo foi registrado o primeiro ataque às monções, pelos Payaguá, em 1725. O rei foi informado deste ataque por um documento que transmita a ferocidade dos índios. Resultou numa Ordem Régia autorizando a guerra contra eles, que seriam implacavelmente destruídos.” (MALDI, 1997, p.206)

capacidade, pelo que representavam demograficamente, de mudar o fio da balança numa guerra, com a vantagem pendendo sempre para o lado que contava com seu apoio.¹¹²

Nesses parâmetros, as fundações empreendidas principalmente durante o governo de Luiz de Albuquerque devem ser retomadas num outro viés, pois inscreviam-se dentro de uma política que buscava assimilar os índios (CUNHA, 1992; ATAÍDES, 1998), tornando-os, na melhor das hipóteses, trabalhadores rurais sedentários, e, no mínimo, vassalos ou aliados que poderiam ajudar a reconhecer como portuguesa a soberania de terras, e isso tanto em Mato Grosso como em Goiás (BRAZIL, 2000; KARASCH, 2005).

Assim, na prática as povoações de Albuquerque, São Pedro D'El Rei e Vila Maria do Paraguai surgiram, de início, quase que contando exclusivamente com uma população indígena. Na verdade, sua fundação tinha mesmo o intuito de influir nas migrações inter-tribais dos grupos indígenas, funcionando como pólos de atração principalmente para os índios já aldeados nas missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, como mostra os 86 casais chiquitanos que migraram para o lado português quando da fundação de Vila Maria do Paraguai (BOAVENTURA, 1987; SILVA, 1994).

Já as fortalezas do Sul mato-grossense, como Nova Coimbra e Miranda, foram fundadas tendo em seu entorno aldeamentos de grupos de índios Guanás, Xamacoco e Terena, grupos que estabeleciam relações de “vassalagem” com os Guyakurús. Daí ser fato da maior relevância a influência fundamental desses postos avançados para a consecução da paz que os portugueses buscavam estabelecer com os poderosos índios cavaleiros.

No mais, esse episódio deixa evidente a existência de uma política indígena própria que não deve ser confundida aos interesses expressos nas políticas indigenistas pensadas pela coroa, uma vez que os interesses oficiais estratégicos e fiscais existentes nestas podiam incidir nas alianças internas às sociabilidades indígenas, como por exemplo quando um grupo indígena aliava-se aos portugueses para combater um grupo seu inimigo que estava mais próximo aos espanhóis. Desse modo, os índios podem ser tomados como agentes de sua

¹¹² Pode-se mesmo dizer que o agrupamento indígena Mbaíá-Guaykurú criou um novo gênero de vida inédito entre os povos ameríndios. Ele baseava-se no aproveitamento de animais domésticos de origem européia (gado bovino, cavalar e ovino), na grande mobilidade e na prática da transumância das aldeias volantes localizadas na linha de contato com as terras emersas dos pantanais, essas condicionadas, por sua vez, pelos avanços e recuos das inundações (CARVALHO, 2006). Os argumentos que visam corroborar a tese de que o domínio indígena seccionou as áreas hispânicas do vale do Paraguai, deixando a região ao Norte do Alto Paraguai propensa a um avanço português, foram assim equacionados: “Fixemos os aspectos fundamentais do problema: a existência de uma região na qual os Guaykurús tornaram-se senhores absolutos por se fixarem nela desde o final do século XVII ou início do XVIII, permanecendo como principal grupo de ocupação até a primeira metade do século XIX. Os colonos europeus não ocuparam a região ou porque a fronteira viva fosse muito viva ou por desinteresse econômico. Julgamos que a presença dos Mbaíás impedia a fixação da ocupação” (BASTOS, 1972, p.150).

história, como sujeitos e não apenas vítimas, já que a iniciativa do contato passa a ser apreendida também como produto da própria ação ou vontade das sociedades indígenas.

É o que podemos depreender da assinatura de um Tratado de Paz entre portugueses e os Guaykurus em 1791. Segundo Gilberto Brizolla Santos, que interpretou as imagens e representações produzidas pelos colonizadores portugueses sobre esses índios, era recorrente entre os indígenas as afirmativas de que durante as negociações, terminadas com uma festa e celebração de uma sessão solene em Vila Bela, eram eles que estavam a “amansar os portugueses” (BRIZOLLA SANTOS, 2002).

Para os luso-brasileiros que descreveram tais contatos, como o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e o engenheiro-militar Ricardo Franco de Almeida Serra, os Guaykurus eram “orgulhosos e soberbos”, não se vendo como inferiores e não aceitando a submissão. Antes, eles impunham que eram eles mesmos os senhores dos territórios que habitavam, uma vez que: *“a cultura Guaykuru não deixava possibilidade alguma para que entrassem em uma relação de inferioridade com outro povo”* (BRIZOLLA SANTOS, 2002, p.79).

Essa habilidade política dos Guaykurú, que avaliavam as estratégias a serem seguidas por eles dentro de seus objetivos, nos leva a crer que eles perceberam a importância de sua população no jogo político entre portugueses e espanhóis, procurando, após o estabelecimento dos tratados de 1791, a amizade dos portugueses, que odiavam menos e consideravam mais confiáveis do que os espanhóis. Além disso, os Guaykurus podem ter visto que o aldeamento junto aos seus índios “vassalos” Guanás e Xamacoco nas proximidades dos Fortes de Coimbra, Miranda e da povoação de Albuquerque, iria auferir uma vantagem, pois os núcleos portugueses funcionariam como uma espécie de barreira contra os ataques espanhóis aos Guaykurús (CARVALHO, 2006).

Por fim, exemplificando a perspectiva de contato, os intermediários utilizados como intérpretes durante as negociações, como D. Catharina (filha do cacique Guaykurú que assinara o tratado de paz); ou Damiana da Cunha, que exerceu mesmo papel na aldeia modelo de São José de Mossâmedes, em Goiás (KARASCH, 1992; 2005), expressam o espaço existente entre a conquista e a assimilação, demonstrando que a adequação a situações locais poderia ser muito mais comum que o seguimento reto das ordens emanadas de Lisboa.¹¹³

¹¹³ Laura de Mello e Souza explica que a metáfora do Sol e sua sombra utilizada pelo padre Antônio Vieira (*“A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos...”*), pode servir para bem ilustrar o que ocorria com a prática administrativa do Império, pois se em princípio as diretrizes

É a partir daí que se busca compreender de que maneira a concepção que os portugueses faziam da territorialidade indígena vai se alterando com o tempo: primeiramente eram entendidos como possíveis vassalos das Coroas e vistos como os melhores *guardiões da fronteira*, verdadeiras *muralhas do sertão* a conter os hipotéticos avanços espanhóis, pois sua relação com a natureza, sua territorialidade enfim, que se expressava exatamente por habitarem um espaço indefinível, nebuloso e flutuante, poderia até ajudar no aumento de áreas passíveis de futura reivindicação de posse (MEIRELES, 1989; FARAGE, 1991).

Todavia, com a entrada do Estado como ator preponderante ao longo do século XIX, as concepções lusitanas oficiais sobre os territórios indígenas passam a ser uma questão jurídica de regulação do uso, posse e ocupação das terras:

Todos os códigos para a construção da idéia de território e territorialidade estão baseados na ocupação e no direito. São códigos, portanto, definidos a partir do estado estabelecendo, por um lado, o território como sujeito do Estado – isto é, considerando que o Estado é formado por uma combinação de povos em que o território é um elemento constitutivo do próprio Estado, que se outorga o direito de definir, guardar e defender territórios (MALDI, 1997, p.210)

O desenlace bélico de diversas das disputas internas a essa realidade fronteiriça, e mesmo a percepção dos índios aldeados como sendo “índios espanhóis” ou “portugueses”, dependendo do caso, demonstra claramente que a componente material na definição das fronteiras é algo mais do que mera referência de base para o estabelecimento das diferenças, pois seria exatamente no processo de construção dessa materialidade que podemos visualizar o papel jogado por cada um dos sujeitos deixados em contato na fronteira.

Destarte, evitamos o risco de tomarmos o partido dos discursos imperiais, desde cuja exterioridade principalmente o Mato Grosso e suas fronteiras com os domínios hispânicos se constituem como sujeitos autônomos, nem tampouco a dos discursos nacionalizantes, que afirmam identidades e diferenças a partir de uma interiorização *criolla* dos próprios discursos imperialistas, que reforçam o papel de defesa do “nosso” território efetuado pelos indígenas aliados. Retomamos, em consequência, todo o potencial explicativo da noção de pensamento fronteiriço, entrelaçando *histórias locais* e *desenhos globais*:

No estoy, por lo tanto, articulando un escenario en el que las historias locales son las de los países colonizados, o el tercer Mundo, y los diseños globales estén localizados en los países colonizadores del

metropolitanas deviam ser rigorosamente seguidas, as distâncias cada vez maiores de Lisboa encobriam-nas, dando um colorido local às decisões e ações executadas, pois nessas zonas de sombra os interesses metropolitanos combinavam-se aos regionais, produzindo novas alternativas e composições (MELLO E SOUZA, 2006).

Primer Mundo. En otras palabras, los diseños globales se orquestran, por decirlo de algún modo, en las historias locales de los países metropolitanos; se realizan, exportan y ejecutan directamente en lugares particulares” (MIGNOLO, 2003, p.128).

O que quisemos evidenciar nessa parte, mesmo correndo o risco de construirmos análises superficiais sobre o complexo assunto das interações entre indígenas e colonizadores, é que uma leitura centrada no processo de formação territorial – em que se pese as escolhas feitas para se privilegiar o agente estatal – não pode simplesmente descartar a existência concreta de outras possibilidades de construções fronteiriças.¹¹⁴

Portanto, a continuidade das expedições para “pacificação” dos índios ou mesmo para “desinfetar” os sertões que se deram por todo o século XIX mesmo após a independência, pode aqui ser vista como a continuidade de uma situação que não se esgota com a emancipação política, sendo internalizada e, no mais, seguindo indefinida, persiste ainda em aberto por longo tempo.

3) Império Luso-Brasileiro e o Tratado de Badajóz

Antes de iniciarmos um novo capítulo, no qual trataremos mais especificamente do século XIX e de como o espaço construído herdado que se relaciona à mineração do século XVIII será novamente apropriado, sendo reutilizado (ou abandonado) a partir de um arranjo diferenciado das forças produtivas que antes de indicar uma involução e decadência das relações sociais representa mesmo a recuperação das atividades econômicas em bases renovadas (RONCO, 1998; CHAUL, 1997), iremos nos deter rapidamente em algumas alterações ocorridas nas diretrizes políticas da administração lusitana.

¹¹⁴ Contudo, avançando numa outra perspectiva, vemos como os Estados nacionais latino-americanos muitas vezes se apropriaram simbólica e materialmente dessas vivências pretéritas como modo de legitimar a soberania dos novos entes estatais em partes dos antigos territórios coloniais. Exemplo claro desse processo estaria na ação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que ao longo do século XIX publica a maioria dos relatos, roteiros e mapas confeccionados no XVIII como justificativa de uma certa “ancestralidade” do Estado brasileiro e de suas ações em determinado território: “Em outras palavras: a afirmação das nacionalidades na América manifestou-se em situações onde a autoridade de um Estado vigorava, mesmo que variando bastante em termos de poder e efetividade da soberania em pauta. Assim, nas vias americanas de desenvolvimento do capitalismo, a confecção e a difusão de um imaginário nacional atuou em função dos quadros demográficos ‘homogêneos’ existentes e dos níveis de hegemonização de identidades culturais prévias presentes (...) Os aparelhos de Estado colonial construídos na expansão dos impérios europeus resultaram em demarcações territoriais que serviram de referência para a afirmação de nacionalidades: o caso brasileiro seria paradigmático nesse sentido. O Estado territorial gerado no processo de emancipação política não se constitui como uma dominação embasada em qualquer identidade de tipo étnico ou em outra característica cultural. Interesses eminentemente políticos e econômicos presidiram um processo que não foge do controle de uma elite pouco expressiva em termos populacionais, que construiu um sentido ‘nacional’ a partir do Estado” (MORAES, 2008, p. 10-11).

Sendo assim, uma vez que a breve menção à realidade regional esboçada anteriormente não avançou além da década de 1790, a disponibilidade dos dados que iremos analisar ajudou a definir os caminhos para a perspectiva a ser adotada agora, já que o período compreendido entre 1790–1840 oferece indagações sobremaneira importantes para a compreensão das condicionantes históricas do processo de formação territorial do Estado brasileiro.

Primeiramente, com a assimilação plena do ideário da Ilustração, os processos de reforma e inovação dos órgãos e instituições relacionados de alguma forma com a administração político-econômica do Brasil ganham novo impulso. Além disso, os acontecimentos de 1808 (transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e abertura dos portos às “nações amigas”) e de 1810 (assinatura dos tratados de amizade com a Inglaterra) são expressão da inexorável crise e colapso do comércio colonial feito dentro de uma estrutura própria do Antigo Regime.

Desse modo, a data em questão oferece também uma periodização exata: se tivermos em mente o estudo da elaboração e implantação dessa outra fase de reformas ilustradas, e de como ela relaciona-se com as reformas pombalinas, o fim do século XVIII impõe-se pelo fato de que marca o início da carreira ministerial da figura mais proeminente do governo português nesse período: D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, principal teórico, articulador e defensor de uma verdadeira transformação e modernização da economia e da sociedade portuguesa.

Estando ciente do peso da economia brasileira e do comércio colonial para a manutenção e equilíbrio econômico do Reino, D. Rodrigo consegue aglutinar em torno de si um grupo de intelectuais/burocratas ilustrados que visavam a defesa de um mesmo projeto, a saber a construção e desenvolvimento de um grande e poderoso Império que uniria, sob uma só nação, os portugueses dispersos pelos quatro cantos do mundo.

Para a consecução desses objetivos alguns dos fundamentos básicos da doutrina mercantilista iriam perder força, como por exemplo a noção de Império como um conjunto de áreas coloniais submetidas ao domínio total de uma metrópole européia, ou ainda a visão da Colônia como um núcleo econômico complementar e subordinado à metrópole via monopólio da burguesia mercantil, que dava corpo ao instituto do exclusivo metropolitano.

Apesar de tudo, pode-se interpretar a visão do Conde de Linhares sobre esse Império a construir como apenas mais uma defesa do pacto colonial, pois o que diferiria das bases do Antigo Regime seria tão somente as roupagens das novas justificações ideológicas, já que o

programa de reformas ora desenvolvido chega a estabelecer, em alguns aspectos, inegáveis traços de continuidade com as orientações pombalinas.¹¹⁵

Nessa direção, se no plano da organização político-administrativa da gestão do território colonial do Brasil as reformas não diferem tanto daquelas encetadas nas bases do Antigo Regime pelo fato de que nesse momento as contradições da crise estavam muito mais presentes, o que obrigava os homens de Estado a agirem de acordo com a volatilidade de uma conjuntura extremamente instável, no plano da economia e, principalmente, na política externa, elas estão de acordo com a mentalidade mais moderna da época.

Pois vejamos, a visão de Império desenvolvida por D. Rodrigo assentava-se em dois princípios básicos, a saber, o da unidade política e o da dependência econômica. Com isso ele buscava:

consolidar um programa de ação que exigia, por parte dos mais altos responsáveis pela administração do território brasileiro, uma tomada de consciência sobre a indissolubilidade do império enquanto unidade política de referência. Tal idéia de unidade política assentava, assim, numa concepção dos interesses comuns e recíprocos da metrópole e de sua principal colônia, cujos elos fortaleciam os fundamentos de um novo e revigorado império. (CARDOSO, 2001, p.80).

A reelaboração do princípio da dependência econômica ressaltava então o fato de que não se deveria estabelecer relações entre as partes do império sem a mediação do centro metropolitano. Isso quer dizer que visando assegurar o estatuto dominante da metrópole, a orientação era para que fosse erigido um modelo de diferenciação produtiva, o que visaria uma divisão sócio-espacial do trabalho entre as partes componentes do Império que primaria pela especialização manufatureira na metrópole e no fornecimento de produtos primários pelas colônias, que ainda seriam mercados privilegiados de consumo.

A articulação entre os dois princípios básicos nos quais se apoiavam as reformas era fundamental para o progresso da nova nação portuguesa, com o princípio da unidade política operando uma mudança essencial. Segundo o projeto, à idéia de subordinação completa dos interesses da colônia aos da metrópole impunha-se paulatinamente a noção de uma nova unidade imperial, baseada na concepção de solidariedade nacional com vistas a uma maior proteção dos interesses comerciais de suas partes componentes.

¹¹⁵ Um exemplo importante seria no âmbito “da administração do território, da reorganização funcional das capitanias que seriam agregadas em 2 núcleos centrais de poder com os respectivos vice-reis (um no Pará, outro no Rio de Janeiro), do funcionamento da justiça e tribunais, da organização das atividades de culto religioso e da missão, e ainda da reestruturação dos sistemas de defesa militar” (CARDOSO, 2001, p.82).

A partir dessas premissas o ministro passou a realçar essa idéia de que as inter-relações entre as partes agora indistintas do Império português seriam pautadas pela reciprocidade e interdependência e não mais por relações de exploração e dependência. Porém, é interessante notar a maneira como nesse enunciado: *“a metrópole aparecia não mais como centro dominador e monopolizador das relações comerciais, mas como pólo dinamizador dessas relações”* (LYRA, 1994, p.67).

Essa nova divisão administrativa do Império ultramarino lusitano pode evidenciar uma nova hierarquização entre seus diversos pedaços constituintes que se daria paralelamente à especialização produtiva então engendrada: há uma reformulação, na América, das rotas e caminhos percorridos por toda a sorte de fluxos (RUSSEL-WOOD, 1998).

O centro de convergência de todas as terras do conjunto imperial lusitano continuava, como não poderia deixar de ser, em Lisboa, e aqui reside grande parte da inovação da argumentação, pois que a relação de parceria e complementaridade justificar-se-ia para além de toda a dúvida na precedência de Lisboa, visto que tinha sido a própria Natureza quem havia legado-lhe a posição geográfica de melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo.

A novidade do argumento está então no papel que a Natureza e seu conhecimento desempenhava na legitimação dos saberes constituídos nas Luzes, uma vez que as reflexões sobre as atividades humanas construíam seu fundamento nas observações que visavam estabelecer uma certa analogia com a “lógica natural”.

Logo, nada mais normal que a construção de uma imagem que propagava uma pretensa “união natural” existente nas relações que se queriam complementares entre o centro europeu – o entreposto comum – e suas Províncias ultramarinas. Nesses termos, o quadro de relações mercantilistas não era mesmo significativamente alterado, já que o monopólio das relações comerciais no ultramar continuava a ser exercido por Portugal, uma vez que sua posição central assegurar-lhe-ia uma “superioridade natural” que lhe garantiria o status de centro político e econômico comum.

Até esse momento é válida a ressalva de que as reformas levadas a cabo por D. Rodrigo de Souza Coutinho não passavam de uma outra maneira de justificar a continuidade do pacto colonial, diferindo apenas no fato de ser mais afeita aos cânones iluministas estabelecido à época. Em resumo podemos dizer que:

Construir uma unidade nacional luso-brasileira era a idéia central da nova política proposta pelo ministro, demonstrando o quanto o governo ilustrado estava atento às questões cruciais daquele momento vivido. A elaboração do princípio da reciprocidade, no entanto, revela o limite do pensamento reformista e, ainda, o quanto o novo projeto representava, no fundo, a mesma prática colonialista, então reinterpretada e apresentada sob novas roupagens. A política colonial mercantilista era apresentada como nova, onde o princípio da *dependência econômica* passava a ser interpretado como *interesses recíprocos* porque *interdependentes* e fundamentadores, ambos, do princípio de unidade política, que se construiria, por sua vez, com a argamassa necessária dos *interesses comuns*; matéria-prima essencial à constituição da nacionalidade. (LYRA, 1994, p.72).

Evidenciadas as continuidades do programa reformista proposto pelo ministro, iniciemos agora com o ponto de inflexão onde pode ser observada uma mudança de atitude do Conde de Linhares. De fato, o deslocamento da Corte para o Brasil acaba por cumprir esse papel. O caso é que o Brasil era um terreno completamente virgem no plano da presença física das principais instituições governativas do Império, incapaz, portanto, de suportar a instalação e o normal funcionamento da Corte:

Quer isto dizer que a conjugação destes três fatores – a ausência das instituições próprias ao normal funcionamento da corte e do Estado, a inegável necessidade de sua criação (...) permitiu a reunião de condições para atuar no imediato, transpondo para o Brasil a implementação de todo um conjunto de projetos de inspiração pombalina originalmente concebidos para a metrópole. (ALMODÓVAR, 2001, p.129).

É claro que não estamos dizendo que no traslado da corte para o Brasil houve unicamente uma transplantação mecânica de instituições típicas do Antigo Regime da Europa para a América, mas sim um espaço maior que o existente em Portugal para ocorrerem inúmeras adaptações que tinham mesmo o objetivo de transmitir um sentido mais moderno às instituições agora recriadas nos trópicos.

Para que essa empreita tivesse sucesso, contava D. Rodrigo, agora o principal conselheiro do príncipe regente e futuro rei D. João VI, com os inúmeros ensaios e memórias produzidos no âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual era ele mesmo um grande colaborador.

Esses textos pretendiam contribuir objetivamente para a elaboração do programa de governo através dos levantamentos sobre as condições físicas, sociais e econômicas do Império, servindo ainda de embasamento para diversas propostas de integração do território da colônia, como as apoiadas na melhoria técnica da mineração e no incremento das atividades agrícolas e comerciais no interior do Brasil, que pediria a conseqüente abertura de

vias de comunicação para dinamizá-las, proporcionando o desenvolvimento de nexos consolidados entre os lugares (CHAVES, 2002).

Além disso, coroando o movimento de reformulação do bloco de poder iniciada por Pombal, investia-se na estratégia que visava ampliar a participação dos ilustrados nos assuntos de Estado, sendo importante lembrarmos a existência, nesse momento, de toda uma geração brasileira de formados em Coimbra que emprestou racionalidade para a análise dos problemas coloniais.

Uma das preocupações básicas nesse momento era dotar o Brasil de uma estrutura econômica e financeira modernizada e em sintonia com o modelo de desenvolvimento português. Para tanto, algumas medidas que realmente batiam de frente com certos preceitos mercantilistas foram tomadas, tais como a abolição do monopólio régio do sal e da pesca da baleia, além da redução dos direitos de entrada de alguns produtos metropolitanos em portos brasileiros.

Contudo, como diria Caio Prado Jr.¹¹⁶, nada representou um golpe mais fatal nas bases do Antigo Regime português do que a abertura dos portos brasileiros (logo do mercado colonial) para as “nações amigas” de Portugal, leia-se Inglaterra. A proteção inglesa na fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro finalmente impunha seu preço.

Sem entrarmos nos meandros das razões que levaram o príncipe regente a se decidir pela instalação da sede da monarquia no Brasil, sabemos, de modo geral, que os ecos da independência das colônias inglesas da América em 1777, aliada a situação convulsiva instalada na Europa com a Revolução Francesa, 10 anos depois, deixavam Portugal sem muitas opções.

Sitiado entre as disputas de interesse das duas potências de então – Inglaterra e França – que buscavam um aumento de sua influência mundial via controle do comércio colonial; espremido pelo avanço expansionista das guerras napoleônicas, e vulnerável no contexto europeu devido a sua posição subalterna entre as monarquias do Velho Mundo (como

¹¹⁶ No seu livro “Evolução Política do Brasil – Colônia e Império” ele define a influência que a vinda da Corte para o Rio de Janeiro teve para o processo de Independência do Brasil: “O certo é que se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social dos povos se não estribassem unicamente no caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de 14 anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem (...) São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São esses os efeitos imediatos da chegada da Corte (PRADO JR., 1999, p.47).”

evidencia a completa dependência econômica da produção colonial), o Reino de Portugal tinha a convicção de que salvando o Brasil também o Império e a monarquia seriam salvos.

Além disso, comentando sobre os “interesses ingleses” na transferência da Corte para o Brasil, ressalta-se o fato de que isso asseguraria para a Inglaterra a continuidade do comércio com Portugal, o que além de significar a sua livre entrada nos mercados do Brasil e o apoio estratégico das costas brasileiras às suas operações navais, que visavam o domínio do Atlântico, era uma questão vital para que evitasse o estrangulamento de suas rotas comerciais pela França.

Dessa forma, se a unidade política ficava mantida, o outro sustentáculo da nova monarquia imperial pretendida – o princípio da dependência econômica das periferias coloniais face à metrópole européia – deveria ser substantivamente alterado devido as novas exigências que a conjuntura política e diplomática impunham. Podemos assim compreender que essa mudança de atitude de D. Rodrigo frente a conduta que vinha desenvolvendo:

foi o resultado de uma opção estratégica crucial numa conjuntura política e diplomática em que a manutenção da soberania política implicava cedências e compromissos no terreno econômico. A abertura dos portos do Brasil e a assinatura dos tratados de amizade e comércio de 1810, exarados em nome do sacrossanto princípio da liberdade de comércio, recompensavam a coroa inglesa pelas ações militares libertadoras na metrópole invadida pelas tropas napoleônicas. (CARDOSO, 2001, p.104).

De súbito alteravam-se pontos basilares da estratégia de desenvolvimento econômico, com a industrialização tendo de ser preterida em favor de um desenvolvimento calcado numa especialização produtiva da agricultura, que visava tirar vantagens da diversificação da produção e, quiçá, alavancar uma indução futura das manufaturas.

Essa indução, que em tese as medidas e legislações que incentivavam a criação de manufaturas no Brasil (como o levantamento do alvará que proibia a instalação de indústrias) deveriam catalisar, na verdade assentava-se num paradoxo, já que o tratado de 1810, concedendo privilégios aos produtos ingleses, inviabilizava, na prática, a competitividade das proto-indústrias nascentes.

Ficava clara, então, a opção por um modelo de desenvolvimento centrado na agricultura, o que pedia mudanças importantes no plano das reformas a serem feitas, principalmente no que se refere à abolição de entraves institucionais e fiscais para o bom funcionamento da atividade (FERLINI, 2005).

Outra necessidade igualmente importante, e que na verdade era um dos traços do projeto reformista que não sofreu alterações, mas reforço, consistia em se estabelecer ligações mais efetivas entre os longínquos núcleos de povoação do Brasil, restabelecendo caminhos e rotas antes proibidos.

No caso, a prioridade de se integrar efetivamente as distintas localidades do vasto território colonial americano fazia parte do esforço de redistribuição racional das capitânias, isto é, relacionava-se com a já referida reforma na organização político-administrativa do Estado português já entrevista no incremento dos dois centros de poder criados ao Norte em Belém, no Pará, e ao Sul no Rio de Janeiro, agora a sede da Corte.

Os objetivos práticos de uma melhor defesa das fronteiras era o que realmente estava em jogo. Na verdade visavam-se as vantagens estratégicas e comerciais que o controle das bacias do Prata e do Amazonas, objeto de ferrenha disputa entre as metrópoles desde os primórdios da colonização, poderia auferir. Assim, pode-se depreender que:

A ênfase ao incremento de dois centros de força traduzia mais o interesse fundamental do governo português na ação de defesa e domínio das regiões limítrofes, do que, propriamente, mecanismos de inter-relação recíproca. Não se apontavam mudanças substanciais quanto a uma nova posição de parceria das partes do Brasil no novo império a ser edificado. (LYRA, 1994, p.77).

O que ocorreu é que os esforços de integração de Goiás e Mato Grosso com a região Amazônica, que vinham se desenvolvendo desde a metade do século XVIII com a abertura e oficialização de novas rotas, mais a consolidação da ocupação de parte do Planalto Central representada pelo início da recuperação do povoamento da capitania de Goiás, pôde mesmo sustentar a posse da fronteira do Guaporé e a defesa dos interesses sobre o vale do Amazonas.

A importância da constituição desses segmentos fronteiriços é ainda maior quando sabemos que a necessidade de criar-se condições práticas de intercomunicações internas no território entrava de vez nas preocupações da Coroa (DIAS, 1972), pautando-se agora, como antes, por interesses geopolíticos mais precisos, tributários da nova conjuntura do XIX.

Igualmente entende-se por que na conjuntura de guerra como a então vivida por Portugal nesse início de século: *“assegurar as fronteiras consideradas naturais, mas ainda não bem definidas, dos seus domínios e interligar politicamente os dispersos núcleos de ocupação no vasto Novo Mundo português passariam a constituir as metas prioritárias da Corte do Rio de Janeiro”* (LYRA, 1994, p.136).

Finalizando podemos de relance observar como se deram algumas dessas ações, comparando os resultados europeus e americanos do episódio conhecido como “Guerra das Laranjas”, quando por pressão do embaixador francês em Madri, Luciano Bonaparte, Carlos IV, rei de Espanha, declarou guerra a seu genro, o príncipe regente D. João, em represália a participação portuguesa nos cruzeiros ingleses pelo Mediterrâneo, com o que foi ocupando rapidamente e sem resistência parte do território português peninsular até a praça de Olivença.

Tal conflito, que na Europa durou apenas alguns meses, abriu a possibilidade, na América, de mais uma tentativa de ajuste das conflituosas fronteiras meridionais. Assim sendo, nota-se a retomada dos Sete Povos das Missões pelos luso-brasileiros, feita sob a liderança de José Borges do Canto com participação decisiva de Gabriel Ribeiro de Almeida.

Esse último, na verdade filho de uma índia guarani com um português, e com fluência em várias línguas indígenas, logrou com grande habilidade convencer boa parte dos índios já insatisfeitos com a administração civil dos espanhóis a renderem “vassalagem” ao rei português. Tal fato possibilitou que a maior parte das conquistas portuguesas dessas terras tenha se dado sem que se medissem efetivamente as forças militares dos contenedores (PÍRIZ, 2001; GARCIA, 2005).

Mais a Oeste, a tentativa dos hispano-paraguaios de tomar o Forte de Coimbra foi frustrada pela atuação de Ricardo Franco de Almeida Serra, que havia cautelosamente encetado algumas reformas na estrutura do forte, como a construção de uma muralha de pedra e cal, fato que permitiu a ele e seus comandados resistirem aos bombardeios por 9 dias mesmo estando em flagrante desvantagem numérica.¹¹⁷

Retomando, foi após a vitória da resistência coimbrenha que a aliança luso-mbaia celebrada pouco antes pôde se mostrar fundamental para o seguimento das ações bélicas, uma vez que antes mesmo que as forças espanholas pudessem se recompor para uma nova tentativa de ataque, centenas desses índios participaram da contra-ofensiva portuguesa ao fortim de São José, na foz do rio Apa, sítio que prontamente conquistaram.

Dessa maneira, afastava-se temporariamente, pela subjugação militar, a possibilidade de novas negociações diplomáticas envolvendo essas terras, ficando os hispano-paraguaios à

¹¹⁷ “O cerco de Coimbra permaneceu durante 9 dias sem que houvesse o menor indício de quebra de resistência por seus defensores, que além de contarem com a vantagem da posição elevada e recoberta por matas, possuíam fortificação que havia evoluído de um paredão de taipa, para uma muralha de pedra assentada em cal e cuja espessura era de 12 pés, resistente a todas as peças de artilharia trazidas pelos agressores” (BASTOS, 1972, p.216).

margem esquerda do Apa e os luso-brasileiros à direita do rio Paraguai, posições até hoje mantidas entre brasileiros e paraguaios.

Na verdade, a assinatura do Tratado de Badajóz em 1801, tratado muito pouco comentado pela historiografia específica, seja a luso ou hispanoparlante, que dão mais importância, respectivamente, aos Tratados de Madri ou Santo Ildefonso, pode ser considerada como que o ato de encerramento das disputas coloniais feitas nos moldes estritos do Antigo Regime, profundamente convulsionado já no início do século XIX.

Além disso, sobremaneira importante é notar que o negociador português em Badajóz, D. Luís de Souza Coutinho, governador do Mato Grosso entre 1768 e 1772, detinha um grande conhecimento da realidade fronteiriça americana, o que provavelmente pode ter favorecido o desenvolvimento das táticas de argumentação e a tomada de posições.

Nessa direção, não seria exagero afirmarmos que a estratégia portuguesa na cessão européia do território de Olivença, cerca de 450Km² na margem esquerda do rio Guadiana, trocado pelos cerca de 90.000Km² de terras conquistadas na América (mais ou menos a área total do Reino de Portugal) passou por cálculo preciso do plenipotenciário (PÍRIZ, 2001).

De fato, a anterior participação de D. Luís de Souza no projeto da constituição do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres à margem do rio Iguatemi durante sua estadia no Mato Grosso, apoiado na tese do então governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, de que: *“fazendo uma ‘poderosa diversão pelo Oeste’, o governo português teria uma forma mais eficaz de ‘sangrar’ a força espanhola invasora da área sulina”* (BELLOTTO, 1979a, p.33), pode ter influenciado o plenipotenciário negociador português em Badajóz na clara percepção de que a manutenção de posições vantajosas na raia Oeste da América viria auxiliar a consecução dos objetivos colocados nas fronteiras ao Sul, além de dividir os esforços espanhóis em duas frentes de atuação (BELLOTTO, 1979).¹¹⁸

¹¹⁸ Vejamos essa troca de cartas entre os dois governantes. Tendo recebido em 1771 carta do governador do Mato Grosso que questionava se o empreendimento do Iguatemi ficava dentro dos limites internos de sua capitania, respondeu uma vez mais o Morgado de Mateus, que já havia afirmado em 1770 que isto pouco importava, já que eram tudo terras *“da Monarquia do mesmo Soberano”*, que: *“neste negócio não consultei os limites que podia haver entre esta Capitania e a de V. Excia. Por ser aquelle um sertão infinito que verdadeiramente se podia se considerar sem domínio algum”*. Ao que respondeu Souza Coutinho: *“eu não propuz a V. Excia. a informação desse objecto para disputar os limites da minha jurisdição; mas unicamente pelo grande interesse que tinha no mesmo estabelecimento (...) A fundação que V.Excia. me insinua de hum novo estabelecimento sobre as margens do Paraguay, junto a foz do rio Ipanê; já o anno passado a propuz à Corte como summamente necessária: ficando-me a glória de que as minhas idéias se conformassem tanto com as de V. Excia.”* (Apud ARAÚJO, 2000, p.133).

Por fim, embora saibamos que uma vez mais os limites definidos no tratado não foram demarcados no terreno, sendo mesmo legalizados apenas após a fase final dos movimentos independentistas sul-americanos, de fato as negociações colocaram sob inegável influência portuguesa uma imensa área que, por permitir as ligações entre o Oeste e Sul do Brasil, envolvendo partes significativas das bacias do Paraguai e do Paraná, esteve em litígio durante a maior parte do século XVIII.

Tais áreas, ocupadas por famílias de brasileiros e seus prepostos oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e do Mato Grosso somente a partir de 1830, o que de certa forma mantém, nesse início de século, as características de “campos neutrais” que esse espaço havia adquirido desde o Tratado de Madri, serão novamente disputadas na segunda metade do século XIX, o que vem a demonstrar que questões coloniais continuaram a influenciar os debates sobre a soberania legal dessas áreas, com os movimentos expansionistas do XVIII nitidamente influenciando o desenlace bélico da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

CAPÍTULO V

A REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO SERTANEJO

1) O Contexto Econômico no Século XIX

Chegando agora ao último momento da dissertação, tentaremos esmiuçar, a partir da descrição de suas unidades espaciais de produção, o papel desempenhado pelas províncias¹¹⁹ de Goiás e Mato Grosso dentro do quadro de funcionamento global da economia colonial.

Ao longo do trabalho pudemos acompanhar o histórico da ocupação portuguesa das terras interiores da América do Sul, com uma especial atenção para as condicionantes estruturais que a montagem do sistema colonial mercantilista durante o Antigo Regime adquiriu ao atingir áreas tão distantes do litoral.

Pudemos também estabelecer certo paralelismo, especialmente no capítulo anterior, entre a assimilação do ideário iluminista em Portugal e o esforço dos homens de Estado, que buscavam, a partir de uma análise racional da situação de crise, apontar os entraves e desenvolver ações em vistas de se alcançar o pleno desenvolvimento econômico.¹²⁰

Na parte que agora se inicia o que iremos fazer seria, num primeiro momento, discorrer rapidamente a respeito de um contexto explicativo que consiga dar conta do funcionamento da economia colonial nas primeiras décadas do século XIX. Em seguida apresentaremos a série de dados disponíveis, e, a partir deles, tentaremos estabelecer alguns pontos comuns entre as províncias, comparando-as ao conjunto territorial brasileiro no momento imediatamente anterior ao processo de independência.

¹¹⁹ Seria interessante esclarecer que a partir da elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves pelo príncipe regente D. João em 1815, ainda no tempo da família real em terras brasileiras, o Brasil passou a ser constituído administrativamente em *províncias*, e não mais em *capitanias*, organizando-se pois em iguais condições com Portugal. Contudo, as capitanias simplesmente tomaram para si a nova denominação, não havendo em absoluto qualquer alteração na prática administrativa, que continuava a ser exercida por governos militares (os capitães-generais) seguidores de uma política fortemente centralizadora que teimava em exaurir os cofres provinciais sem quaisquer benefícios dignos de nota (LYRA, 1994).

¹²⁰ A ênfase de nossa análise, centrada nos discursos e projetos que tratavam da relação entre Portugal e sua mais importante Colônia, principalmente no que concerne às políticas territoriais, procurou realçar que: “a legislação relativa ao Brasil, entre o término da governação pombalina e a vinda da Corte, expressa de maneira altamente significativa um esforço de levar à prática aquelas idéias. Leis decretos, cartas régias, alvarás, provisões, abundantes nesse período, dão assim a passagem entre a tomada de consciência e a intervenção na realidade.” (NOVAIS, 2001, p.240).

Por conseguinte, dentre os pontos comuns sempre lembrados mas quase nunca resolvidos na história de ambas províncias estaria a noção de decadência: em verdade, quando se questiona a respeito da atividade mineradora desenvolvida ao longo do século XVIII, é comum a explicação de que após a desestruturação dos negócios do ouro a economia e sociedade goiana (FUNES, 1986; BERTRAN, 1988; GARCIA, 1999), assim como a mato-grossense (LENHARO, 1982; BOTELHO, 1993; RONCO, 1998), teriam entrado numa fase de decadência, com uma total involução dos negócios e regressão mesmo das relações sociais como um todo.¹²¹

Nesse sentido, teríamos em vista ressaltar o fato de que tanto em Goiás como no Mato Grosso o que assegurou de vez o povoamento não foi o ouro, e sim a agropecuária. Isto é, na ótica da formação territorial, e afora a óbvia função polarizadora de fluxos cumprida pela mineração em províncias que apresentavam tão singulares posições geográficas – mais centralizada no caso de Goiás, e limítrofe com outro *front* colonial no de Mato Grosso – pode-se dizer que foi a ruralização da população durante o século XIX o que veio a garantir a perenização e continuidade dos assentamentos.

Partindo-se então de uma visão retrospectiva que busca entender o processo de formação do território como um todo, ou seja, se temos como um de nossos objetivos tornar explícito qual foi efetivamente o espaço construído herdado pelo Estado imperial independente que se formou nos trópicos, devemos ter em conta que a análise que se

¹²¹ O estigma da decadência, assim como anteriormente o do desconhecimento das terras interiores, pontua as interpretações feitas sobre Goiás e Mato Grosso em diversos momentos de suas histórias. Para Chaul, cujos escritos podem servir de base para o enquadramento dessa questão, embora se refira apenas a Goiás, o argumento central está na desconstrução da própria idéia de decadência, que significava na época um lugar desprovido do desenvolvimento urbano então vivenciado na Europa, um lugar alheio ao mundo do capital e do trabalho, fortemente marcado pelo signo do ócio e do atraso. Segundo o autor, historiadores contemporâneos, que utilizam o material produzido no século XIX principalmente por viajantes naturalistas e pessoas envolvidas com o governo civil e militar das áreas em questão como fonte primária de pesquisa, reproduzem a referida conceituação em novas roupagens teóricas e metodológicas, mas sem escapar da questão básica da decadência, ainda que já se faça notar uma diversificação nas razões explicativas do fenômeno. O que ocorreria, portanto, é que essas explicações parecem tomar de certo a existência de um grande desenvolvimento urbano das capitâneas no tempo da mineração, fato que permitiu àqueles que visitaram a região no século XIX uma percepção um tanto distorcida do movimento de esvaziamento dos núcleos urbanos que então se processava, o que, como veremos, não deve ser confundido com uma total retração das relações sociais entabuladas: “Em torno da imagem de decadência vai girar todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana que transitou da mineração para a agropecuária. A partir da idéia de um pretenso desenvolvimento da sociedade mineradora, criou-se o posterior espectro da decadência que passa a rondar a sociedade estruturada após a mineração (...) Os viajantes, que passavam por Goiás com seus olhares repletos de progressos europeus, conseguiam vislumbrar a decadência comum a todos, imagem gravada como se fosse a memória de um povo, como se fosse a realidade vivida por todos e não como se fosse o desejo do que não via: a imagem do progresso invertida na janela do tempo.” (CHAUL, 1997, p.16/35). Para o Mato Grosso, no que pese a influência centralizadora de Cuiabá, encontra-se uma abordagem semelhante em Galetti (2000).

desenvolve a partir de um estudo de caso pode funcionar como uma escala de mediação entre a parte e o todo.¹²²

Por isso é necessário compreendermos que a essa mudança da estrutura produtiva compete outra mudança que diz respeito à sociedade (ou sociabilidades) que dava suporte a essa estrutura econômica: a decadência do ouro é, sobretudo, a decadência da sociedade surgida e projetada para o controle da produção aurífera.

Isso fica de certo modo evidente quando nos deparamos com o quadro geral de pobreza, instabilidade, falências contínuas e opressão pelas dívidas que permeia a vida até mesmo dos mais abastados no momento em que se mostra esgotado o sistema de financiamento do funcionalismo desenvolvido ao longo dos 50 ou 60 anos nos quais a mineração apresentou altos níveis de rendimento.

Como a posse de um “ofício” e de pequenos empregos oficiais remunerados sempre foram eles mesmos objetos de intensa cobiça pelo que significavam (ou podiam significar) em termos de ascensão social, o esgotamento desse modelo de funcionalismo financiado pelos impostos que incidiam na produção do ouro representa uma mudança de grandes efeitos econômicos e sociais, já que em hipótese se pode mesmo atribuir aos ofícios um papel de grande relevância na composição local dos negócios coloniais.

De fato, para deslindar os laços associativos criados no início do século XIX pelo novo grupo que ascende ao poder, faz-se tarefa primordial o entendimento da relação existente entre a reestruturação da economia e sociedade nessa região e o “sentido” do funcionamento e organização do território colonial.

Haveria assim um quadro de interdependência entre a formação econômico social existente no espaço colonial – que é resultado da propagação contínua, no espaço e no tempo, do escravismo colonial e de suas variantes formas de exploração do trabalho – e a geração concomitante de um mercado interno restrito que daria suporte a essas outras formas de produção não necessariamente apoiadas em grandes plantéis escravistas (FRAGOSO, 1998).

Logo, nossa atenção vai estar mais focada na mudança de significado em relação ao uso e ocupação do solo que se deu com o declínio da economia aurífera e a passagem para uma sociedade calcada na produção agropastoril, na qual a terra ganha um renovado interesse

¹²² Na análise do modo como o espaço é socialmente produzido numa realidade colonial, não se deve esquecer que: “É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da Formação Econômico Social (F.E.S.), a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 1977, p.84).

(SILVA, 1996; 2001). Interessaria-nos, pois, entender em que medida essa mudança no padrão espacial de apropriação das terras não é decorrência da decadência e completa involução da sociedade regional surgida ao longo do XVIII, apresentando-se antes como consequência da transformação estrutural ocorrida na economia, política e sociedade brasileira do século XIX.

Para termos uma idéia desse fenômeno, seria interessante avançar um pouco na análise da natureza do comércio colonial, pois a visualização de como se formava o circuito interno de trocas pode-nos ajudar a compreender a maneira como se estruturavam os antes referidos mecanismos de transferência geográfica do valor, que através desses mesmos circuitos carregavam parte da renda excedente produzida numa região para outros locais, revelando uma ação monopolística de concorrência imperfeita própria de economias coloniais.

Desse modo a idéia central aqui desenvolvida consistiria em contrapor a tese da decadência da sociedade goiana e mato-grossense após o declínio da mineração com a descrição empírica do processo de organização das unidades espaciais de produção que se desenvolveram no século XIX.

Enfim, o que estaria em jogo seria a escolha entre se privilegiar o estudo da grande lavoura escravista em seus nexos com o mercado internacional ou ressaltar a articulação que essa agricultura exportadora mantinha com a produção voltada para o abastecimento do mercado interno, pois embora a organização espacial do novo setor produtivo estivesse em sua maioria apoiada na proliferação de pequenas unidades agropastoris, que sendo quase auto-suficientes poderiam ou não realizar uma renda excedente a partir da comercialização daquilo que não consumiam, as mudanças estruturais na economia e sociedade são aqui realçadas, já que essa interpretação, no caso de Goiás:

Procura mostrar que, na sociedade goiana do pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado em decadência propriamente dita; tentamos mostrar, também, que essa transformação provocou mudanças na sociedade, com os deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e às novas atividades econômicas. (CHAUL, 1997, p.18).

Já para o Mato Grosso, numa tentativa de rastrear a ação das litorâneas casas de comércio de grosso trato em sua relação com as antigas zonas de mineração, é possível indicar uma internalização da exploração engendrada pelo mecanismo do “exclusivo colonial” praticado no plano internacional. Isso daria corpo a um sistema de trocas desiguais baseado na transferência interna do valor intrínseco ao excedente produzido, com o pagamento de

sobrelucros deflagrando um déficit crônico nas relações de comércio entabuladas internamente (LENHARO, 1982).

Por outro lado, tal sistema de trocas não estabeleceria relações numa só direção, havendo também uma resposta local a esse ônus social advindo das trocas desiguais, algo que se evidenciaria, ao que parece, na contraposição básica que iniciava a se dar entre os extratos sociais que se mantinham na mineração e aqueles mais ocupados com o comércio.

Porém, deve ser notado que apesar do reordenamento no conjunto das forças produtivas com o declínio da atividade mineradora e a conseqüente substituição defensiva de importações emprestar um caráter agropastoril aos novos empreendimentos no entorno dos núcleos urbanos e caminhos, não se descarta a hipótese de que mineradores e comerciantes moradores dos centros urbanos possam ter protagonizado a montagem de fazendas, diversificando suas possibilidades de ganho na agilização do circuito do capital mercantil.

Nessa direção, continuaria havendo, como no século anterior, certo paralelismo entre os indivíduos que ocupavam cargos de mando (administrativos e/ou militares), aqueles que detinham privilégios nos contratos de arrematação de impostos que incidiam na produção de gado e alimentos – o novo nicho que proporcionaria maiores ganhos – e a capacidade de inversão de capitais com a necessária realocação do plantel de escravos, algo absolutamente necessário para a formação e reprodução das novas unidades produtivas.

Abrindo a discussão sobre a articulação entre os setores exportadores e de abastecimento, estaríamos propensos a aceitar o fato de que o comércio interno do Brasil na economia colonial não se limitava às trocas ocasionais do excedente de uma economia de subsistência totalmente subordinada à agricultura escravista-exportadora. Em outras palavras, isto quer dizer que no amplo e complexo sistema de trocas (escambo), economia de base de recursos naturais, e compra e venda presentes no território da Colônia:

A circulação dos produtos naturais, agrícolas, semimanufaturados e manufaturados, que ocorria em circuitos locais, vicinais, regionais e até coloniais, deixa de lado pela sua explicitação, desde logo, a idéia de prevalência de uma economia de autoconsumo fechada ao nível da comunidade isolada ou simplesmente dependente na sua função pura e simples de suporte da grande lavoura de exportação, latifundiária, monocultora e escravista, inteiramente voltada para os mercados externos. (LAPA, 2002, p.163).

Ao ressaltar as ligações internas entre o Mato Grosso e o resto da Colônia, Alcir Lenharo de fato faz um esforço pioneiro em evitar as explicações que sustentam o “isolamento” da província, pois as ligações intermitentes de sua economia no conjunto da

economia colonial, mais as importantes relações de ordem política e administrativa mantidas com a Corte, deslocariam a idéia do isolamento como o central elemento articulador da vida social mato-grossense. Seu posicionamento pode ser assim resumido:

Pouco ou quase nada estudadas, as ligações internas estabelecidas pelos caminhos terrestres merecem mais atenção da pesquisa histórica, seja pela sua função mercantil, seja pela articulação com o conjunto da mineração colonial, em cujos canais de comunicação fluíam riquezas e movimentavam-se as correntes migratórias. (LENHARO, 1982, p.11).

De todo modo, sem nos aprofundarmos em demasia nesse debate, gostaríamos apenas de pontuar, dizendo que provavelmente os estudos dos circuitos internos de produção permaneceram por muito tempo obliterados pelos estudos do comércio exterior devido à importância desse na lógica do próprio Sistema Colonial, como bem demonstra o montante de capital mobilizado e fixado (em força de trabalho e nos engenhos, por exemplo) na montagem dessas atividades, assim como o variado complexo de ações desenvolvidas e executadas pelos Estados metropolitanos para colocar esse comércio em funcionamento.

Sendo assim, o que está sendo posto em evidência não estaria circunscrito unicamente à discussão do caráter “exógeno” ou “endógeno” do processo de acumulação envolvendo o capital mercantil dentro do conjunto territorial luso-brasileiro. Ou seja, não se questiona diretamente se a demanda interna por produtos de abastecimento seria totalmente determinada pela procura externa dos produtos voltados para exportação, o que em tese faria a economia colonial funcionar tal como fosse uma mera projeção das flutuações presentes no cenário internacional (FRAGOSO, 1998).

Na verdade, em se partindo da condição colonial do Brasil, apresentamos leve tendência em concordar com a interpretação que entende que não haveria um “fora” ou um “dentro”, ou melhor, não existiria uma realidade interna contraposta ao exterior da colônia, até porque a colonização pode ser compreendida, do ponto de vista espacial, como a internalização do elemento externo continuamente recolocada (MORAES, 2002).

Logo, não há por enfatizar a existência de uma extração bruta dos excedentes produzidos na colônia para a metrópole, pois seria exatamente a produção de um excedente na *periferia* do sistema colonial, a ser carreado por vias econômicas e políticas para se realizar, enquanto capital comercial, no(s) centro(s) desse sistema, o que reperia certa dominância da metrópole dentro da lógica de funcionamento do Antigo Sistema Colonial.¹²³

¹²³ Por conseguinte, no novo contexto histórico representado pela crise da estrutura política do Antigo Sistema Colonial, com a redefinição das funções administrativas, legais e políticas da Coroa pelos estamentos dos quais

Afinal, as hipóteses aqui construídas, que envolvem a discussão acerca das mútuas influências entre as esferas do econômico e do político no processo de formação territorial brasileiro, procuram dar certo destaque ao fato de que nas situações nas quais os interesses geopolíticos mostravam-se mais preponderantes que os econômicos nas tomadas de decisões, essas não se davam tendo apenas a busca do lucro como horizonte imediato, mas, e fundamentalmente, davam-se também visando um controle territorial, que é o que, no limite, poderia garantir a própria continuidade da expansão econômica sobre novas áreas ainda não colonizadas.

Além do mais, não podemos nos furtar em dizer que, num estudo de caso como esse, no qual se impõe, até pelo sítio ocupado por Goiás e Mato Grosso em relação ao resto do Brasil, uma preocupação maior com as produções voltadas para a subsistência (ou, no mínimo, com aquelas voltadas para um restrito mercado interno), em última análise haveria certa subordinação da economia colonial à metrópole que lograria colocar-se de forma reiterada exatamente por meio do circuito do capital mercantil.¹²⁴

Isso não significa dizer que a sociedade colonial seja passível de ser compreendida exclusivamente a partir de um viés exterior, uma vez que, como já colocado, a consolidação da diferença colonial identificada nas margens dos impérios, a chamada “epistemologia fronteiriça” advinda de uma condição subalterna que influencia mimeticamente a cultura imperial metropolitana (PRATT, 1999; MIGNOLO, 2003), coloca em evidência a internalização do poder colonial que foi levada a cabo pelas elites *criollas* partícipes da montagem do renovado aparelho estatal na América luso-espanhola no século XIX.

esta dependia para o controle do Estado, constitui-se um circuito de apropriação em parte legal, político e fiscal, em parte econômico, do qual se pode dizer, em tese, que forma a essência da maneira como vai se dar a apropriação das riquezas produzidas na colônia, e isso mesmo após o processo de emancipação política ter sido completado: “A economia de plantação-escravista articulou, entre si, várias formas de produção subsidiárias e várias regiões da colônia (...) Não obstante, com a emancipação nacional começa a surgir um novo contexto histórico estrutural, que irá consolidar-se gradualmente, mas que, desde o início, modifica a relação da escravidão mercantil com a economia e com a sociedade (...) Essa revolução eliminava o controle direto e a mediação econômica da metrópole: o que quer dizer, ela acabava com aquilo que os setores dominantes da economia viam como o ‘esbulho colonial’ (...) A apropriação do produto do trabalho escravo convertia-se numa relação econômica específica, determinada a partir de dentro e regulada pelos interesses coletivos da aristocracia agrária. Isso não impedia que o excedente econômico, gerado pela produção escravista, entrasse no sorvedouro do mercado mundial em condições muito desvantajosas. Contudo, a Coroa, os seus funcionários e os interesses do comércio metropolitano – que nunca puderam impedir que isto sucedesse – deixavam de absorver alíquotas desse excedente, em grande parte abocanhado pelos próprios senhores.” (FERNANDES, 1976, p.24/26).

¹²⁴ Não seria demais lembrarmos que essa subordinação pode ser mais bem identificada se nos ativermos quase que exclusivamente à esfera do econômico e ao funcionamento global da economia colonial, pois que, nesse viés, a ênfase ficaria praticamente restrita ao processo de reprodução ampliada do capital mercantil: “Afinal, a produção colonial não se autodetermina, isto é, o circuito do capital somente se completa fora da colônia, quando as mercadorias de novo se transformam em dinheiro, o dinheiro se transforma em fatores de produção, especialmente na aquisição de escravos no mercado externo, não havendo reprodução, na colônia, dessa força de trabalho” (ARRUDA, 2001, p.248).

Conseqüentemente, como a emancipação das elites americanas em relação ao domínio metropolitano se deu sem que houvesse um definitivo rompimento com a idéia de “civilização ocidental” que dava sustentação à dominação colonial, uma continuidade pode ser identificada no reforço experimentado por várias instituições coloniais recriadas a partir de uma realidade politicamente independente, o que vem amenizar o aspecto de uma subordinação total frente à metrópole, já que os construtores das novas entidades políticas surgidas na Américas viam-se como se fossem os legítimos continuadores do processo civilizador iniciado com a colonização européia (MIGNOLO, 2005; MORAES, 2008).¹²⁵

A propósito, numa visão panorâmica que encarasse o desenvolvimento da colonização desde seu início até os primeiros momentos do XIX, se for dada a devida atenção para o fato de que é impossível explorar a colônia sem que haja um desenvolvimento interno, com a ampliação da área ocupada, do povoamento e da produção (NOVAIS, 1986; 2001), pode-se reforçar, na análise do processo da formação territorial, as contradições existentes entre o “sentido pretendido” (a empresa mercantil colonial) e o “sentido acontecido” (a formação social colonial) do projeto colonizador, sendo suavizada a questão sobre qual aspecto da economia colonial seria mais importante se estudar.

De qualquer maneira, a dependência oriunda da *condição colonial*, que tem na transferência de parte do excedente econômico produzido nas colônias para as regiões metropolitanas um de seus corolários, seria elemento fundamental na identificação do funcionamento das sociedades criadas no Novo Mundo. Daí poder se ver de que modo a colonização pode vir a gerar estruturas que, embora dotadas de interesses próprios, são subordinadas e dependentes a uma dinâmica que lhe é exterior. A condição colonial reporia, destarte, o estreito relacionamento entre as dinâmicas interna e externa no processo de objetivação das conquistas metropolitanas em território colonial (CARDOSO, 1973).

Nessa direção, o estudo da articulação entre os dois setores de produção (o exportador e o de abastecimento), em torno do qual gira quase toda a vida econômica da colônia, emerge como opção que acentua a importância do funcionamento do comércio interno sem chegar ao

¹²⁵ Conforme já vislumbrara Florestan Fernandes: “Daí temos um paradoxo: a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais (...) As pressões para manter formas de produção e estruturas coloniais vinham, pois, simultaneamente, ‘a partir de dentro’ (dos grupos dominantes na economia e na sociedade) e ‘a partir de fora’ (da expansão dos países industriais e dos dinamismos do mercado mundial) (...) Portanto, atrás de uma aparente ebulição capitalista, deparamos com estruturas coloniais que se *fixam* no mundo capitalista emergente, através de amálgamas e composições que irão revelar duração secular ou semi-secular, o que as converte no ‘outro lado necessário’ do capitalismo da periferia da Europa da revolução burguesa e do nascente capitalismo industrial” (FERNANDES, 1976, p.13).

extremo de olvidarmos que é o setor exportador o que, em tese, sustenta e recoloca continuamente a própria condição colonial (ARRUDA, 2002).

Nesse detalhe, um possível equívoco, para Arruda, estaria não em se privilegiar o estudo de um ou outro setor de produção, mas sim em se formular paradigmas negativos na busca de justificativas para novos temas, pois na ânsia de se reverter a ênfase dos estudos da economia colonial deslocar-se-ia sem mediação a relação primordial do exterior para o interior.

Não nos alongando mais, poderíamos finalizar essa interessante discussão dizendo que um estudo como este, que parte de um recorte regional, justifica o tratamento do tema do comércio interno, assunto relativamente novo dentro das produções historiográficas, donde:

deduz-se que ainda reclama pesquisas exaustivas, uma vez que as suas articulações atingem, como é natural, a produção e o consumo, os transportes e as comunicações, o Estado e a iniciativa privada, a importação e as exportações. Dessa maneira, para um programa de estudos de sua inserção na economia colonial, acreditamos que sua viabilização está ainda muito centrada em pesquisas que de certa maneira e num momento preliminar deverão ser feitas em termos regionais. (LAPA, 2002, p.166).

2) *Configuração Territorial e os Quadros de População*

Aproximando-nos de vez da realidade goiana e mato-grossense do início do século XIX, podemos ver que devido ao detalhe da procura por mantimentos no restrito mercado interno estar intimamente relacionada às condições sócio-econômicas vividas pela própria sociedade colonial, haveria sempre uma redefinição que, a cada momento, propiciaria ou não a realização dessa produção de subsistência como mercadoria.

O que queremos dizer é que como a demanda por gêneros de abastecimento parece estar calcada principalmente nas necessidades da grande lavoura agroexportadora (as *plantations*) e nas exigências da população fixada nas cidades (o mercado dos núcleos urbanos mais desenvolvidos e consolidados), ela poderia até sustentar uma série de outras formas de exploração do trabalho que, não se apoiando necessariamente no escravismo de grande escala, apresentariam um maior potencial para se reproduzirem parcialmente à margem do mercado.

Analisando então a série de dados disponíveis, que arrola o crescimento principalmente das fazendas de gado entre 1796 e 1828, vemos se exprimir uma tendência na qual a atividade agropastoril, embora paulatinamente fosse encarada como a única alternativa para os

habitantes de Goiás, não se desenvolvia a ponto de estabelecer um comércio interno dinâmico, dado que a pauta produtiva dos arraiais era praticamente idêntica, só existindo demanda em tempos de grandes carestias (FUNES, 1986).

Mesmo assim, na passagem para o XIX a produção pecuária ia paulatinamente substituindo o ouro como principal produto exportável da província de Goiás, como podemos depreender do número de fazendas de gado presentes principalmente nos arraiais do Norte (Traíras, Cavalcante, São João da Palma, Arraias e Natividade), onde pela menor densidade da população e desenvolvimento mais brando da própria economia mineradora, o declínio da produção aurífera foi mais sentido, o que concorria para a liberação de parte da mão-de-obra antes ocupada nessa atividade.

QUADRO 1

FONTE: SALLES (1983)

Por outro lado, o incentivo para o cultivo de variados produtos agrícolas que dinamizariam o comércio e ativariam as relações inter-regionais no interior do Brasil, entendido como parte de uma ideologia mercantilista na qual o político e o econômico não são tomados como campos separados e autônomos, era ação pensada como parte das atividades que visariam a integração do território colonial, já que esse cultivo cumpriria um papel de fixador da população em lugares considerados estratégicos (ARRUDA, 2002).

Numa análise de grande parte da documentação disponível sobre a expansão do povoamento em Goiás no século XIX, Elianda Tiballi faz um comentário sobre a inversão que se dá com a estruturação da atividade agropecuária como o eixo econômico de Goiás, visto que agora não são mais as fazendas que surgem como prolongamento das cidades, mas os aglomerados urbanos que renascem a partir de núcleos rurais:

Inicia-se então um processo de ruralização da população e da economia. Os núcleos populacionais que foram surgindo constituíam uma extensão das propriedades rurais e quase todas se estruturavam através do sistema de 'patrimônio'. Durante o século XIX, a maioria dos arraiais que surgiram em Goiás obedeceu a este sistema. O fazendeiro doava uma parcela de terra a um santo de sua devoção e naquele local era construída uma capela para as celebrações religiosas. O agrupamento das pessoas em torno da igreja possibilitava o comércio que com o passar do tempo fixava-se no local, transformando-o em núcleo urbano. Flores, Catalão, Curralinho e Rio Verde são exemplos de arraiais que surgiram dessa forma (...) Portanto, apesar da precariedade, é a agropecuária, desenvolvida concomitantemente com a mineração, que irá oferecer bases para a estruturação da economia e para o processo de ocupação. Esta ocupação desencadeada pela atividade agropastoril difere substancialmente daquela provocada pela mineração (...) apesar de constituir um processo lento, é sem dúvida mais efetivo por ser uma atividade que fixa o homem à terra. (TIBALLI, 1991, p. 55-56 /70).

QUADRO 2

FONTE: SALLES (1983)

O exame de mais alguns dados relativos à produção agrícola e ao número de escravos presentes em Goiás, se comparados com os antes apresentados, aponta para uma recuperação, mesmo que tênue, tanto da economia quanto da população que havia migrado com o declínio

da mineração, indicando que uma sociedade agropastoril se impunha no vácuo dos incentivos oficiais que visavam dinamizar as atividades produtivas.

Desses números* podemos inferir que a organização produtiva desse início do século XIX não difere muito da apresentada anteriormente: pequenas unidades agrícolas organizadas no entorno das antigas lavras minerais, empregando mão-de-obra escrava ou mesmo admitindo agregados e camaradas, e produzindo basicamente produtos voltados para o abastecimento interno, atingindo a quase auto-suficiência.

QUADRO 3

FONTE: SALLES (1983)

* As unidades de medida utilizadas nos dados apresentados são as seguintes: o Algodão, o Açúcar e o Fumo são contabilizados em **arrobas**; a Aguardente em **almudes**; e o Trigo e o Arroz em **alqueires**. Valeria a pena também um comentário acerca das dificuldades encontradas no tratamento de dados históricos, visto que as grandezas nas quais se contabilizava antigamente os dados não eram homogêneas, podendo, por exemplo, o alqueire ser utilizado para se medir capacidade, peso ou superfície. Para as representações cartográficas aqui expostas, quando foi necessária uma equivalência com outras unidades de medidas (como Litros ou Quilogramas), seguimos as indicações utilizadas por Salles (1983) em seu estudo sobre Goiás colonial.

Para efeitos de uma primeira aproximação, poderíamos comentar que os núcleos urbanos mais prósperos, como Vila Boa e Meia Ponte, ao Sul; Cavalcante e São Félix, ao Norte, ainda constituíam os centros polarizadores das suas respectivas regiões, concentrando a maior parte da produção agrícola, de couros e rezes, assim como a população e escravaria.

QUADRO 4

FONTE: SALLES (1983)

QUADRO 5

FONTE: SALLES (1983)

As diferenças fundamentais existentes nos negócios desenvolvidos ficam evidentes quando inter cruzamos os dados da produção com os números relativos às importações que adentravam a capitania (MAPAS VI/VII), pois eles nos mostram o Sul da capitania mantendo relações mais estreitas com o Rio de Janeiro e São Paulo, através da produção de algum açúcar, mas principalmente do ouro, que sobrevivia, e o gado (rezes, couros e carne de porco).

Para os arraiais do Norte, embora os produtos fossem basicamente os mesmos, as relações entabulavam-se para os lados da Bahia e do Pará. Aliás, essa proximidade com esses dois mercados, mais o fato, demonstrado por Manuel Correia de Andrade, de as pastagens aí estarem imemorialmente sob o controle dos currais expandidos a partir do rio São Francisco, aliado ao maior declínio do ouro, deram à pecuária uma importância fundamental para a vida dessa área.

Também para o montante de cativos empregados, assim como para a população, há uma ligeira recuperação ou, no mínimo, uma estabilização. Sabendo que o ouro estava em declínio (mesmo aventada a hipótese de novos achados), esse padrão de desenvolvimento da população mostra que seu destino era mesmo as atividades agropecuárias. Ademais, boa parte dos habitantes de Goiás eram negros forros e mestiços, com os brancos não passando de 15% da população em 1832 (TIBALLI, 1991).

GRÁFICO 3

FONTE: FUNES (1986)

Analisando-se, então, os dados referentes ao número de sítios de lavoura e de fazendas de gados existentes em Goiás no ano de 1828, pode-se ver que entre essa data e 1796 há um acréscimo de 1.713 novos núcleos agrícolas, num crescimento de 109% em 32 anos. Isso novamente pode parecer pouco, mas demonstra um movimento progressivo que nos remete a possibilidade de um “crescimento vegetativo” dos rebanhos e áreas cultivadas.

Porém, se essa frágil divisão social do trabalho fica clara na tênue especialização das produções, ou seja, se a pauta produtiva dos diversos arraiais era basicamente a mesma, o recurso ao trabalho escravo permite-nos dizer que proliferou na província as *pequenas unidades mercantis escravistas* que somente pontualmente conseguiam ultrapassar os mercados locais dos centros urbanos regionais mais consolidados.

QUADRO 6

FONTE: SALLES (1983)

O que concluímos, pois, é que a hierarquização dos espaços econômicos devido as distâncias, que atua ao mesmo tempo como proteção e entrave para o desenvolvimento das atividades (CANO, 2002), impedia que as produções goianas ultrapassassem os mercados locais constituídos pelos antigos centros urbanos que não experimentaram uma ruralização mais drástica, como Vila Boa e Meia Ponte.

É o que depreendemos da análise da figura do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, dono da maior fortuna acumulada na região de Goiás e que produzia uma variedade de gêneros no seu “Engenho S. Joaquim”. Com essa diversificação ele tentava, através sobretudo

da ampliação das lavouras de algodão, estabelecer fluxos regulares de comércio com os centros litorâneos, inserindo, ainda que de maneira tênue, a região no contexto da agricultura de exportação (COSTA, 1978).

Nesses fluxos, o comendador Joaquim Alves, que agenciava a venda da produção de outros estabelecimentos agrícolas da região, chegando até a Cuiabá, trazia escravos e demais produtos para comerciar em seu empório localizado em Meia Ponte, exemplificando a volubilidade intrínseca à lógica do capital mercantil, que criava alternativas para sua realização ampliada adentrando os domínios da produção e subordinando-a a seus interesses, mas sem controlá-la diretamente.

QUADRO 7

FONTE: SALLES (1983)

Os quadros acima apresentados para Goiás sugerem uma regionalização na qual há uma leve concentração das fazendas de gado nos arraiais do Norte, ao passo que a região no entorno de Vila Boa e Meia Ponte especializa-se – talvez pelo mercado representado por sua população urbana – em produções de alimentos. Aqui podemos também compreender de maneira um pouco mais aprofundada o perfil da riqueza da sociedade escravista colonial, pois que o exemplo do comendador como um grande empresário demonstra como era possível que

houvesse uma ampliação do mercado interno sem que se mudasse seu caráter restrito, uma vez que a imensa concentração da riqueza não possibilitava a expansão do mesmo.¹²⁶

A expressão do comando do capital mercantil na produção estava na agilização do circuito do capital, com o capital fixo jogando um papel relativamente pequeno no processo de reprodução das atividades produtivas. Assim é que:

Excluindo-se a terra, uma parcela considerável da riqueza consistia em capital circulante, que exigia pagamentos monetários quase imediatos e, ao mesmo tempo, criava enorme disponibilidade de capitais sempre à procura de bons investimentos, capazes de atender à exigência de rápida circulação dos investimentos mercantis. (ARRUDA, 2002, p.220).

Assim, além das óbvias determinações devidas a posição interior da província de Goiás, a mais central da colônia, o complexo agropecuário que teve sua montagem dinamizada desde o declínio mais evidente do ouro, pelo seu caráter quase auto-suficiente e de acentuada ênfase na produção de produtos voltados para o abastecimento provincial, ficava fora, de modo geral, das flutuações econômicas centradas no setor exportador.

Ou seja, mesmo que como um todo a demanda por gêneros de abastecimento no Brasil estivesse de fato intrinsecamente vinculada à grande lavoura escravista, e, nesse sentido, as flutuações do mercado interno respondessem, de certa forma, aos sabores da conjuntura internacional, as especificidades dessas atividades do abastecimento (baixa monetarização, capacidade de se adaptar as novas conjunturas, etc...), e principalmente da pecuária, que exigia pouquíssimos investimentos em capital fixo e contava com a capacidade de auto-reprodução do rebanho, permitiria um desenvolvimento de sua capacidade produtiva até certo ponto à margem do mercado atlântico.

O resultado desse tipo de desenvolvimento econômico pode ser espacialmente traduzido através da afirmação de um padrão areolar de crescimento, pois haveria um aumento das terras ocupadas com um tipo semelhante de uso do solo. Em outras palavras, maiores extensões de terra produzindo os mesmos produtos, o que nos permite aventar a hipótese de que ocorria uma reprodução simples espacialmente ampliada das unidades produtivas.

¹²⁶ “É a partir dessas circunstâncias que a contínua (re)criação de sistemas agrários escravistas mercantis em áreas de fronteira ganha algum significado. O caráter reiterativo desse fenômeno prendia-se às próprias contradições presentes na sociedade escravista colonial. Esta (re)criação, ao se repetir no tempo, permitia a realização do sobretrabalho do cativo e, conseqüentemente, da forma de extorsão que a presidia, sem que, no entanto, se alterasse a estrutura social diferenciada em meio à qual todo o processo tinha lugar. Ela ampliava o mercado interno sem mudar o seu caráter restrito” (FRAGOSO, 1988, p.28).

Donde se conclui que em Goiás se trata menos de *isolamento* (ainda que esse fosse parcialmente real, devido às distâncias e aos precários caminhos) do que de uma verdadeira *autonomia* nas decisões expressa nessa capacidade de financiamento, ao longo do tempo, da reiteração de sua capacidade produtiva. Desse modo, ao invés de regressão e decadência, o que teríamos, afora a óbvia generalização da pobreza que de fato deve ser nuançada, seria a manutenção da vida local dando certa sustentação ao esqueleto das articulações e nexos de cooperação entre os diversos (e afastados) pedaços do território colonial.

A insistência aqui em evitar o uso da noção de decadência não quer dizer que não reconheçamos o período de crise realmente vivido pelas províncias nesse início do século XIX, o que nos levaria a defender um posicionamento que enxerga essa fase de transição e rearranjo da economia como um momento de passagem que se deu de forma tranqüila e sem sobressaltos. Ao contrário, esse período de transição, que para uma melhor compreensão deveria se alongar até depois de 1850, revela uma forte tendência de flutuações econômicas dentro de um movimento de acentuado declínio das arrecadações provinciais, o que corroboraria com a visão de um empobrecimento generalizado.

Por outro lado, como entendemos ser a reordenação das forças produtivas um processo não gradual e linearmente evolutivo, sujeito mesmo que é a avanços e recuos, preferimos colocar o acento naquilo que, do ponto de vista espacial, pôde garantir a ocupação, e não propriamente nos nexos com o circuito de reprodução ampliada do capital mercantil, que agora atingia as províncias apenas tangencialmente.

No caso do Mato Grosso, a decadência ou estagnação econômica, como preferimos, deve ser de fato trazida à tona, uma vez que, como tenta demonstrar Romyr Conde Garcia, a abertura da exploração das minas diamantíferas do Alto Paraguai em 1805, somada a alguns novos achados que impulsionaram o franqueamento de uma Companhia de Mineração em 1818, mostra que a crise mais evidente da mineração mato-grossense deve ser colocada no início do século XIX, e não no final do XVIII (CONDE GARCIA, 2003).

Nesse caso, o reordenamento das forças produtivas encetadas no sentido de consolidar as atividades agropastoris mato-grossenses pode ser compreendido, em tese, como uma tentativa de reverter a dependência crônica que a província sofria em relação ao seu abastecimento de alimentos, que sempre proveio do exterior, seja via São Paulo ou Belém.

Essa comprovação demonstraria então que a crise econômica em Mato Grosso não logrou ser superada por uma dinâmica interna como defendem alguns (ARRUDA, 1987;

RONCO, 1998), o nos leva a aceitar a hipótese de que houve sim nessa província uma prolongada estagnação econômica que se arrastou ao longo de toda a primeira metade do século XIX e foi marcada por um padrão de desenvolvimento sujeito a fortes flutuações, algo somente amenizado por ações de socorro do governo central (CONDE GARCIA, 2003).

O que devemos reter das análises empreendidas no trabalho de Conde Garcia, verdadeiro guia de estudos para uma história quantitativa de Mato Grosso, é que a valorização política do espaço mato-grossense levado a cabo durante o século XVIII conseguiu engendrar um tipo de economia que funcionava como suporte da colonização. Essa estrutura econômica, que manteve suas linhas básicas de funcionamento durante a primeira metade do XIX, nos leva a concluir que a dinamização de fluxos comerciais sempre foram ali pensados como subsidiários da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica continuava prevalecendo ante à face econômica estrito senso.

Assim, pode-se dizer que, no limite, não era a população economicamente ativa o que dinamizava a economia mato-grossense, mas, ao contrário, era a economia, pensada como projeto político, que sempre funcionou de maneira a manter a população naquela localidade. Daí os fluxos comerciais terem-se mantido por tanto tempo mesmo deficitários. Nessa realidade a ajuda externa do governo não vinha para manter uma estrutura econômica em crise, mas para assegurar que essa mesma estrutura econômica, ainda que em crise, conseguisse estabilizar os níveis de habitantes fixados na fronteira.

Numa primeira aproximação devemos observar antes do mais que o padrão de ocupação em Mato Grosso apresenta-se sobremaneira diverso do goiano: ao invés do grande espraiamento espacial das ocupações goianas, há ali uma grande concentração das atividades e população na região articulada no entorno dos vales dos rios Cuiabá, Guaporé e Alto-Paraguai.

Cada um deles contaria, respectivamente, com os seguintes arraiais ou povoados: no vale do Cuiabá, o maior e mais desenvolvido, a Vila Real e os arraiais de São Pedro D'El Rei, Chapada, Livramento, Santo Antônio e Rosário. No vale do Guaporé, o mais atingido pela crise da mineração, Vila Bela, Lavrinhas, São Francisco Xavier, Nossa Senhora do Pilar, Casalvasco e o forte Príncipe da Beira.

Por fim, no vale do rio Paraguai há uma distinção entre o Alto e Médio curso do rio, ficando Diamantino, Vila Maria e o Registro do Jauru sob influência mais direta de Cuiabá, enquanto as antigas fortificações de Albuquerque, Miranda e o Forte Coimbra, transformadas

em bases para a constituição das fazendas públicas, apresentam uma dinâmica mais autônoma, avançando seus rebanhos pelos campos encharcados do Pantanal.

A escolha em priorizar essa região jaz em uma situação incontornável: tais localidades concentram perto de 95% de toda a população do Mato Grosso na época. O que se pode notar então no século XIX, é que o progressivo crescimento populacional experimentado durante o XVIII mostra-se arrefecido (ASSIS, 1994), especialmente em Vila Bela e arredores, que de cerca 8.000 habitantes em 1800, passa para pouco mais de 4.000 em 1830.

Continua também a exercer grande influência, num exemplo da manutenção das linhas básicas do funcionamento da economia, o surgimento de novas minas de ouro, o que nos leva a inferir que as migrações continuavam a acompanhar a possibilidade de desenvolvimento da atividade. Dessa maneira, a abertura da exploração dos diamantes fez com que, nesses mesmos primeiros anos do século, Diamantino se tornasse o segundo maior núcleo populacional da província, passando de local interdito à vila com população de mais de 4.000 habitantes entre 1805 e 1825.

Em Cuiabá, por sua vez, vemos duas tendências diversas: uma primeira fase de crescimento populacional, entre 1800 a 1815, a qual se seguiu um sensível declínio, daí até 1825 aproximadamente. As oscilações, entretanto, ficaram sempre, para o conjunto de povoações, em torno de 20.000 habitantes, pouco mais, pouco menos.

GRÁFICO 4

FONTE: ASSIS (1994); CONDE GARCIA (2003)

Desses parâmetros podemos inferir que na primeira metade do século XIX há duas fases distintas da demografia mato-grossense que de certo modo acompanha a tendência cuiabana: entre 1800 e 1825 a população praticamente se estabiliza na casa dos 25.000 habitantes, expandindo-se levemente até 1830, quando passa novamente a oscilar, sempre na casa dos 30.000 a 40.000 habitantes, dos quais cerca de 70% ou mais mantiveram-se sempre em Cuiabá e arredores, a não ser no pequeno intervalo entre 1820 e 1825, quando a participação cuiabana oscilou num patamar entre 55% e 60% (ASSIS, 1994; CONDE GARCIA, 2003).

Comparando-se os dados disponíveis para Goiás, vemos que a proporção da população assentada apresenta-se de 2 a 3 vezes maior que a província de Mato Grosso. A tendência do desenvolvimento é também parecida, com uma expansão da população total entre 1804 e 1819, quando aumenta de cerca de 50.000 para mais de 60.000. Posteriormente, na década de 1820, há uma estagnação na casa dos 60.000, com uma leve subida a partir de 1830, quando se aproxima, sempre numa crescente, dos 70.000 habitantes, chegando, em 1848, à casa dos 80.000. No que diz respeito à população dos centros urbanos, também nenhuma surpresa, com Vila Boa e Meia Ponte concentrando praticamente 30% da população durante toda a primeira metade do século. Logo, em 1804 contaria Vila Boa com pouco mais de 9.000 habitantes, chegando aos mais de 14.000 em 1832, período no qual Meia Ponte passou dos cerca de 6.500 para quase 10.000 (FUNES, 1986).

Numa tentativa de buscar apreender alguns padrões de flutuação e desenvolvimento da população regional no período, os Mapas (X a XV) que apresentamos a seguir conseguem a contento ilustrar as tendências e arranjos do quadro populacional para as primeiras décadas do século XIX, embora de fato saibamos que lidar com dados de demografia histórica seja muito difícil, pois que as informações anteriores ao censo de 1872 são normalmente incompletas e, não raro, imprecisas.

Para Goiás, portanto, a comparação entre os dados de 1804 e 1825, que dizem respeito aos números apresentados pelos governadores Francisco de Assis Mascarenhas e Caetano Maria Lopes Gama, respectivamente, nos mostra um quadro populacional no qual o número de escravos vai progressivamente diminuindo, pois a participação dos cativos no total da população passa de cerca de 40% em 1804 para aproximadamente 20% em 1825.

O detalhe a ser notado é a forte presença dos chamados “livres de cor” na composição da população. Em verdade, até mesmo o fato de esses censos empreenderem uma separação entre “brancos”, “negros” e “mulatos” parece demonstrar que provavelmente a presença dos mestiços era tão difundida que permitia uma diferenciação da população em estratos sociais

distintos, com a classificação por “raças” sendo muito possivelmente mais um critério de definição do lugar social dos habitantes.

Assim, os Mapas X e XI, que trazem essa diferenciação da população goiana em estratos sociais, ilustram a situação dos “livres de cor”, que eram, em 1804, aproximadamente 75% da população. Comparando-se apenas a linha de crescimento populacional, o aumento desse ano para 1825 pode ser considerado relativamente pequeno para um intervalo de 20 anos, menos de 20% (acréscimo total de pouco mais de 10.000 habitantes), mas a proporção entre os estratos se mantém, com os mestiços perfazendo quase 60% da população goiana.

Outro ponto de importância crucial diz respeito à generalização do escravismo como forma de exploração do trabalho em Goiás, pois permite que concluamos a favor da tese aqui aventada de que com o declínio da mineração a população escrava residente em Goiás foi desviada para as atividades agropecuárias: tomados alguns dados existentes para a freguesia de Meia Ponte (o que inclui alguns povoados no seu entorno, e não apenas o núcleo central da povoação) que podem servir de parâmetro para a província como um todo, vemos cerca de 80% das propriedades rurais arroladas empregando pequenos plantéis escravistas (10 ou menos) nas atividades agrícolas, sendo mesmo pontual na documentação consultada a referência a propriedades agropastoris que empregavam grupos de escravos com mais de 11 elementos (FUNES, 1986).¹²⁷

No conjunto, portanto, tanto a tendência de diferenciação da população em estratos sociais com grande participação dos mestiços e negros livres, assim como a generalização dos pequenos plantéis escravistas (nos quais os cativos, em menor número, tornam-se quase indiferenciados dos “livres de cor”) apontam para uma forte presença dos tipos sociais do “agregado” e do “camarada”, o que vem reforçar a nossa hipótese de que em Goiás se deu um processo de reordenamento das forças produtivas com ênfase da exploração do trabalho nas produções agropecuárias próprias para o abastecimento, que podiam ou não, a depender da conjuntura, realizar-se como mercadoria num restrito mercado regional interno.¹²⁸

¹²⁷ Segundo Eurípedes Funes, o Comendador Joaquim Alves, um dos grandes potentados de Goiás nessa virada de século, era dos poucos proprietários que possuía grande número de cativos, contando, em 1818, com mais de 85 escravos em sua fazenda Jacobina. Também se deduz de relatos de naturalistas que utilizaram essa fazenda como base de suas expedições, como Saint-Hilaire, uma preocupação do Comendador em manter seu número de escravos, já que ele era dos únicos que além de importar freqüentemente mulheres (que podiam ser utilizadas na “reprodução” dos cativos), promovia todo ano casamentos entre alguns, com as mães só voltando ao trabalho quando os filhos dispensavam cuidados diretos (FUNES, 1986).

¹²⁸ “O surgimento do agregado está estritamente relacionado com o processo de ocupação da terra. Na medida em que a concessão de sesmaria era feita observando uma série de requisitos, nos quais só se enquadrava os ‘homens de bens’, eliminava deste processo os menos favorecidos. No momento em que as áreas nas proximidades das vilas e dos caminhos foram ocupadas, restou ao despossuído de terras avançar pelo sertão

Já para o Mato Grosso, muito embora não tenhamos dados que possibilitem uma análise da diferenciação dos estratos da população, algumas coisas podem ser inferidas dos padrões de flutuação da demografia no que concerne a sua composição por sexo e participação dos cativos no total da população. O que se quer ressaltar aqui é que a mudança de comportamento da população feminina pode indicar algumas alterações estruturais na economia e sociedade que reflete a crise mais acentuada da mineração nesse início do XIX.

Devido ao fato de que numa economia de mineração a presença de escravos normalmente superar a de livres, com o número dos cativos sendo sempre muito superior à de cativas, a tendência geral de aproximação da população escrava masculina em relação à feminina provavelmente advém também da reorganização das atividades produtivas, dado o possível aproveitamento das escravas nas produções agropecuárias enquanto os homens ficariam ocupados nos garimpos.

Outrossim, também uma tendência de queda ou crescimento acentuado da população em alguns lugares parece dizer respeito ao surgimento de novas áreas de exploração mineral, o que explicaria algumas mudanças bruscas nos padrões migratórios, com povoações passando de uma população de dezenas ou centenas para milhares em poucos anos, como nos casos de Diamantino, que observou forte crescimento populacional com o franqueamento das minas de diamante, ou mesmo Vila Bela, esvaziada com a acentuada crise do setor mineiro aliada à perda da condição de capital.

Demais, após 1815, com o esgotamento mais evidente do rápido surto minerador diamantífero desse início do XIX, a população livre entra em franco crescimento, superando pela primeira vez o número de escravos (Mapas XII e XIII). Entre os cativos, o equilíbrio entre homens e mulheres na composição dos plantéis, alterando um padrão vivenciado desde os primeiros tempos da mineração em Cuiabá, pode até indicar, no limite, a possibilidade de que os grandes proprietários estivessem investindo na aquisição de mulheres como uma maneira de manter os níveis da população escrava mesmo numa realidade na qual sua importação era extremamente cara e dispendiosa (Mapas XIV e XV).

adentro e estabelecer sua posse, ou ainda, buscar a permissão de um senhor para se agregar à sua propriedade. No momento em que a força produtiva escrava escasseava, ao proprietário da rural era interessante a figura do agregado (...) Em Goiás, a disponibilidade de terra fez com que a melhor forma para reduzir-se as disputas pelas melhores áreas de pastagem e agricultura fosse conservar o número de proprietários existentes. Para tanto, era necessário manter os demais como escravos ou agregado. No momento em que as melhores áreas, principalmente em termos de localização, foram ocupadas, o trabalho livre, diante da dificuldade de aquisição do elemento escravo, tornou-se viável. E, aí, como nas demais regiões brasileiras, despossuídos da terra, o ex-escravo, o livre pobre, se sujeitavam à condição de agregado ou camarada, quando não optavam pela condição de posseiro” (FUNES, 1986, p.136-137).

Desse modo, a própria concentração da população de negros em Cuiabá, onde poderiam ser empregados na prestação de uma série de serviços próprios de centros urbanos (os escravos de ganho, alugados por jornada de trabalho) e outras tarefas que não diretamente a produção estrito senso, seja de ouro ou de qualquer outra mercadoria, pode explicar parcialmente o aumento da população como um todo, pois a demanda de escravos domiciliares e nos serviços necessários na cidade poderia representar uma boa alternativa de lucro para os possuidores de pequenos plantéis escravistas.¹²⁹

Tratando agora da pauta produtiva de Mato Grosso, novamente vemos similaridades nas atividades agrícolas desenvolvidas em ambas as províncias, sendo produzido regularmente em terras mato-grossenses milho, arroz, feijão, fumo, açúcar, rapadura, aguardente, algodão e café, este último em pequena quantidade. Não contando, como para Goiás, com dados que permitem uma análise comparativa, podemos ter apenas uma idéia da realidade então vivida.

O detalhe a ser notado em relação ao quadro a ser apresentado está no fato dele não incluir a Vila do Cuiabá. Isso se deve ao modo de relacionamento dos centros urbanos com seu entorno, já que os primeiros concentravam os estabelecimentos comerciais e pequenas vendas, ficando o entorno com a produção de gêneros que tinha basicamente os núcleos populacionais como principais mercados. As medidas de valores continuam as mesmas das anteriores: milho, feijão e arroz em alqueires; fumo, açúcar, rapadura, café e algodão em arrobas; e a aguardente vai aqui contabilizada em caixas.

¹²⁹ A ligação intrínseca existente entre a escravidão e a resistência a ela mostra-nos a fuga e formação de grupos de escravos fugidos – os quilombos – como a forma mais típica e vulgarizada de reação e luta dos negros contra o cativeiro. De fato, a natureza complexa da sociedade brasileira colonial mostra-nos que os quilombos eram tão comuns (em número e distribuição geográfica) que a possibilidade seria mesmo compreendê-los como parte integral dessa sociedade, pois haveria, em algum nível, uma cooperação dos aquilombados com os integrantes da sociedade luso-brasileira que haviam deixado para trás que de certo modo explicaria a reiteração dessa forma de resistência no tempo. Em Goiás e Mato Grosso o processo de ocupação das terras e consolidação da colonização deu-se sempre às voltas com fugas de escravos, sendo mesmo muito comum em todo século XVIII e início do XIX a fuga de grupos de escravos mineradores e a decorrente organização de quilombos (KARASCH, 1996; VOLPATO, 1996). Porém, dado a complexidade do assunto, que escapa do alcance desta pesquisa, eximimo-nos de um maior aprofundamento do assunto, bem equacionado em: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José (org.), *Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1996; SILVA, Martiniano J., *Quilombos do Brasil Central – Violência e Resistência Escrava 1719-1888*, Goiânia: Kelps, 2003.

QUADRO 8**FONTE: CONDE GARCIA (2003)**

Por fim, a pecuária apresenta em Mato Grosso um padrão de desenvolvimento que nos permite dividi-la em dois eixos: um voltado mais para a baixada cuiabana e Alto-Paraguai, principalmente pelas margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, onde se observa a proliferação de fazendas nos caminhos que interligavam Vila Bela-Vila Maria-Cuiabá; e outro eixo que, ocupando vales de rios como o Miranda, Sucuriú, Pardo e Brilhante, localizados ao Sul da província, colocará definitivamente sob domínio luso-brasileiro antigas áreas imemorialmente disputadas aos hispano-paraguaios, tidas como parte do Império desde o Tratado de Badajóz.

Um outro ponto importante seria a diferenciação entre as fazendas particulares e as fazendas públicas formadas com capital régio, que eram pensadas como saída para o abastecimento de gado vacum e cavalar das tropas regulares estacionadas na província, pois aqui se torna visível uma mudança funcional ocorrida com as antigas praças fortificadas, já que nesse momento esses núcleos passam a exercer o papel de sedes dessas imensas fazendas erigidas com recursos da Coroa.¹³⁰

¹³⁰ Esses estabelecimentos, que além de responsáveis pela criação de gado vacum e cavalar que iria abastecer as tropas estacionadas na província localizavam-se estrategicamente próximos às fronteiras, aproveitando a centralidade já exercida pelas fortificações militares, foram pensadas como suporte da colonização ainda nos tempos do governo de Luís de Albuquerque, assumindo o nome de Fazendas Nacionais após 1822. Ao todo, esse imenso complexo de campos de criação utilizados de forma rotativa, com o gado constantemente migrando para pastos mais fartos, compunha-se de sete fazendas: quatro nos arredores de Vila Maria, no Alto Paraguai; duas no

QUADRO 9

FONTE: CONDE GARCIA (2003)

Dentre as principais fazendas consolidadas, algumas das mais importantes tinham sido formadas na segunda metade do século XVIII, como por exemplo as fazendas de Miranda, Dourados, Albuquerque, Vila Maria, Santo Antônio, Quilombos, Cambará e a grande fazenda Jacobina, a mais rica e conhecida de todo o Mato Grosso (RONCO, 1998).

Essa fazenda, formada ainda em 1772 por Leonardo Soares de Souza, era o principal centro produtor de alimentos e gado da região, a ponto de seu proprietário gabar-se em dizer, no início do XIX, que possuía mais terras que o rei de Portugal (GARCIA, 2005). Na década de 1830 contava com mais de 60.000 cabeças de gado, 300 cavalos, centenas de burros de carga e uma infinidade de outros animais, como galinhas, porcos e cabritos e plantava, como de resto em outras localidades, milho, mandioca, feijão e abóbora, além de empregar mais de 200 escravos e, entre forros, índios e agregados, atingir uma população de mais de 500 pessoas (RONCO, 2006).¹³¹

Médio e Baixo curso desse mesmo rio, e uma nas proximidades do Guaporé. Dessa maneira, a expansão posse e ocupação das terras relacionavam-se diretamente com as necessidades do rebanho, alongando-se por extensas faixas de terras parcamente habitadas, o que deu origem a um verdadeiro “deserto de homens povoado por bois”, na feliz expressão de um estudioso (LUCÍDIO, 1993).

¹³¹ Localizada a cerca de 6 léguas de Vila Maria, na estrada que ligava esse núcleo à Cuiabá, a Fazenda Jacobina é o embrião de uma outra propriedade de valor histórico indiscutível para o desenvolvimento da economia mato-grossense, a Fazenda Descalvados. Acompanhando o histórico de seu desenvolvimento, vemos que após a morte de Leonardo Soares, a fazenda Jacobina passa aos cuidados de sua viúva, D. Ana Maria, e de sua filha e única herdeira, D. Maria Josepha de Jesus Leite, recém casada com o coronel de milícias português, então no comando das tropas de Vila Maria, João Pereira Leite. Formada, como suas congêneres regionais, por várias sesmarias espalhadas ao longo de vastíssimas extensões de terras em ambas as margens do Paraguai, concentrava nas fazendas “do Cambará” e “do Escalvaldo” seus principais pontos produtores de gado. O ponto curioso a ser ressaltado está no fato de que após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, no final do século XIX, a propriedade “do Escalvado”, já chamada de Descalvados e vendida a um empresário argentino, entra nos

Colocando o foco um pouco mais nas fazendas de propriedade do governo provincial, as depois chamadas Fazendas Nacionais, podemos ver que elas se dividiam entre as localizadas no Alto Paraguai, dentre as quais se destaca Casalvasco e o chamado “Complexo Caiçara”, formado pela sede de mesmo nome e mais três outros sítios associados, as fazendas do Pau Seco, do Caité e da Campina; e aquelas localizadas no Baixo Paraguai, como as fazendas surgidas próximo aos presídios de Miranda e de Albuquerque. A administração e o custeio do rebanho do Complexo Caiçara das fazendas nacionais do Alto Paraguai ficava a cargo da tropa residente em Vila Maria, mas esse conjunto de fazendas foi por quase três décadas controlada pelo tenente-coronel João Pereira Leite, também proprietário da fazenda Jacobina.¹³²

QUADRO 10

FONTE: CONDE GARCIA (2003)

No que diz respeito ao uso e ocupação das terras, o relacionamento entre as distintas propriedades que formavam os complexos de fazendas parece indicar uma rotação periódica

interesses do capital internacional belga, que tentou desenvolver ali ações imperialistas em tudo similares com aquelas que levadas a cabo na África resultaram na criação do Congo Belga (GARCIA, 2005).

¹³² Daí se depreende a surda disputa de influência travada por esse comandante e as Juntas governativas formadas em Cuiabá e Vila Bela durante o processo de emancipação política brasileiro: “A primeira crise entre o Comandante de Vila Maria e a Junta de Cuiabá foi quando este impediu que inspetores nomeados pela Junta de Fazenda vistoriassem as fazendas públicas sob sua direção. Na época, apesar de Cuiabá ter tirado de Vila Bela o status de centro político provincial, a situação estava longe de estabilizar-se. Praticamente tinha-se duas capitais na Província. A Junta carecia de força bastante para se impor diante de um homem que era o comandante militar de Vila Maria e o fazendeiro mais poderoso do Mato Grosso. Para tornar a situação ainda mais crítica, em Vila Maria tinha-se um movimento liderado pelo padre Joaquim José Gomes da Silva, parente da família do tenente-coronel, que reivindicava a instalação da capital naquela freguesia, e não em Cuiabá ou Vila Bela.” (CONDE GARCIA, 2003, p.263).

no uso dos pastos e recursos (saís minerais e água) pelos rebanhos, com alguns sítios mais afastados e sem benfeitorias cumprindo a função de pastos auxiliares, reservados para a invernada. Afirma-se aqui um padrão de desenvolvimento simples espacialmente ampliado, pois um mesmo rebanho podia ocupar indistintamente grandes extensões de terras.

Finalizando, o quadro econômico que vimos descrevendo para o Mato Grosso revela que o rápido surto mineratório ocorrido com a abertura das minas do Diamantino logrou ainda sustentar uma estrutura econômica em crise por no mínimo 30 anos, dando espaço para o início do processo de rearranjo da economia. A estabilização da produção de ouro e diamantes pôde funcionar, dessa maneira, como uma retaguarda de rendimentos que garantia num nível mínimo para a capacidade de reprodução econômica provincial:

Com o ressurgimento da mineração, especialmente das áreas diamantíferas, a província conseguiu manter-se, tentando, dessa maneira, sair da profunda crise pela qual passava, ainda que este reviver da mineração não tenha significado uma volta ao tempo de bonança da época colonial. O que se conseguiu foi equiparar as grandes desigualdades nas trocas comerciais e um aumento na arrecadação pública, o que possibilitou às autoridades reorganizarem a economia provincial. Não queremos afirmar com isso que com o ressurgimento da mineração chegou-se a superar totalmente a crise financeira, mas podemos dizer que esta foi parcialmente controlada. (RONCO, 1998, p.48).

Destarte, embora Conde Garcia insista, apoiado em grande levantamento documental, no caráter decadente da economia mato-grossense (CONDE GARCIA, 2003), o comércio intra-provincial representado pelo mercado de abastecimento de Cuiabá, que demonstra claramente sua centralidade, e os interesses dos agricultores em fornecer gêneros alimentícios para os armazéns públicos, detalhe caro a um província militarizada, nos levam a acreditar que o período de estagnação econômica experimentado nessa primeira metade do XIX não impediu o reordenamento das forças produtivas (RONCO, 1998; 2006).

Antes, o padrão de desenvolvimento estagnado permeado por fortes flutuações, que acompanha no geral os ocasionais surtos da mineração, foi fundamental para que durante a prolongada crise a população tenha se mantido em níveis que, mesmo pequenos se comparados ao Brasil, são satisfatórios para aquela realidade.

Além do mais, a realização da produção agrícola no mercado regional quando a demanda assim o permitia, com os produtos sendo carreados para outras províncias, mormente Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e a manutenção da população negra entre 10.000 e 11.000 durante toda a primeira metade do século, possibilitou o emprego da mão-de-obra

escrava em outras atividades, o que parece corroborar com a hipótese de que pode ter ocorrido uma realocação do capital visando novos arranjos produtivos.

Enfim, tanto a presença das fazendas nacionais, como também o socorro externo à província na forma da liberdade para a emissão de moedas de cobre na Casa de Fundição, representam aqui o subsídio do governo central para a continuidade do povoamento que garantiria o sucesso do processo de ocupação e defesa das terras conquistadas no século XVIII.

Se atentarmos para o fato de que, na média, entre 1800 e 1840 os subsídios enviados para Mato Grosso pela Corte representaram 49% das receitas, com os gastos militares sendo de 60% a 70% das despesas, veremos o modo como o Mato Grosso continuava, embora afastado e sofrendo as óbvias consequências de certo isolamento geográfico agravado pela desaceleração econômica, preso aos desígnios da Corte do Rio de Janeiro e às determinações geopolíticas.

3) Frente de Expansão e Constituição da Fronteira: Apontamentos

Aprofundando um pouco mais os temas desenvolvidos nos capítulos anteriores, e visando uma conclusão, iniciamos agora mais especificamente a elucidar como se pode compreender o fenômeno das construções fronteiriças empreendidas como um todo na região em análise.

Para tanto, seria necessário que, de início, ficasse estabelecida a maneira como a questão das fronteiras foi tradicionalmente trabalhada do ponto de vista dos geógrafos. Somente depois dessa ainda que não exaustiva revisão é que poderemos fazer aproximações que tragam novamente à tona nosso universo de pesquisa.

Desse modo, poderíamos começar dizendo que o processo de desenvolvimento e constituição das chamadas *fronteiras políticas* são de longa data objeto de interesse dos estudiosos que se dedicaram a produzir trabalhos dentro da tradição discursiva comumente identificada sob o rótulo da geografia política (COSTA, 1992).

Tais trabalhos, por sua vez, geralmente analisavam a fronteira a partir de um enfoque centrado no Estado, ou seja, por muito tempo os estudos das fronteiras ficaram presos a uma escala de análise que as faziam sinônimos dos limites estatais internacionais. Portanto,

entendida como a expressão *de jure* dos limites espaciais do poder soberano do Estado, as fronteiras internacionais pareciam poder revelar uma dinâmica ligada às mudanças ocorridas em sua localização através do tempo (PRESCOTT, 1987; BRADSHAW&GOMÉZ, 2001).

Nesse quadro grande importância era dada ao histórico de construção da fronteira desde sua negociação e delimitação até a demarcação efetiva da linha no terreno, estando ainda essa abordagem associada à preocupação em se diferenciar as “boas” das “más” divisões fronteiriças, o que acabaria por ligar essas pretensas qualidades a uma outra diferenciação a ser feita sobre caráter “natural” ou “artificial” das fronteiras (MINGHI, 1963; NEWMAN, 2003).

Avanço significativo para os estudos de fronteira foi o aporte que pretendia analisar o impacto do fenômeno fronteiriço para a organização e formação das áreas adjacentes à linha alocada a partir de uma visão processual do tipo “antes-e-depois”. Nesse caso passa-se de uma abordagem meramente descritiva para um aprofundamento mais funcional, que se questiona a respeito das influências exercidas pelas funções de barreira ou contato que as divisões fronteiriças podem adquirir ou desempenhar (NEWMAN, 2006).¹³³

Depois de uma fase de relativo descrédito acadêmico dos estudos sobre as fronteiras, quando no período após a II Guerra houve uma associação direta desses estudos às políticas dos estados-maiores, o que reduziria seu escopo a um discurso geopolítico de justificação de intervenções armadas, vemos, mais recentemente, o processo de globalização e as previsões acerca do iminente “fim” das fronteiras – ou ao menos a percepção de que a função de barreira das fronteiras torna-se tendencialmente menos importante devido ao aumento da circulação de capitais, mercadorias, pessoas e idéias – recolocando o interesse nessa temática.

Todavia, as análises agora irão se dar a partir de uma visão que enxerga o fenômeno fronteiriço não se reduzindo somente às divisões políticas existentes entre os Estados, o que faz com que as fronteiras não sejam necessariamente identificadas como construtos materiais objetivamente fixados no terreno (PAASI, 1998; VIRKUNEN, 2002).¹³⁴

¹³³ Essa literatura se caracterizava por um grande número de estudos de caso centrado nas disputas fronteiriças entre os Estados, privilegiando, pois, os conflitos e separações inerentes ao processo de demarcação, além de uma apresentação empírica das relações entabuladas em ambos os lados das divisões e sua influência na organização espacial: “Functional, rather than static, boundary typologies focused on notions of frontiers and borderlands, areas within which different patterns of regional development are affected by the nature of transboundary relations, often creating conditions of ‘double peripherality’” (NEWMAN&PAASI, 1998, p.190).

¹³⁴ O paradoxo dessa nova situação coloca em oposição um mundo teoricamente “sem fronteiras” frente à percepção da existência de separações em variadas escalas, o que inclusive abarca uma refuncionalização e novas preocupações concernentes ao papel das fronteiras estatais na regulação da vida social: “We woke up to our borderless world only to find that each and every one of us, individuals as well as groups or States with we

Com isso pode-se dizer que há uma relativa retomada de certas terminologias e noções consideradas clássicas no estudo da fronteira que as colocam num novo arranjo explicativo, uma vez que agora pode ser dada uma especial preponderância à *permeabilidade* ou *porosidade* das construções fronteiriças, o que retira das divisões interestatais o caráter inflexível e imóvel com que sempre foram pensadas (TAYLOR, 1994; NEWMAN, 2002). Esse detalhe, aliás, pode tornar-se importante num estudo de geografia histórica, pois serve como alerta para que tentemos evitar a projeção do caráter estático atribuído aos limites dos Estados-nação no início do século XX para outras situações e conjunturas históricas.

Indo nessa direção, seria importante lembrarmos uma das mais influentes tipologias de fronteiras, propostas por Richard Hartshorne (1933; 1936). Tomando de empréstimo um vocabulário da geomorfologia fluvial e embasado abertamente numa concepção de fronteiras naturais, essa classificação visava caracterizar as fronteiras principalmente em *antecedentes*, *subseqüentes* e *superimpostas*.

Grosso modo pode-se dizer que antecedentes seriam as fronteiras delimitadas antes de qualquer ocupação e colonização da área em questão, ou seja, aquelas que se relatam a áreas que eram percebidas ou concebidas pelos colonizadores como sendo vazias e inabitadas. Donde se tem que a linha de fronteira determinaria de fato a formação de sociedades com características culturais distintas, já que a criação das diferenças seria contingente ao lado da fronteira no qual se habitava.¹³⁵

share affiliation, live in a world of borders which give order to our lives. We discover that these borders are not confined to the realm of inter-state divisions, nor do they have to be physical and geographic constructs. Many of the borders which order our lives are invisible to the human eye but nevertheless impact strongly on our daily life practices. They determine the extent to which we are included, or excluded, from membership in groups, they reflect the existence of inter-group and inter-societal difference with the 'us' and the 'here' being located inside the border while the 'other' and the 'there' is everything beyond the border. The practices through which borders are demarcated and delimited reflect the way in which borders are managed and self-perpetuated to the benefit of political and economic elites, but in detriment of many others. The management of the border regime determines the relative ease or difficulty with which borders are crossed, or alternately the extent to which the borders still constitutes a barrier to movement of people, goods and ideas" (NEWMAN, 2006, p.172).

¹³⁵ Essa tipologia, que carrega uma tradição de origem estadunidense, assenta-se fortemente nas teses de Turner sobre a associação do desenvolvimento econômico à expansão agrária dos limites, o que finda por relacionar essa noção de áreas não colonizadas à figura do pioneiro, que seria como um desbravador da natureza selvagem ali existente. Esse posicionamento, se levado às últimas consequências, acabaria mesmo por desprezar o fato de que a maior parte das áreas onde se dava tal expansão eram não poucas vezes muito habitadas por povos nativos.

Demais, tal ressalva tem o intuito de reforçar o caráter intencional que enxergamos existir em qualquer empreendimento que envolva conquista e colonização, o que nos leva a não corroborar com hipóteses que afirmam que a implantação hegemônica do modo de vida dos pioneiros traz uma "civilização" aos povos e lugares conquistados, espécie de visão naturalizada do processo colonizador. Além disso, enfatizam-se aqui as diferenças passíveis de ocorrer entre o processo de construção fronteiriça quando visto a partir dos centros do sistema capitalista em formação, ou quando vistos das periferias desse mesmo sistema, onde uma dominação estatal metropolitana pôde se impor, influenciando na organização territorial de forma mais aberta.

Subseqüentes, por sua vez, seriam as linhas de fronteiras demarcadas de acordo com um pré-existente padrão de ocupação, o que nos permite dizer que as compartimentações políticas criadas referir-se-iam a divisões que diriam respeito, em tese, a reais diferenças culturais, étnicas e territoriais anteriormente existentes na região. Em outras palavras, para essa tipologia o desenho da fronteira acompanha as separações objetivas que se expressam diferencialmente como paisagens culturais.

Por fim, as assim chamadas fronteiras superimpostas talvez sejam as que de perto mais nos interessaria nessa retomada das terminologias comumente utilizadas nos estudos de geografia política, pois dizem respeito àquelas fronteiras pensadas a partir de um poder externo a área de exercício do controle, no mais das vezes refletindo uma relação de dominação pela conquista. Esse tipo de linha fronteiriça, aliás, seria mais facilmente reconhecível nos mapas e cartas, já que quase sempre são expressas por linhas retilíneas que podem ou não prestar a devida atenção às realidades étnicas e geográficas da região a qual impõem separações, como no caso paradigmático do continente africano.

Resumindo, podemos separar as teorizações acerca das fronteiras, no que se refere ao objeto tradicional da geografia política – a compartimentação político-espacial da superfície terrestre – em cinco temáticas correlacionadas: a) a discussão empreendida sobre o caráter natural ou histórico (artificial) das separações; b) a simultânea abertura/inviolabilidade das fronteiras, que expressam uma polêmica econômico-jurídica; c) a questão das fronteiras internas e externas de um ente estatal; d) o debate sobre a correta definição da terminologia a ser utilizada (principalmente a distinção entre a fronteira, o limite e a divisa); e) o problema, decorrente do anterior, da adjetivação das fronteiras em, por exemplo, agrícola, militar, ideológica ou cultural, entre outras (MARTIN, 1993).

De fato, diríamos mesmo que, de modo geral, o conceito de fronteira – associado ao tema da formação territorial – pode ser aqui entendido como se referindo mais a relação que o exercício de um poder sobre determinada porção do espaço revela do que a pretensas características morfológicas existentes nos lugares, sejam elas de origem naturais ou históricas (FOUCHER, 1991).

Isso quer dizer que mesmo em se admitindo a polissemia do termo, que como metáfora pode ser utilizado nos mais diversos contextos e situações (fronteiras étnicas, culturais, simbólicas, econômicas, sociais, etc...), nesse trabalho retomamos uma tradição de parte substancial da literatura geográfica sobre o tema, e enxergamos as fronteiras

tendencialmente como expressão espacial dos limites entre jurisdições e poderes socialmente constituídos (PRESCOTT, 1965; RUMLEY&MINGHI, 1991).

Nesse caso a discussão sobre a fronteira pode ser feita associando-a com as noções de *território*, *territorialidade* e *soberania*¹³⁶, uma vez que, dessa perspectiva, as fronteiras interestatais são tomadas como uma das mais explícitas manifestações da conexão existente entre geografia e política. Em outras palavras, o processo de formação, organização e controle dos territórios pode passar a ser entendido enquanto o fenômeno de grande escala mais palpável da geografia política (GOTTMAN, 1952; NEWMAN&PAASI, 1998; NEWMAN 2003).

Acompanhando as indicações de Michel Foucher, pode-se mesmo afirmar que o debate mais amplo que atravessa as temáticas acima relacionadas seria aquele que se propõe a discutir se as fronteiras consistem basicamente numa *linha* ou, ao contrário, se elas se expressam espacialmente numa *zona* ou *região*, o que nos remete à qualidade e intensidade dos intercâmbios estabelecidos pelos grupos sociais após a instituição da linha fronteira, que pode, a depender das circunstâncias, funcionar como “ponte” ou “muralha”, selecionando os contatos entre os vizinhos (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1993).

A propósito, retomando indicações já feitas em capítulos anteriores, vemos que entendida basicamente como cumprindo uma função de barreira, a “fronteira-linha” expressa a territorialidade almejada pela forma estatal-nacional de governo, isto é, pode-se interpretar como convergentes os processos de consolidação da nação como fundamento de legitimação do domínio territorial e o correlato movimento de constituição das linhas de fronteira entre os Estados. Por outro lado, a territorialidade difusa presente nas formas imperiais de controle do espaço, que convivem mais harmonicamente com a imprecisão de suas fronteiras e com a diversidade cultural, encaixa-se bem na definição que destaca o aspecto zonal das divisões fronteiriças, o que nos autoriza a dizer que para os Impérios o caráter móvel de seus limites não configura um problema de grande monta (BADIE, 1996).

De todo modo, tal debate se apóia em verdade numa diferenciação de origem semântica consagrada na literatura de língua inglesa que vem somar no entendimento do processo das construções fronteiriças, tentando evitar, por exemplo, as confusões próprias de

¹³⁶ “The discussion of the role of boundaries has been closely connected with the ideas of territory, territoriality and sovereignty. Geographers in particular seem to understand boundaries as expressions or manifestations of the *territoriality of states*, not least because geographic processes of socialization have taught us to acknowledge the state system within we live – a spatial system which is characterized by more or less exclusive boundaries” (NEWMAN&PAASI, 1998, p.187).

cada língua (e das traduções) que podem decorrer do uso recorrente do termo “fronteira” para identificar situações objetivamente distintas.

O que estamos sugerindo é que essa antinomia anglo-americana entre a “fronteira-linha” e a “fronteira-zona” parece ter sido gerada no uso diferencial que se pode dar aos termos *boundary* (ou *border*) e *frontier*, sujeitos a serem indiscriminadamente identificados, em França, pelo termo *frontière*, que por sua vez pode designar ora as *lignes frontières* (ou *lisière*), ora as *régions frontières* (ou *fronts pionniers*) (RANKIN&SHOEFIELD, 2004).

A crítica passível de ser feita apega-se mais ao inconveniente que apresenta a distinção anglo-americana, que parece considerar as fronteiras como um objeto em si mesmo, o que vem obscurecer o fato de que a *linha* e a *zona* correspondem espacialmente a duas ordens diferentes de grandeza (FOUCHER, 1991). Em português isso nos remeteria ao discernimento técnico que se estabelece entre o *limite*, que indica uma linha fronteira políticamente negociada, a *borda*, que indica a área adjacente a essa mesma linha, e a *fronteira*, que pode ser utilizada para designar ambos os significados anteriores.¹³⁷

Seguindo esse raciocínio, chegaríamos a distinguir de maneira didática **a fronteira**, que ocuparia de fato uma faixa, constituindo-se numa zona no mais das vezes bastante habitada, **do limite**, conceito jurídico de caráter inequivocamente negociado e convencionado e que indica uma linha precisa, demarcada e teoricamente incontestável que, além do mais, não pode ser habitada, uma vez que não passa de uma abstração geométrica, apesar de muitas vezes funcionar como referente geopolítico:

Assim, o *marco*, a *baliza*, aparecerão como pontos fixos, erguidos pelo homem, os quais, alinhavados, expressam o limite de jurisdição dos Estados. A divisa, por fim, é o limite que se apóia geralmente em cursos d’água, cristas montanhosas, coordenadas geográficas ou outras linhas geodésicas. Desse modo, boa parte da literatura técnica a respeito dedica-se a discutir qual o melhor apoio físico para os limites. Tem-se, então, que diferenciar a demarcação da delimitação (...) por delimitação, entende-se o estabelecimento da linha de fronteira – isto é, do limite – a qual é determinada a partir de um tratado assinado entre as partes envolvidas. Demarcação, por sua vez, é a locação da linha de fronteira no terreno – isto é, a construção da divisa – através do estabelecimento de marcos e balizas (MARTIN, 1992, p.48-49).

Direcionando essas constatações para outra perspectiva, vemos que essa primeira referência sobre o “frontier” ou “fronts pionniers” pode adquirir, neste trabalho, o significado

¹³⁷ “Desse modo teríamos a fronteira como um espaço que separa duas coisas distintas, o limite como a borda de cada uma dessas coisas e a divisa, finalmente, dividiria uma mesma coisa em duas. A ‘coisa’ pode ser tanto o Estado enquanto entidade jurídica, quanto o território, como categoria geográfica, quanto os grupos sociais com suas identidades culturais, econômicas e políticas” (MARTIN, 1993, p.88).

de recolocar a questão da expansão territorial da sociedade gerada no Brasil pela colonização portuguesa. Sendo assim, abrir-se-ia a possibilidade de desenvolvermos uma interpretação que tentará discutir e relacionar o processo de construção das fronteiras políticas interiores e internacionais do Brasil.

Em detalhe, essa diferenciação entre o significado da fronteira e do limite aparece com o potencial de dirimir um pouco as freqüentes confusões existentes no que toca o assunto da formação territorial brasileira, como as críticas normalmente feitas ao anacronismo que estaria presente no procedimento de se tomar por base as divisões estatais atuais para se analisar cartas, mapas e tratados diplomáticos de outros momentos históricos.

Em verdade, respeitadas as limitações técnicas existentes em cada caso e época específica, que a depender tornavam praticamente impossível o trabalho de demarcação no terreno das linhas fronteiriças acordadas, o que teríamos é que esses mapas, cartas e tratados históricos, entendidos como a representação de uma vontade de controle dos Estados metropolitanos sobre espaços pouco ou nada conhecidos, se não estabeleciam efetivamente uma divisa, poderiam facilmente funcionar como parâmetros de ações, planos e projetos de políticas territoriais a serem executadas.

Nesse caso, devido ao fato da geografia histórica que praticamos ser pensada a partir de uma visão retrospectiva que analisa o processo de instituição das divisões políticas num momento *post festum*, quando já se sabe o resultado das disputas fronteiriças, a projeção ao passado dos limites atuais dos Estados permitiria hipoteticamente apontar o sucesso ou o fracasso das ações então desenvolvidas sem se cair em explicações anacrônicas, que tomam uma realidade hodierna como se fosse atuante num momento histórico anterior:

Nesse enfoque o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento (...) Trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar a articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre. A análise sincrônica de tais processos num mesmo âmbito espacial – que envolve as dimensões econômica, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo (MORAES, 2002, p.63-64).

No caso das fronteiras políticas interiores, a idéia então seria operar uma distinção entre a noção de *frete pioneira*, de uso comum entre nós geógrafos, e *frete de expansão*, termo

mais usual entre os antropólogos. Ambas as designações, além de representarem momentos e modalidades da ocupação do espaço, referem-se também, e isso talvez seja mais importante, a modos de ser e de viver no espaço novo, às relações sociais entabuladas entre os sujeitos que fazem singular o sistema social desse novo espaço que se ocupa.

O ponto de partida estaria na definição do conceito de frente (ou franja) pioneira tal como feito pelos autores clássicos em Geografia, como Leo Waibel e Pierre Monbeig: a frente pioneira teria assim como referência a formulação de novas concepções de vida, ou seja, diz respeito a um estilo de vida singular que é de certa forma mediado pelo urbano (ou que tem a dimensão urbana como constitutiva de sua paisagem), com uma indução à modernização das relações pelos agentes civilizatórios (fazendeiros, comerciantes, etc... empreendedores, de modo geral), enfim, a frente pioneira está associada com uma mudança social.¹³⁸

Sabendo então que ambas as definições são na verdade modos de ver a fronteira (e por consequência, a condição de fronteira) que evidenciam os lugares sociais a partir do qual a realidade é apreendida, temos a frente de expansão expressando a concepção de quem tem como referência as populações indígenas, isto é, essa concepção procura apreender o avanço dos “pioneiros” como se visto pelos povos indígenas. (MARTINS, 1975; 1997).

Porém, não há nessas concepções a suposição de se estar tratando de uma realidade específica e substantiva, e por isso não são conceitos, mas designações através das quais podemos evidenciar o fato de que estamos lidando com diferentes modos como os grupos sociais se expandem territorialmente. O que ocorreria, então, é que:

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreende-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra, aquela está aquém desta). (MARTINS, 1975, p.45).

Nesse enquadramento, restaria a questão da faixa existente entre uma e outra dessas fronteiras, já que essa faixa pode ser habitada independentemente de sua vida econômica estar

¹³⁸ Não obstante, essa característica de estar associada a mudanças sociais permite que identifiquemos a frente pioneira como avançando sobre um “sertão”. Qualificado anteriormente como um espaço-alvo de projetos, local reservado à expansão colonizadora, o sertão incluiria também em sua definição a superação da condição sertaneja, causa do suposto “atraso”, podendo ainda estar associado a lugares de povoamento frágil e a áreas de domínio político rarefeito, nas quais a ordenação estatal não foi devidamente consolidada (MARTINS, 1998; MORAES, 2003). O que queremos dizer, afinal, é que em se abstraindo o fato da incorporação de novas terras à sociedade que se expande, as relações sociais e singulares que acabam por articular a vida social na zona pioneira não são, elas mesmas, uma novidade, não são, por isso, “pioneiras”: “Em outros termos, as relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias a sua implantação” (MARTINS, 1975, p.44).

estruturada a partir de relações com o mercado, fato que por si só não nos habilita a classificar as atividades desenvolvidas como uma mera economia de base de recursos naturais.

O que aconteceria então é que como os produtos ali produzidos podem, a depender da conjuntura, facilmente assumir um valor de troca no mercado, o melhor seria dizer que se trata de uma *economia do excedente*, e não de uma economia de subsistência, visto que desde a organização da produção o excedente já aparece enquanto potencial de valor:

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão* (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. (MARTINS, 1975, p.46).¹³⁹

O que se vê, portanto, é que as relações fundamentais da frente de expansão não estão determinadas pela produção de mercadorias, pois o que mais a caracterizaria seria a apropriação de terras (entendida a terra como condição fundamental de todo e qualquer trabalho) devolutas através da *posse* e da *ocupação*, isto é, o uso privado dessas terras sem que elas assumam a equivalência de mercadoria. Donde se tem ser a figura central da frente de expansão o ocupante ou posseiro.¹⁴⁰

Nesse ponto podemos observar que um padrão da apropriação das terras estabelecido ainda durante o século XVIII, com a generalização da posse com cultura como forma de aquisição do domínio sobre a terra, é novamente reforçado nesse início do XIX. Ou seja, a ocupação pela posse simples e pura de uma terra cultivada ou utilizada para criação passa a

¹³⁹ Seria importante colocarmos que na realidade brasileira temos exemplos de áreas que se organizam economicamente à feição de uma economia do excedente mesmo em regiões que não apresentam influências diretas advindas de uma situação de fronteira. O que queremos dizer é que se pode estabelecer nexos complementares entre as economias de excedente e os centros economicamente mais desenvolvidos. Trata-se, pois, mais de um modo de articulação entre formas diversas de produção de mercadorias, expressão de uma específica divisão territorial do trabalho, e não de um tipo singular de organização sócio-econômica decorrente da condição fronteiriça: “O excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só *depois* venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo *quanto* plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio” (MARTINS, 1997, p.190).

¹⁴⁰ “Muito antes da linha fronteiriça definir a presença do civilizado num território determinado, a frente de expansão já se expande indiretamente empurrando os grupos indígenas mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes. No geral, tem decorrido daí guerras intertribais e até o extermínio de algumas populações indígenas por parte de outros grupos indígenas. A escassez de estudos que combinem etno-história com a história dificulta uma visão ampla desse imenso e múltiplo conflito que se dá além da fronteira, que se mostra, assim, além do mais, fronteira da História, como resultado da histórica expansão da sociedade civilizada” (MARTINS, 1997, p.170) .

vigorar amplamente como costume aceito, com a “propriedade” da terra vindo da apropriação direta da natureza (SILVA, 1996).

Valeria notar que dentro do sistema de produção da colônia, que utilizava de forma predatória o estoque disponível de terras, percebe-se que a mobilidade requerida por esse padrão de ocupação não se coadunava com a rigidez da legislação. A consciência do rápido esgotamento das terras fez com que se disseminasse entre os fazendeiros o hábito de constituir “reservas” de terras para se garantir o cultivo futuro, mantendo aquilo que chamamos de fundos territoriais. Daí o fato de se apropriarem de mais terras do que as apenas cultivadas, costume que se aliava à falta de interesse em se informar detalhadamente as autoridades sobre os limites das próprias terras.

É dessa maneira que o sistema sesmarial colonial contribuiu para a formação dos latifúndios, pois esse sistema, que em Portugal teve o objetivo de mediar as relações entre as diversas forças sociais (características feudais mesclando-se aos novos interesses da burguesia mercantil envolvida com a expansão ultramarina), no Brasil mediava as relações entre a administração metropolitana e o senhoriato rural que se foi formando, e daí ele ter se adaptado aos imperativos do sistema de colonização (SILVA, 1996).

O que importa ressaltar desse processo é que a manutenção das condições então vigentes no sistema produtivo fez com que a questão da terra não se alterasse significativamente na primeira metade do século XIX, havendo mesmo até um maior reconhecimento das autoridades em relação ao padrão de ocupação apoiado na posse.

O predomínio da posse após o desatamento dos vínculos coloniais indica um período de transição no qual os proprietários ainda se regiam por normas estipuladas no regime colonial: *“No período entre 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a ‘fase áurea do posseiro’.”* (SILVA, 1996, p.81).

Nesse sentido podemos fazer uma vinculação, no século XIX, entre a consolidação do Estado nacional e a feitura de uma legislação que normalizaria o processo de aquisição de domínio sobre as terras. Desse modo, a Lei de Terras de 1850 teria a função de ser, juridicamente, a constituinte da figura das terras públicas, cumprindo papel chave na formação da propriedade privada plena (SILVA, 2001).

Contudo, a constituição dessa figura jurídica – as “terras devolutas” – não incluiu, como nos Estados Unidos, a construção de uma política de terras que associava a ocupação desses “espaços vazios” que foram criados pela legislação com a própria consolidação da nacionalidade. Quer dizer, não se define no Brasil nenhuma política especial em relação às terras públicas. Dessa maneira, o mito do “pioneiro”, tal como evidenciado em Frederick J. Turner para o caso dos Estados Unidos, não existiu nos primeiros momentos do Brasil Imperial (SILVA, 2001).

Esse esquema de constituição das propriedades que vimos descrevendo pode agora nos auxiliar numa melhor compreensão de como pôde se efetuar, apoiada preponderantemente na posse e por iniciativa de particulares oriundos de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e do entorno cuiabano, a efetiva conquista das terras do planalto Sul mato-grossense e Sudoeste goiano.

Em direção ao Sul do Mato Grosso foram duas, portanto, as correntes de povoamento: a comandada pelos cuiabanos, que desceu o rio Paraguai e afluentes, como os rios Taquari e Coxim; e aquela que, vindo das regiões acima referidas, atravessa o rio Paranaíba e rumo a Oeste, chegando até o sopé da Serra da Bodoquema (LUCÍDIO, 1993).

O sistema utilizado para se apropriar das fazendas era o de “demarcações”, na qual um primeiro grupo de sertanistas empreendia rápidas entradas de reconhecimento nas terras a serem apropriadas, verificando a ocorrência de sais minerais, pastos e águas, a presença ou não de indígenas hostis e a facilidade em se chegar à localidade. As posses eram estabelecidas fincando-se estacas de paus nas margens dos rios e córregos.

Emerge assim com importância redobrada o surgimento, dentro desse processo de ocupação do planalto Sul mato-grossense, do povoado de Santana do Paranaíba, primeiro marco efetivo de ocupação dessas terras. Sua existência foi assegurada, primeiramente, por sua elevação à categoria de Distrito de Paz já em 1838, mas, sobretudo, pela abertura, anos antes, da chamada “Estrada do Piquiri”.

Essa antiga trilha garimpera, oficializada pelo governo em 1836, saía de Cuiabá e, seguindo o rumo do rio São Lourenço, chegava próximo ao rio Correntes, de onde se dirigia até Santana do Paranaíba. Ali se bifurcava: um ramal levava diretamente a Minas Gerais, por Uberaba, e outra seguia até São Paulo, passando por Araraquara (LUCÍDIO, 1993; RONCO, 2006).

Interessante lembrar que as terras situadas entre os rios Paranaíba e Grande – o Triângulo (hoje) Mineiro – local de passagem daqueles que faziam o caminho entre Goiás e

São Paulo (e entre o Mato Grosso e Minas Gerais a partir da estrada do Piquiri), foi, na época, motivo de um litígio entre a província de Goiás e Minas Gerais. A disputa pela jurisdição sobre essa área, denominada desde o século XVIII como o “Sertão da Farinha Podre”, pode servir para bem ilustrar as variáveis presentes no processo de formação e definição das fronteiras políticas internas do Brasil.¹⁴¹

Retomando, a história da constituição de Santana do Paranaíba, que envolve a transferência de grande contingente de pessoas que migravam junto a famílias poderosas, como os Garcia Leal, Souza, Lopes, Barbosa e Pereira, verdadeiros clãs que se instalaram na região (antigamente conhecida por “Sertão dos Garcia”), é menos importante que o fato deste arraial ter funcionado como verdadeiro entreposto comercial do sertão, interligando em sua esfera de convergência lugares distantes e, até então, totalmente esquecidos dos colonos.¹⁴²

De fato, a estrutura de ocupação levada a cabo por esses primeiros povoadores, na qual a presença dos rebanhos bovinos condicionava a locomoção e dispersão das famílias pelos campos, em tudo é similar às fazendas públicas mato-grossenses que antes descrevemos. Consequentemente, o relacionamento das posses e sítios advindo dessa estrutura de ocupação mostrar-nos-ia uma fazenda que, sendo mais bem localizada ou apresentando melhores construções, iria funcionar como sede, abrigando os chefes das famílias.

¹⁴¹ Tendo em Desemboque e Araxá os principais núcleos de povoamento, essa região experimentou um dos mais intensos e interessantes movimentos migratórios do interior do Brasil, pois animados com as notícias da existência de fontes naturais de água salitrada em terras goianas, roceiros e criadores advindos principalmente do centro-sul de Minas Gerais, os *geralistas*, fixaram-se nessa localidade já a partir do final do século XVIII. Em relação a transferência de jurisdição do “Sertão da Farinha Podre” de Goiás para Minas Gerais, sabe-se que foi decidida por Carta Régia assinada por D. João VI em 1816, e teve como justificativa oficial a grande distância existente entre Araxá (que havia desbancado a mais antiga Desemboque da condição de centro econômica e politicamente mais importante) e Vila Boa de Goiás: “...houve uma grande expansão da pecuária de corte sobre os chapadões do Alto Paranaíba e Alto Rio das Velhas, entre 1800 e 1820, orientada por um lado pela presença de fontes de água salgada e, de outro, pelas picadas, a de Goiás e a do Desemboque, que tornavam possível o acesso ao mercado do Rio de Janeiro. O aumento do fluxo de mercadorias por esses caminhos transformou os núcleos situados a jusante deles em verdadeiras *bocas do sertão* (...) Esses fazendeiros araxaenses especializados em invernada tornaram-se, com o tempo, importantes compradores de gado em Goiás, principalmente das fazendas do Sul goiano (termos de Santa Cruz e Bonfim), de onde os rebanhos eram trazidos a Araxá, mantidos até a idade de abate nas fazendas próximas aos bebedouros, e então vendidos (...) Um motivo provável para a decisão régia, favorável aos interesses araxaenses, talvez tenha sido a maior capacidade de Minas de promover a colonização do Extremo Oeste mineiro, se comparada com Goiás. Em Minas havia um grande excedente demográfico na região central que já há mais de sessenta anos iniciara um movimento migratório para áreas de fronteira. Realmente, após a anexação dos novos territórios a Minas, foram concedidas 10 sesmarias no julgado do Araxá, das quais 7 apenas em 1817, no ano seguinte ao da anexação.” (LOURENÇO, 2005, p.117-118/ 120).

¹⁴² Um relatório do presidente da província de Goiás Camargo Fleury escrito em 1837 permite que avaliemos de maneira um pouco mais detalhada tanto as movimentações de migrantes efetuando uma intensa apropriação de terras consideradas vazias, quanto as disputas sobre a jurisdição das áreas que as novas ocupações poderiam causar: “*É constante que além do Rio Verde, ao Sul desta capital, existe ainda um terreno não habitado, que se calcula ter 20 léguas, e que, além deste sertão, se acham estabelecidos já uns Garcias, homens da Província São Paulo que, atraídos pela fertilidade do terreno, e das suas boas pastagens para a criação de gado vacum e cavalares, vieram ali estabelecer-se, no que, depois, têm sido imitados por homens de Minas Gerais, e nenhum destes tem aberto relações com esta capital, em cujo município residem.*” (Apud FUNES, 1986. p.98).

Já os filhos e agregados iam, conforme a necessidade, como a ocorrência de casamentos, ou a possibilidade, como a “descoberta” de boas terras agricultáveis, migrando para localidades cada vez mais distantes. Isso sugere a formação de um padrão espacial que se aproxima de um mosaico de terras, na qual a fixação e o uso do solo estão diretamente ligados ao desenvolvimento da atividade econômica.

Frisemos também que nessa realidade as sesmarias gigantes não se constituem em áreas de exploração em sua totalidade, o que acaba por gerar a organização de uma paisagem na qual poderia ser muito comum a presença sobreposta de sítios e chácaras, isto é, de áreas arrendadas a cujo arrendante caberia a posse iminente da terra.

Tal poderia ocorrer principalmente pela não exploração direta das terras pelos grandes sesmeiros, pois mesmo numa análise da composição dos grandes domínios representados pelos imensos latifúndios distribuídos pela Coroa, podemos ver que eles eram compostos de inúmeros sítios (currais ou fazendas) arrendados que, de fato, formavam a base do sistema pecuarista, visto que controlavam diretamente a produção (LINHARES&SILVA, 1981).

Aqui não há uma ligação direta entre as dimensões da propriedade, a produtividade e a capacidade de sustentação do plantel de gado, pois a escassez de recursos naturais fundamentais (água, pastos e sal) fazia com que essas unidades menores acompanhassem, no interior do domínio, as áreas detentoras desses recursos, fato que explica a grande cobiça e as ferrenhas disputas pela propriedade da terra (TEIXEIRA DA SILVA, 2002).

Além disso, também a localização dos pontos de apoio ao longo dos caminhos em direção às feiras (as fazendas de engorda ou invernada, centralizadas na região de Santana do Paranaíba e Rio Verde pela proximidade com os mercados de Uberaba e Araraquara) dá origem a uma estrutura territorial mais ordenada e organizada do que antes poderia se sugerir, já que diversos dos ranchos que rodeavam as principais fazendas de invernada (igualmente como diversas feiras) deram origem a inúmeras vilas e povoações no interior do território, como a povoação de Nioaque, fundação pioneira em terras que eram formalmente portuguesas (depois brasileiras) desde o Tratado de Badajóz.

Em hipótese, embora o uso da mão-de-obra escrava tenha sido generalizado, poderíamos ainda ver na estrutura social daí depreendida, com os vaqueiros, cabras e agregados pagos pelo sistema da partilha (quarto ou quinto), com direito a criar seu próprio gado e acesso aos recursos (naturais e benfeitorias) da fazenda, alguns elementos explicativos

para uma gênese do trabalho familiar camponês no Brasil (LINHARES, 1996; HENDERSON, 1998).

O que imaginamos que poderia acontecer é que essa circulação interna viria a permitir um pequeno rendimento próprio e reconhecido pelos senhores a escravos, forros e demais empregados. Tais rendas seriam ainda: *“infinitamente superior aos rendimentos alcançados por seus congêneres no plantio de alimentos e criação de aves de terreiro (...) De qualquer forma, o mundo da empresa sertaneja surge mais aberto, menos hierarquizado e mais variegado do ponto de vista social”* (TEIXEIRA DA SILVA, 2002, p.141).

Novamente aqui, como no caso do Comendador Joaquim Alves, da Fazenda Babilônia, em Goiás, e do tenente-coronel João Pereira Leite, da Fazenda Jacobina, em Mato Grosso, é possível observar uma certa hegemonização da produção engendrada pelos grandes fazendeiros que eram, em geral, também os detentores das lojas e armazéns e os aptos a serem recrutados “coronéis” e “maiores” pela recém-formada Guarda Nacional.

O que queremos ressaltar, de qualquer maneira, é que esses agentes do capital mercantil canalizavam quase toda a produção dos agregados e pequenos proprietários, comprando-a em troca dos produtos básicos ali não produzidos, como sal, ferramentas e insumos, para só então, de posse da maior parte da produção comercializada como excedente, partir em tropa para Minas Gerais ou São Paulo.

A função primordial da região sul-planaltina mato-grossense seria, portanto, ser fornecedor de gado magro em pé para as fazendas de engorda paulistas ou mineiras, e, casualmente, a depender da demanda, fornecedor de alimentos no comércio intra mas também inter provincial, relacionando-se sobretudo com Cuiabá (LUCÍDIO, 1993).

Essa forma de subordinar indiretamente a produção, através de investimentos em meios que buscavam dar uma agilidade cada vez maior ao capital mercantil (como em matérias-primas, armazéns, mercadorias, mas também créditos e moedas) explica, em parte, o comportamento característico dos empresários que:

desconheciam a especialização, característica dominante entre os pequenos negociantes, mestres, lojistas. Os grandes negociantes atuavam sob os impulsos do momento, podendo ser sucessiva ou concomitantemente mercadores, armadores, financistas, seguradores, banqueiros e, no limite, empresários agrícolas e industriais (...) perdas com a pimenta eram compensadas no comércio da conchonchila; perdas nos financiamentos para os Estados eram recuperadas nos empréstimos aos pequenos agricultores. (ARRUDA, 2001, p.247).

Nesses termos, a ocupação ou mesmo compra de grandes extensões de terra, com a conseqüente concentração fundiária, visaria manter sob o controle do novo estamento privilegiado que surgia os imensos *fundos territoriais*, o que só foi garantido posteriormente pela confirmação da não fragmentação do antigo território colonial após emancipação política. De fato, tratando mais de Goiás na segunda metade do século XIX, podemos ver que, genericamente:

A apropriação de terras aconteceu, nessa segunda etapa, na medida em que a perspectiva de incorporá-las à produção foi se tornando efetiva e, quanto mais próxima se tornava essa possibilidade, maior era a expectativa com o seu preço. Assim, como a expectativa de espraio da área de produção, naquele momento, atingia o Sul e Sudoeste goianos, a venda de terras parece ter sido um dos meios de financiar o desenvolvimento da agropecuária naquela região, configurando um processo que estaria bastante próximo daquilo que Marx chama de acumulação primitiva. (AGUIAR, 2003, p.69).

Regredindo um pouco, faltou explicitarmos o sentido daquilo a que estamos nos referindo como situação ou condição de fronteira: compreendendo que a fronteira diz respeito a uma zona ou faixa que separa âmbitos espaciais de exercício legitimado do poder entre duas ou mais entidades políticas (e note-se que isso é válido tanto para as fronteiras **intra** como para as **inter** nacionais), entende-se, por condição de fronteira, as relações sociais estabelecidas pelos (e entre os) grupos sociais que habitam essa faixa.

O pressuposto é que tais relações expressam uma realidade singular na medida em que a fronteira seria, em essência, o lugar da alteridade, lugar de encontros e desencontros, onde nos defrontamos com uma situação real de conflito social, enfim, a fronteira:

à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro (...) Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1997, p.150-151).

Se fizermos, na discussão do relacionamento entre a frente de expansão e a frente pioneira, um exercício de escala, pode-se inferir que, em se partindo dos limites internacionais, há uma distinção que separa, dentro de um território, uma fronteira demográfica de outra econômica.¹⁴³

¹⁴³ “Em outras palavras, a ‘escala real’ deve ser definida em função dos processos que articulam funcionalmente os lugares, áreas, regiões ou subespaços. A diferenciação e a homogenização dos espaços, ou em termos mais concretos, a dilaceração e o amalgamento dos territórios, a criação e a morte de regiões introduz a dimensão

Com isso estamos querendo dizer que a linha de povoamento avança sobre novas terras antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Assim, quando os geógrafos falam de frente pioneira, o que está em discussão é o movimento dessa fronteira econômica. Em contrapartida, quando falam os antropólogos de frente de expansão, geralmente estão se referindo à fronteira demográfica, no sentido de fronteira da civilização.

Isso nos colocaria diante da constatação de que entre a fronteira demográfica e a econômica há uma zona ocupada por agentes da “civilização” que ainda não se constituíram em propulsores da frente pioneira, ou seja, ainda não são os difusores de uma mudança social, mas apenas a presença do diverso que se vai impondo.

Com efeito, ao apresentarmos a distinção entre frente pioneira e frente de expansão de maneira esquemática – tal uma sucessão linear em que há precedência entre a expansão da fronteira demográfica e a constituição da econômica – sabemos que estamos correndo o risco de ver obnubilada sua função de instrumento auxiliar na compreensão das efetivas relações sociais e acontecimentos que dão à fronteira seu caráter de realidade singular.

Porém, a distinção torna-se útil quando ambas as concepções são trabalhadas na sua unidade, colocando em destaque a temporalidade própria da situação de cada grupo social nessas diversas faixas que, na realidade, se justapõem.

Trazendo essa reflexão para nosso estudo específico, vemos que o uso em conjunto dessa interpretação sociológica da condição de fronteira com as noções geográficas de limite e fronteira coloca outra possibilidade interpretativa, indicando que a região de Goiás era essencialmente uma zona fronteira que iniciava a se consolidar como uma região periférica, enquadrando-se num movimento de manutenção da *fronteira demográfica* da colônia e marcando os limites do território usado. Já o Mato Grosso mantinha-se como ponto avançado da ocupação frente a outros *fronts* de expansão, delineando, a partir da hierarquização dos lugares enfeixados em seu círculo de influência, os limites rarefeitos da soberania formal.

Aqui está entendido que só se pode referir a “regiões periféricas” compreendendo-as como partes integrantes de um sistema maior, no caso em questão, a totalidade da América portuguesa (ou do Império lusitano) que, por sua vez, também se inclui em outra totalidade, que é a redefinição da divisão mundial do trabalho no momento de maturação do capitalismo no pós Revolução Industrial.

temporal na própria noção de escala, considerada como ‘intensidade e conjunto’ cuja determinação não depende apenas da forma, tamanho ou função, mas fundamentalmente do processo histórico, ou mais precisamente, do momento histórico considerado” (MARTIN, 1993, p.99).

Contudo, para que afirmemos o caráter “periférico” (isolado, marginal ou complementar) de uma região, temos primeiramente que visualizar o “centro” (ou os centros) a partir do qual é estabelecida uma divisão territorial do trabalho específica que pode resultar numa contínua drenagem de capitais.

Vista de uma maneira mais abstrata, que mira mesmo uma teorização do processo de organização do espaço em sua expressão regional, podemos chegar a dizer que uma região periférica apresenta, desde sua origem e evolução, uma tendência de passar necessariamente pelas condições de isolamento, marginalização e complementaridade (SILVA, 1978).¹⁴⁴

No caso, a elucidação dos circuitos internos de trocas seria, como já notado, ferramenta valiosa para a compreensão de como funcionavam os mecanismos de transferência de renda do excedente produzido numa região para outra, pois a partir daí conseguiríamos apontar tendências que venham a indicar as maneiras como os centros do litoral brasileiro, através das suas grandes casas comerciais, poderiam funcionar como centros intermediários na agilização do circuito do capital mercantil, co-participantes, pois, da apropriação metropolitana das riquezas dentro de um sistema tipicamente colonial de trocas desiguais.

Exemplificando como o roteiro de circulação do capital mercantil adentra o interior da estrutura colonial, temos o verdadeiro desequilíbrio de forças e a alteração na direção das tradicionais “rotas de peregrinação” do Império Português (ANDERSON, 1991) quando da instalação da corte imperial no Rio de Janeiro em 1808, fato que retirou de Lisboa a condição de epicentro do Império colonial e fez mudar uma relação que antes se dava horizontalmente entre as diversas capitanias luso-americanas (JANCSÓ&PIMENTA, 2000).¹⁴⁵

¹⁴⁴ “De um ponto de vista geoeconômico uma região periférica caracteriza-se por seu território produzir para o exterior do qual depende em termos de mercado polarizador: a região central. Em vista dessa dependência, região periférica e região central são contrapartidas de uma mesma condição geoeconômica (...) O processo de geração desta situação está relacionado ao tipo de divisão territorial do trabalho que se estabelece a partir da região central. O desenvolvimento ou crescimento produzidos nessas circunstâncias promovem modificações estruturais nos espaços de produção, circulação e consumo, privilegiando os dois últimos em detrimento do primeiro” (SILVA, 1978, p.118).

¹⁴⁵ A nova situação criada com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, que desenhava novos circuitos, estabelecendo outras hierarquias entre os lugares, pode ser assim referida: “O tradicional equilíbrio político entre as capitanias ou, mais exatamente, entre os grandes centros de convergência do espaço luso-americano, cada qual ligado a Lisboa, onde se realizava a unidade do todo por eles formado, foi bruscamente substituído por outro que instaurava uma hierarquia entre espaços sociais que anteriormente relacionavam-se horizontalmente, alteração que, subordinando as outras regiões ao Rio de Janeiro, tinha imediato sentido prático (...) O novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um conglomerado de capitanias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade e de um centro de gravidade que, além de sê-lo do novo Reino, era-o também de todo o Império” (JANCSÓ&PIMENTA, 2000, p.155-156).

Avancemos um pouco nessa discussão. A “interiorização da metrópole”, que como considera Maria Odila Silva Dias lançou as “sementes da integração nacional” através do prolongamento da administração e estrutura colonial pelo interior feito pela Corte do Rio de Janeiro (DIAS, 1972), passou a enraizar os interesses estatais portugueses no chamado Centro-Sul da Colônia.

Tal fato altera as relações que Russel-Wood define como de “centro-periferia”, as quais poderiam se estabelecer verticalmente, referindo-se às antigas relações diretas com Lisboa, ou horizontalmente, na qual se incluem as relações entabuladas pelos interesses dos colonos no seu entorno direto.

Dessa perspectiva, um “centro” ou “núcleo”, associado sempre a um aglomerado urbano, seria uma vila ou cidade capaz de cumprir um papel multifuncional enquanto centro de governo, bispado, comércio e de importância estratégico-militar, entre outras. Porém, segundo o autor, foram poucos os lugares que, no Brasil, conseguiram se tornar um “centro” para além de um sentido regional ou local, havendo, enfim, as *“vilas que eram pontos importantes de articulação do comércio intracolônial, ou centros de coleta de impostos e dizimos, mas cuja importância nunca tão grande a ponto de transformá-las em núcleos”* (RUSSEL-WOOD, 1998, p.218).

Todavia, muito embora essa afirmação de Russel-Wood possa ser válida para a maioria das aglomerações urbanas brasileiras do início do século XIX, mormente as mais interiorizadas, se nos ativermos à classificação das cidades enquanto centros regionais no sentido mais amplo aqui atribuído ao termo, teríamos, ao menos para as maiores da época, como Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e, em menor escala, São Paulo (isso incluso o porto de Santos), a concentração de funções que nos permitem afirmar seu status de núcleos de articulação do território brasileiro, já que a quase totalidade dos fluxos com o exterior entabulavam-se a partir dos portos dessas localidades, que polarizavam ainda, além do mais, as direções dos fluxos internos de mercadorias, ordens e pessoas.

Em relação às “periferias”, elas podem ser mais bem compreendidas se vistas a partir de um prisma que recorre aos termos geográficos de “umland”, “hinterland” e “vorland” para explicitar os tipos de relacionamento possíveis entre os núcleos constituídos e suas áreas de influência. As diferenças entre os termos podem ser de modo geral feitas a partir das distâncias estabelecidas entre os núcleos, que dizem respeito, por sua vez, não só à proximidade ou ao afastamento físico no terreno, mas principalmente à intensidade dos contatos políticos, culturais e econômicos engendrados.

Assim, uma *umland* seria a periferia imediata, ponto de ligações políticas, culturais e econômicas de maior proximidade com o núcleo/centro considerado. Já a *hinterland* implica mesmo numa distância maior, embora revele traços de continuidade espacial com o ponto nuclear. Ela seria de fato uma grande área de influência ou região expandida, e seus limites não incluiriam a *umland*, pois seu funcionamento são dela também tributários (RUSSEL-WOOD, 1998).

Por fim, a *vorland* diria respeito a localidades que não apresentam nenhuma contigüidade espacial, mas que estão em intensa conexão, como na situação limite entre os portos brasileiros e africanos da carreira do Atlântico Sul, como Salvador e o Golfo de Benin ou o Rio de Janeiro e Angola (ALENCASTRO, 2000), ou ainda na complementaridade entre a pauta produtiva dos núcleos urbanos interiorizados e os portos do qual dependiam.¹⁴⁶

Um exemplo básico de como poderia se dar essas alterações encontra-se no lento processo de recuperação da centralidade experimentado por Cuiabá. Tendo sido preterida por Vila Bela na segunda metade do XVIII, a partir do início do XIX a Vila Real vai readquirido o papel primordial das relações entabuladas em Mato Grosso. A partir de 1806, no governo de João Carlos Augusto Oeynhausen, que foi a Vila Bela apenas uma vez em toda sua estadia em Mato Grosso, alguns órgãos administrativos são trazidos de volta. Tais ações foram catalisadas com a abertura das minas de diamantes e conseqüente esvaziamento de Vila Bela. Também foi aventada a transferência definitiva da capital.

Seu sucessor, Francisco de Paula Magessi, que assumiu em 1819, nem chegou a ir a Vila Bela, governando sempre da agora Cidade do Cuiabá, que passou a ser, de fato, a capital da província, situação legalizada apenas em 1834. Tais ações, mais os dados antes apresentados, corroboram com a hipótese da constituição de Cuiabá como um núcleo local, que atraía para sua esfera as produções até de povoados mais distantes.

¹⁴⁶ Esses relacionamentos eram, obviamente, sujeitos a mudanças e alterações, não se constituindo em relações unidimensionais e estáticas. Por exemplo, uma *hinterland* provedora de alimentos básicos para um centro poderia desempenhar funções mais complexas a depender de uma mudança em sua pauta produtiva que entranhasse relações comerciais mais valorizadas e complementares. Em resumo: “Por meio de sua contigüidade em relação ao núcleo era pouco provável que uma “*umland*” fosse outra coisa além da “*umland*” de um *núcleo* específico; no entanto, a “*hinterland*” ou a “*vorland*” poderiam ter esse relacionamento com um único ou múltiplos *núcleos* concomitantemente ou in *seriatum*. Inversamente, o tempo e as circunstâncias poderiam significar que um *núcleo* não manteria a mesma “*hinterland*” ou “*vorland*”; ou que dois *núcleos* poderiam dividir a mesma “*hinterland*” ou “*vorland*”. Resumidamente estas eram as variantes que acompanhavam tais relacionamentos envolvendo um núcleo. Uma “*hinterland*” poderia desenvolver um relacionamento com outra “*hinterland*” interior na ausência de *núcleo*, ou uma “*hinterland*” poderia desenvolver-se em um *núcleo*. O mercado era o mais importante fator afetando o processo de mudança. Tais denominações introduzem a discussão acerca da especificidade ausente no termo “periferia”, embora preservando o *núcleo* ou centro como ponto de referência” (RUSSEL-WOOD, 1998, p.221).

Já a consolidação de Santana do Paranaíba e do povoado de Rio Verde numa área que pode ser inclusa numa imensa “hinterland” que começava a se esboçar a partir do Rio de Janeiro, que incluía todo o Centro-Sul da colônia, avançando sua dominação até os sertões mais profundos de Goiás e Mato Grosso, pode ser caracterizado, por suas funções, como a criação de um pequeno núcleo local que mediará os contatos das localidades a ele associadas com o “centro” mais dinâmico.

Ilustrando essa situação, podemos dizer, a respeito de Santana do Paranaíba, que era:

Ponto de passagem obrigatório das boiadas e mercadorias vindas do interior da província do Mato Grosso, que buscavam alcançar as províncias de Minas Gerais e São Paulo e vice-versa; portal de entrada e saída por terra para todo o sul de Mato Grosso, a vila, em pouco tempo, passou a ser o centro dinâmico de intensa efervescência política, econômica e sócio-cultural da região sul do planalto mato-grossense. Devido sua posição estratégica privilegiada (situada num ponto mais ou menos equidistante das fronteiras com Goiás e São Paulo, e a poucos quilômetros da de Minas Gerais), tornou-se o principal ponto de referência das populações que se afazendaram pelo vasto território do planalto. (LUCÍDIO, 1993, p.214).

Visto dessa maneira, o recuo da *fronteira econômica* representado pelo declínio da atividade garimpeira – que normalmente é interpretada como a expressão concreta da decadência pela qual a região passava – aqui é vista como a imagem das intensas migrações que, no processo de reestruturação da economia regional, foram uma realidade dura, mas necessária para uma massa populacional apta a se deslocar (PÓVOA NETO, 1998). O que estamos dizendo é que para Goiás:

A importância que a terra adquire, através de sua apropriação e em face da expansão da produção agropecuária, tendo em vista o fortalecimento da economia brasileira, emprestou a Goiás um ponto importante para a construção de seu perfil econômico. A segunda metade do XIX vai revelar uma província cuja participação no mercado se verifica através de uma exportação mais significativa e um comércio interno, em geral, mais intenso. (AGUIAR, 2003, p.72).

Por isso dissemos que se tratava de uma região periférica em formação, já que será somente nesse momento, a partir de meados do XIX, que o avanço dos cafezais sobre novas áreas do Sul de Minas Gerais e Oeste de São Paulo irá integrar definitivamente a região Sul de Goiás (de forma a cumprir sua função complementar) na economia brasileira.¹⁴⁷

¹⁴⁷ “Uma região periférica surge no momento em que, a partir de uma situação de ocorrência de várias unidades homogêneas, auto-sustentadas e com poucas relações entre si, uma destas – por razões geográficas e históricas – desenvolve uma capacidade de centralização que tende a se expandir. No momento seguinte as demais unidades se tornam isoladas em relação a essa região central. Esse isolamento tende a guardar as características anteriores de auto-sustentação em contradição com as relações esporádicas que começa a manter com o centro. Quando as relações com a região central começam a se intensificar esse isolamento tende a passar à condição de

Aprofundando um pouco essa constatação, podemos inferir que essa tipologia de classificação dos lugares a partir de suas relações com outras localidades, que tende a evoluir, como dissemos, pelas condições de isolamento, marginalização e complementaridade, pode ser avaliada de variadas escalas de análise. Logo, visto dentro do conjunto territorial brasileiro, o Rio de Janeiro, Belém, Salvador ou Recife seriam claramente regiões centrais a exercerem certo comando dos fluxos engendrados no hinterland sob sua influência, assim como, em escala bem menor, Cuiabá, Vila Boa de Goiás ou até Santana do Paranaíba, cumpririam a mesma função dentro da área mais imediata de alcance de sua atuação.¹⁴⁸

Desse modo, se sabemos que a especificidade de uma região fronteiriça pode ser buscada antes no modo de vida de seus habitantes que nas características advindas da sua posição geográfica, a dinâmica espacial da população, uma componente da tendência geral de redefinição das antigas áreas de mineração, revela-nos o Araguaia como uma primeira *divisa* aparente da ocupação consolidada dentro do território usado da colônia.

Isso porque não havia, entre os cerca de 1.000 km que separam Vila Boa e Cuiabá, nenhum estabelecimento perene de povoação luso-brasileira, existindo de fato diversas formas de negação do sistema colonial português, como as áreas dominadas por diferentes povos indígenas (nesse trecho a presença dos índios Caiapó, um dos grupos que mais resistência impuseram à colonização, é exemplar), ou núcleos articulados de negros fugidos, enfim, verdadeiras *extraterritorialidades* ameaçando o pretendido domínio estatal.

Visto desse ângulo, a política de aldeamentos e construção de presídios militares¹⁴⁹, retomados em Goiás para as terras da margem direita do Araguaia para a utilização dos índios

marginalização, situação essa que é transitória, pois a região começa a definir funções de complementaridade em relação a região central. A complementaridade tende a ocorrer no momento em que a expansão da região central atinge a periferia de modo decisivo, tendendo a incorporá-la.” (SILVA, 1978. p.119).

¹⁴⁸ Didaticamente poderíamos definir a *região isolada* como aquela para a qual a preexistência de um pólo é condição imprescindível de existência, podendo também ser notado que embora existam caminhos e rotas que a atingem, o que caracteriza seus fluxos são a intermitência e a morosidade das ligações. Por seu turno, a *marginalização* caracteriza-se por ser uma condição transitória e mutável, ocorrendo tanto quando a região isolada encontra possibilidades próprias de expansão, como quando a expansão da região central atinge a região isolada. Nesse caso é decisiva a abertura de comunicações intra-regionais ligando centros e periferias, fato que condiciona o surgimento de enclaves econômicos que dão feição mais definida à natureza dos fluxos: importante economicamente, a região marginal torna-se uma das bases de sustentação da região central (ainda que tenha sua riqueza drenada para fora).

Enfim, a condição marginal de uma região define-se como *complementar* quando o enclave deixa de ser uma unidade econômica para se tornar um sistema econômico, aumentando a intensidade da integração e velocidade da circulação de mercadorias, pessoas, capitais e ordens: “No limite a região complementar torna-se uma unidade da região central, sem perder, contudo, a condição periférica” (SILVA, 1978, p.124).

¹⁴⁹ Os primeiros foram mais comuns ao longo do século XVIII, com destaque para aqueles que se desenvolveram posteriormente como arraiais, tal como os aldeamentos de São José de Mossâmedes (atual Mossâmedes) e São José do Duro (Dianópolis), ambos fundados em 1755. Já a política de construção dos presídios, que também logrou bases para a fundação de arraiais e eram construídos pelo governo local com recursos vindos da Coroa, só

como trabalhadores rurais (KARASCH, 1992), visam estabelecer os parâmetros do relacionamento entre colonos e povos indígenas, pois tentariam funcionar como as formas visíveis, objetivadas no espaço, nas quais há uma mediação entre os que coabitam naquele espaço, sendo, por fim, construções materiais que evidenciam os inter-relacionamentos das diferenças.

Em pormenor, se lembrarmos que o estabelecimento de comunicações pela via fluvial através dos grandes rios, intentada desde o fim do XVIII, esbarrava no fato de que o despovoamento das margens do Araguaia e Tocantins permanecia um problema insolúvel ainda no XIX, veremos de que maneira os presídios e aldeamentos que tomavam conta da margem oriental do Araguaia representam os *marcos* da colonização lusitana na América.

É claro que os núcleos de povoamento instalados em Mato Grosso são, ao fim e ao cabo, os que estão em contato direto com os limites da América hispânica, todavia, compreendendo a fronteira como *fronteira do humano*¹⁵⁰, a rede de cidades polarizada por Vila Boa e Meia Ponte torna-se o *limite efetivo* da colonização empreendida nas terras interiores do Brasil Central, por serem esses os centros polarizadores ao qual se associa a fronteira do Araguaia.¹⁵¹

Aqui poderíamos bem delinear a definição dos termos antes proposta, pois fica evidente o caráter descontínuo da soberania estatal que se expressa como território colonial, com a frente de ocupação representada por Goiás demarcando os limites do território usado, ao passo que a área fronteiriça, que pretende delimitar os âmbitos espaciais de soberania formal dos impérios ibéricos, evidencia-se nas formas de ocupação engendradas em Mato Grosso:

No final do século XVIII, o território goiano não correspondia a um espaço continuado da penetração iniciada no litoral e que já havia atingido São Paulo e Minas. Goiás representava naquele século uma

teve incentivos Reais, em Goiás, a partir da segunda metade do século XIX. Antes disso se estabelecem apenas presídios fundamentais para a continuidade das comunicações fluviais, como o de São João das Duas Barras, na confluência do Araguaia com o Tocantins, que funcionava também como Registro e foi instalado em 1802 (TIBALLI, 1991).

¹⁵⁰ Na definição de José de Souza Martins, para quem há limitações dos estudos das Ciências Humanas sobre a problemática da fronteira: “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E sobretudo fronteira do humano [...] se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano” (MARTINS, 1997, p. 13-162).

¹⁵¹ Assim, os aldeamentos e presídios, como pontas de lança da política militar e defensiva, funcionariam como comportas que medeiam a intensidade das relações estabelecidas entre os habitantes ‘do lado de cá’ e os ‘do lado de lá’, pois: “Em suma a fronteira se define como o lugar onde se selecionam os contatos, podendo assumir o significado de ‘ponte’ ou de ‘muralha’ dependendo das circunstâncias mais gerais que ensejarão a qualidade e a intensidade dos intercâmbios” (MARTIN, 1993, p.93).

faixa de terra longínqua dos centros mais populosos sem se constituir no limite demográfico da colônia, pois este correspondia, na direção oeste, à região das minas de Cuiabá. Goiás é então integrado ao quadro geral da colônia, no século XVIII, como ‘frente de expansão’, ou seja, um espaço demográfico situado entre a fronteira econômica representada por Minas e a fronteira demográfica representada por Cuiabá. (TIBALLI, 1991, p.36).

Nossa interpretação tende a compreender esse processo de maneira um pouco diversa, pois partimos da aceitação do caráter fragmentado do território colonial,¹⁵² que advém do fato das instalações iniciais dos portugueses terem se objetivado como verdadeiras economias de enclaves, feitorias militares e mercantis, daí evoluindo, com a expansão dos núcleos pioneiros, para economias regionais que revelam traços autárquicos, evidenciando certa autonomia política que demarca o espaço regional (MORAES, 2006).

Nessa realidade, como pensamos a problemática da fronteira entendendo-a sempre como o lugar da convivência das diferenças, da contemporaneidade da diversidade, vemos como cada núcleo consolidado de povoamento, em qualquer parte da colônia, no limite pode ser um cenário de encontros característicos da fronteira, isto é, como cada região pode viver, em sua área de expansão, situações de fronteira.

O que estamos descrevendo, de todo modo, pode ser mais bem visualizado se operarmos aqui a distinção, consagrada nos EUA, entre os termos *frontier* e *border* (PRESCOTT, 1965; MAGNOLI, 1997). Goiás representaria mais fielmente a definição de fronteira econômica sugerida normalmente ao primeiro termo, pois funcionando como a retaguarda da ocupação consolidada, formaria uma faixa para o qual esse significado mais econômico de zona pioneira encaixar-se-ia perfeitamente, já que a expansão espacial e a difusão da colonização se dão incorporando novas áreas na economia de mercado.

Por sua vez, Mato Grosso identificar-se-ia plenamente com o significado de área que teve sua organização territorial influenciada objetivamente pela presença de um limite estritamente político (RUMLEY&MINGHI, 1991). Em língua inglesa, atribui-se tal especificidade ao termo *border*, que de fato se refere à zona que margeia uma linha fronteira nitidamente demarcada entre duas soberanias. Nesse sentido, sua especificidade estaria na

¹⁵² “Enfim, o território como espaço de dominação política (mesmo formal) suporta várias regiões no seu interior. Estas são espaços econômicos de ocupação efetiva encravados no território colonial. Tal distinção fica evidente quando se desdobram os conceitos de território e de ‘território usado’. Numa leitura apressada eles parecem redundantes, pois todo território seria em tese espaço usado. Todavia, quando introduzimos nessa discussão a idéia de reservas de espaços e de áreas ainda não economicamente apropriadas, a distinção entre os conceitos ganha sentido. Isto é, nem toda extensão espacial de uma colônia, definida na partilha entre as metrópoles, encontra-se incorporada de forma efetiva aos fluxos colonizadores (com povoamento e/ou exploração econômica). Mesmo constituem assim partes do patrimônio colonial sob domínio político de uma metrópole. São, nesse sentido, fundos territoriais” (MORAES, 2006, p.13).

qualidade geo-estratégica advinda da sua ocupação de caráter mais militar. Porém, a dinâmica dos “sertões do poente” só pode ser entendida como um todo se estabelecermos as relações entabuladas regionalmente em seu conjunto.

Um posicionamento a ser reforçado em nossa análise jaz na ênfase que demos ao papel do Estado, pois a construção da fronteira que demarca o espaço de atuação das soberanias formais, projetando uma pretensão e delimitando o âmbito espacial legitimado de dominação e exercício dos poderes estatais, pode ser percebida como a expressão material da institucionalização do aparelho estatal, com o esforço de constituição de uma burocracia administrativa sendo sua expressão mais visível no plano da estratificação social.

A ressalva à citação anterior estaria apenas no fato da região polarizada por Cuiabá ser mais bem compreendida como uma fronteira de caráter eminentemente político, pois em não havendo fora do Conselho Ultramarino referências objetivas à existência duma unidade no conjunto das regiões coloniais luso-brasileiras, e levando em conta a magnitude inquisidora das distâncias, a fronteira demográfica **consolidada** seria mesmo Goiás, restando ao Mato Grosso as importantes funções geopolíticas de barrar o expansionismo espanhol no vale do rio Paraguai ao mesmo tempo em que permitia a projeção cartográfica do território imaginado.

Desse modo, o processo da formação territorial brasileira, visível no próprio processo de afirmação do Estado português em terras americanas, é o fenômeno estrutural que hegemoniza e influencia decisivamente as relações sociais singulares que fazem dessa fronteira um sistema social diferenciado.

Logo, quando o Estado busca definir os âmbitos materiais de sua atuação soberana nessa área (o território), ele está, ao mesmo tempo, definindo o universo aonde vão se dar as complexas e distintas vivências de alteridades, chegando mesmo a influenciar, tomado o processo em sua dimensão simbólica, nas definições que informam possíveis construções de identidades coletivas.¹⁵³

O que estamos asseverando, em verdade, é que as outras dimensões intrinsecamente ligadas à compreensão da fronteira enquanto fronteira do humano a que a pouco referíamos,

¹⁵³ De fato, o que queremos ressaltar é que nesse processo de afirmação da forma estatal-nacional de controle e organização das sociedades, que se faz apoiado numa visão *contratualista* do poder e da política, o território é visto: “como uma jurisdição: o espaço de vigência de um corpo legislativo, a área de abrangência de cada contrato social. A noção de povo subjacente a tal entendimento pressupõe a delimitação de uma população, a qual se singulariza por circunscrições espaciais. Isto é, o levantamento da população refere-se aos habitantes de um âmbito espacial delimitado, o qual também será visto como espaço de autoridade de uma legislação (...) Nesse sentido, a teoria da cidadania envolve uma qualificação geográfica. Ao cidadão corresponde uma pátria, e esta é mais do que apenas um espaço econômico (um habitat), dizendo respeito também a um conjunto de valores e práticas simbólicas” (MORAES, 2005, p.118/9).

acabam por ser condicionadas, nesse contexto histórico, pela atuação dos agentes do Estado, que definem, por exemplo, as relações passíveis de serem estabelecidas entre os colonos luso-brasileiros, povos indígenas, religiosos e os hispano-americanos, selecionando e separando aqueles a serem considerados parte do “Nós” e aqueles que serão vistos como os “Outros”.

Colocar em relevo as tensões, resistências e disputas em meio ao qual se dá esse processo material/simbólico de formação do território foi o assunto que tentamos desenvolver ao longo do trabalho, lembrando ainda que nossas considerações, apoiadas em exame de caso e privilegiando a construção da materialidade, não conseguiram de maneira alguma esgotar a complexidade do tema, ficando mais na ótica da colonização portuguesa.

Poderíamos visualizar como exemplo, a interpretação sugerida por Denise Maldí, para quem as noções de *territorialidade* e de *fronteira* são fundamentais para se compreender as representações européias sobre a maneira como os povos indígenas estabeleciam relações entre si e com a natureza.

A noção de território é uma representação coletiva, uma ordenação primeva do espaço. A transformação do espaço em território é um fenômeno de representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem. A noção de território sem dúvida é formada através do dado imediato da materialidade, mas esse é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são abstratas (...) A concepção de fronteira, sendo um dado cultural, está diretamente relacionada à construção que a sociedade faz da alteridade. Nesse sentido, de uma forma eminentemente dialética, o indivíduo constrói sua identidade a partir de sua localização com relação a um grupo e da sua relação com a totalidade, tendo o espaço como paradigma, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido através do conjunto de relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade (MALDI, 1997, p.186-187).

Nesse contexto, não se dissocia território de territorialidade, e toma-se a fronteira como uma construção ao mesmo tempo ideológica, cultural e política, como uma parte do patrimônio material e ideológico que determina as relações entre a sociedade (ocidental) e seu espaço: conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações.

Do ponto de vista que estamos buscando, e levando em consideração as definições anteriormente propostas, a não distinção entre território e territorialidade parece inócua, pois ao retirar do conceito de território sua característica de ser uma área de jurisdição de um poder

legitimado, o componente material perde muito em importância, e relações de poder que eram de fato assimétricas são colocadas num mesmo nível.¹⁵⁴

Ora, como tentamos demonstrar, a definição da materialidade na qual o Estado exerce suas ações pode mesmo chegar a definir abrangência do “conjunto das relações institucionalmente estabelecidas pela sociedade”, permitindo que se limite as pessoas e lugares que irão participar dessa percepção do território como construção básica da identidade coletiva, de estabelecimento da diferença, distinguindo, como já notamos, o universo básico do qual irão fazer parte o “Nós” e os “Outros”, influenciando, pois, na percepção das alteridades.¹⁵⁵

Ao darmos ênfase no pretenso caráter intencional e estratégico das políticas portuguesas em sua atuação na região, que na medida do possível quisemos aqui comprovar, lembremos que o fizemos sempre de modo a qualificar os diferenciados tipos de ocupação que lograram expor, nas diversas formas que deixaram como herança, um certo ordenamento sócio-político ao qual respondem funcionalmente, o que coloca a Borda Oeste dentro de uma visão que não perde de vista a totalidade da qual faz parte.

Nos termos aqui utilizados, a expansão do povoamento por sobre o planalto Sul mato-grossense pode ser compreendido como resultado do dinamismo da frente de expansão em movimento, que cria novos estabelecimentos fixos que puderam, posteriormente, funcionar como zonas de difusão de uma nova colonização, complexificando as relações entre as várias “hinterlands” interiores e os núcleos litorâneos.

¹⁵⁴ Já definimos antes a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo de influenciar ou controlar fenômenos e recursos naturais, pessoas e relações sociais através de uma delimitação do espaço que garanta o controle das ações sobre uma área determinada (ver: Sack, 1986). Assim, se referida à formação do território estatal, essa concepção torna-se útil, pois permite a superposição de diversas territorialidades (portuguesas, espanholas, jesuítas, indígenas de diversas etnias, quilombolas, camponesas, etc.) sem perder de vista o fenômeno estrutural que condiciona as possibilidades de realização dessas potenciais virtualidades: a formação do estado e da nação.

¹⁵⁵ Na verdade, nosso posicionamento de privilegiar uma ótica que tem o processo de formação do Estado (e do território) como parâmetro fundamental, solução encontrada para equacionar a questão de *escala* que se nos impõe, não impede de maneira alguma que se possa analisar fenômenos correlatos que fazem parte desse mesmo contexto a partir de outras perspectivas, na qual a ênfase geral estaria em ressaltar a complexidade do papel histórico dos nativos e negros na formação das sociedades e culturas sul-americanas, o que nos impele a reconhecer que, nesse caso, esses atores não tomam diretamente para si a concepção estatal da territorialidade, que vivenciam e exprimem, a partir de cada um dos diferentes sistemas simbólicos dos grupos, de diversificadas maneiras. Para o caso do Mato Grosso ver, entre outros exemplos: Garcia, Elisa Frühauf, A “*conquista*” dos *Sete Povos das Missões: de*” *ato heróico*” luso-brasileiro a campanha negociada com os índios; Presotti, Thereza Martha, A *conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos Reinos de Gentios e a*” *guerra justa*” aos *Paiaguá (1719-1748)*, Comunicações apresentadas no XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH) Londrina/PR, Julho 2005, textos completos in: <www.ifch.unicamp.br/ihb/simposio.htm> .

No caso goiano a província estava internamente assim regionalizada: o Norte participava do ativo extrativismo das “drogas do sertão” engendrado no vale do Amazonas e escoado por via fluvial para Goiás e Mato Grosso, tendo em Porto Imperial e Natividade seus principais pontos de apoios; o Nordeste goiano estava, como sempre, articulado com os pastos do São Francisco, respondendo, pois, às ordens da Bahia e Pernambuco. Em ambas as áreas também o contato com os algodoais do Maranhão eram mercados para as produções e as principais aglomerações eram Cavalcante, Arraias e São Félix.

O Sul e Sudeste da província, sua região mais desenvolvida e onde se localizava Vila Boa e Meia Ponte e entroncavam-se todos os caminhos, articulava-se com o porto do Rio de Janeiro via comércio com Minas Gerais e São Paulo. O Sudoeste entrava nos interesses dos empresários agrários na medida em que o café ia fixando-se no Oeste paulista e no Sul de Minas Gerais, estabelecendo contatos recíprocos com Santana do Paranaíba.

Aliás, esse crescente interesse pela ocupação (mesmo futura) das terras, recoloca a importância que a manutenção do território ganharia na articulação de interesses que acabaria por garantir a não fragmentação da América portuguesa durante seu processo de independência política.

Já no Mato Grosso, a concentração da população e produção em Cuiabá repõe sua característica de posto avançado da ocupação. Nesse sentido, as fortificações, presídios e destacamentos, mas também os pequenos arraiais e meros pousos estabelecidos como pontos de apoio ao longo dos caminhos que interligavam os arraiais da província aparecem como os **marcos** e **balizas** mais evidentes desse projeto português de construção e delimitação das áreas fronteiriças com os domínios espanhóis na América

Vale dizer também que, aqui, os próprios caminhos percorridos cumprem ainda essa função. Além do mais, o papel das fazendas nacionais e a constante ajuda do governo na forma do envio de subsídios e da cunhagem de moedas de cobre demonstram o caráter centrípeto da zona fronteira de Mato Grosso.

E por fim, talvez uma última diferenciação possa ser feita em relação aos termos “*border*” e “*frontier*”: enquanto o primeiro pretende representar uma tendência de desenvolvimento que apresenta manifestações centrípetas de forças que buscam o centro político principal devido às injunções específicas de sua condição estratégica, o segundo refere-se normalmente a movimentos centrífugos orientados para a expansão da ocupação produtiva do espaço em direção a novas áreas (KRISTOF, 1959).

Isso permite que as diferenciações que vimos buscando entre os processos de valorização do espaço, que podem, a depender do caso, ser influenciados mais pelas variáveis políticas ou econômicas, sejam explicitadas de maneira um pouco mais clara, uma vez que, para o primeiro tipo de dinâmica espacial, aqui identificado sobretudo pelo o processo experimentado por Mato Grosso, as ações desenvolvidas pelo governo central no controle de vários fluxos, tanto no direcionamento da ocupação, como nos socorros prestados para garantir o funcionamento de sua estagnada estrutura econômica, sugerem uma situação na qual a delimitação da fronteira política internacional influencia de maneira marcante a organização territorial das áreas adjacentes a linha fronteiriça.

Já no que diz respeito à configuração das áreas de expansão, a formação das fazendas do planalto Sul mato-grossense e do Sudoeste goiano, que desenvolvem uma dinâmica espacial notadamente centrífuga em relação aos centros políticos, pode ser caracterizada como uma ocupação que busca agregar cada vez mais terras para colocá-las, ainda que parcial e perifericamente, dentro do funcionamento global da economia brasileira, bem ilustrando a situação de um “frontier” que queremos exemplificar.¹⁵⁶

Concluindo, o que quisemos enfatizar ao longo desse estudo foi que a organização básica do território colonial brasileiro, findada em linhas gerais no final do século XVIII, manteve essencialmente sua tendência de desenvolvimento na primeira metade do século seguinte, sendo fundamental, para o entendimento mais completo do processo de formação territorial brasileiro, a compreensão das diferenciações passíveis de serem identificadas entre o território usado e os limites da soberania formal buscados pela administração lusitana.

Essa última descrição que fizemos pretendeu ressaltar a dinâmica interior da América portuguesa através da materialização dos circuitos internos de produção e dos círculos de cooperação estabelecidos entre as diversas áreas. Nosso entendimento aponta para o fato de esses circuitos internos, além de serem frutos da significativa diversificação que mercado interno colonial viveu a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento de políticas de fomento e ampliação da agropecuária que passa de 33 para 126 produtos exportados, expressam a materialização de interesses locais enraizados:

¹⁵⁶ Em resumo: “Boundaries and borders were initially conceived as being no more than lines separating sovereign territories, while frontiers were assumed to constitute the area in proximity to the border whose internal development was affected by the existence of the line. The political frontier was differentiated from the settlement frontier, the former affected by the existence of the international boundary, the latter constituting the, as yet, uninhabited region lying within the state territory and representing the spatial margin of the state’s ecumene” (NEWMAN&PAASI, 1998, p.189).

As especializações complementares dos variados lugares, dentro de uma dada divisão regional do trabalho, revelam certa maturidade do processo colonizador, que advém da perenização de alguns fluxos (...) A dependência externa obscureceu muito esses ativos circuitos internos, e é rastreando-os que podemos captar a agregação de interesses que resulta nos movimentos de emancipação política, que desenharam as fronteiras nacionais dos vários países do subcontinente em tela. (MORAES, 2000a, p.283).

Desse modo, podemos ver que devido a sua posição central, Goiás pôde manter contatos com todas as demais regiões de ocupação consolidada do Brasil, e embora isso se desse nos limites de um mercado restrito, esses nexos de cooperação entre os lugares demonstra a falsidade das interpretações que a representaram como uma economia decadente, isolada e de subsistência.

O que é relevante notar dessa constatação é que esses núcleos de produção configuraram mesmo, em seus contatos com o Mato Grosso, uma região que mantinha articulada e funcionando a área mais interiorizada da ocupação lusitana na América, com a integração crescente com o restante do território podendo ser compreendida, no limite, como um dos parâmetros comuns que veio a solidificar certos interesses convergentes entre as elites goianas e suas congêneres coloniais, o que pode ter sido sobremaneira importante para que a unidade do Estado imperial fosse mantida.

Ademais a força da diversificação econômica que marca todo o período que vai de 1780/1830 fez emergir um patamar mínimo de articulação interna entre as diferentes regiões produtivas brasileiras, o que acabou por configurar um esboço de mercado nacional em função do qual puderam se consolidar interesses sociais específicos que foram capazes de mobilizar politicamente ações coletivas em direção à ruptura e à constituição do Estado nacional.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib, 2003, Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas, São Paulo: Ateliê Editorial.

-----, 2006, Brasil: Paisagens de Exceção – O litoral e o Pantanal mato-grossense Patrimônios Básicos, São Paulo: Ateliê Editorial.

ABREU, João Capistrano, 1963, Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, Brasília, UNB.

AGUIAR, M^a do Amparo Albuquerque, 2003, Terras de Goiás – Estrutura Fundiária (1850/1920), Goiânia: Ed. UFG.

ALENCASTRO, Luís Felipe de, 2000, O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, São Paulo: Cia. das Letras.

ALEXANDRE, Valentim, 1993, Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português, Porto: Edição Afrontamento.

ALMODOVAR, Antonio, 2001, “Processos de difusão e Institucionalização da Economia Política no Brasil” in: José Luís Cardoso (org.) – A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro, Lisboa.

ANDERSON, Benedict, 1991, Imagined Communities, Londres / Nova Iorque: Verso.

ANDRADE, Manuel Correia de, 2004, A Questão do Território no Brasil, São Paulo: Hucitec.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de, 1987, Formação do Mercado Interno em Mato Grosso – Século XVIII, Dissertação de Mestrado, DH/PUC-SP, São Paulo.

ARRUDA, José Jobson de A., 2001, “O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)” in: José Tengarrinha (org.) – História de Portugal, São Paulo: EdUNESP/ Bauru: EDUSC/ Lisboa: Instituto Camões.

-----, 2002, “Exploração Colonial e Capital Mercantil” in: Tamás Szmrecsányi (org.) – História Econômica do Período Colonial, São Paulo: Hucitec/EDUSP.

ATAÍDES, Jézus Marco de, 1998, Sob o Signo da Violência: Colonizadores e Kayapódo Sul no Brasil Central, Goiânia: UCG.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat, 1983, El Sistema de la Economía Colonial – El Mercado Interior, Regiones y Espacio Económico, México: Nueva Imagem.

ASSIS, Edvaldo de, 1994, Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872) – Guia de Pesquisa, São Paulo: Dissertação de Mestrado, DH/FFLCH/USP.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis, 1972, A Expansão Territorial do Brasil Colônia no vale do rio Paraguai, São Paulo:Tese Doutorado, DH/FFLCH/USP.

BELLOTO, Heloísa Liberalli, 1979, Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765/1775), São Paulo: CEACH.

-----, 1979a, “O Presídio do Iguatemi: Função e Circunstâncias (1767-1777)”, in: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 21, São Paulo: IEB/USP.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, 2005, “Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824)” in: István jancsó (org.) – Independência: História e Historiografia, São Paulo: Hucitec/FAPESP.

BERTRAN, Paulo, 1988, Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste, Brasília:EDUCG.

-----, 1994, História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-História do Distrito Federal: do Indígena ao Colonizador, Brasília: Solo.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista, 1999, “Sertão de Estrelas: A delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa” in: Vária História, nº 21, Julho, Especial – Códice “Costa Matoso”, Belo Horizonte.

BOAVENTURA, Tomás de A S, 1987, A visão do governo português do Mato Grosso da segunda metade do século XIX: Uma análise das Instruções de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Comunicação apresentada no V Seminário de Pesquisa – Deptº de História/ UFMT, Novembro de 1987, exemplar datiloescrito.

BOURDIEU, Pierre, 1989, O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOTELHO, João Lucídio, 1993, Nos Confins do Império: Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul/ Mato Grosso 1830-1870), Niterói: Dissertação de Mestrado, ICHF/DH/UFF.

BRADSHAW, Roy & GOMEZ, Rosalba Linares de, 2001, “Fronteras: Una Visión Teórica en el Período Contemporáneo”, in: Aldea Mundo, Ano 4 n 7, Venezuela.

BRIZOLLA SANTOS, Gilberto, 2002, “Amansar os portugueses: Representações portuguesas sobre os Índios Guaykurús”, in: Ensaio Antropológicos, vol. 6 nº 6, Cuiabá: UFMT.

BRAZIL, Maria do Carmo, 2000, “Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso”, in: Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUC-RS.

BUENO, Maria Beatriz, 2004, “Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de ‘Território’ e suas Vinculações com a Cartografia” in: Anais do Museu Paulista, v 12, Janeiro/Dezembro, São Paulo: MP/USP.

CAMPOS, Maria Verônica, 2005, “Goiás na década de 1730: Pioneiros, elites locais, motins e fronteira”, in: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia do Amaral Ferlini (org.) – Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português – Séculos XVI a XIX, São Paulo: Alameda.

CANAVARROS, Otávio, 1998, O Poder Metropolitano em Cuiabá e seus Objetivos Geopolíticos no Extremo Oeste (1727-1752), São Paulo: Tese Doutorado, DH/FFLCH/USP.

CÂNDIDO, Antônio, 2001, Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o Caipira Paulista e a transformação dos seus meios de vida, São Paulo: Duas Cidades: Ed.34.

CANO, Wilson, 2002, Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil, Campinas: Ed.Unicamp.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs), 1997, Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia, Rio de Janeiro: Campus.

CARDOSO, Ciro Flamarion, 1973, “El Modo de Produccion Esclavista Colonial en América” in: Carlos S. Assadourian; Ciro F. S. Cardoso, Horacio Ciafardini; Juan Carlos Garavaglia & Ernesto Laclau, Modos de Producción en América Latina – Cuadernos Pasado y Presente/ 40, Buenos Aires/ Córdoba/ Cidade do México: Siglo XXI.

CARDOSO, José Luís, 2001, “Nas Malhas do Império: Economia Política e a Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho” in: José Luís Cardoso (org.) – A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro, Lisboa.

CARMAGNANI, Marcello, CHÁVEZ, Alicia H., & ROMANO, Ruggiero (coords.) - Para una Historia de América I. Las Estructuras, Cidade do México: El Colegio de México: Fideicomiso Historia de las Américas: Fondo de Cultura Económica.

CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger, 1992, “Chaco: encruzilhada de povos e ‘melting-pot’ cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense” , in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), História dos Índios no Brasil, São Paulo: Cia. das Letras.

CARVALHO, José Murilo de, 1996, A Construção da Ordem/Teatro de Sombras, Rio de Janeiro: Relume Dumara.

CARVALHO, Carlos Delgado de, 1998, História Diplomática do Brasil, Brasília: Senado Federal.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, 2006, “Etnogênese Mabayá-Guaykuru: Notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do Rio Paraguai (1650-1800)”, in: Revista Fênix, vol. 3, Ano III, nº 4, Londrina.

CASTRO, Therezinha de, 1997, “América do Sul: Vocaçao Geopolítica” in: Cadernos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG.

CHAIM, Marivone Matos, 1983, Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás, São Paulo: Nobel.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças, 2002, “A construção do Brasil: Projetos de integração da América Portuguesa” in: Vária História v 27, Belo Horizonte.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad, 1997, Caminhos de Goiás – Da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia: UFG.

CHIARAMONTE, Jose Carlos, 2003, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII” in: István Jancsó (org.) – Brasil: Formação do Estado e da Nação, São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP.

COSTA, Wilma Peres, 2003, “Do domínio à nação: Os impasses da fiscalidade no processo de Independência” in: István Jancsó (org.) – Brasil: Formação do Estado e da Nação, São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP.

COSTA, M^a de Fátima, 1999, História de um País Inexistente – O Pantanal entre os séculos XVI e XVII, São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos.

COSTA, Wanderley Messias, 1992, Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre Território e Poder, São Paulo: EDUSP: Hucitec.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira, 1978, Arraial e Coronel – Dois Estudos de História Social, São Paulo: Ed. Cultrix.

COSTA, Wanderley Messias & MORAES, Antônio Carlos R., 1999, Geografia Crítica: A Valorização do Espaço, São Paulo: Hucitec.

CORRÊA, Valmir B., 1976, Mato-grosso : 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província, Dissertação de Mestrado, São Paulo, DH/FFLCH/USP.

CORRÊA, Roberto Lobato, 1986, Região e Organização Espacial, São Paulo: Ática.

CORRÊA FILHO, Virgílio, 1994, História de Mato Grosso. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos.

CORTESÃO, Jaime, s.d., Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Parte I, t. I (1695-1735), Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco.

-----, 1966, Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil, 2 vol, Lisboa: Portugalia.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org), 1992, História dos Índios no Brasil, São Paulo: Cia. das Letras.

DELSON, Roberta Marx, 1997, Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII, Brasília: Alva-Ciord.

DIAS, Maria Odila Silva, 1986, “A interiorização da Metrópole” in: Carlos Guilherme Mota (org.) – 1822: Dimensões, São Paulo: Perspectiva.

DOLES, Dalísia E. M., 1973, As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX, Goiânia: Ed. Oriente.

- DOLHNIKOFF, Miriam, 2005, O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil, São Paulo: Globo.
- DUSSEL, Enrique, 2005, “Europa, modernidade e eurocentrismo” in: Edgardo Lander (org.) - A Colonialidade do Saber – Eurocentrismo e ciências sociais / Perspectivas Latino-Americanas.
- ESCOLAR, Marcelo, 1996, Crítica do Discurso Geográfico, São Paulo: Hucitec.
- FALCON, Francisco J. Calazans, 1993, A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada), São Paulo: Ática.
- , 2001, “Pombal e o Brasil” in: José Tengarrinha (org.) – História de Portugal, São Paulo: EdUNESP/ Bauru: EDUSC/ Lisboa: Instituto Camões.
- FARAGE, Nádia, 1991, As Muralhas do Sertão, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FAUSTO, Boris, 2001, História do Brasil, São Paulo: Edusp/FDE.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral, 2005, “A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de mudanças” in: Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.) – Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português – Séculos XVI a XIX, São Paulo: Alameda.
- FERNANDES, Florestan, 1976, Circuito Fechado: 4 ensaios sobre o “poder institucional”, São Paulo: Hucitec.
- , 2002, A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica, in: Silviano Santiago (coord.) – Intérpretes do Brasil v.3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues, 1977, As bandeiras do Paraupava, São Paulo: Prefeitura Municipal.
- FERREIRA, Gabriela Nunes, 2006, O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial, São Paulo: Hucitec: FAPESP.
- FERREIRA, Mário Clemente, 2007, “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri – A Cartografia a Serviço da Diplomacia”, in: Vária História, vol 23, nº 37, Janeiro/Junho, Belo Horizonte
- FOUCHER, Michel, 1986, “L’ Invention des Frontières: Un Modèle Géopolitique Français” in: Hérodote: revue de géographie et de géopolitique, Géopolitiques de la France, n 40, Paris.
- , 1991, Fronts et Frontières – Un tour du monde Géopolitique, Paris: Fayard.
- FRAGOSO, João Luís, 1988, “Modelos Explicativos da Economia Escravista no Brasil” in: Ciro Flamarion Cardoso (org.) – Escravidão e Abolição no Brasil – Novas Perspectivas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- , 1998, Homens de Grossa Aventura – Acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro (1780-1830), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FRANCO, Solange Maria, 2003, O grande Vale do Oeste – As transformações da Bacia do Araguaia em Goiás, Goiânia: Dissertação de Mestrado, IESA/UFG.

FREYRE, Gilberto, 2002, Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil: Casa Grande & Senzala/ Sobrados & Mucambos/ Ordem & Progresso, in: Silviano Santiago (coord.) – Intérpretes do Brasil v. 2 e 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

-----, 2004, Nordeste – Aspectos e Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil, São Paulo: Global Editora.

FUNDAÇÃO IBGE, 1977, Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste, Rio de Janeiro: SEGRAF/IBGE.

FURTADO, Celso, 2000, Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Cia. Editora Nacional/PubliFolha.

GADELHA, Regina Maria A. F., 1980, As Missões do Itatim. Estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial (séculos XVI e XVII), Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALLETI, Lylia da Silva Guedes, 2000, Nos Confins da Civilização. Sertão Fronteira e Identidade nas representações sobre o Mato Grosso, São Paulo: Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, 1983, Mercado Interno y Economía Colonial – Três Siglos de Historia de la Yerba Mate, México/ Barcelona/ Buenos Aires: Enlace/Grijalbo.

GARCIA, Ledonias Franco, 1999, Goyaz: Uma província do sertão – Entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento, São Paulo: Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP.

GARCIA, João Carlos, 2002, (coord.). A mais dilatada vista do mundo: Inventário da Colecção Cartográfica da Casa de Ínsua, Lisboa: CNCDP.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha, 2005, Território e Negócios na “Era dos Impérios”: Os belgas na fronteira Oeste do Brasil, Campinas: Tese de Doutorado, IE/Unicamp.

GEORGE, Pierre, 1969, Sociologia e Geografia, Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio, 2001, Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas – Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil, São Paulo: Martins Fontes.

GOLIN, Tau, 2004, A Guerra Guaranítica – Como os Exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761), Passo Fundo: UPF.

GOMES, Horieste, 1965, Introdução à Geografia de Goiás (A Terra), São Paulo: Tipografia Calvário.

GOENDER, Jacob, 1980, O Escravismo Colonial, São Paulo: Ática.

GRAU, Pedro Cunill, 1999, "La Geohistoria" in: Marcello Carmagnani, Alicia H. Chávez & Ruggiero Romano (coords.) - Para uma História de América I. Las Estructuras, Cidade do México: El Colégio de México: Fideicomiso Historia de las Américas: Fondo de Cultura Económica.

HARTSHORNE, Richard, 1933, "Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia" in: Annals of the Association of American Geographers n 23: 195–228.

-----, 1936 "Suggestions on the Terminology of Political Boundaries", Annals of the Association of American Geographers n 26(1): 56–7.

-----, 1939, The Nature of Geography, Washington: Association of American Geographers.

HARVEY, David, 2004, Justice, Nature and the Geography of Difference, Oxford: Blackwell Publishing.

-----, 1982, The Limits to Capital, Oxford: Blackwell Publishing.

HENDERSON, George, 1998, "Nature and Fictitious Capital: The Historical Geography of an Agrarian Question" in: Antipode v.30 n 2, Malden/ Oxford: Blackwell Publishers.

HESPANHA, Antonio Manuel, 1986, "Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime" in: Ler História - v. 8 n° 6, Lisboa.

HOBBSBAWM, Eric J. , 1983, "La crisis del siglo XVII" in: Trevor Aston (ed.) Crisis en Europa, 1560-1660, Madri: Alianza Universidad.

-----, 1990, Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

-----, 1996, A Era das Revoluções (1789-1848), Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1979, "Um Mito Geopolítico: A Ilha-Brasil" in: Tentativas de Mitologia, São Paulo: Perspectiva.

-----, 1986, O Extremo Oeste, São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura.

-----, 1990, Monções, São Paulo: Brasiliense.

-----, 1994, Caminhos e Fronteiras, São Paulo: Companhia as letras.

-----, 2000, Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, São Paulo: Brasiliense/Publifolha.

JANCSÓ, István, 2002, "A Construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o Estudo do Império como Projeto" in: Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (org.) – História Econômica da Independência e do Império, São Paulo: Hucitec/EDUSP.

-----, 2003, “Este Livro” in: István Jancsó (org.) – Brasil: Formação do Estado e da Nação, São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP.

----- (org), 2005, Independência: História e Historiografia, São Paulo: Hucitec: FAPESP.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo, 2000, “Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in: Carlos Guilherme Mota (org.) – Viagem Incompleta. A experiência Brasileira, São Paulo: SENAC.

JONES, Stephen, 1959, “Boundary Concepts in Setting Time and Space”, Annals of the Association of American Geographers n 49: 241–55.

JESUS, Nauk Maria de, 2006, Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), Niterói, Tese de Doutorado: ICHF/ DH/ UFF.

KANTOR, Íris, 2007, “Usos Diplomáticos da Ilha-Brasil – Polêmicas Cartográficas e Historiográficas” in: Vária História, vol 23, nº 37, Janeiro/Junho, Belo Horizonte.

KARASCH, Mary, 2005, “Rethinking the Conquest of Goiás (1775-1819)”, in: The Americas – Vol 61, n 3, Janeiro.

-----, 1996, “Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás” in: Flávio dos Santos Gomes & João José Reis (org.) – Liberdade por Um Fio – História dos Quilombos no Brasil, São Paulo: Cia. Das Letras.

-----, 1992, “Catequese e Cativo: Política Indigenista em Goiás”, in: Manuela Carneiro da Cunha (org.) - História dos Índios no Brasil, São Paulo: Cia. Das Letras.

KOK, Maria da Glória Porto, 1998, O Sertão Itinerante: Expedições da capitania de São Paulo no século XVIII, São Paulo: Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP.

KRISTOF, Ladis D., 1959, “The Nature of Frontiers and Boundaries”, in: Annals of the Association of American Geographers v 49 n 3 (part 1): 269-282.

LAPA, José Roberto do Amaral, 1973, Economia Colonial, São Paulo: Ed. Perspectiva.

-----, 2002, “O interior da Estrutura” in: Tamás Szmrecsányi (org.) – História Econômica do Período Colonial, São Paulo: Hucitec/EDUSP.

LENHARO, Alcir, 1982, Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização, Cuiabá: UFMT.

LINHARES, Maria Yedda Leite, 1983, “Subsistência e Sistemas Agrários na Colômbia: uma discussão” in: Estudos Econômicos - IPE/USP, v. 13, n. Especial, São Paulo: USP.

LINHARES, M^a Yedda L. & SILVA, Francisco Carlos T. da, 1981, História da Agricultura Brasileira, São Paulo: Brasiliense.

LYRA, Maria de Lourdes Viana, 1992, “A Unidade Brasileira: Uma Questão Preliminar no Processo de Independência” in: Revista IEB nº 34, São Paulo.

-----, 1994, A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822, Rio de Janeiro: Sette Letras.

LOURENÇO, Luís Antônio Bustamante, 2005, A Oeste das Minas – Escravos, Índios e Homens Livres numa fronteira Oitocentista – O Triângulo Mineiro (1750-1861), Uberlândia: UFU.

MACHADO, Lourival Gomes, 1973, “Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis” in: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – História Geral da Civilização Brasileira - tomo I, 2º vol., São Paulo.

MACHADO, Lia Osório, 1989, Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no Contexto Geopolítico Internacional (1540-1912), Barcelona: Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de Barcelona.

MACHADO, André Roberto de A., 2005, “As esquadras imaginárias. No extremo Norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil” in: István Jancsó (org.) – Independência: História e Historiografia, São Paulo: Hucitec/FAPESP.

MAGNOLI, Demétrio, 1997, O Corpo da Pátria – Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912), São Paulo: EdUNESP/Moderna.

-----, 2003, “O Estado em busca de seu território” in: István Jancsó (org.) – Brasil: Formação do Estado e da Nação, São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP.

MALDI, Denise, 1992, “Pantaneais, Planícies, Sertões: Uma Reflexão Antropológica sobre Espaços Brasileiros” in: Boletim Paulista de Geografia nº 71, 1º semestre, São Paulo: AGB.

-----, 1997, “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX” in: Revista de Antropologia, nº 40 v.2, São Paulo: USP.

MARTIN, André Roberto, 1992, Fronteiras e Nações, São Paulo: Contexto.

-----, 1993, As Fronteiras Internas e a Questão Regional do Brasil, São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/USP.

MARTINS, José de Souza, 1975, “Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica” in: Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo: Pioneira.

-----, 1997, Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano, São Paulo: Hucitec.

-----, 1998, “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”, in: Fernando Novais (dir.) & Lília Moritz Schwarcz (org), História da Vida Privada no Brasil vol 4 – Contrastes da Intimidade Contemporânea, São Paulo: Cia das Letras

MATTOS, Ilmar Rohloff de, 2003, Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial, São Paulo: Hucitec.

-----, 2005, “Construtores e Herdeiros – A Trama de Interesses na Construção da Unidade Política” in: István Jancsó (org.) – Independência: História e Historiografia, São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

MEGALE, Januário Francisco, 1984 (org.), Maximilien Sorre: Geografia – Série Grandes Cientistas Sociais 46, São Paulo: Ática.

MEIRELES, Denise Maldi, 1989, Os Guardiões da Fronteira: Rio Guaporé – século XVIII, Petrópolis: Vozes.

MELLO, Evaldo Cabral de, 2002, Um Imenso Portugal – História e Historiografia, São Paulo: Ed. 34.

MELLO E SOUZA, Laura de, 1997, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in: Fernando Novais (dir.) & Laura de Mello e Souza (org.), História da Vida Privada no Brasil vol 1, São Paulo: Cia das Letras.

-----, 2006, O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII, São Paulo: Companhia das Letras.

MIGNOLO, Walter D, 2003, Historias Locales/Diseños Locales – Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, Madrid: Ediciones Akal.

-----, 2005, “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade” in: Edgardo Lander (org.) – A Colonialidade do Saber – Eurocentrismo e ciências sociais / Perspectivas Latino-Americanas.

MINGHI, Julian, 1963, “Boundary Studies in Political Geography” in: Annals of the Association of American Geographers n 53: 407–28.

MONTEIRO, John M., 1994, Negros da Terra: Índios e Bandeirantes na origem de São Paulo, São Paulo: Cia. das Letras.

MORAES, Antônio Carlos R., 1988, Ideologias geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil, São Paulo: Hucitec.

-----, 1988a, ‘Foucault e a Geografia’, in: Boletim Paulista de Geografia nº 66, 1º semestre, São Paulo: AGB.

-----, 2000, Geografia, capitalismo e meio ambiente, São Paulo: Tese de Livre-Docência, DG/FFLCH/USP.

-----, 2000a, Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no ‘longo’ século XVI, São Paulo: Hucitec.

-----, 2002, Território e História no Brasil, São Paulo: Hucitec.

-----, 2003, “O Sertão: Um ‘Outro’ Geográfico” in: Terra Brasilis – ano III-IV, nº4-5 – Território, Rio de Janeiro: GTHPG.

-----, 2005, “Território, Poder e Justiça: comentários a partir da experiência brasileira” in: Raquel Kritsch & Bernardo Ricupero (org) – Força e Legitimidade: Novas Perspectivas?, São Paulo: Humanitas.

-----, 2006, “Território, Região e Formação Colonial – Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira” in: Ciência e Ambiente nº 33 julho/dezembro 2006, São Paulo.

-----, 2008, “Ocidentalismo e História da Geografia Brasileira”, original manuscrito, Inédito.

MOREIRA, Ruy, 2001, “As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades” in: GEOgraphia – ano III, nº 5, Niterói:UFF.

MOREYRA, Sérgio Paulo, 1982, “À Sombra do Ouro” in: Revista do ICHL vol.2, nº 2, jul/dez, Goiânia: UFG.

-----, 1986, “O processo de independência em Goiás” in: Carlos Guilherme Mota (org.) – 1822: Dimensões, São Paulo: Perspectiva.

MOTTA, Carlos Guilherme (org.) – 1822: Dimensões, São Paulo: Perspectiva.

NEVES, Luis Felipe Baeta, 1978, O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural, Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

NEWMAN, David, 2002, “Boundaries” in: John Agnew, Katharyne Mitchell and Gerard Toal (eds) A Companion to Political Geography, Oxford: Blackwell.

-----, 2003, “On Borders and Power: A Theoretical Framework” in: Journal of Borderland Studies 18(1): 13–24.

-----, 2006, “Borders and Bordering: Towards an Interdisciplinary Dialogue”, in: European Journal of Social Theory 9 (2): 171-186.

NEWMAN, David and PAASI, Anssi, 1998, “Fences and Neighbours in the Post-Modern World: Boundary Narratives in Political Geography”, in: Progress in Human Geography 22(2): 186–207.

NOVAIS, Fernando A., 1969, “Considerações sobre o sentido da Colonização” in: Revista do IEB/USP nº 6, São Paulo.

-----, 1986, “As dimensões da Independência” in: Carlos Guilherme Mota (org.) – 1822: Dimensões, São Paulo: Perspectiva.

-----, 2001, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi, 1998, “A Conquista do Espaço: Sertão e Fronteira no Pensamento Brasileiro”, in: História, Ciências, Saúde – Manguinhos vol V (suplemento), Julho.

ORTIZ, Renato (org.), 1984, Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática.

PAASI, Ansi, 2003, "Territory" in: John Agnew, Katharyne Mitchell and Gerard Toal (eds) A Companion to Political Geography, Oxford: Blackwell.

PALACÍN, Luis, 1972, Goiás: 1722/1822 – Estrutura e Conjuntura numa capitania de minas, Goiânia: DEC.

-----, 1983, Subversão e Corrupção: Um estudo da Administração Pombalina em Goiás, Goiânia:UFG.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, 1992, "Índios livres escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII)", in: Manuela Carneiro da Cunha (Org.) – História dos índios do no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP.

PIMENTA, João Paulo G., 2002, Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828), São Paulo: Hucitec.

-----, 2004, O Brasil e a América espanhola (1808-1822), São Paulo: Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP.

PIMENTA, João Paulo G. & SLEMIAN, Andréa, 2003, O "nascimento político" do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825), Rio de Janeiro: DP&A.

PÍRIZ, Luis Alfonso Limpo, 2001, "Proyención Americana de la Guerra de las Naranjas y Tratado de Badajoz", in: Estudos Extremeños, tomo LVII, n 3, Setembro/Dezembro, Extremadura.

POUNDS, N.J.G, 1951, "The origins of the idea of national frontier in France", in: Annals of the Association of American Geographers n 41

-----, 1954, "France and 'les limites naturelles' from the seventeenth to the twentieth centuries" in: Annals of the Association of American Geographers n 44.

PÓVOA NETO, Helion, 1998, No Caminho das Pedras: Itinerários na Formação da Mobilidade Garimpeira em Goiás, São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/USP.

PRADO Jr., Caio, 1999, Evolução Política do Brasil – Colônia e Império São Paulo: Brasiliense.

-----, 2000, Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo: Brasiliense; Publifolha.

PRATT, Mary-Louise, 1999, Os olhos do império : relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC.

PRESCOTT, J. R. V., 1965, The Geography of Frontiers and Boundaries, London: Hutchinson University Library.

-----, 1987, Political Frontiers and Boundaries. Chicago: Aldine.

PUNTONI, Pedro, 2002, A guerra dos bárbaros.Povos Indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil – 1650-1720, São Paulo:Hucitec.

QUIJANO, Aníbal, 2005, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” in: Edgardo Lander (org.) A Colonialidade do Saber – Eurocentrismo e ciências sociais / Perspectivas Latino-Americanas.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes, A Invenção do Mito Bandeirante: Tradição e pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920-1930, Dissertação de Mestrado, São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2002.

RANKIN, K. J.& SHOEFIELD, R., 2004, “The Troubled Historiography of Classical Boundary Studies”, in: Mapping Frontiers, Plotting Pathways - Ancillary Paper No. 2, Dublin/ Belfast.

REIS FILHO, Nestor Goulart, 1968, Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720). São Paulo: Pioneira/EDUSP.

-----, 2001, Evolução Urbana do Brasil 1500-1720, São Paulo: Editora Pini.

ROMANO, Ruggiero, 1993, Conyunturas Opuestas – La crisis Del siglo XVII em Europa e Hispanoamérica, Cidade do México: El Colégio de México, Fondo de Cultura Econômica.

RONCO, Adriana Patrícia, 1998, O Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso na Primeira Metade do Século XIX, Niterói: Dissertação de Mestrado: DH/ICHF/UFF.

-----, 2006, O desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (1850-1902), Niterói: Tese de Doutorado: DH/ICHF/UFF.

ROSA, Carlos Alberto, 1996, A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso – 1722/1808), São Paulo: Tese de Doutorado: DH/FFLCH/USP.

-----, 2003, “O Urbano Colonial na Terra da Conquista” in: Carlos Alberto Rosa & Nauk Maria de Jesus (org.) – A Terra da Conquista – História de Mato Grosso Colonial, Cuiabá: AE Editora.

RUMLEY, Denis, and MINGHI, Julian, 1991, “The border landscape concept” in: The Geography of Border Landscapes, Dennis Rumley and Julian Minghi (org.) London: Routledge.

SALLES, Gilka V. Ferreira, 1983, Economia e Escravidão em Goiás Colonial, Goiânia: UFG.

-----, 1984, “A Sociedade Agrária em Goiás Colonial” in: Revista do ICHL, vol.1, nº 4 jan/jun, Goiânia: UFG.

SACK, Robert David, 1986, Human Territoriality – Its theory and history, Londres: Cambridge University Press.

SANTOS, Milton, 1977, “Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método” in: Boletim Paulista de Geografia n.º 54 junho/77, São Paulo: AGB.

-----, 1978, Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia à Geografia Crítica, São Paulo: Hucitec/Edusp.

-----, 1979, Espaço e Sociedade (Ensaio), Petrópolis: Vozes.

-----, 1988, 'O Espaço como Categoria Filosófica' in: Revista Terra Livre 5 – Espaço em Questão, São Paulo: AGB.

-----, 1997, Pensando o Espaço do Homem, São Paulo: Hucitec.

-----, 2002, A Natureza do Espaço. Técnica. Tempo. Razão e Emoção, São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura, 2001, O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI, Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Armando Correa da, 1978, O Espaço Fora do Lugar, São Paulo: Hucitec.

-----, 1986, De Quem é o Pedaco? Espaço e Cultura, São Paulo: Hucitec.

-----, 1986a, "As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico" in: Milton Santos e Maria Adélia A. Souza (org.) – O Espaço Interdisciplinar, São Paulo: Nobel.

-----, 1991, Geografia e Lugar Social, São Paulo: Contexto.

SILVA, Jovam Vilela da, 1994, A Capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população – século XVIII, São Paulo: Tese de Doutorado:DH/FFLCH/USP.

SILVA, Edma José, 1996a, Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-70), Goiânia: Dissertação de Mestrado, DH/ICHL/UFG.

SILVA, Lígia M^a Osório, 1996, Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850, Campinas/ São Paulo: Ed. Unicamp.

-----, 2001, A Fronteira e outros Mitos, Campinas: Tese apresentada para o concurso de Docente Depto. de Política e História Econômica, IE/Unicamp.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, 2002, "Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia" in: Tamás Szmrecsányi (org.) – História Econômica do Período Colonial, São Paulo: Hucitec/EDUSP.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da, 2006, Inventando a Nação – Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822), São Paulo: Hucitec: FAPESP.

SMITH, Anthony D., 1990, Identidade Nacional, Lisboa: Gradiva.

SOJA, Edward, Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SORRE, Maximilien, 1955, Les Migrations des Peuples, Paris: Flammarion.

SOUZA, Candice Vidal e, 1997, A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no pnesamento Social Brasileiro, Goiânia:UFG.

-----, 1998, “Fronteira no Pensamento Social Brasileiro: O Sertão Nacionalizado” in: Sociedade e Cultura v 1 n 1 (Janeiro/Junho), Rio de Janeiro.

STRAFORINI, Rafael, 2007, Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: DG/ UFRJ.

TAYLOR, Peter. 1994, “The state as container: territoriality in the modern world-system.” in: Progress in Human Geography 18, 151-62.

TEIXEIRA NETO, Antônio, 1982, “Formação Territorial: Considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos” in: Boletim Goiano de Geografia vol.2 nº2 jul./dez., Goiânia:UFG.

-----, 2002, “O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização” in: Maria Geralda de Almeida (org.) – Abordagens Geográficas de Goiás: O natural e o social na contemporaneidade, Goiânia: IESA.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes, 1991, A Expansão do Povoamento em Goiás – século XIX, Dissertação de Mestrado: Goiânia:UFG.

VESENTINI, José William, 1996, A Capital da Geopolítica, São Paulo: Ática.

VIANA, Hélio, 1958, História Diplomática do Brasil, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

-----, 1965, História do Brasil – vol. I – Período Colonial, São Paulo: Melhoramentos.

-----, s.d., História das Fronteiras do Brasil, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

VIRKUNEN, Joni, 2002, Discourses, Boundaries and Scales – Estonian Territorial Politics in the “New” Europe, Tampere: University of Tampere

VOLPATO, Luiza Rios Ricci 1987, A Conquista da Terra no Universo da Pobreza: Formação da Fronteira Oeste do Brasil 1719-1819, São Paulo: Hucitec.

-----, 1996, “Resistência Negra em Área de Fronteira”, in: Flávio dos Santos Gomes & João José Reis (org.) – Liberdade por Um Fio – História dos Quilombos no Brasil, São Paulo: Cia. Das Letras.

WALLERSTEIN, Immanuel 1974, The Modern World System (tomo I), San Diego/Nova Iorque: Academic Press.

-----, 2001, Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista, Rio de Janeiro: Contraponto.

WILSON, Thomas & DONNAN, H., (org), 1998, Border Identities: Nation and State at International Frontiers, Cambridge: Cambridge University Press.

WISSENBAACH, Tomás Cortez, 2004, Bases materiais do processo de independência no Recôncavo Baiano: geografia, história e a conformação da região nos finais do período colonial, Trabalho Final de Graduação, DG/FFLCH/USP, São Paulo.

ZUSMAN, Perla Brígida, 2000, Tierras para El Rey. Tres Fronteras y la Construcción del Territorio del Rio de la Plata (1750-1790), Bellaterra: Tese de Doutorado, DG/Universidade Autônoma de Barcelona